REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Direção do Planeamento

DRAFT

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 2020-2024

Elaborado por:

José Maria Coelho de Carvalho

São Tomé, 14 de Novembro de 2019

ÍNDICE

PREFÁCIO 9

SUMÁRIO EXECUTIVO 10

INTRODUÇÃO 25

1. DIAGNÓSTICO DO PAÍS 27

1.1. Contexto Internacional 27
1.2. Contexto Nacional 28
1.2.1. Geografia 28
1.2.2. População 29
1.2.3. Política 31
1.2.4. Situação Social e Perfil da Pobreza 33
1.2.5. Economia 37
1.3. São Tomé e Príncipe no Contexto dos PEID 41

2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 44

2.1.Os Grandes Desafios.44
2.2. Instabilidade Política e Governativa 44
2.3. Vulnerabilidade e Resiliência 46
2.3.1. Vulnerabilidade Económica 50
2.4. Desenvolvimento Local e dos Recursos Endógenos 54
2.5. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 55
2.6. Integração das Agendas Internacionais de Desenvolvimento Sustentável 58

3. A VISÃO PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 64

3.1. Os Fundamentos 64
3.2.Transformação de STP numa Economia Dinâmica de Prestação de Serviços 64
3.3. A Integração Ativa de STP no Sistema Económico Mundial 66

4. OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNDS 69

4.1. Objetivo 1 Transformar São Tomé e Príncipe numa Economia Dinâmica de Prestação de Serviços 69

4.1.1. São Tomé e Príncipe País Prestador de Serviços de Qualidade 69
4.1.1.1. Setor de Turismo 69
4.1.1.2. Setor Marítimo 75
4.1.1.3. Setor Aéreo 76
4.1.1.4. Setor Comercial e Industrial 77
4.1.1.5. Setor Financeiro 79
4.1.1.6. Setor de Tecnologia Digital e de Inovação 79
4.1.1.7. Investimento Direto Estrangeiro 81

DRAFT

4.2. Objetivo 2 Promover Crescimento Económico Inclusivo e Sustentabilidade Ambiental 83

4.2.1. Desenvolvimento do Turismo e Sustentação do seu Crescimento 84
4.2.2. Promover a Diversificação da Produção e das Exportações 87
4.2.2.1. Pescas 90
4.2.2.2. Agricultura 92
4.2.2.3. Indústria Ligeira 95
4.2.2.4. Empreendedorismo e Empregabilidade 96
4.2.2.5. Cultura e Indústrias Criativas 97
4.2.2.6. Reforço do Planeamento e Regionalização do PNDS 98
4.2.2.6. Ambiente de Negócios 99
4.2.2.7. Finanças Públicas e Política Fiscal 104
4.2.2.8. Infraestruturas, Transição, Eficiência Energética e Água 108
4.2.2.9. Proteção do Meio Ambiente e dos Ecossistemas Nacionais 116

4.3. Objetivo 3 Garantir Inclusão e Proteção Sociais, Reduzir as Desigualdades Sociais e Assimetrias Regionais 117

4.3.1. Melhoria das Condições de Vida e Inclusão Social 117
4.3.1.1. Idosos 118
4.3.2. Educação de Excelência e Formação Profissionalizante 120
4.3.2.1. Insucesso Escolar 121
4.3.2.2. Educação Pré-Escolar 121
4.3.2.3. Educação Básica 121
4.3.2.4. Educação Secundária 122
4.3.2.5. Qualidade do Ensino 123
4.3.2.6. Gestão Escolar 123
4.3.2.7. Trabalho Digno e Formação Profissional 124
4.3.2.8. Educação de Jovens e Adultos ao Longo da Vida 125
4.3.2.9. Educação Superior 125
4.3.2.10. Juventude 126
4.3.2.11. Desporto 130
4.3.2.12. Cultura 131
4.3.3. Sistema Integrado de Saúde e Proteção Social 132
4.3.3.1. Saúde 132
4.3.3.2. Proteção e Inclusão Sociais 135
4.3.3.3. Igualdade de Género e Desenvolvimento Inclusivo 137

4.4. Objetivo 4 Reforçar a Soberania, Aprofundar a Democracia e Renovar a Diplomacia para o Desenvolvimento 140

4.4.1. Democracia 140
4.4.2. Reforma do Estado 141
4.4.2.1. Reforma e Modernização do Sistema Judiciário 141
4.4.2.2. Modernização da Administração Pública 144
4.4.2.3. Defesa Nacional 145
4.4.2.4. Segurança Interna 147
4.4.3. Politica Externa ao Serviço do Desenvolvimento 148

DRAFT

4.4.3.1. Inclusão da Diáspora no Processo de Desenvolvimento 149

5. QUADRO OPERACIONAL DO PNDS 151

5.1. Quadro Lógico do PNDS: Indicadores e Metas 155
5.2. Os Pilares Programáticos do PNDS 157

5.2.1. Pilar 1 - Economia Sustentável: Novo Modelo de Desenvolvimento Assente na Prestação de Serviços 157

5.2.2. Pilar 2 - Desenvolvimento Social: Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades 162

5.2.3. Pilar 3 - Soberania e Democracia: Um Novo Modelo de Estado 164

5.3. Regionalização do PNDS 166

6. FINANCIAMENTO E MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PNDS 169

6.1. Plano de Financiamento do PNDS 169
6.2. Atores e Instrumentos de Implementação 171
6.2.1. Operacionalização do Sistema de Planeamento 173
6.2.2. Papeis e Responsabilidades 173
6.2.3. Mecanismo de Seguimento e Avaliação 174
6.2.3.1. Abordagem do desempenho 174
6.2.3.2. Componente técnico do seguimento 174
6.2.3.3. Componente técnico da avaliação 175
6.2.3.4. Suportes do desempenho 175
6.2.3.5. Documentos de seguimento do desempenho 176
6.2.3.6. Sistema de informação para seguimento do desempenho 176
6.2.3.7. Revisões do desempenho 177
6.2.4. Plano de Seguimento 178
6.2.5. Plano e Avaliação 178
6.2.6. Dispositivo Institucional de Seguimento e Avaliação 179
6.2.6.1. Missão do dispositiv 179
6.2.6.2. Os órgãos 179
6.2.7. Sistema Estatístico Nacional 183

7. ANÁLISE DE RISCO 185

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 190

DRAFT

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Projeção do crescimento populacional 2012-2035.....31
Quadro 2: Rácio de pobreza por sexo e por Distrito.....34
Quadro 3: Tipo da ajuda desembolsada 2011-2016, em milhões de dólares.....38
Quadro 4: Comparação do IDH e PIB p.c. de STP com PEID de nível médio e alto.....43
Quadro 5: Principais indicadores económicos 2015-2020.....54
Quadro 6: Alinhamento do Programa do Governo com as Agendas Internacionais ..... .63
Quadro 7: Classificação geral da governança em África 2018.....101
Quadro 8: Índice de liberdade económica 2019.....102
Quadro 9: Principais áreas de intervenção e opções estratégicas de género.....140
Quadro 10: Os pilares e os programas do PNDS 153
Quadro 11: Alinhamento e contribuição dos pilares para os ODS.....154
Quadro 12: Quadro lógico, indicadores e metas do PNDS.....155
Quadro 13: Os programas do pilar economia sustentável.....158
Quadro 14: Os programas do pilar desenvolvimento social.....162
Quadro 15: Os programas do pilar soberania e democracia.....164
Quadro 16: Programa de gestão e administração geral.....166
Quadro 17: Plano de financiamento do PNDS (estimativa em milhões de Dobras).....171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do rácio de sustentabilidade económica de São Tomé e Príncipe.....29
Gráfico 2: Projeção do dividendo demográfico de São Tomé e Príncipe.....30
Gráfico 3: Peso de recursos internos e externos alocados aos programas de pobreza 36
Gráfico 4: Dependência de STP da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.....37
Gráfico 5: Evolução dos principais indicadores macroeconómico.....41
Gráfico 6: Comparação de importações e exportações do País em 2018.....47
Gráfico 7: Desequilíbrio acentuado da balança comercial do País.....51
Gráfico 8: Evolução dos indicadores económicos nos últimos anos.....52
Gráfico 9: São Tomé e Príncipe uma economia dinâmica no centro do atlântico.....67
Gráfico 10: Turismo setor diversificador da economia: cadeia de valor do turismo.....70
Gráfico 11: Progresso de STP face aos critérios de saída da categoria de PMD.....74
Gráfico 12: Financiamento da economia: papel do Estado versus papel do privado.....80
Gráfico 13: Recursos condicionantes à integração de STP no sistema económico mundial.....82
Gráfico 14: Evolução da atividade turística 2010-2016.....86
Gráfico 15: Classificação de São Tomé e Príncipe no ambiente de negócios em 2019.....103
Gráfico 16: Síntese da estrutura de conceção e de elaboração do PNDS.....152
Gráfico 17: Distribuição geográfica da oferta de estabelecimentos turístico em STP..... 167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Plano de ação centrado nas pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.....57
Figura 2: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....59

DRAFT

ACRÓNIMOS

ACD	Associações Comunitárias de Desenvolvimento
ACDEG	Carta Africana sobre a Democracia Eleições e Governação
ADI	Ação Democrática Independente
AGER	Autoridade Geral de Regulação
AfCFTA	Acordo de Livre Comércio Continental Africano
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APEUE	Acordo de Parceria Económica com União Europeia
AT	Agenda de Transformação
AYC	Carta Africana sobre a Juventude
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAU	*Business as usual* (práticas habituais de gestão)
BCG	*Boston Consulting Group*
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BREXIT	Saída do Reino Unido da União Europeia
CACVD	Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica
CDSA	Comissões Distritais de Seguimento e Avaliação
CDP	Comité de Políticas para o Desenvolvimento das Nações Unidas
CE	Confederação Empresarial
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CESA	Estratégia Continental sobre a Educação para África 2016-2025
CGV	Cadeias Globais de Valor
CIET	Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho
CIN	Centro Internacional de Negócios
CNEST	Conselho Nacional de Estatística
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRSA	Comissão Regional de Seguimento e Avaliação
CTS	Comissão Técnica de Seguimento
DESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU
DGP	Direcção Geral das Pescas
DGS	Direção Geral da Saúde
DISA	Dispositivo Institucional de Seguimento e Avaliação
DP	Direção do Planeamento
DSP	Direções Setoriais do Planeamento
DTF	Distância até a Fronteira
EDB	Ease of Doing Business (Facilidade de fazer Negócios)
ECF	Acordo de Facilidade de Crédito Alargado
EMAE	Empresa de Água e Eletricidade
EMDE	Economias Emergentes e em Desenvolvimento
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico
ENIEG	Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
EUA	Estados Unidos da América
FED	*Federal Reserve System* (Banco Central dos EUA)

FMI	Fundo Monetário Internacional
FEC	Facilidade Alargada de Crédito
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
GCF	Fundo Verde para o Clima
GEE	Gases de Efeito de Estufa
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
GTD	Grupos Temáticos de Dialogo
HIPC	Iniciativa para Alívio da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados
IAH	Índice de Ativos Humanos
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Informação e Escola Segura
INDC	Intenções de Contribuições Nacionalmente Determinadas
INPG	Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IOF	Inquérito sobre Orçamento Familiar
IVE	Índice de Vulnerabilidade Económica
JON	Jovem em Nova Oportunidade
LDCF	Fundo para os Países Menos Desenvolvidos
MDFM	Movimento Democrático das Forças da Mudança-Partido Liberal
MEES	Ministério da Educação e Ensino Superior
MECCC	Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação
MLSTP/PSD	Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social-democrata
MSA	Módulo de Seguimento e Avaliação
NAFTA	Tratado Norte-americano de Livre Comércio
NDC	Contribuições Nacionalmente Determinadas
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações de Sociedade Civil
PCD	Partido de Convergência Democrática
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PG	Programa do Governo
PGRSU	Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos
PIB	Produto Interno Bruto
PIME	Programa de Incubadora de Mentes Empreendedoras
PME	Pequenas e Médias Empresas
PIP	Programa de Investimento Público
PMD	Países Menos Desenvolvidos
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável

PNE	Programa Nacional de Empreendedorismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPOSA	Planeamento Programação Orçamentação Seguimento e Avaliação
PPP	Parceria Público-Privada
PTF	Parceiros Técnicos e Financeiros
QCC	Quadro de Concertação e Coordenação
QDMP	Quadro de Despesas de Médio Prazo
QOMP	Quadro Orçamental de Médio Prazo
QL	Quadro Lógico
RAP	Região Autónoma do Príncipe
RDP	Revisão da Despesa Pública
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RH	Recursos Humanos
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
RMIS	Rendimento Mínimo de Inclusão Social
RS	Roteiro de Samoa
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
S&A	Seguimento e Avaliação
SAMOA	Modalidades Aceleradas de Ação nos PEID
SCCF	Fundo Especial para as Mudanças Climáticas
SEM	Sistema Económico Mundial
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIS	Sistema de Informação Sanitária
SNP	Sistema Nacional do Planeamento
ST	Secretariado Técnico
STD	Dobra Santomense
STISA	Estratégia da Ciência Tecnologia e Inovação para África 2014-2024
STP	São Tomé e Príncipe
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TTT	*Training The Trainees* (treinamento de estagiários/formandos)
TVETCS	Estratégia Continental para Ensino e a Formação Técnica e Vocacional
UA	União Africana
UDD	União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento da Mudança
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UJE	União dos Jovens Empreendedores
UNDAF	Plano-Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento
UNDESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
USD	*United States Dollar* (Dólar dos Estados Unidos)
VBG	Violência Baseada no Género
VIH-SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZLC	Zona de Livre Comércio

PREFÁCIO

Se possível, será elaborado por Sua Ex.cia o senhor Primeiro Ministro de STP ou quem ele indicar.

...

DRAFT

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024 é um instrumento para implementação do Programa do Governo e das agendas internacionais de desenvolvimento sustentável. O PNDS tem como missão primordial a operacionalização da visão para o desenvolvimento sustentável de STP, com base no pressuposto de ser o modelo com maior potencial de produzir um crescimento económico robusto, sustentável e inclusivo e, assim, acelerar a criação de emprego e construção de um futuro de prosperidade para todos os São-tomenses.

O PNDS carateriza-se por ser o primeiro plano de desenvolvimento elaborado em conformidade com a Lei n.º 6/2017, de Março de 2017, a Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento; inaugura um novo ciclo e modelo de planificação e gestão do desenvolvimento nacional, em substituição da anterior ENRP II 2012-2016; incorpora os ganhos resultantes da experiência da implementação da ENRP II, procurando aprimorar-se com as insuficiências desse instrumento.

Tendo o PNDS o Programa do Governo como base da sua concepção e elaboração alinha-se com as prioridades do Governo e com os ciclos de planificação das mesmas. Além disso, tem a particularidade de ser o primeiro Plano operacional de harmonização, integração e implementação da Visão 2030 para STP e sua Agenda de Transformação; da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; das Modalidades Aceleradas de Implementação do Roteiro de Samoa e da Agenda 2063 África que Queremos.

Enquanto ferramenta de planeamento que concretiza, em termos programáticos e operacionais o Programa do Governo, PNDS focaliza-se nos seus quatro eixos estratégicos de intervenção:

1. Aprofundamento do Estado de direito democrático;
2. Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;
3. Melhoria da qualidade de saúde e protecção social;
4. Política externa ao serviço de desenvolvimento.

O Programa do Governo é um manifesto da profunda preocupação com a deterioração da situação socioeconómica do País e da condição humana dos santomenses, com cerca de dois terços da sua população a viver na pobreza. De igual modo, destaca a deterioração do Estado de direito democrático com sérias implicações para as liberdades individuais; degradação de cuidados de saúde; baixo nível de atividade económica resultante de disfuncionamento do setor energético; degradação dos principais indicadores macroeconómicos; desgaste dos rendimentos individuais e das empresas, ocasionado por abruptas subidas de comissões, taxas e introdução de novos impostos.

O PNDS estrutura-se em oito principais capítulos, que podem ser divididos em duas partes. Na primeira parte, constituída pelos 4 primeiros capítulos, o PNDS define e descreve o essencial do seu quadro estratégico de desenvolvimento sustentável, com base no diagnóstico do País e nos seus principais desafios de desenvolvimento.

A segunda parte, os capítulos 5, 6 e 7, trata de questões relativas à sua implementação. O 8º capítulo lista as principais referências bibliográficas.

Os Capítulos do PNDS são os seguintes:

1. Diagnóstico do País;
2. Enquadramento Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de STP;
3. A Visão para São Tomé e Príncipe;
4. 4. Os Objectivos Estratégicos do PNDS;
5. Quadro Operacional do PNDS;
6. Financiamento e Modalidade de Implementação do PNDS

DRAFT

7. Análise de Risco;
8. Referências Bibliográficas.

O diagnóstico ilustra a situação do País e seu enquadramento no contexto global, com base no qual se identificou os principais desafios do desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe. Seguidamente, em articulação com a visão de futuro do Governo para o País, consubstanciado no seu Programa, o PNDS definiu as estratégias atinentes à superação desses desafios no horizonte de 2020 a 2024, formulando os objetivos e o respetivo plano de implementação, com vista à materialização da visão e do Programa do Governo, e das agendas internacionais no decurso desse período.

Capítulo 1. Diagnóstico do País: Contexto internacional o crescimento médio da economia mundial passou de 3,7%, entre 2007-2011, para 3,4%, no período 2012-2016. Em 2017 a economia mundial teve o maior crescimento desde 2011 de mais de 3%, o qual continuou estável em 2018, situação que deverá manter-se até 2020, segundo o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU (DESA).

Dada à queda na procura global de *commodities* e os conflitos internos, o ritmo de crescimento médio da economia da África Subsaariana recuou de 5,8%, entre 2007-2011 para 3,9%, entre 2012-2016, tendo em 2016 atingido o crescimento de 1,4%, o menor valor registrado desde 1994. No entanto, a retoma da recuperação económica na África subsariana está em curso. Estima-se que o crescimento na região tenha aumentado de 2,6% em 2017 para 2,7% em 2018, mais lentamente do que o previsto, em parte devido as fragilidades na Nigéria, África do Sul e Angola.

As economias da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) beneficiaram de um aumento na produção e nos preços do petróleo na maior parte de 2018.

Apesar da fraca dinâmica da economia global, o turismo mundial continuou a crescer a um ritmo estável, sendo suas perspetivas de futuro e sua contribuição para o desenvolvimento económico e social, cada vez mais importantes. O fluxo de turistas aumentou 3,9% em 2016, atingindo um total de 1,2 mil milhões de chegadas em todo o mundo. O mercado da África foi um dos mais dinâmicos, tendo registado um crescimento de 8%, em 2016, atingindo os 58 milhões de turistas. O maior crescimento ocorreu na África Subsariana 11%, enquanto o Norte da África voltou a dar sinais de recuperação, com um crescimento de 3% no período.

As previsões a longo prazo publicadas pela Organização Mundial de Turismo (OMT) indicam que o número de turistas internacionais será de 1.6 mil milhões em 2020, o que implica uma taxa de crescimento anual na ordem dos 4%. A previsão indica que os destinos de África, Ásia e Médio Oriente crescerão a taxas superiores à média.

O turismo internacional é assim, um dos principais setores de exportação ao nível global, representando cerca de 30% das exportações mundiais de serviços, alcançando mesmo percentagens superiores a 50% em países onde o turismo tem um papel económico muito mais importante como sejam as ilhas.

Contexto Nacional: segundo INE (2015) a população santomense é bastante jovem. A faixa etária entre 0 e 25 anos de idade representa mais 62% da população, cuja taxa de crescimento natural era de 2,76% em 2014. A população tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, o que pode implicar, a longo prazo, grandes problemas ao nível do desenvolvimento do País, principalmente no que concerne ao acesso ao emprego, habitação, educação, saúde, transportes, etc. Assim, o aproveitamento do **dividendo demográfico** constitui uma oportunidade estratégica para concretizarem-se as aspirações e as metas consignadas na Agenda 2063 e na Agenda 2030, um instrumento privilegiado para acelerar o crescimento económico e aumentar o desenvolvimento do capital humano. O dividendo pode, especialmente criar uma base para aumentar a poupança de aposentadoria, uma vez que mais trabalhadores

DRAFT

estarão a ganhar, a economizar e a investir seus rendimentos, contribuindo assim para a promoção de uma economia mais dinâmica, inclusiva e sustentável.

Situação Social e Perfil da Pobreza: as populações do País ainda sofrem muito devido a um mercado insular interno limitado, ao fraco poder de compra e à fraca diversificação da economia. O setor público é a principal entidade económica com mais de 80% de participação na formação do capital e do PIB. A taxa de **desemprego** nacional situa-se em 13,6%, com maior incidência nas mulheres 19,7%, enquanto nos homens 9,3%, (CENSO, 2012). Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF, 2010), 60% dos desempregados tinham menos de 34 anos, o que configura o fenómeno como sendo predominantemente jovem.

Em contrapartida, o Governo, com o apoio dos seus parceiros internacionais, continua a garantir uma **educação** primária gratuita e universal, cuidados básicos de saúde e direito às prestações de segurança social. O ensino secundário carece de estabelecimentos, para o ciclo completo, em todos os Distritos; tem fraca capacidade de retenção de alunos: 86% dos jovens que iniciam o ciclo apenas 15,2% chegam ao último ano. O ensino superior é muito seletivo, predominantemente privado, com cursos inadequados às necessidades da economia do País. As autoridades precisam focalizar na qualidade do ensino, a todos os níveis, com vista a adequar as formações e o mercado de trabalho.

Os Inquéritos aos Orçamentos Familiares, IOF (2010) constatam que 66,2% da população santomense é **pobre**; que a pobreza afeta predominantemente as famílias chefiadas por mulheres 71,3%, sendo 63,4% homens e afeta mais as populações rurais, sendo por isso a principal causa do êxodo rural.

No domínio da **saúde** destaca-se que o número de agentes de saúde, médicos, enfermeiros, parteiras é deficitário devido a falta de formação, agravada pela fuga de cérebros, a qual tem consequência direta na geração de um círculo vicioso de uma constante deterioração das condições económicas em geral e da qualificação profissional do restante da população que permanece no País. Não existem médicos especialistas nos distritos. Ao nível de São Tomé, há poucos médicos especialistas nacionais, aos quais é necessário adicionar especialistas cubanos e chineses, afetos ao Hospital Central de São Tomé. Apesar disso, houve um bom desempenho nos domínios da luta contra o paludismo e VIH-Sida, da saúde materna, do planeamento familiar e da sobrevivência infantil, com um acesso significativo ao programa de vacinação, tendo a ajuda pública ao desenvolvimento desempenhado um papel muito importante.

Em 2016, 95% da população tinha acesso à **água**, da qual 47% por conexão à rede de distribuição de água, e cerca de 45% a um sistema de saneamento de base. No mesmo ano, 81% das localidades do País estavam conetadas à rede pública de **eletricidade**.

Economia: a economia santomense é fortemente vulnerável aos choques exógenos e dependente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que financiou 97,3% do Orçamento do Estado de 2019. O setor económico é ainda frágil e pouco diversificado, e consiste essencialmente na produção e exportação do cacau que representa cerca de 90% das receitas das exportações totais. O setor terciário, amplamente informal, representa cerca de 60% do PIB, empregando 60% da população ativa, enquanto os setores primário e secundário contribuem, cada um, com 20% do PIB.

No período 2012-2016, o crescimento foi relativamente forte, com uma taxa média anual de 4,2%. Contudo, a economia santomense cresceu 3,9% e 2,7% em 2017 e 2018 respetivamente, na contramão das projeções do FMI de que o PIB oscilaria entre 5% e 9%, no período de 2015 a 2020.

São Tomé e Príncipe no Contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento: enquanto PEID, o desafio do desenvolvimento é um dos maiores desafios com o qual o País é confrontado e impõe uma taxa de crescimento anual do PIB de dois dígitos, sob pena de nunca se conseguir a convergência entre a economia santomense e as economias dos Pequenos Estados Insulares mais dinâmicos e desenvolvidos e a promoção de um crescimento

DRAFT

económico acelerado, sustentável, inclusivo e resiliente, no quadro da implementação Agenda 2030 e dos respectivos ODS.

C**apítulo 2 - Enquadramento Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de STP** destaca que o maior desafio do País, enquanto candidato à graduação, é o da construção de uma economia com alto nível de crescimento económico sustentável e inclusivo, visando superar as condicionantes-chave; as vulnerabilidades estruturais; a fraca diversificação da economia; a fraca competitividade da mão-de-obra; a dependência externa; o desemprego; a pobreza; as desigualdades de género e de distribuição do rendimento; a recorrente instabilidade política e governativa; a fraqueza, ineficiência e ineficácia das instituições públicas centrais, regionais e locais; oportunidades reduzidas de emigração e a consequente redução nas remessas dos emigrantes. Outros desafios importantes são:

Instabilidade Política e Governativa: a constante instabilidade político-governativa tem contribuído para bloquear o processo de desenvolvimento do País. Considera-se imperiosa a necessidade de se gerarem consensos que garantam a estabilidade governativa como fator essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, paz social, coesão e bem-estar da população. As fraquezas na aplicação das medidas de luta contra a corrupção fazem com que esse fenómeno se torne cada vez mais galopante; enquanto o défice das capacidades da administração pública influencia a qualidade na formulação das políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental; retarda o seu ritmo e nível de execução, não permitindo o seguimento e a avaliação; e afeta negativamente o ambiente de negócios.

Vulnerabilidades e Resiliência: São Tomé e Príncipe confronta-se com vulnerabilidades naturais, relacionadas à sua origem vulcânica, à sua natureza insular e arquipelágica, à falta de recursos minerais. Além disso, sua reduzida dimensão territorial, demográfica e económica; seu isolamento em relação ao continente africano e aos grandes centros financeiros e comerciais internacionais; seu mercado interno exíguo e fragmentado são caraterísticas que limitam suas reais possibilidades de desenvolvimento. Por conseguinte, sua vulnerabilidade face aos choques externos constitui uma circunstância agravante aliada à armadilha que resulta do fato do desempenho da economia, avaliado através do rendimento nacional, ocultar geralmente a vulnerabilidade económica do País.

Produção agrícola: São Tomé e Príncipe importa cerca de 15% dos alimentos de que necessita. Contudo, confronta-se com êxodo rural, o abandono dos campos e prevalência de práticas culturais tradicionais e de subsistência.

Exportações de bens: as exportações de São Tomé e Príncipe estão limitadas a um número muito reduzido de produtos, cobrindo apenas cerca de 7,2% das importações.

Importações: a produção local é pequena, o que torna São Tomé e Príncipe dependente de importações para suprir a maior parte da procura interna. A dependência é particularmente elevada, no que diz respeito aos bens estratégicos, tais como produtos energéticos e alimentares.

Elevados custos de transporte nacional e internacional: os custos da insularidade de São Tomé e Príncipe constituem um entrave considerável ao seu desenvolvimento, sendo ainda mais gravosos para a ilha do Príncipe que sofre de dupla insularidade.

Ambiente: a extração abusiva de areia já destruiu dezenas de praias no arquipélago. Cortes ilegais de árvores para construção civil e produção de carvão começaram a dar sinais preocupantes, com efeitos devastadores na erosão costeira, alteração dos padrões climáticos e do caudal dos rios.

Mudanças climáticas: como um pequeno País Insular, os efeitos e impacto das mudanças climáticas são mais intensos. Manifestam-se principalmente na erosão costeira, na alteração de padrões de precipitação que podem resultar em inundações ou secas prolongadas.

DRAFT

Dispersão geográfica: a insularidade fragmentada em duas ilhas, com uma orografia muito íngreme e acidentada tem efeitos extremamente pesados nos custos das infraestruturas de base, dos serviços e dos bens essenciais.

Segurança: tendo em conta a abundância de recursos naturais, designadamente, petróleo e gás, o Golfo da Guiné não está livre de conflitos sub-regionais ou internos aos Estados vizinhos, que podem ter repercussões nefastas sobre a estabilidade de outros Estados, entre os quais São Tomé e Príncipe.

Energia: a dependência energética do exterior é da ordem de 25%, o que releva a necessidade de se apostar na eficiência energética, fontes alternativas e energias renováveis.

A vulnerabilidade Económica: consiste principalmente no fato de ser limitada a base produtiva da economia do País. O desafio maior passará necessariamente pelo alargamento da base produtiva e diversificação das fontes geradoras de crescimento, emprego e rendimento para reabsorver a forte taxa de desemprego, nomeadamente nos jovens e mulheres e substituir as importações por produtos locais e, assim, aliviar o forte constrangimento externo sobre a economia são-tomense.

Desenvolvimento Local e dos Recursos Endógenos: enquadra-se no processo de democratização do Estado e de politização da sociedade. Destaca a necessidade de estabelecimento de políticas públicas que possibilitem uma descentralização que confira maior autonomia, designadamente a financeira, bem como uma melhor capacitação das autarquias regional e distritais em matéria de gestão e planeamento do desenvolvimento ou seja, uma aposta na territorialização dos instrumentos de gestão do desenvolvimento.

Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: tratando-se de uma agenda universal, assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem implementadas por todos os países, pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos planos nacional, regional e global. Este desafio está coerentemente incorporado no Programa do Governo e, consequentemente, assumido pelo Plano Nacional Desenvolvimento 2020-2024, através das suas estratégias, programas e projetos.

Capítulo 3 - A Visão para São Tomé e Príncipe: é a aspiração legítima de todos os santomenses viverem condignamente num País estável, democrático, inclusivo, moderno, prestando serviços de qualidade ao País, à região e ao mundo. O Programa do Governo incorpora a Visão São Tomé e Príncipe 2030, sendo também consistente a determinação de se construir um novo modelo de desenvolvimento baseado na prestação de serviços e, por conseguinte, **transformar São Tomé e Príncipe numa economia dinâmica de prestação de serviços para o Golfo da Guiné e para o mundo, no horizonte temporal de 2030.**

Localizado no Golfo da Guiné, São Tomé e Príncipe é um país dotado de uma posição geoestratégica e geoeconómica privilegiada para se transformar numa plataforma prestação de serviços, alavancada num turismo de excelência, aprendendo e adaptando práticas excelentes experimentadas aos níveis internacionais e regionais, nomeadamente, nos Pequenos Estados Insulares mais desenvolvidos: serviços turísticos, financeiros, tecnológicos, logísticos associados a economia digital, serviços de entretenimento, de saúde, e outros.

Trata-se do modelo com maior potencialidade para, no horizonte do PNDS, relançar o crescimento económico médio anual superior a 7%; agregar valor, aumentar o rendimento e acelerar a criação de emprego, sobretudo, a partir de um setor privado forte e apoiado por um quadro de incentivos adequados. O Governo pretende ainda, que STP seja de fato um País de desenvolvimento médio/alto no horizonte de três legislaturas.

No entanto, um primeiro desafio imediato, com caráter de urgência, que o Governo precisa enfrentar é o da criação de condições que assegurem o equilíbrio da estrutura da balança corrente para garantir a sobrevivência da sua população residente, face à redução continuada da Ajuda Pública ao Desenvolvimento do País.

DRAFT

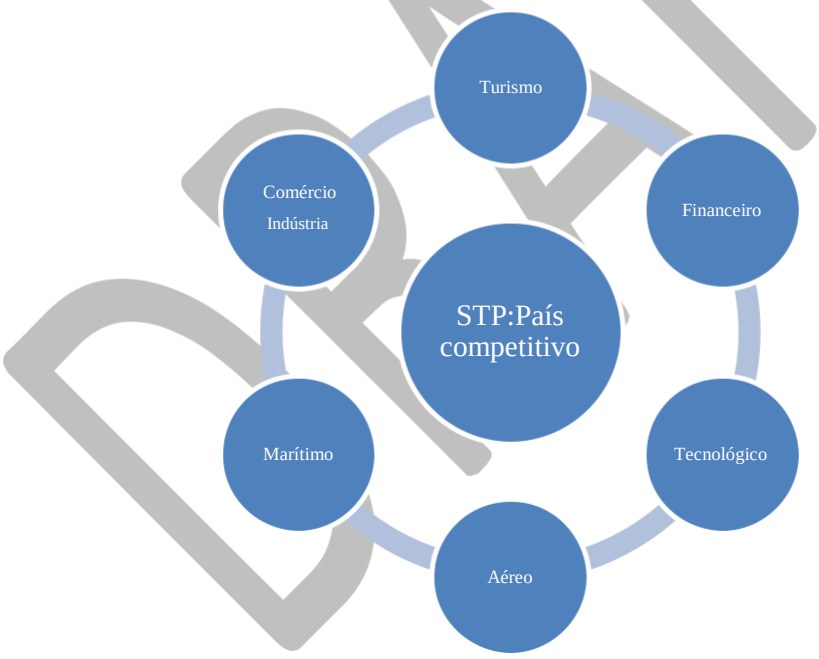
O segundo desafio a médio prazo é o de assegurar as condições que permitam ao País, no horizonte do PNDS, minimizar o complexo problema do défice da Balança Corrente, sem pôr em perigo as condições normais de sobrevivência da população.

O terceiro o desafio consiste em garantir o desenvolvimento acelerado, auto-sustentado e sustentável de São Tomé e Príncipe, assente no conceito de economia dinâmica de prestação de serviços, visando alcançar uma posição entre os PEID com melhor desempenho económico e social, nomeadamente, no que respeita ao PIB *per capita* e ao IDH.

A consecução destes desafios é essencial para o futuro considerando que a integração ativa de São Tomé e Príncipe no sistema económico mundial exige uma verdadeira mudança de paradigma de desenvolvimento, que deve orientar e modelar todo o processo de planificação e gestão do desenvolvimento nacional, regional e distrital, com uma ampla mobilização e participação do setor privado, da sociedade civil e das comunidades.

Pela sua escala, e pelo fato de se ver confrontado com custos adicionais, que resultam da insularidade e da sua natureza arquipelágica, São Tomé e Príncipe, à partida, não consegue o sucesso económico fora de um contexto de grande abertura económica e de profundas relações com o sistema económico mundial. Disso resulta que o desempenho e o sucesso económicos do País dependem, necessariamente, da sua integração, o que pressupõe uma política assertiva e consistente de cooperação internacional e regional, tanto nas dimensões bilateral e multilateral, assente numa política externa ao serviço do desenvolvimento.

Gráfico 7: STP uma economia dinâmica no centro do atlântico



Além disso, STP, à semelhança dos demais Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, regista uma enorme escassez de capitais; de tecnologia; de recursos humanos (especialmente de RH altamente qualificados); de capacidade de organização de grau superior; e de mercados.

Capítulo 4 - Os Objetivos Estratégicos do PNDS: este capítulo estriba-se na estratégia de integração ativa de STP no sistema económico global, em estreita articulação com o Programa do Governo e com os compromissos assumidos por este, visando a integração e implementação das agendas internacionais de desenvolvimento sustentável, aos níveis nacional, regional, distrital e comunitário. Para cada objetivo são descritas as estratégias setoriais particulares que serão implementadas pelo Governo, para a sua consecução.

Os dois primeiros objetivos ocupam-se especificamente de problemáticas do desenvolvimento nas áreas económicas e ambientais; o terceiro objetivo focaliza-se na problemática do desenvolvimento social e o quarto objetivo privilegia questões da soberania, democracia e diplomacia.

Objetivo 1 - Transformar São Tomé e Príncipe numa Economia Dinâmica de Prestação de Serviços ou seja, fazer de STP uma economia de serviços de excelência para a região africana e para o mundo, designadamente para os países do atlântico. Com isso, criam-se as bases para a implantação e o desenvolvimento de seis serviços especializados, enquanto soluções estratégicas para integração e desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

1. Setor de Turismo: tudo indica que São Tomé e Príncipe, como quase todos os pequenos Estados insulares bem-sucedidos no seu esforço de desenvolvimento, não foge ao destino de ser um País turístico. O desenvolvimento do turismo passa, designadamente, pela consolidação e melhoria do turismo existente e pela diversificação dos destinos internos e dos produtos, nas duas ilhas, procurando no ambiente, na cultura e na história os ingredientes principais da formação dos produtos.

2. Setor Marítimo: com a construção do porto, criação e desenvolvimento de um serviço de logística de abastecimentos de navios da frota internacional que passam ou se aproximam de STP nas suas rotas, incluindo os navios que circulam na sub-região da África Central e Golfo da Guiné.

3. Setor Aéreo: através da ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, criação de um aeroporto de logística de distribuição regional e internacional de passageiros e carga, considerando que o País dispõe de uma localização privilegiada, no cruzamento de importantes rotas aéreas que articulam os países e continentes do Atlântico.

4. Setor Comercial e Industrial: São Tomé e Príncipe possui potencialidades para transformar-se numa praça regional e internacional de negócios, altamente competitivo, e num espaço privilegiado de localização de empresas, de atração do IDE e de promoção da iniciativa empresarial endógena, dado que o País possui uma localização ótima, no centro do Atlântico, tem bons padrões de segurança, de estabilidade e de paz social.

5. Setor Financeiro a oportunidade e relevância da criação de uma praça financeira regional e internacional em STP constitui uma oportunidade acrescida para os bancos e empresas internacionais realizarem suas operações financeiras internacionais a partir de São Tomé e Príncipe, no pressuposto da competitividade do País e da necessidade de dar suporte às empresas que vierem a instalar-se nele, no âmbito do projeto de desenvolvimento de uma praça regional e internacional de negócios.

6. Setor de Tecnologia Digital e de Inovação: o isolamento geográfico, por um lado, e a localização geoestratégica de São Tomé e Príncipe, por outro, faz com que a conetividade seja uma questão prioritária. Para tornar a economia mais competitiva e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, o Governo deve, absolutamente, apostar em transformar STP num país de excelência em matérias de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

No entanto, para garantir o sucesso da estratégia de integração ativa de STP no sistema económico global, é fundamental adequar as condições de funcionamento da economia santomense às exigências da envolvente externa, que incluem, nomeadamente:

- Programa de reformas económicas, na perspetiva de criar um ambiente de negócios altamente competitivo, assente na confiança, na minimização dos custos de contexto e no reforço da sustentabilidade;
- Reforma do sistema de formação de capital humano, um dos programas mais importantes, senão o mais importante, numa perspetiva de médio e de longo prazo;
- **Investimento Direto Estrangeiro**: a estratégia de integração ativa de STP no sistema económico mundial enfatiza a importância do IDE. Assim, a atração do IDE no domínio

DRAFT

da criação de uma praça regional e internacional de negócios e finanças e não só, é absolutamente vital. Aliás, esta necessidade não é exclusiva de STP e dos países menos desenvolvidos. Antes pelo contrário, trata-se de uma condição de todas as economias dinâmicas, independentemente da sua dimensão e nível de desenvolvimento.

Objetivo 2 - Promover Crescimento Económico Inclusivo e Sustentabilidade Ambiental: o Governo assume ter encontrado STP numa grave situação socioeconómica, sendo sua principal preocupação o resgate e devolução da dignidade e bem-estar a todos os santomenses. Esse desiderato será materializado com a implementação do novo modelo de desenvolvimento assente numa economia de prestação de serviços, ancorado a um setor privado forte e apoiado, na convicção de que este é o modelo que oferece maior potencialidade e garantia para a concretização, no horizonte do PNDS, do crescimento económico médio anual superior a 7%. Nesta perspetiva, o turismo é eleito como motor de transformação e de criação de valor, agregando recursos do setor da agricultura, da pecuária, das indústrias criativa e marítima, entre outros.

Desenvolvimento do Turismo e Sustentação do seu Crescimento: como se referiu no primeiro capítulo, apesar do fraco dinamismo da economia global, o turismo mundial continuou a crescer a um ritmo estável, sendo suas perspetivas de futuro, incluindo a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social, cada vez mais importantes. Entre 2010 e 2016 o número de turistas em visita ao País aumentou de 8 para 29 mil, um acréscimo de 263%. Contudo, a exploração do potencial turístico dos recursos naturais, históricos e culturais de São Tomé e Príncipe está ainda numa fase embrionária.

Ressalva-se que, dada a volatilidade potencial deste segmento de mercado, deve-se acautelar a assunção desta variável (turismo) como um elemento estrutural de resposta às tensões da Balança de Pagamentos, na ausência de políticas adequadas, capazes de tornar este segmento resiliente a determinantes externas e internas. A variável que poderia ter um papel importante para o equilíbrio da Balança de Pagamentos e que tem mantido um fluxo decrescente nos últimos anos são as transferências dos emigrantes. Assim sendo, torna-se premente a implementação de uma política consistente de atração e promoção da participação da diáspora no desenvolvimento de STP.

Promover a Diversificação da Produção e das Exportações, com destaque para os seguintes setores:

Pescas: considerando que economia azul constitui uma nova abordagem do desenvolvimento para o setor marítimo; atendendo que ela representa um enorme potencial de criação de inúmeros postos de trabalho e de valor acrescentado para o desenvolvimento de STP, preconiza-se a concentração de esforços no sentido de tirar o maior proveito possível dos recursos naturais marinhos, enquanto base de expansão da atividade económica, em simultâneo com a formação e qualificação de quadros nacionais neste domínio, salvaguardando que o aproveitamento sustentável desses recursos é relevante sob os pontos de vista económico, social e ambiental.

Agricultura é um setor estratégico para o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe, representando mais de 70% do emprego no mundo rural e gerando 80% das receitas de exportação. Propõe-se transformá-la num setor gerador de emprego e de rendimento; portador de prosperidade e de reconhecimento social; respeitador e protetor do ambiente. Além disso, aposta-se na mudança de uma lógica de subsistência para a de empresarialização e criação de mecanismos para tornar o setor atrativo para os jovens e atuais quadros, implementando as seguintes medidas estratégicas: transformação agro-pecuária; investigação e desenvolvimento; extensão rural; ordenamento agrícola; crédito agrícola; equacionamento das questões fundiárias; logística agrícola e assistência à comercialização; assistência à organização da classe produtiva; promoção de atividades geradoras de rendimento; desconcentração gradual de competências para

DRAFT

a RAP e Distritos; proteção do ambiente, deixando de ser visto apenas como um custo para a sociedade, garantir a sustentabilidade e qualidade ambiental; preservar e valorizar a biodiversidade marinha e terrestre, recursos hídricos e saneamento.

Indústria Ligeira: trata-se efetivamente dum produto da implementação do Programa Setor Comercial e Industrial do Objetivo 1 do PNDS. Enquadra-se na estratégia de transformação de STP numa economia dinâmica de prestação de serviços para a região e para o mundo, tirando maior proveito possível da sua ótima localização no centro do atlântico, dos bons padrões de segurança, da estabilidade e da paz social. Por conseguinte, a indústria ligeira está ancorada principalmente na matriz cultural do País, nomeadamente, na agricultura, pecuária, pescas, cultura, indústrias criativas e indústria ligeira para exportação.

As principais prioridades têm como objetivo a criação de condições, particularmente ao nível do ambiente de negócios e de atração e retenção do IDE, que impulsionem um crescimento económico acelerado e geração do emprego nos diferentes setores da economia; que promovam a diversificação da base produtiva, o aumento da produtividade e da competitividade da economia; bem como a mudança da lógica de subsistência para a lógica empresarial, tendo em vista tanto o mercado interno como os nichos de mercados regionais e internacionais.

Empreendedorismo e empregabilidade: o maior obstáculo ao empreendedorismo empresarial e social no País é a dificuldade de financiamento e de instrumentos de capacitação dos jovens empreendedores, acrescido da fragilidade ou inexistência de políticas públicas apropriadas, nomeadamente a adoção de um pacote de incentivos específicos para alavancar o setor. Além disso, destaca-se a necessidade de promover as condições que estimulem e desenvolvam a atitude empreendedora direcionadas designamente para os jovens. Essa mentalidade é essencial não apenas para quem quer montar um novo negócio, mas também para quem deseja crescer rápido na sua carreira profissional, ou seja, ter coragem para assumir riscos e grandes responsabilidades.

Cultura e Indústrias Criativas: a localização geográfica privilegiada, associada ao processo histórico da formação social de São Tomé e Príncipe, conferiu ao País uma expressiva diversidade cultural. A vida cultural, a criatividade e a inovação devem ser preservadas e desenvolvidas, por meio de políticas culturais coerentes e eficientes, em harmonia com o desenvolvimento das ilhas, região e distritos do País.

Reforço do Planeamento e Regionalização do PNDS: planeamento, além de constituir-se num instrumento privilegiado de diálogo político e técnico, e de gestão do desenvolvimento, funciona também como um mecanismo fundamental da eficiência do Estado e da administração pública; de sinalização de oportunidades económicas; de direcionamento das intervenções do Estado; de correção das distorções, disfunções e assimetrias. Além disso, tem-se a possibilidade de promover melhor apropriação pelos atores de desenvolvimento, a todos níveis, melhor mobilização social e institucional, melhor comprometimento e participação, e melhor governança.

Ambiente de Negócios: reforma do ambiente de negócios visa proporcionar às empresas as condições adequadas para o livre desenvolvimento das suas atividades, o que não significa ausência de regras. Porém, estas devem ser claras, justas, circunscrevendo-se ao estritamente necessário, e aplicadas de forma transparente e efetiva, e não devem constituir obstáculos desnecessários à criação de riqueza pelas empresas.

Boa Governação: para transformar São Tomé e Príncipe num país credível atrativo e altamente competitivo. Propõe-se, como meta, fazer com que a classificação de STP para cada indicador de boa-governação, seja igual ou superior a 80.

Liberdade económica: para reforçar a confiança e tornar o País competitivo, designadamente, no que respeita à atração do IDE e à construção dos seis setores especializados de serviço para transformar STP numa economia dinâmica no Golfo da Guiné, estabelece-se como objetivo melhorar as seguintes variáveis/indicadores de liberdade económica: proteção do

DRAFT

direito de propriedade; eficiência da justiça; integridade governativa e saúde fiscal; liberdade de realização de negócios; liberdade de comércio e de realização de transações financeiras; direito laboral. A meta, no horizonte do PNDS, é fazer STP transitar de país predominantemente não livre para país moderadamente livre, com um coeficiente igual ou superior a 60.

Modernização e competitividade fiscal: a preocupação constante que atravessa a proposta de reforma fiscal do Executivo é o desafio de ter um sistema fiscal simples, moderno, justo e eficiente, competitivo à escala global (promotor do IDE); a assunção de uma fiscalidade amiga das empresas e das famílias, de forma a atrair o investimento e assegurar um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento empresarial e do setor privado e que melhore efetivamente as condições de vida da população.

Melhorar a qualidade das despesas orçamentais: com o aperfeiçoamento dos procedimentos, melhorias na legislação e normas, aposta na desburocratização e na prestação de contas, numa abordagem informatizada e integrada da administração financeira do Estado.

O financiamento à economia: propõe-se a definição e a implementação de uma nova estratégia visando o financiamento da economia, procurando formas e fontes alternativas de financiamento para a promoção do investimento tanto no setor público como no privado.

Fontes alternativas de financiamento à economia: o Governo tem o desafio de diminuir significativamente a dependência do endividamento para financiar as despesas públicas, sendo que uma das vias é a da reestruturação da administração tributária para arrecadar mais receitas domésticas. Também é necessário trabalhar para aumentar a formalização da economia e reduzir a fraude e a evasão fiscais. Recomenda-se ainda: a adoção de uma agenda de privatizações, concessões e Parcerias Público-Privadas no âmbito da reforma económica; implementação de um forte programa de captação e retenção do Investimento Direto Estrangeiro; reforma do setor empresarial do Estado; promoção de micro-finança como instrumento privilegiado de combate a pobreza.

Infraestruturas, Transição, Eficiência Energética e Água: destaca-se o reconhecimento do importante e decisivo papel que as infraestruturas desempenham no processo de desenvolvimento inclusivo e sustentado de qualquer país, sendo por isso um ativo essencial, sem o qual os setores de produção, nomeadamente o primário, secundário e terciário não encontrariam a sua base de sustentação para alavancarem o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Ordenamento do território e urbanização: o território é um dos principais ativos estratégicos de que São Tomé e Príncipe possui. Assim, o ordenamento do território torna-se num instrumento privilegiado de organização e gestão sustentável do espaço nacional e dos seus ecossistemas, permitindo um aproveitamento sustentável do solo, das águas territoriais e dos recursos naturais.

Transição e eficiência energética: o setor energético carateriza-se por uma fraca capacidade de produção, fraca estabilidade de energia, agravada pelas condições de operacionalidade da empresa e pelo crónico défice nas capacidades internas para fazer manutenção e recuperação dos geradores. Assim, o Governo está determinado em reverter esse quadro, lançando as bases com vista a «Eletrificação sustentável e limpa do País», com recursos às fontes hídrica, eólica e solar.

Petróleo: a exploração de hidrocarbonetos terá um papel central no financiamento da economia e no crescimento económico do País.

Água: aposta na melhoria da qualidade da água e do saneamento do meio, de forma a contribuir para um nível superior da qualidade de saúde das populações, promovendo assim a eliminação das doenças de origem hídrica e de outros constrangimentos sociais.

Proteção do Meio Ambiente e dos Ecossistemas Nacionais: com o objetivo de assegurar uma gestão sustentável dos recursos ambientais, propõe-se concretizar um conjunto de políticas integradas para o setor, imbuído da preocupação em garantir à sociedade são-tomense o

DRAFT

usufruto da qualidade ambiental, bem como potenciar a valorização do ambiente como um ativo e fator de competitividade económica do País, salvaguardando o equilíbrio entre a satisfação das necessidades atuais e as das gerações vindouras.

Objetivo 3 - Garantir Inclusão e Proteção Sociais, Reduzir as Desigualdades Sociais e Assimetrias Regionais, visando a melhoria das condições de vida e inclusão social, objetivo que consubstancia e desenvolve o segundo grande desafio do Governo, o de reforçar da coesão social, através da melhoria da eficácia e operacionalidade da ação do Estado no sentido de resgatar e devolver dignidade à condição humana dos são-tomenses, com relevância para mais equidade, mais justiça social e mais programas de reinserção social.

Inclui ainda a integração da diáspora no processo de desenvolvimento do País, uma diplomacia intensiva para promoção e credibilização do Estado e transformação de STP num ótimo espaço de atração turística e de realização de negócios.

Idosos: proposta de transformação no sistema de saúde que substitua os modelos curativos baseados na doença pela prestação de atenção integrada e centrada nas necessidades dos idosos, atendendo que uma vida mais longa e saudável é um recurso incrivelmente valioso, tanto do ponto de vista económico como social.

Educação de Excelência e Formação Profissionalizante: o setor da educação é a principal prioridade orçamental do Governo. A aposta num programa de educação e formação de excelência constitui um instrumento fundamental para a valorização e transformação do capital humano; uma condição essencial para a empregabilidade, competitividade e desenvolvimento das pessoas em idade ativa; um recurso imprescindível nesta etapa crucial do desenvolvimento sustentável e inclusivo do País. A estratégia para a promoção de uma educação de excelência privilegia reformas em todas as áreas-chave do setor da educação, inclusive a eliminação de problemas que emperram o sistema, tais como: insucesso escolar; educação pré-escolar; ensino básico; ensino secundário, qualidade do ensino; gestão escolar; trabalho digno e formação profissional (emprego e formação estão fortemente conetados); educação de jovens e adultos ao longo da vida; ensino superior.

Juventude: ter uma sociedade maioritariamente jovem não é um problema, mas sim uma grande oportunidade e perspetiva para o futuro. Neste quadro, torna-se essencial a promoção de medidas inovadoras que atendam às suas necessidades e expetativas, designadamente, nas áreas de emprego, auto-emprego, empreendedorismo, habitação, formação, recreação, desporto, associativismo e voluntariado.

Desporto: é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento juvenil sustentável, para os grandes problemas sociais que afetam a juventude, sendo também um fator de mobilização, coesão social e comunitário, e uma importante indústria que movimenta a economia nacional, regional e global. Neste sentido, o desporto é um fator de desenvolvimento, pela sua transversalidade e interação com educação, saúde e bem-estar, turismo, projeção internacional do País, indústria desportiva e exportação de talentos. Desempenha também um importante papel, como mecanismo de inclusão social e participação cívica dos jovens.

Cultura: o Governo, no quadro do PNDS, pretende implementar uma política cultural congregadora de vontades, capacidades e experiências para a promoção e desenvolvimento da cultura nacional, implicando e envolvendo atores públicos e privados, numa estreita colaboração e articulação de iniciativas, por forma a criar uma estratégia eficaz de comunicação e divulgação e visibilidade à cultura santomense.

O Sistema Integrado de Saúde e Proteção Social: o direito à saúde é um mecanismo que permite evitar a pobreza ou o seu agravamento, promove a paz e a inclusão social, e potencia o crescimento económico e o desenvolvimento do País. Trata-se de um direito consagrado na Constituição da RDSTP, compreendendo os princípios de universalidade da cobertura; equidade de acesso aos serviços; e solidariedade no financiamento. As reformas centrar-se-ão nas

DRAFT

seguintes áreas/problemas: prestação de cuidados; recursos humanos; governação, financiamento e gestão do setor; aprovisionamento; infra-estruturas.

No domínio da **Proteção e Inclusão Sociais** reputa-se de capital importância a reforma do sistema nacional de segurança social, mediante a implementação de uma política visando uma maior coesão social, aumento da pensão mínima de sobrevivência e sustentabilidade do sistema. Assim, pretende-se, ainda no primeiro ano da governação, incluir no Programa de Investimento Público (PIP), o Programa Rendimento Mínimo de Inclusão Social (RMIS) para combater a precariedade e extrema pobreza.

Igualdade de Género e Desenvolvimento Inclusivo: o País continua a registar importantes desafios para alcançar a plena igualdade de género, com destaque para autonomia económica das mulheres, sua participação na política e na tomada de decisão, e a violência baseada no género. Em termos de políticas, programas e práticas institucionais, apesar de alguns progressos, persistem fragilidades na transversalização da abordagem de género ao nível setorial, regional e distrital, e no empoderamento das mulheres.

Objectivo 4 - Reforçar a Soberania, Aprofundar a Democracia e Renovar a Diplomacia para o Desenvolvimento aborda a estratégia para aprofundamento e consolidação da democracia, reforço da soberania e adoção de uma nova diplomacia centrada no desenvolvimento sustentável.

No que concerne à **Democracia**, o desafio interpela o Governo para a necessidade urgente de refundação e consolidação dos pilares do Estado de direito democrático, visando reorganizar o Estado no seu todo; fortalecer a democracia e as instituições no plano nacional, regional e distrital; salvaguardar os direitos, liberdades e garantias fundamentais da pessoa humana consagrada na constituição e nas Leis da República.

Assim, a **Reforma do Estado** engloba e prioriza as seguintes áreas e temas: reforma e modernização do sistema judiciário; assegurar a neutralidade e independência da comunicação social pública; garantir mecanismos para maior envolvimento e participação da sociedade civil e suas organizações; combate à corrupção e à impunidade; construção de um novo estabelecimento prisional; adoção de política para reinserção social; criação de centros de arbitragem-redefinição; modernização dos registos e notariado; instalação de serviços de informática e reprografia; reforma e modernização da administração pública;

Na dimensão **Soberania** a reforma centra-se na Defesa Nacional, mediante e redefinição e melhor adequação do papel das **Forças Armadas**; criação de serviços de política e tratamento de informações geopolíticas de natureza estratégica; **Segurança Interna** enquanto pilar fundante da construção de sociedades democráticas, inquestionável fator de desenvolvimento e um ativo político, social e económico vital do ponto de vista estratégico; reforço do sistema de proteção civil; combate à sinistralidade rodoviária.

No domínio da **Diplomacia**: no essencial a diplomacia nacional continua a zelar pela preservação da soberania nacional, pela defesa e promoção dos interesses do País, porém alicerçada num novo paradigma que persegue os objetivos estratégicos do desenvolvimento económico, mediante a inserção segura e vantajosa do País no mundo. Assim, aposta-se no fortalecimento da diplomacia, da cooperação internacional e da integração regional e internacional de São Tomé e Príncipe.

Além disso, o Governo e todos os setores da sociedade santomense deverão empenhar-se fortemente na construção e consolidação da imagem de STP como um País credível e respeitável no mundo, onde prevalece a cultura de boa-governação; a transparência; a responsabilização e a gestão criteriosa dos recursos gerados internamente e dos angariados através da cooperação internacional. Aliás, uma gestão orientada para objetivos, seja em matéria do desenvolvimento, seja na satisfação das necessidades prementes da sua população, nomeadamente, dos grupos mais pobres e vulneráveis do País.

DRAFT

Inclusão da Diáspora no Processo de Desenvolvimento: visa nomeadamente uma melhor salvaguarda dos interesses de cidadãos santomenses nos respetivos países de acolhimento, fortalecimento de seus laços com o País de origem e promoção da sua contribuição e comprometimento com desenvolvimento do País.

Capítulo 5 - Quadro Operacional do PNDS: o quadro lógico do PNDS, os objetivos, os indicadores de impacto e as metas, procura evidenciar, de forma sintética e coerente, o quadro concetual e metodológico do processo de elaboração e sistematização do PNDS 2020-2024.

O PNDS será implementado através de uma abordagem programática. A conceção e o planeamento dos programas setoriais e transversais destinam-se à realização do Programa e Visão do Governo, bem como da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe, no horizonte da implementação do PNDS.

Os referidos programas encontram-se dispostos numa matriz, de acordo com a sua natureza e os objetivos para os quais contribuem, agrupados em três pilares: Economia Sustentável, Desenvolvimento Social e Soberania e Democracia.

A matriz do PNDS apresenta um conjunto de 34 Programas, ao qual se acrescenta o Programa de Gestão e Administração Geral, transversal aos 3 Pilares, sendo 19 Programas do Pilar Economia Sustentável, 8 Programas do Pilar Desenvolvimento Social e 7 Programas do Pilar Soberania e Democracia, identificando os objetivos para os quais contribuem.

O PNDS tem um orçamento estimativo de 48.280.767.563 Dobras (equivalente a 1.970.643.574 Euros) destinado à materialização dos seus quatro macros objetivos, com a seguinte distribuição:

Objetivo 1: 22,5%;
Objetivo 2: 35,0%;
Objetivo 3: 27,5%;
Objetivo 4: 15,0%.

Importa relembrar que o PNDS está vinculado ao Programa do Governo, visando sua operacionalização, por um lado e, por outro, os Pilares e Programas do PNDS estão articulados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os quais contribuem.

Pilar 1 - Economia Sustentável constitui-se de 19 programas, tendo como setores de tutela as Finanças, Infraestruturas, Agricultura, Educação, Turismo, Cultura e Juventude, contribuindo predominantemente para os objetivos 1, 2 e 3 do PNDS e apenas marginalmente para o objetivo 4. Seu orçamento indicativo, para o período do PND, é de 27.761.441.348,73 Dobras. Contribui para os ODS 1,2,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17.

Pilar Desenvolvimento Social constitui-se de 8 programas, tutelados pelos setores da Educação, Saúde, Trabalho e Juventude. Seus programas contribuem diretamente para os objetivos 1, 2 e 3 do PNDS, tendo um orçamento indicativo estimado em 13.277.211.079,82 Dobras. Contribui para os ODS 1,3,4,5,8,10,16.

Pilar Soberania é composto por 7 programas, os quais têm como tutela os setores da Defesa e Ondem Interna, Justiça, Finanças, Juventude, Trabalho e Negócios Estrangeiros. A contribuição do pilar abrange a totalidade dos quatro macros objetivos do PNDS (1,2,3 e 4), contribui para os ODS 1,3,4,5,8,10,13,16,17, tendo um orçamento indicativo no montante de 7.242.115.134,45 Dobras.

Programa de Gestão e Administração Geral, transversal a todos os Ministérios, tem como objetivo de gerir e apoiar todos os Ministérios, inclusive as Delegações Regionais, Governo Regional e Câmaras Distritais, com um orçamento de 9.656.153.512,60 de Dobras.

Regionalização do PNDS: São Tomé e Príncipe é um País de assimetrias regionais decorrentes da sua insularidade e de políticas públicas que não procuraram reduzir os custos da insularidade. Os jovens da ilha do Príncipe não têm as mesmas oportunidades que os de São Tomé, no acesso à formação, conhecimento, emprego, cuidados de saúde, serviços de turismo,

DRAFT

etc. Por conseguinte, a regionalização do PNDS representa um compromisso maior dos Governos central, regional e distritais pela qualidade e transparência das despesas públicas, descentralização financeira, o que resultará em mais recursos e melhor intervenção do poder local na promoção da economia local, no atendimento da demanda social. O Orçamento Geral do Estado desempenha nesse processo o papel de principal instrumento para a concretização dos planos e da gestão do desenvolvimento.

Capítulo 6 - Financiamento e Modalidade de Implementação do PNDS: o PNDS será financiado 31,25% pelo Orçamento Geral do Estado e 40% pelo setor privado, através da Parceria Público-Privada. Entretanto, haverá ainda a necessidade de financiamento de 28,75% do orçamento total do PNDS, no montante de 13.880.720.674,29 Dobras (equivalente a 566.560.027,52 Euros). A contribuição do Estado, através do OGE, será de 15.087.739.862,82 Dobras (equivalente a 615.826.116.85 Euros).

Atores e Instrumentos de Implementação: são o Estado, através de suas administrações centrais e desconcentradas, o Governo Regional, as Câmaras Distritais, o setor privado, as organizações da sociedade civil e os parceiros técnicos e financeiros.

Operacionalização do Sistema de Planeamento: a operacionalização do PNDS processar-se-á através de uma abordagem integrada e alinhada com os instrumentos de planeamento de médio e curto prazo definidos pelo Sistema Nacional de Planeamento.

Papéis e Responsabilidades: ao nível da administração central, o acompanhamento da execução física e financeira dos programas, projetos e unidades e a avaliação do desempenho serão assegurados pelo Ministério das Finanças, sendo o acompanhamento da execução física e a avaliação de desempenho efetuados pela Direção do Planeamento (DP). A execução financeira será efetuada pelas Direções de Administração e Finanças (DAF), a fiscalização e controlo orçamentais, da responsabilidade da Inspeção Geral das Finanças, do Tribunal de Contas e da Assembleia Nacional.

Ao nível de cada setor a responsabilidade será da Direção Setorial do Planeamento (DSP) ou órgão equivalente, apoiado por um Gestor do Programa, os quais serão apoiados tecnicamente por um Agente de Seguimento e Avaliação.

Mecanismo de Seguimento e Avaliação: processar-se-á através da abordagem de desempenho, componente técnico do seguimento, componente técnico de avaliação, suportes de desempenho, documentos de seguimento do desempenho, sistema de informação para seguimento do desempenho e revisões de desempenho.

Plano de Seguimento: recomenda-se a utilização do Quadro Lógico (QL), enquanto instrumento de programação.

Plano de Avaliação: incidirá sobre o instrumento de planeamento a longo prazo e a avaliação sistemática setorial e global.

Dispositivo Institucional de Seguimento e Avaliação: a principal missão do dispositivo institucional de seguimento e avaliação (DISA) é a formalização e facilitação do diálogo entre todas as partes interessadas no desempenho das ações de desenvolvimento do PNDS, de acordo com os princípios diretores do Plano tais como: liderança nacional; solidariedade e parceria; gestão baseada em resultados; coordenação proativa; equidade e redução de desigualdades.

DRAFT

Assim, dois objetivos são atribuídos à esse dispositivo: i) reportar as partes interessadas sobre a implementação do PNDS; e ii) recomendar os reajustes, revisões, atualizações ao Plano.

Os órgãos:

1. **Quadro de Concertação e Coordenação** (QCC) (existente ou a ser criado pelo Primeiro-ministro) entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento;

2. **Comissão Técnica de Seguimento** (CTS), composto pelas estruturas competentes da administração económico-financeira (do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul);

3. **Grupos Temáticos de Diálogo**;

4. **Gabinete de Estudos e Planeamento dos Ministérios** (ou estrutura equivalente);

5. **Comissões de Seguimento e Avaliação Regional e Distritais.**

Sistema Estatístico Nacional: o SEN deve fornecer informações através de um cronograma previamente estabelecido, que atenda as necessidades dos produtores e utilizadores de estatísticas oficiais para o seguimento e avaliação dos planos estratégico-setoriais e dos programas do PNDS.

Assim, a capacidade de produção de dados dos setores da administração governamental e do Sistema Estatístico Nacional precisa desenvolver-se substancialmente para responder às necessidades de produção de dados estatísticos específicos para o S&A da implementação dos ODS e Roteiro de Samoa, designadamente, nas vertentes da qualidade; quantidade; frequência; desagregação; distribuição; disponibilidade; acessibilidade; integração sistemática dos dados nas políticas; implementação e sistematização de S&A em toda a administração pública; e utilização sistemática do S&A para avaliar o desempenho e os impactos.

Capítulo 7 - Análise de Risco: as economias em desenvolvimento têm-se caraterizado por instabilidades cíclicas no seu processo de crescimento económico, sobretudo nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID). Assim sendo, a eficácia na gestão das políticas económicas depende da compreensão da natureza dos choques que afetam a economia e das suas interações económicas, como é o caso do setor externo, principalmente para os PEID como STP, caraterizado por elevado grau de abertura económica e integração financeira, derivado do regime cambial existente e demais particularidades nacionais.

No que concerne ao PNDS, sua implementação bem-sucedida poderá ser frustrada pela ocorrência desses e de outros fatores de risco endógenos ou exógenos, que incluem: instabilidade sociopolítica; fraca liderança nacional; fraca mobilização de recursos endógenos; défice de capacidade persistente; conjuntura sub-regional e ou internacional desfavorável; riscos climáticos e emergências humanitárias em decorrência de surto de epidemias.

DRAFT

INTRODUÇÃO

Em 2012, de acordo com os dados do Inquérito ao Orçamento Familiar, a pobreza atingia 66,2% da população. O Programa do Governo destaca que a retração do crescimento económico em 2017, tendência que prevalece e se acentua em 2018, com um crescimento de 2,7% do PIB, a situação socioeconómica do País, bem como as condições de vida dos santomenses degradaram-se significativamente.

Além disso, registou-se a deterioração do estado de direito democrático, com sérias implicações para as liberdades individuais, a degradação de cuidados de saúde, baixo nível de atividade económica resultante de disfuncionamento do setor energético, degradação dos principais indicadores macroeconómicos, desgaste dos rendimentos individuais e das empresas, ocasionado por abruptas subidas de comissões, taxas e introdução de novos impostos. A produção energética atingiu níveis mínimos, afetando as atividades empresariais e a produtividade, em geral, relegando a população à escuridão. A taxa da inflação de 6,4 em 2014 aumentou para 9,04 em 2018.

Visando reverter o quadro acima mencionado, o Programa do Governo, através do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024, identifica os principais desafios do desenvolvimento sustentável e inclusivo do País, apresenta a visão do Governo e do País a ser materializado na atual legislatura e no horizonte de 2030, alinhando-se com as agendas internacionais, designadamente, a Agenda 2030 das Nações Unidas e o Roteiro de SAMOA.

Concomitantemente, o Governo descreve e justifica suas respostas estratégicas tendo em vista a concretização do Novo Modelo de Desenvolvimento Baseado na Prestação de Serviços, especializados em seis setores económicos prioritárias: Turismo, Finanças, TIC, Marítimos, Aéreos, Comércio e Indústria.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe de 2020-2024 (PNDS) é o primeiro plano de desenvolvimento elaborado em conformidade com a Lei n.º 6/2017, de Março de 2017, a Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento.

PNDS inaugura um novo ciclo e modelo de planificação e gestão do desenvolvimento nacional, em substituição da anterior ENRP II 2012-2016, implementada e concluída em 2016, incorporando os ganhos resultantes da experiência da execução da ENRP II, procurando aprimorar-se com as insuficiências e ineficácias desse instrumento.

Para o efeito, pretende-se, desde início, ressaltar a necessidade e a importância da implementação de um programa de revisão do PNDS, designadamente, dos seus programas e projetos, adequando-os e ajustando-os às circunstâncias e realidades dinâmicas dos destinatários que o Plano pretende transformar. Neste âmbito, em especifico, o objetivo principal é adoção de um instrumento, uma espécie de listagem de verificação para a revisão de projetos que efetivamente contribuam para a melhoria do resultado final e, garantir assim, a qualidade na implementação do processo de desenvolvimento.

O PNDS tem como base da sua elaboração o Programa do Governo mas, sobretudo, consubstancia-se como o primeiro plano operacional de harmonização, integração e implementação da Visão 2030 de Transformação de STP e sua Agenda de Transformação (AT),

DRAFT

no horizonte 2030; da Agenda 2030 da ONU e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); das Modalidades Aceleradas de Implementação do Roteiro de Samoa.

PNDS é também uma ferramenta de planeamento que concretiza, em termos programáticos e operacionais, o Programa do Governo, focalizado nos seus quatro eixos estratégicos de intervenção:

- Aprofundamento do Estado de direito democrático;
- Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;
- Melhoria da qualidade de saúde e proteção social;
- Política externa ao serviço de desenvolvimento.

Além disso, o PNDS visa garantir a equidade intergeracional por meio da gestão sustentável dos recursos naturais, do combate às mudanças climáticas e erradicação da pobreza.

DRAFT

1. DIAGNÓSTICO DO PAÍS

1.1. Contexto Internacional

O crescimento médio da economia mundial passou de 3,7%, entre 2007-2011, para 3,4%, no período 2012-2016. O abrandamento das principais economias emergentes justificou a performance macroeconómica global neste período. As economias avançadas, não obstante os constrangimentos, conheceram um aceleramento ao nível da atividade económica de 0,7 %. No caso particular da Zona do Euro, o aumento foi de apenas 0,2%.

Em 2017 a economia mundial ganhou força com a diminuição das fragilidades associadas à crise financeira global e teve o maior crescimento desde 2011, de mais de 3%, o qual continuou estável em 2018, segundo o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU (DESA).

O estudo destaca que a melhoria na situação económica global oferece uma oportunidade aos países para se concentrarem em criar políticas sobre questões de longo prazo. Entre elas, o crescimento económico de baixo carbono, a redução das desigualdades, a diversificação económica e a eliminação de barreiras profundas que dificultam o desenvolvimento[1].

Em contrapartida, o crescimento global em 2019 deverá cair para 2,6%, refletindo uma redução no comércio e no investimento maior do que o esperado no início do ano. A retoma do crescimento deverá ocorrer gradualmente, em 2020 e 2021, para 2,7% e 2,8%, respetivamente, com base na continuação de boas condições de financiamento global e numa recuperação modesta nas economias emergentes e em desenvolvimento, cujo crescimento continua limitado por investimentos moderados. Assim, os riscos mantêm-se firmes, refletindo em parte a possibilidade de uma nova escalada das tensões comerciais, sendo que é urgente que essas economias reforcem as reservas políticas[2] e implementem reformas que impulsionem as perspetivas de crescimento[3]. No entanto, o crescimento das EMDE deverá aumentar de 4% em 2019 para 4,6% em 2020-2021. Esta recuperação resulta do impacto decrescente das pressões financeiras anteriores em algumas das grandes economias emergentes e em desenvolvimento.

No período 2012-2016, os preços internacionais de *commodities* e combustíveis inverteram a tendência crescente, verificada entre 2007 e 2011. Dado a queda na procura global de *commodities* e os conflitos internos, o ritmo de crescimento médio da economia da África Subsaariana recuou de 5,8%, entre 2007-2011 para 3,9%, entre 2012-2016. No ano de 2016, atingiu o crescimento de 1,4%, sendo o menor valor registrado desde 1994.

No entanto, a retoma da recuperação económica na África subsariana está em curso, embora num ritmo mais lento. Estima-se que o crescimento na região tenha aumentado de 2,6% em 2017 para 2,7% em 2018, mais lentamente do que o previsto, em parte devido as fragilidades na Nigéria, África do Sul e Angola. A região enfrentou um ambiente externo mais difícil em 2018 devido ao comércio global em abrandamento, às condições financeiras mais restritivas e ao dólar americano mais forte.

A Nigéria cresceu 1,9% em 2018, mas a produção de petróleo diminuiu em meados de 2019. A atividade não petrolífera também diminuiu, em virtude de uma fraca procura por parte dos consumidores e dos conflitos que perturbaram a produção agrícola. Em Angola, o segundo maior exportador de petróleo da região, a economia contraiu-se 1,8%, visto que a produção de petróleo diminuiu.

A economia da África do Sul cresceu 0,9 porcento em 2018, visto que saiu de uma recessão técnica no segundo semestre do ano, em parte devido a uma maior atividade na

[1] Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-12/economia-mundial-teve-em-2017-maior-crescimento-em-seis-anos-diz-onu>. Acesso em 10 abr 2019.

[2] No campo da economia internacional, reservas políticas referem-se aos capitais internacionais armazenados pelos Estados (Euro e Dólar) para cobrir emergências futuras e instabilidades económicas causadas pelas crises externas.

[3] Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects. Acesso em 10 out 2019.

DRAFT

agricultura e na indústria transformadora. No entanto, o crescimento permaneceu moderado, visto que os problemas no setor mineiro e a fraca atividade na construção agravaram-se em virtude da incerteza política e da baixa confiança empresarial.

As economias da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) beneficiaram de um aumento na produção e nos preços do petróleo na maior parte de 2018. A atividade económica nos países respeitadores dos recursos foi robusta, sustentada na produção agrícola e nos serviços, no consumo doméstico e no investimento público.

Muitos países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) cresceram 6% ou mais, incluindo o Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim e Senegal[4].

Apesar da fraca dinâmica da economia global, o turismo mundial continuou a crescer a um ritmo estável. As perspectivas de futuro do turismo mundial, incluindo a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social, são cada vez mais importantes. O turismo internacional moveu em 2007 quase 900 milhões de turistas e gerou uma receita de 733 mil milhões de dólares em 2006. O fluxo de turistas aumentou 3,9% em 2016, atingindo um total de 1,2 mil milhões de chegadas em todo o mundo.

O mercado da África foi um dos mais dinâmicos, tendo registado um crescimento de 8%, em 2016, atingindo os 58 milhões de turistas, recuperando-se das quedas ocorridas nos dois anos anteriores. O maior crescimento ocorreu na África Subsariana 11%, enquanto o Norte da África voltou a dar sinais de recuperação, com um crescimento de 3% no período.

As previsões a longo prazo publicadas pela Organização Mundial de Turismo (OMT) indicam que o número de turistas internacionais será de 1.6 mil milhões em 2020, o que implica uma taxa de crescimento anual na ordem dos 4%. A previsão indica que os destinos de África, Ásia e Médio Oriente crescerão a taxas superiores à média, enquanto as previsões para os destinos mais maduros da Europa e da América são de crescimento menor que a média.

O turismo internacional é, assim, um dos principais setores de exportação ao nível global, representando cerca de 30% das exportações mundiais de serviços, alcançando mesmo percentagens superiores a 50% em países onde o turismo tem um papel económico muito mais importante como sejam as ilhas[5].

1.2. Contexto Nacional

1.2.1. Geografia

A descoberta da ilha de São Tomé remonta a 21 Dezembro de 1470, por dois navegadores portugueses, Pedro Escobar e João de Santarém, que estavam ao serviço de um rico mercantilista João Gomes.

Com uma superfície de 1001km2, a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um pequeno Estado arquipelágico, de origem vulcânica, localizado no Golfo da Guiné à 300 Km ao Oeste do Gabão e 240 km da África Central. Com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 160.000 Km² é um dos mais pequenos Estados do mundo e o segundo mais pequeno da África depois das Ilhas Seicheles. As ilhas que compõem o arquipélago são de origem vulcânica, apresentando relevo muito acidentado, pluviosidade elevada e solo bastante fértil.

O País é o que mais próximo se encontra do centro do mundo, o ponto de interseção entre a linha do equador e o meridiano de Greenwich, ponto de latitude e longitude 0,0:0,0, o que lhe confere uma posição geoestratégica privilegiada, designadamente, face aos novos desafios que se colocam à sub-região da África Central.

---

[4] Disponível em <file:///C:/Users/jose/Documents/Backup1Zema/STP.GEconomicAfricaSubsariana2019.pdf>. Acesso em 10 abr 2019.

[5] Disponível em <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/02-Sandra-Carvao-32.pdf>. Acesso em 11 abr 2019.

DRAFT

1.2.2. População

Dividendo demográfico: a população santomense é bastante jovem e tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, um fato que pode implicar, a longo prazo, grandes problemas ao nível do desenvolvimento do País, principalmente no que concerne ao acesso ao emprego, habitação, educação, saúde, transportes, etc.

Assim, o aproveitamento do dividendo demográfico em São Tomé e Príncipe constitui uma oportunidade estratégica para concretizar-se as aspirações e as metas consignadas na Agenda 2063 e na Agenda 2030.

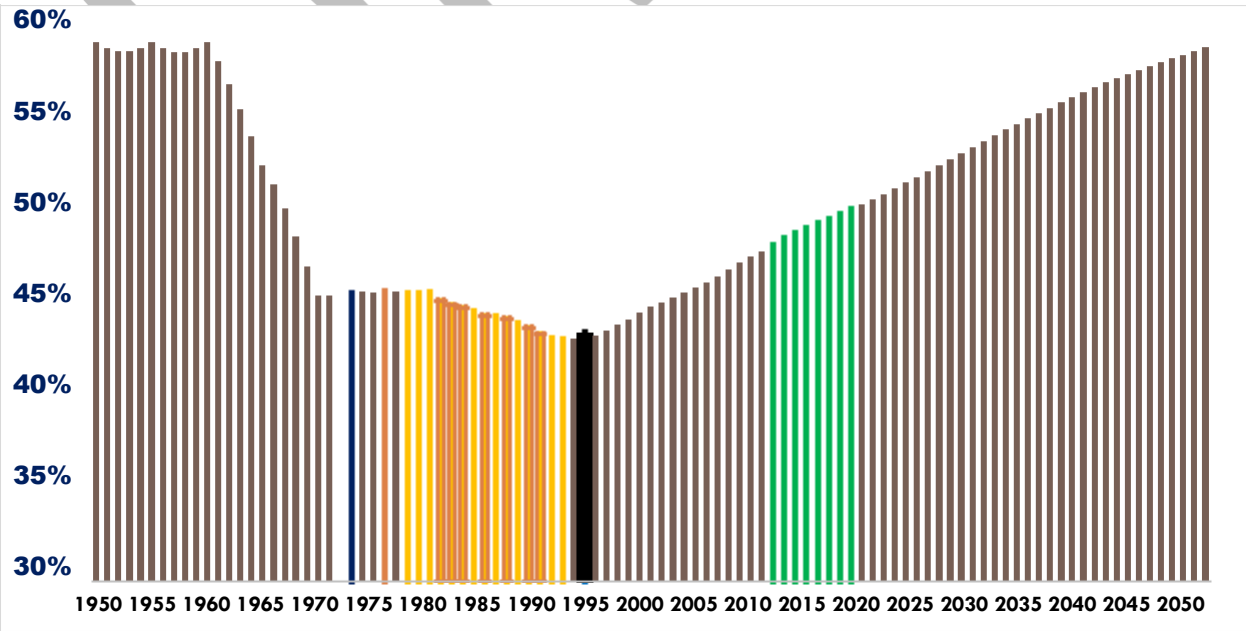
Por conseguinte, STP deve engajar-se na transformação da sua enorme população jovem em uma mais-valia para o desenvolvimento, constituindo-se num instrumento privilegiado para acelerar o crescimento económico e aumentar o desenvolvimento do capital humano.

No período 1975-1994, o país conheceu uma evolução negativa no rácio de sustentabilidade económica que passou de 46% em 1975 a 43% em 1994. No entanto, 1994 marca a viragem e o limiar do início do crescimento do ratio de sustentabilidade económica (RSE), que corresponde à data de abertura da janela do dividendo demográfico (ou janela de oportunidade demográfica) de São Tomé e Príncipe. Constata-se uma tendência crescente do RSE que passou de 43% a 50% em 2016, ou seja um produtor efetivo para dois consumidores efetivos, de acordo com o gráfico em baixo.

O rácio de sustentabilidade económica mede o efeito da estrutura etária sobre a capacidade da população em contribuir para a produção corrente. O RSE é calculado com base no perfil das despesas de consumo e do rendimento do trabalho, cuja análise permite aos decisores políticos tomarem decisões para a implementação efetiva de políticas económicas adequadas para o crescimento da produtividade, de forma a adequar a formação e o emprego, eficiência no sistema de saúde e sustentabilidade nas reformas para boa governação.

O País conheceu a abertura da janela de oportunidade desde 1994, provavelmente em decorrência da abertura ao multipartidarismo; distribuição de terras agrícolas, criação das empresas privadas e públicas; construções e reabilitações das escolas primárias e secundárias no país; anúncio da existência da possibilidade de exploração do petróleo, e outros fatores.

Gráfico 1: Evolução do rácio de sustentabilidade económica de São Tomé e Príncipe



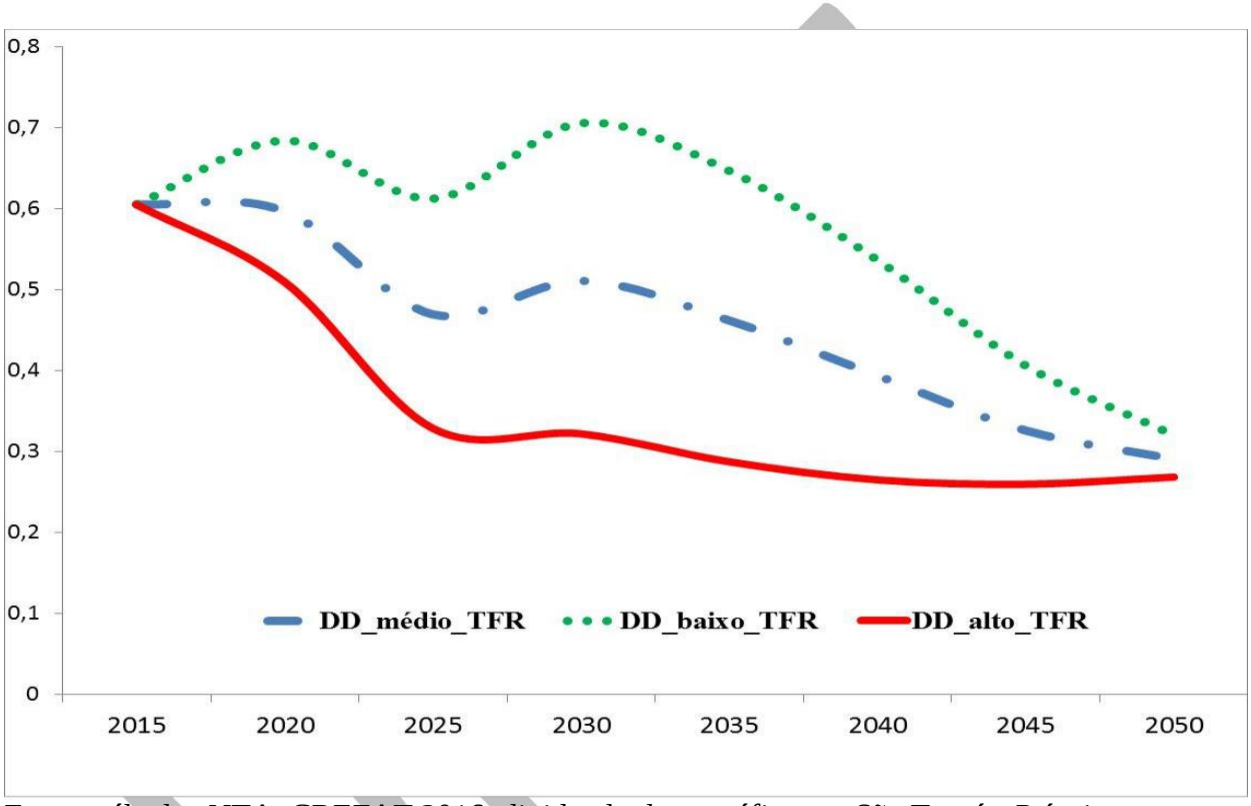
Fonte: Cálculos NTA, CREFAT 2016: dividendo demográfico em São Tomé e Príncipe

DRAFT

Este gráfico indica que, se todas as variáveis mantiverem constantes, o rácio de sustentabilidade económica poderá prosseguir tendencialmente crescente de 2015 a 2050, data em que atingirá a sua situação ideal.

Com efeito, a população santomense potencialmente ativa tem vindo a crescer progressivamente em relação à população inativa, devido à alta percentagem da população juvenil, constituindo assim o período do início do bónus demográfico. Este período indica ao mesmo tempo, que medidas de políticas de criação e promoção de empregos em massa deveriam ser incentivadas. Por conseguinte, São Tomé e Príncipe deveria favorecer as políticas de emprego sustentáveis para os jovens.

Gráfico 2: Projeção do dividendo demográfico de São Tomé e Príncipe



Fonte: Cálculos NTA, CREFAT 2016: dividendo demográfico em São Tomé e Príncipe

O dividendo demográfico pode, especialmente, criar uma base para aumentar a poupança de aposentadoria, uma vez que mais trabalhadores estarão a ganhar, a economizar e a investir seus rendimentos, contribuindo assim para a promoção de uma economia mais dinâmica, inclusiva e sustentável.

Portanto, o aproveitamento do dividendo demográfico, através de investimentos na juventude, tem o potencial de resultar em soluções duradouras para as questões-chave que os desafios do desenvolvimento e da satisfação das necessidades das populações vêm colocando aos sucessivos Governo e mudar o rumo do País para um novo paradigma do desenvolvimento, no quadro da integração e implementação da Agenda 2030.

Quadro 1: Projeção do crescimento populacional 2012-2035

	2012	2015	2020	2025	2030	2035
População total	178739	189819	210240	233090	258184	284293
Razão de dependência	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,56
População 15-64	54,6	56,5	59,9	62,9	63,8	64,6

Fonte: elaboração própria a partir do resumo de indicadores demográficos 2012-2035 INE

Segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a **população** total do País eleva-se, em 2015, a 194.006 habitantes, dos quais, pouco mais de 50% são mulheres e os menores de 25 anos de idade representam mais 62%. A taxa de crescimento natural da população era de 2,76% em 2014.

1.2.3. Política

Durante os quinze anos que se seguiram à independência de São Tomé e Príncipe (de 1975 a 1990), o País conheceu um sistema político monopartidário de orientação marxista, cuja legitimidade advinha da luta pela independência nacional.

De acordo com a **Constituição de 10 de Setembro de 1990**, revista em 2003, e em vigor a partir de 2006, o País é uma democracia parlamentar, com um regime semipresidencialista, em que o poder executivo é exercido pelo Primeiro-Ministro, Chefe do Governo, conferindo ao Presidente da República a representação do Estado nas relações internacionais e a partilha de algumas competências em matéria de diplomacia e defesa nacional.

O Presidente é eleito por um mandato de 5 anos e reelegível uma vez. O Primeiro-Ministro é proposto pelo partido maioritário e nomeado pelo Presidente da República. O poder legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, dos quais 55 membros são eleitos em sufrágio universal, por um mandato de 4 anos.

Desde o advento do multipartidarismo, em 1991, a cultura política prevalecente foi causando a instabilidade política até 2014, com o corolário de inúmeras mudanças de governos. Em 12 de Outubro de 2014, o País organizou eleições legislativas e municipais livres e transparentes, que permitiram ao partido Ação Democrática Independente (ADI) obter uma larga maioria no Parlamento e, pela primeira vez, governar com estabilidade e terminar um ciclo completo de uma legislatura de quatro anos, em 2018.

As eleições presidenciais realizaram-se em 2016, com a vitória do candidato apoiado pelo partido no Governo. Nas eleições legislativas de Outubro de 2018, ADI venceu as eleições com maioria simples, o que não lhe permitiu formar o Governo, uma vez que o segundo partido mais votado, o MLSTP-PSD, fez um acordo de incidência parlamentar com a coligação PCD-MDFM-UDD que viabilizou o atual Governo liderado pelo MLSTP-PSD, para os próximos quatro anos.

Destaca-se que participação política de mulheres exercendo mandatos no Parlamento Nacional aumentou de 3,6% em 2006 para 18,1% em 2010. Contudo, na atual legislatura, a participação reduziu-se para 12,72 %, valor ainda mais distante dos 30% fixados pela Resolução adotada pela Assembleia Nacional em 2009. Ao nível do Executivo, dos 13 Ministérios e Secretarias de Estado, apenas 4 mulheres são membros do Governo.

Este contexto político pós 1990, apesar da instabilidade política e governativa acima mencionada, permitiu ao País acelerar o ritmo de implementação das reformas necessárias para alavancar o seu processo de transformação visando desenvolvimento sustentável.

No entanto, não obstante São Tomé e Príncipe ter registado alguns progressos em matéria de indicadores de desenvolvimento humano (IDH), as suas vulnerabilidades relativamente aos choques externos, a sua grande dependência da ajuda pública ao desenvolvimento e a fragilidade

DRAFT

do seu ambiente e do seu tecido económico constituem ameaças sérias ao seu estatuto de País de rendimento intermédio.

Assim, empenhado em tomar as rédeas dos riscos de desenvolvimento do País, o Governo afiliou-se, em 2014, ao G7+, uma associação de «Estados frágeis», que aprovou um *New Deal*, enquanto compromisso desses Estados visando a construção de nações pacíficas, o combate para a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em matéria de governação democrática, a tendência é globalmente positiva, mas é necessário melhorar e aprofundar a inclusão e a participação dos cidadãos, principalmente das mulheres. Segundo o Índice Mo Ibrahim de avaliação da governação em África de 2015, a República Democrática de São Tomé e Príncipe encontrava-se no 13º lugar dentre os 54 países do continente. No entanto, STP melhorou sua posição para 12º, sendo o 2º país lusófono melhor classificado, de acordo com Mo Ibrahim de 2018. Relativamente ao índice de perceção da corrupção da Transparência Internacional, STP encontrava-se na 66ª posição, entre 174 países, em 2015. Em 2018 o País melhorou a sua classificação para 64ª sendo sua pontuação de 46, entre 183 países.

No plano administrativo, STP está dividido em duas administrações territoriais, correspondendo às duas principais ilhas: a ilha de São Tomé e a ilha de Príncipe, possuindo esta o estatuto de Região Autónoma. A ilha de São Tomé tem uma superfície de 850 Km2 dividida em seis distritos: Caué, Lembá, Lobata, Mé-Zóchi, Água Grande e Cantagalo, com mais de 90% da população total do País e uma densidade populacional superior à densidade nacional estimada em 2018 em 197,70 hab/km².

A ilha de Príncipe tem uma superfície de 142 km2 e uma população de cerca de 7.000 habitantes, que corresponde a menos de 10% da população total do País. Região Autónoma do Príncipe é constituída por um único distrito denominado Pagué; um único centro urbano, a cidade de Santo António; e dispõe de uma Assembleia e de um Governo regionais, eleitos para um mandato de quatro anos.

Importa destacar a existência da vontade política para implementar e aprofundar o processo de descentralização político-administrativa do País, mas essa reforma tem sido adiada face aos desafios colocados pela escassez de recursos, designadamente, financeiros, técnicos e humanos, seja em quantidade seja em qualidade.

No quadro da reforma da função pública, um dos grandes desafios do Governo é a tomada e implementação de medidas com objetivo de melhorar a governação eletrónica, designadamente o reforço da transparência e da eficácia do Governo, tanto ao nível nacional como local. Entretanto, a ambição de passar para uma governação eletrónica requer que o País cumpra alguns pré-requisitos fundamentais, tais como:

- Adoção de um quadro estratégico e um mecanismo financeiro, permitindo que a transição seja delineada de forma coerente e consistente;
- Adaptação do ambiente jurídico, nomeadamente em matéria de regulamentação das transações e da assinatura eletrónicas, da cibercriminalidade e da proteção dos dados de caráter privado e não só;
- Melhoria das infraestruturas, permitindo o acesso às redes de comunicações eletrónicas (telecomunicações, equipamentos informáticos) em toda a extensão do País e a preços razoáveis;
- Adoção de uma política de harmonização e de sinergia entre os diferentes sistemas informáticos das administrações, daí a necessidade de a interoperabilidade ser desenvolvida;
- Desenvolvimento de um dispositivo de segurança de infraestruturas e redes eletrónicas;
- Avaliação da aptidão dos agentes do Estado e dos cidadãos treinamento dos mesmos, se necessário, para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (UNDAF 2017-2021).

DRAFT

1.2.4. Situação Social e Perfil da Pobreza

As populações do País ainda sofrem muito devido à um mercado interno insular limitado, ao fraco poder de compra e à fraca diversificação da economia. O setor público é a principal entidade económica com mais de 80% de participação na formação do capital e do PIB. A fraca capacidade do Governo em mobilizar recursos internos provocou um entrave no fornecimento dos serviços, enquanto o baixo nível dos salários encoraja os melhores quadros a procurarem empregos remunerados fora do setor público e até mesmo no exterior do País. O desemprego, estimado em cerca de 13,6%, atinge principalmente jovens e mulheres. Em contrapartida, o Governo continua garantindo uma educação primária gratuita, os cuidados básicos de saúde e o direito às prestações de segurança social.

São Tomé e Príncipe tem uma classificação superior à média da África Subsaariana no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e tem feito progressos no melhoramento de outros indicadores sociais. Não obstante STP ocupar a 143ª posição, dentre os 187 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), regista-se que o IDH tem evoluído de forma positiva a uma taxa de variação média anual de 0,68%.

A escolaridade bruta na instrução primária é de 118%, sendo 114% a taxa bruta de escolarização feminina e 122% a taxa bruta de escolarização masculina, de acordo com o Boletim Estatístico do MECCC de 2017; a expetativa de vida é de 68,6 anos para as mulheres e 64,5 anos para os homens, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2017; a taxa de mortalidade infantil de crianças com menos de cinco anos é de 51 por 1.000 nados vivos.

Segundo o 3º Relatório Nacional sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, STP atingiu pelo menos três dos oito ODM:

- Educação Primária Universal, com uma taxa de escolarização líquida de 98% em 2015 contra 80% em 1990;
- Redução da mortalidade infantil para 38 por 1000 nados vivos em 2015 contra 89 por 1000 nados vivos em 1990;
- Redução mortalidade materna para 76 por 100.000 nados em 2015 contra 151,3 por 100.000 nados vivos em 2005.

O Relatório destaca ainda que a tendência para o ODM 6 é igualmente positiva, com uma taxa de prevalência do VIH/SIDA de 0,5% em 2015 contra 1,5% em 2009, assim como 0 mortes do paludismo em 2014, em toda a ilha de São Tomé, estando a ilha de Príncipe na fase de erradicação (UNDAF 2017-2021).

Inquéritos aos Orçamentos Familiares, IOF (2010) revelam que desde 2001 os principais indicadores de pobreza mantiveram-se elevados ao nível nacional, distrital e da Região Autónoma do Príncipe. O referido inquérito constata que 66,2% da população são-tomense é pobre; que a pobreza afeta predominantemente as famílias chefiadas por mulheres 71,3%, contra 63,4% dos homens e afeta mais as populações rurais, sendo por isso a principal causa do êxodo rural.

DRAFT

Quadro 2: Rácio de pobreza por sexo e por Distrito

	Rácio de pobreza		
	Homens	**Mulheres**	Total
Água Grande	65,8	71,7	**68,3**
Mé-Zochi	52,2	63,9	**56,6**
Cantagalo	65,4	67,0	**65,9**
Caué	84,7	83,7	**84,5**
Lemba	72,2	77,4	**73,7**
Lobata	59,9	83,2	**67,8**
Príncipe	68,6	77,7	**71,4**
Total	63,4	71,3	66,2

Fonte: IOF 2010, INE STP

Importa destacar que a atualização do último **Perfil de Pobreza** publicado em Dezembro de 2012, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo INE[6], mantem elevados os principais indicadores da pobreza e fixa o limiar de pobreza absoluta à uma despesa inferior à 30.071 STD por dia por pessoa[7] (IOF, 2010). Além disso, a pobreza aparece negativamente correlacionada com o nível de instrução; fortemente correlacionada com a situação no emprego; muito menos predominante nos ativos ocupados que nos inativos e desempregados, os quais constituem o grupo socioeconómico mais pobre. A dimensão média das famílias pobres era de 5,3 indivíduos, enquanto a das famílias não-pobres de 3,3 pessoas.

A análise dos **índices de desigualdade** mostrava que os 20% mais pobres auferiam apenas 7,9% da totalidade do rendimento nacional, enquanto os 20% mais ricos auferiam 41% desse rendimento.

A principal barreira à participação feminina na tomada de decisões revelou ser a grande carga de tarefas domésticas suportadas pelas mulheres, especialmente entre a população economicamente desfavorecida.

No que concerne ao emprego, a **taxa de desemprego** nacional situa-se em 13,6%, com maior incidência nas mulheres 19,7%, enquanto nos homens 9,3%, (CENSO, 2012). Essa expressiva taxa de desemprego, aliada à uma taxa de inflação de 9,04 em 2018, constitui um fator de desequilíbrio e de deterioração do poder de compra das famílias e do consequente agravamento do índice da pobreza.

Pelos dados do OIF (2010), o desemprego também afetava mais às raparigas entre 15-24 anos, 25,3%, do que aos rapazes entre 15-24 anos, 21,4%. O desemprego foi mais elevado, 32,7%, nos indivíduos com menos de 24 anos e 60% dos desempregados tinham menos de 34 anos, o que o configura o fenómeno como sendo predominantemente jovem.

As mulheres constituem o grosso dos agentes da economia informal, principalmente no comércio e nos serviços, por conseguinte, mais expostas aos empregos precários de fraca remuneração e sem proteção social (UNDAF 2017-2021), enquanto os homens são suscetíveis de serem empregados como trabalhadores assalariados do setor público ou privado. Por conseguinte, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho é limitado, constituindo o maior segmento da população economicamente inativa.

No que respeita ao **salário mínimo,** no montante equivalente a 45 dólares, 30,1% dos rendimentos recebidos pelo trabalhador são pagos abaixo do salário mínimo, sendo 44,5% para

[6] Elaborado com base no Inquérito sobre as condições de vida das famílias (IOF) de 2010, inquérito de referência mais recente.

[7] Nova abordagem baseada no método do custo das necessidades básicas (CBE) que são as necessidades alimentares e não-alimentares vitais.

DRAFT

as mulheres e 20,8% para os homens. A taxa de emprego vulnerável é estimada em 40,1%, com uma incidência maior nas mulheres, 50,8%, e nos homens 33,5% (IOF de 2010).

Em 2014, o País alcançou a meta de **escolarização universal**, para todas as crianças de ambos sexos, com uma taxa líquida de escolarização no primário (TNS) de 97,9%. Contudo, a qualidade do ensino básico é bastante modesta, com uma taxa de reprovação de 12% em 2010, e 57,5% do corpo docente constituído por não-profissionais em 2010.

Ao nível do **ensino secundário**, a fraqueza de retenção é alarmante. De acordo com os dados de 2011, dos 86% de jovens apenas 15,2% atingem o último ano do ciclo. A taxa bruta de escolarização no ensino secundário é 89% para os rapazes e 101% para as raparigas, de acordo como os dados do MECCC para 2017. Observa-se que em São Tomé e Príncipe a taxa é ligeiramente mais elevada para as raparigas neste nível de ensino. Mesmo assim, no segundo ciclo do ensino secundário estas taxas diminuem tanto para rapazes 58% como para raparigas 71%.

O **ensino técnico e profissional** é pouco desenvolvido e acolhe apenas 2% dos jovens que abandonam a escola (dados de 2011). Esta forte limitação nas capacidades de acolhimento vale também para o ensino superior, agravada por uma inadequação das formações às necessidades do mercado do emprego, pelo predomínio dos estabelecimentos privados; e um custo bastante elevado do ensino superior público equivalente a 45% das despesas correntes do setor da educação em 2010. O IOF (2010) estima em 6% a taxa da população com nível de estudos secundários ou superior; estima a taxa de alfabetização de pessoas com 15 e mais anos de idade em 87,7%, sendo 93,8% homens e 82,1% mulheres.

A percentagem da população de idade compreendida entre 15 e 24 anos que não se encontravam nem no sistema educativo nem no emprego é estimada em 29,10%, sendo 45,8% mulheres e 18% homens, o que reflete a situação difícil em que vive este extrato populacional, principalmente as mulheres e os jovens (IOF, 2010).

A incidência da **gravidez precoce** em STP é muito elevada, sendo a taxa de natalidade adolescente de 37,5%, ou seja, uma incidência em mais de um terço das adolescentes ao nível nacional, segundo o Inquérito Demográfico e Sanitário realizado em 2008/09. Nos distritos de Água Grande e de Lembá a incidência acumulada de gravidez precoce supera a metade das raparigas entre 12 e 18 anos.

A informação sobre a **violência contra as mulheres** é limitada em STP, mas algumas evidências indicam que a modalidade mais comum de violência no País é a violência física na família, sendo as vítimas frequentes mulheres e crianças. É importante notar que, embora a lei proteja todos os cidadãos contra qualquer tipo de violência, a aplicação da lei é fraca, dada a capacidade limitada da força policial em termos de treinamento, equipamentos e instalações (veículos, rádios, etc.). De resto, comportamentos culturais de dominação masculina são frequentemente citados como causas profundas que explicam esse tipo de violência. É construída socioculturalmente através de gostos, atitudes e interditos, e é ainda cultivado e incentivado no interior da família contemporânea santomense.

De acordo com os dados disponíveis em 2016, 95% da população tinha acesso à água, da qual 47% por conexão à rede de distribuição de água, e cerca de 45% a um sistema de saneamento de base. No mesmo ano, 81% das localidades do País estavam conectadas à rede pública de eletricidade.

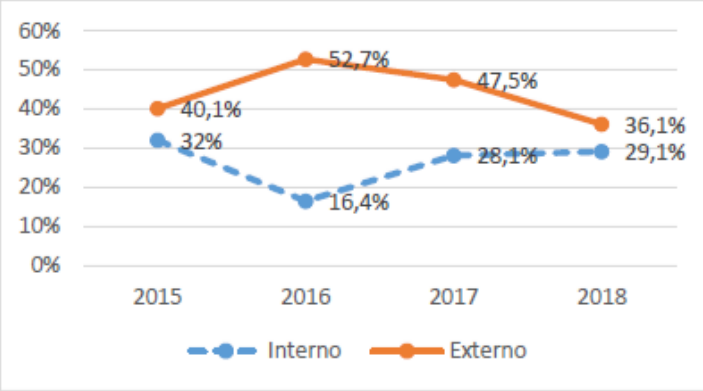
Ao nível de **acesso à eletricidade e água**, constata-se progresso assinalável nos últimos anos decorrente dos esforços do Governo, com apoio dos parceiros de desenvolvimento. Assim, o número de clientes da Empresa de Água e Electricidade (EMAE) duplicou nos últimos 10 anos, passando de 21544 para 40775. Estima-se que mais de 80% da população santomense tenha hoje acesso à energia, sendo que 97% da população tem acesso à uma fonte melhorada de água.

DRAFT

O IDH de São Tomé e Príncipe dos últimos 10 anos passou de 0.52 em 2006 para 0.56 em 2016, o que revela o impacto positivo das diferentes políticas públicas na qualidade de vida da população. De igual modo, a incidência da malária reduziu significativamente nos últimos 10 anos, passando de 48.0 para 11.6 em 2016.

No que toca à despesa social, quer a execução das despesas em percentagem do PIB, quer em percentagem do Orçamento Geral do Estado (OGE), constata-se que as despesas com recursos internos têm vindo a decrescer ligeiramente nos últimos anos, enquanto as despesas utilizando os recursos externos têm vindo a aumentar, segundo o quadro em baixo:

Gráfico 3: Peso de recursos internos e externos alocados sos programas de pobreza



Fonte/ Source: SAFE e OGE-

Em 2015, o peso dos recursos internos alocados pelo governo aos programas de pobreza foi de 32 % e os recursos externos foi de 40,1%. Em 2018, houve uma diminuição tanto na alocação dos recursos internos (29,1%) como nos recursos externos (36,1%).

Fonte: INE

São Tomé e Príncipe dispõe de um **sistema de segurança social** bem estruturado, o qual proporciona aos agentes da função pública, aos assalariados do setor privado e aos trabalhadores independentes um certo número de prestações de saúde, educação e de assistência social, garantido pelos recursos fiscais. Introduzido em 2004, esse sistema tem vindo a enfrentar um grande desafio, em termos de sustentabilidade, em virtude das incertezas à volta do seu financiamento, tanto ao nível público como ao nível privado.

O País deve continuar a melhorar o seu código de trabalho para estar à altura das exigências de um mercado de emprego, mais flexível para adaptar-se melhor a um mundo em mutação tecnológica permanente. Há necessidade do País criar um tribunal do trabalho, oferecendo, assim, melhores garantias e maior celeridade na resolução dos conflitos laborais. Por outro lado, é necessário criar quadros de regulamentação no domínio da proteção e do combate ao trabalho infantil.

Desigualdade e disparidade de género: as questões de género são enunciadas nos planos e estratégias de desenvolvimento, incluindo a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II 2012-2016. Desde 2007, o Governo adotou uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (ENIEG) e criou um Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG) para implementar esta estratégia. Todavia, os objetivos, resultados e metas enunciados não são traduzidos em medidas de políticas nem em programas concretos que pudessem atenuar as disparidades entre os sexos.

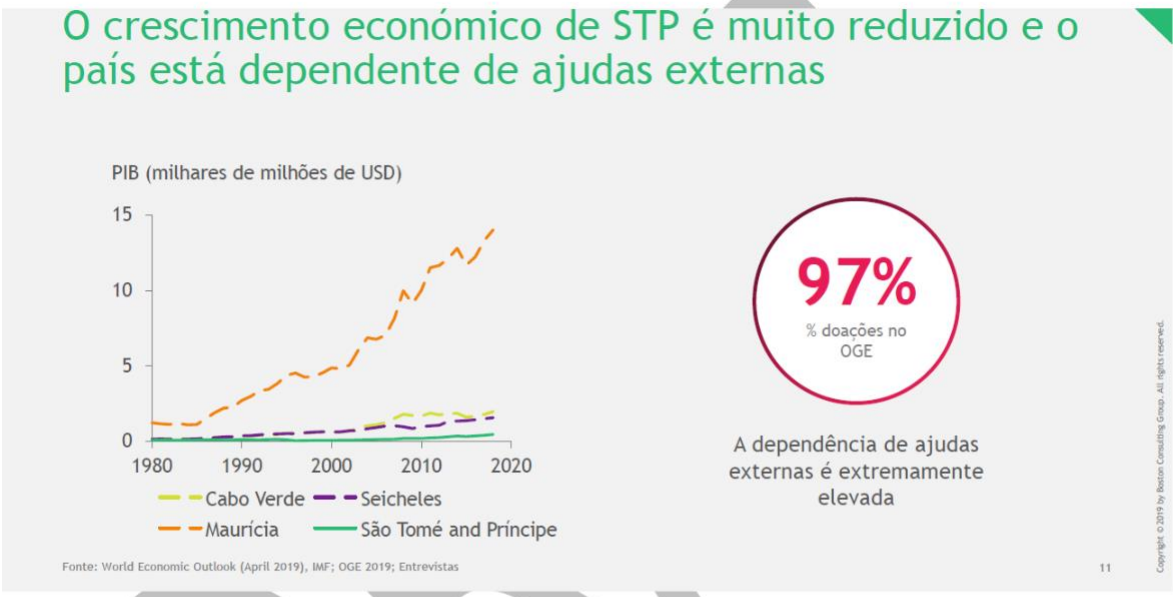
Mais de 50% da população do País é feminina e 1/3 das famílias são dirigidas por mulheres, mães solteiras ou vivendo com um companheiro em "união livre". A participação das mulheres no Parlamento, no Governo e nas missões diplomáticas, nas instâncias de decisão dos

partidos políticos, na direção das empresas continua sendo pouco significativa, se considerarmos o seu peso na população, seus níveis de escolaridade e sua contribuição na economia.

1.2.5. Economia

A economia santomense, à semelhança da dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), é fortemente penalizada pela insularidade fragmentada do País, pela escassez de recursos naturais e pela fraca capacidade de absorção. Assim, o País é fortemente vulnerável aos choques exógenos e dependente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que financia mais de 90% das despesas de investimento, em média, 93,6% durante o período de 2012-2015 e 97,3% do Orçamento do Estado de 2019.

Gráfico 4: Dependência de STP da Ajuda Pública ao Desenvolvimento



Fonte: *BCG-Boston Consulting Group*

O setor económico é ainda vulnerável e pouco diversificado, e consiste essencialmente na produção e exportação do cacau que representa cerca de 90% das receitas das exportações totais, constituindo assim a principal fonte de divisa para o País.

O setor de serviços é o mais dinâmico e o que mais emprego gera, embora não sendo suficiente para dar vazão à crescente procura do emprego. Segundo os dados oficiais, o setor de comércio é aquele que tem maior peso no Produto Interno Bruto (PIB), e é também neste setor que o privado tem a sua maior expressão.

O turismo é a principal componente de exportação de serviços, e atualmente, a sua contribuição como fonte de divisas é superior à das exportações de produtos. No entanto, a contribuição do turismo no PIB mantém-se ainda deficiente, apesar das potencialidades naturais e da diversidade cultural do País.

O setor terciário, amplamente informal, representa cerca de 60% do PIB, empregando 60% da população ativa, enquanto os setores primário e secundário contribuem, cada um, com 20% do PIB, segundo dados mais recentes.

O elevado nível de vulnerabilidade externa da economia são-tomense resulta da conjugação de vários fatores, tais como:

- Dívida pública externa elevada (270 milhões de dólares americanos, correspondente a 63% do PIB, em 2018)[8], sendo também elevado o seu risco de sustentabilidade;
- Base de exportação muito reduzida e concentrada num número muito restrito de produtos agrícolas. O cacau, principal produto de exportação, tem vindo a diminuir consideravelmente;
- Dependência de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e ajuda externa e empréstimos;
- Elevado grau de abertura ao exterior, essencialmente devido à elevada taxa de importação.

A APD oscilou de 2010 a 2014. Em 2011, o País recebeu um total de ajuda estimada em 72,4 milhões de dólares. Após uma queda em 2012, o nível aumentou ligeiramente, passando para 52 milhões de dólares em 2013, para em seguida, registar uma queda para 38,6 milhões de dólares em 2014.

Quadro 3: Tipo da ajuda desembolsada 2011-2016, em milhões de dólares

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
APD	**91.102.754**	**63.545.047**	**53.267.810**	**66.617.527**	**92.020.461**	**70.262.494**
Donativo	44.136.788	40.759.571	40.089.857	49.023.374	56.593.125	60.474.275
Crédito	46.965.967	22.785.476	13.177.953	17.594.152	35.427.337	9.788.218

Fonte: Direção de Planeamento

São Tomé e Príncipe atingiu satisfatoriamente o **Ponto de Conclusão do Programa de Redução da Dívida** para os países pertencentes ao HIPC[9] em 2007, condição para as autoridades santomenses programarem, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, políticas tendentes a estabilizar o quadro macroeconómico, visando a promoção do crescimento equitativo e redução da pobreza. Estas políticas tiveram bons resultados e permitiram ao País a graduação do grupo de países menos desenvolvido, com um rendimento *per capita* de 2026,97 dólares (INE, 2018). No mesmo período, o Produto Interno Bruto era de 422 milhões de dólares[10].

No que concerne à implementação do programa no quadro do Acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) do FMI com São Tomé e Príncipe, após ter falhado as metas do final de 2016, o Governo adotou medidas corretivas e cumpriu todos os cinco critérios de desempenho (CD) para o final de Junho de 2017. Terminou no final de 2018 um programa de financiamento do FMI no valor de 6,2 milhões de dólares, que cobria o período 2015-2018. No entanto, em 2019 o FMI considerou que a dívida pública santomense estava descontrolada, tendo atingido um nível de tal forma grave, que exigiu a tomada e implementação de três medidas muito difíceis e urgentes. Segundo o FMI, a solução para o controlo da dívida pública do País passa pelo i) aumento das receitas para cobrir as despesas; ii) corte dos subsídios aos combustíveis; e iii) equilíbrio das contas da Empresa de Água e Eletricidade, EMAE, cujas receitas pagam apenas 50% do abastecimento, tendo como agravante as perdas técnicas e comerciais (roubo de energia e água). O nível de endividamento do País está, neste momento, a 90% do PIB.

No período 2012-2016, o crescimento foi relativamente forte, com uma taxa média anual de 4,2%, apoiado nomeadamente pelo aumento do investimento direto estrangeiro, pelo lançamento de novos projetos financiados pelos doadores e pela melhoria das receitas fiscais e

8 Em Dezembro de 2017 este indicador atingiu o montante de 292,2 milhões de dólares, equivalente a 71% do PIB. Disponível em: http://www.bcstp.st/Banco-Central-STome-Principe?y=er3XsfhwD%2Bbaw7zrGqewmQ==. Acesso em 19 set 2019.

9 Iniciativa para Alívio da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados (*Highly Indebted Poor Country Initiative (HIPC)*).

10 Disponível em: https://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe?locale=pt. Acesso em: 17 out 2019.

do turismo. No entanto, em 2017 a economia santomense cresceu 3,9% e 2,7 em 2018. A menor performance da economia nacional em relação a 2016 deve-se às dificuldades de captação de recursos externos para a implementação dos programas de investimentos. O investimento público caiu de 15,5% do PIB em 2015 para 10,1% em 2017, enquanto as despesas correntes caíram de 18,2% do PIB para 16,2% no mesmo período.

Em termos do **ambiente de negócios**, São Tomé e Príncipe ocupava a 166ª posição entre 183 países, de acordo com o *Doing Business* 2016. Segundo o *Doing Business* 2019, STP desceu para 170ª posição, entre 190 países, sendo sua pontuação na facilidade em fazer negócios de 45,14[11].

Tendo registado uma tendência positiva, relativamente ao seu crescimento económico, a taxa média de evolução do PIB é de 4%, durante o período de 2010 a 2014, sendo de 4,2% em 2016. As projeções do FMI apontavam que o crescimento do PIB oscilaria entre 5% e 9%, no período de 2015-2020, o que já está sendo contrariado pela tendência decrescente deste indicador para 3,9% em 2017 e 2,7% 2018, respetivamente.

Com a implementação do **Acordo de Cooperação Económica** entre Portugal e São Tomé e Príncipe em 2010, que suporta a paridade cambial fixa entre a moeda nacional e o euro, a inflação tem sido progressivamente controlada, tendo-se registado uma redução de 13% em 2010 para 6,4% em 2014 e 3,96 em 2015, seu valor mais baixo. Entretanto, 2016 marca uma viragem nessa tendência, com aumentos significativos e continuados da inflação para 5,12%, 7,69% e 9,04 para 2016, 2017 e 2018 respetivamente, contrariamente às projeções do FMI para o período em análise.

Os esforços na melhoria das **receitas fiscais** e no controlo da despesa pública permitiram reduzir o **défice global** de 11% do PIB em 2012 a menos de 3% em 2016.

No entanto, a fraca diversificação da economia santomense e a sua forte sensibilidade à demanda e aos preços mundiais do cacau, principal produto de exportação, fez com que o **saldo da conta corrente**, com excepção de transferências oficiais, seja estruturalmente deficitário, mesmo tendo-se registado uma melhoria progressiva desde 2012. Assim, passou de 39,4% do PIB em 2012 para 36,6% em 2014 seguidamente 25,2% em 2015 e 20,5% em 2016.

As **despesas de capital**, limitadas pelas fraquezas estruturais das capacidades de mobilização e absorção dos recursos, foram em média de aproximadamente 12,2% do PIB, no período 2012-2016.

Os **investimentos diretos estrangeiros** (IDE), que reduziram sensivelmente após os níveis recordes de 2008 e de 2010 (respetivamente de 79 e 51 milhões de Dólares), registaram uma certa recuperação, passando de 11,3 milhões de dólares em 2013 para 23,2 milhões de Dólares em 2014, seguidamente de 25,9 milhões de dólares em 2015 e 21,2 milhões de Dólares em 2016, 34.2 em 2017 e 30,8 em 2018.

O valor presente líquido da **dívida externa** do País aumentou de 30,7% do PIB em 2012 para quase 40% em 2015, e caiu para 36,2% em 2016, de acordo com as estimativas do Ministério das Finanças e do FMI. Paralelamente, o serviço foi reduzido de 9,5% das exportações de bens e serviços não fatoriais em 2013 para 5% em 2014, seguidamente de 3,8%

[11] Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/en/rankings>. Acesso em 19 set 2019.

em 2015 para 3,2% em 2016. Em Setembro de 2016 o ***stock* nominal da dívida externa** representava 80,7% do PIB ao passo que em 2014 era de 72,5%.

Em Setembro de 2018, o ***stock* da dívida pública**, avaliado ao câmbio médio do período, cifrou-se em cerca de 309 milhões de USD, o que representa um aumento de 5,7% face ao verificado no mesmo período de 2017. Em termos de estrutura, 84,6% do *stock* da dívida pública refere-se à dívida externa, enquanto a interna representa 15,4% (BCSTP, 2018).

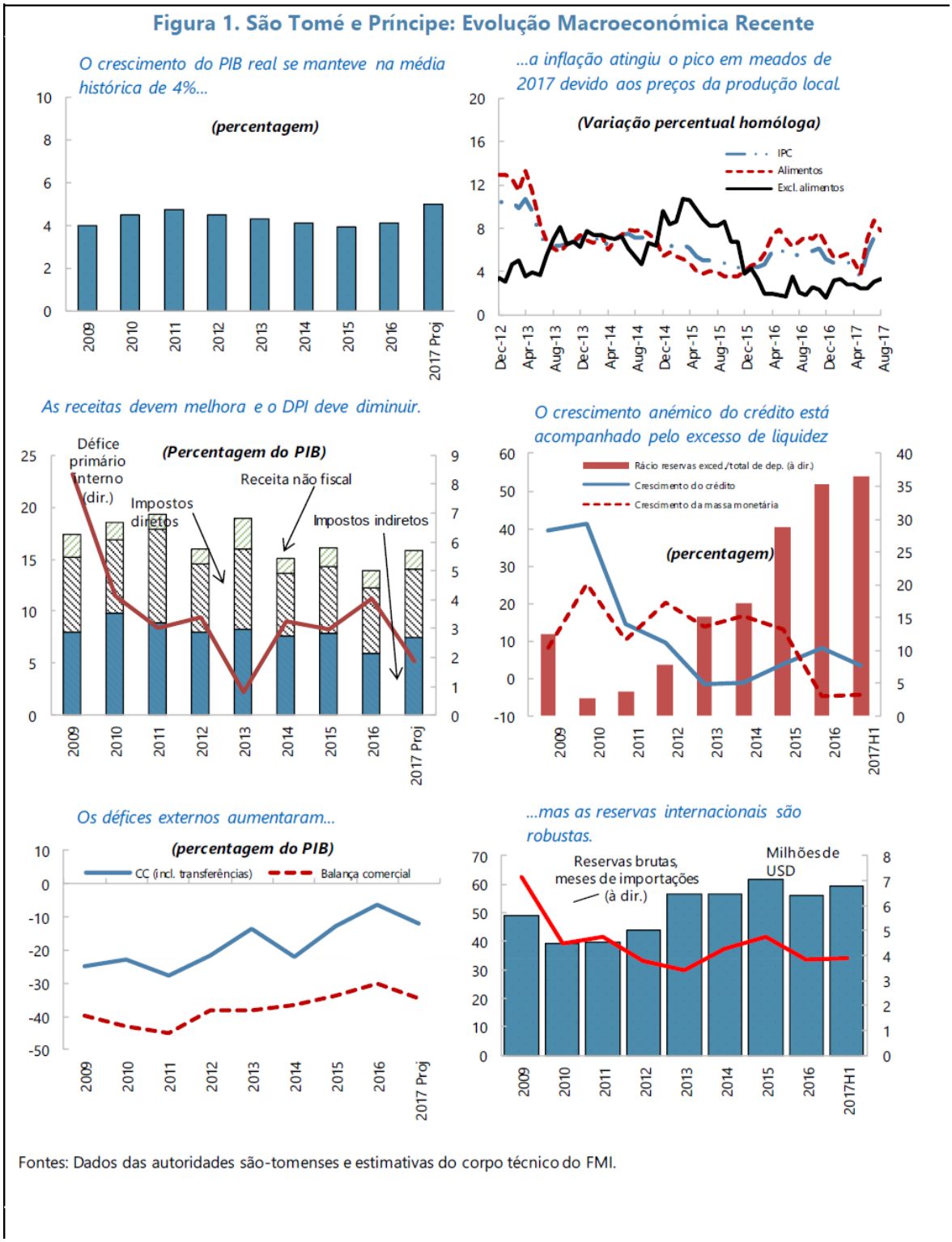
As **reservas internacionais brutas** de câmbio, embora relativamente modestas, aumentaram regularmente desde 2013, passando do equivalente a 3,4 meses de importações de bens e serviços não fatoriais para 3,9 meses em 2014, seguidamente 5,2 meses em 2015, fixando-se em 4,2 meses em 2016. As reservas internacionais líquidas eram de 46,53 milhões de dólares, em Dezembro de 2017, tendo reduzido significativamente, em Setembro de 2018, para 34,26 milhões de dólares.

No entanto, segundo o Banco Central, em Junho de 2019, as reservas internacionais brutas fixaram-se em 70,3 milhões de USD, o que traduz um aumento de 11,2 % e 1%, respetivamente, em relação ao Dezembro de 2018 e ao mês precedente. Por conseguinte, as reservas internacionais líquidas (RIL) aumentaram para 40,3 milhões de USD, em virtude da entrada de recursos de União Europeia em cerca de 3,4 milhões de USD. Este resultado traduz-se num aumento das RIL em 3,6% ao mês e 41,1% em relação a Dezembro de 2018.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores macroeconómicos, do período de implementação da Estratégia Nacional Redução da Pobreza II (ENRP) a 2017.

DRAFT

Gráfico 5: Evolução dos principais indicadores macroeconómicos



Fonte: FMI

1.3. São Tomé e Príncipe no Contexto dos PEID

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) são um grupo de 38 Estados, membros da Organização das Nações Unidas, localizados nas Caraíbas, Oceanos Pacífico, Atlântico e Índico, Mares Mediterrâneo e do Sul da China (AIMS).

O Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais (UNDESA) atualmente reconhece 51 Pequenos Estados e territórios insulares em desenvolvimento, no monitoramento do desenvolvimento sustentável dos PEID ou seja, além dos 38 Estados acima mencionados, monitora mais 13 territórios não-membros da ONU, pertencentes às Comissões Regionais.

Independentemente de os PEID se diferenciarem quanto à dimensão territorial e populacional, assim como no que respeita à orientação política, caraterizam-se fundamentalmente por serem territórios insulares, arquipelágicos, vulneráveis e, por conseguinte, continuarem a ser considerados um caso especial para o desenvolvimento sustentável, atendendo às suas vulnerabilidades únicas e particulares que os mantêm limitados no cumprimento dos seus objetivos nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental**.**

À reduzida dimensão populacional e territorial, acrescenta-se o isolamento relativo ou localização remota; mercado doméstico de pequena dimensão; recursos e base de exportações limitados e susceptíveis aos choques económicos externos; vulnerabilidade às ameaças ambientais e aos efeitos de alterações climáticas; exposição aos desastres naturais frequentes causados por fenómenos naturais extremos; escassez de recursos naturais; excessiva dependência do comércio internacional; falta de economia de escala e elevados custos de infraestruturas de transporte e de administração.

No entanto, esse reconhecimento de constrangimentos e desafios específicos de desenvolvimento dos PEID deve ser coerente e consistente com circunstância de que, para os PEID superarem alguns desses desafios, é crucial a apropriação e a liderança do processo nos respetivos países, aos níveis nacional, regional e local, sendo de igual modo imprescindível uma presença ativa e comprometida da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável dos PEID.

Estas condicionantes e vulnerabilidades exigem esforços redobrados, designadamente em matéria de investimento em infraestruturas, comunicação, transportes, energia, água e saneamento. Além disso, a capacidade de resolução das instituições existentes deve ser igualmente desenvolvida e reforçada.

No caso concreto de São Tomé e Príncipe, o desafio do desenvolvimento é um dos maiores desafios com o qual o País é confrontado e impõe uma taxa de crescimento anual do PIB de dois dígitos, sob pena de nunca se conseguir a convergência entre a economia santomense e as economias dos Pequenos Estados Insulares mais dinâmicos e desenvolvidos e a promoção de um crescimento económico acelerado, sustentável, inclusivo e resiliente, no quadro da implementação Agenda 2030 e dos respetivos ODS. Isso só pode ser alcançado com uma ampla aliança de pessoas, governos, sociedade civil e setor privado, trabalhando juntos para que o País alcance o futuro que deseja para as gerações presentes e futuras.

DRAFT

Quadro 4: Comparação do IDH e PIB p.c. de STP com PEID de nível médio e alto

PAÍS	PIB p. c.	IDH	Nível Desenvolvimento
São Tomé e Príncipe	US$ 1.715 (est 2016)	0,574 (pnud 2015)	Médio
Cabo Verde	US$ 6.940 (est 2018)	0,654 (pnud 2017)	Médio
Maurícias	US$ 18.950 (est 2018)	0,790 (pnud 2017)	Alto
Seicheles	US$ 27.640 (est 2016)	0,772 (pnud 2014)	Alto
Singapura	US$ 90.500 (2017)	0,932 (pnud 2017	Muito Alto
Chipre	US$ 23.352 (est 2016)	0,869 (pnud 2017)	Alto
Barbados	US$ 16.500 (est 2018)	0,800 (pnud,2017)	Alto
Malta	US$ 33.215 (est 2014)	0,839 (Pnud 2014)	Alto
Trinidad e Tobago	US$32.520 (2017)	0,784 (pnud 2017)	Alto
Bahamas	US$ 25.175 (est 2018)	0,807 (pnud 2017)	Alto
S. Cristóvão e Neves	US$ 23.240 (est 2014)	0,752 (pnud 2014)	Alto

Fonte: elaboração própria, a partir de https://www.suapesquisa.com/paises/

O País apresenta vulnerabilidades próprias decorrentes da sua reduzida população e mercado, do elevado custo dos transportes internacionais, da pouca diversificação da sua atividade económica, da concentração das suas exportações num só produto, o cacau, e da dependência das importações.

Além disso, esta situação tem agravantes resultantes do fato STP apresentar uma fraca capacidade de planificação e gestão da sua administração pública, aos níveis central, regional e local; fraca capacidade institucional de gestão e de utilização dos recursos disponíveis; fraca qualificação dos seus recursos humanos agravada pela fuga de cérebros; ausência de uma estratégia global de desenvolvimento associada à deficiente aplicação da ajuda externa na criação e modernização das infraestruturas e à incapacidade técnica de criar um ambiente favorável ao investimento do setor privado.

DRAFT

2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO TOMÉ E PRINCIPE

2.1. Os Grandes Desafios

Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, na lista para a graduação à categoria de economia de rendimento médio baixo, o maior desafio de São Tomé e Príncipe é o da construção de uma economia com alto nível de crescimento económico sustentável e inclusivo, visando superar as condicionantes-chave; as vulnerabilidades estruturais; a dependência externa; o desemprego; a pobreza; as desigualdades de género e na distribuição do rendimento; a recorrente instabilidade política e governativa; a fraqueza, ineficiência e ineficácia das instituições públicas centrais, regionais e locais; oportunidades reduzidas de emigração e a consequente redução nas remessas dos emigrantes.

2.2. Instabilidade Política e Governativa

Não obstante os progressos substanciais obtidos com o estabelecimento de um sistema político democrático ao longo dos últimos anos resta muito a fazer no domínio da boa governação no País.

A constante instabilidade político-governativa tem também contribuído para bloquear o seu processo de desenvolvimento, pelo que se considera imperiosa a necessidade de se gerarem consensos em torno deste grande desafio, considerando que a garantia da estabilidade governativa é um fator essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável deste arquipélago e do bem-estar da sua população.

A lentidão na implementação do processo de descentralização é traduzida pela existência de municípios que não dispõem nem de competências políticas e técnicas, muito menos de meios financeiros necessários para fornecer um serviço eficaz às comunidades locais.

As zonas rurais continuam a enfrentar desafios de exclusão a todos os níveis, entre os quais, o acesso ao saneamento, à água potável, às escolas e aos hospitais. A descentralização, relativamente à tomada de decisão, carece de evidências, particularmente, no que toca à transferência de uma maior autonomia aos agentes dos governos distritais e regional. A perceção geral é a de que a classe política santomense é ainda relutante em adotar medidas de política visando uma ampla e profunda reforma e modernização da administração pública central, local e regional.

Além disso, o orçamento para as áreas rurais continua sendo insuficiente face às necessidades atuais e à uma população jovem em crescente desenvolvimento. No entanto, importa destacar os esforços que as autoridades estão a envidar para melhorar as condições de vida no campo, através das seguintes medidas: apoio às famílias carenciadas, em situação de extrema pobreza; programa de alimentação escolar; programa de vacinação; aumento, no Orçamento Geral do Estado, da verba alocada ao setor social.

As fraquezas na aplicação das medidas de luta contra a corrupção fazem com que esse fenómeno se torne cada vez mais galopante. Um dos indicadores determinantes da democracia e da boa governação é o grau de participação da cidadania organizada nos processos de tomada de decisão que afetam as condições de vida dos cidadãos e a capacidade das autoridades públicas em prestar contas da gestão dos recursos que lhes foram confiados pelas populações.

Accountability do serviço público refere à ideia de responsabilização ou seja, ao controle e à fiscalização dos agentes públicos. Portanto, deve ser compreendida como uma questão de democracia e tende a acompanhar o avanço dos valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação, representatividade. Assim, quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*.

DRAFT

A ineficiência e ineficácia da ação governativa tanto ao nível nacional como local não permitem que se faça um seguimento adequado da prática da administração e da qualidade da resolução dos conflitos de interesse nas empresas paraestatais.

Entende-se, que o atual modelo de Estado pretende e propõe tornar suas ações mais transparentes na prática governativa e na prestação do serviço público e, para isso, faz-se necessário a introdução do fator qualidade nas relações do Estado com sociedade, com as empresas, com as organizações da sociedade civil e com os cidadãos em geral.

No domínio da saúde destaca-se que o número de agentes de saúde, médicos, enfermeiros, parteiras, é deficitário devido a falta de formação, agravada pela fuga de cérebros para Angola, Moçambique e Portugal. A explicação desse fenómeno deve-se ao fato de, no País, as condições salariais e sociais não serem atrativas. A fuga de cérebros tem como consequência direta a geração de um círculo vicioso de uma constante detioração das condições económicas em geral e da qualificação profissional do restante da população que permanece no País.

Não existem médicos especialistas nos distritos. Ao nível de São Tomé, há poucos médicos especialistas nacionais, aos quais é necessário adicionar especialistas cubanos e chineses, afetos ao Hospital Central de São Tomé. Daí, a explicação dos desafios de que o País enfrenta no domínio da saúde.

Apesar disso, houve um bom desempenho nos domínios da luta contra o paludismo e VIH-Sida, da saúde materna, bem como nos domínios do planeamento familiar e da sobrevivência infantil, com um acesso significativo ao programa de vacinação.

Todavia, no domínio da educação, as autoridades precisam focalizar na qualidade do ensino, a todos os níveis, com vista a adequar as formações e o mercado de trabalho. O desenvolvimento e o reforço das capacidades nacionais, a todos os níveis constituem um desafio transcendental para as autoridades nacionais.

A fraqueza das capacidades da administração pública são-tomense influencia a qualidade na formulação das políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental; retarda o seu ritmo e nível de execução, não permitindo seu seguimento avaliação; e afeta negativamente o ambiente de negócios. O desafio é desencadear um processo sustentável de reforço das capacidades, centrado na melhoria da gestão dos recursos humanos, na formação e desenvolvimento dos RH, nos métodos e processos de trabalho, nos meios e condições de trabalho.

Esta fraqueza é ainda mais pronunciada na produção setorial de dados administrativos desagregados e na integração transversal do género nos planos, programas e políticas setoriais. Atendendo que dados e informações confiáveis, oportunos, disponíveis e desagregados são essenciais ao processo de planificação e gestão do desenvolvimento sustentável, as entidades nacionais produtoras e utilizadoras de dados estatísticos merecem especial atenção.

As gritantes deficiências em termos de infraestruturas limitam o potencial de crescimento e do comércio no País. As estimativas dos custos de transporte em São Tomé são 30% a 40% superiores às de Libreville no Gabão. Os custos de transporte e de comunicação são onerosos, devido à limitação do País no que toca à conetividade e acessibilidade. Por se tratar de um Estado insular, o País depende unicamente dos meios aéreos e marítimos para a circulação de bens e pessoas e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para conetividade digital. A maioria dos programas de infraestruturas é, em grande parte, financiada pela ajuda externa devido à fraca capacidade do Governo em mobilizar recursos nacionais suficientes.

Portanto, são diversos os desafios que STP enfrenta, designadamente, a elevada taxa de desemprego, administração pública pouco capacitada, excessiva burocracia, insuficiente formação e capacitação dos seus recursos humanos, grandes desequilíbrios e assimetrias sociais e territoriais, imagem externa desfavorável à atração de investimento direto privado, persistente instabilidade político-governativa, falta de uma visão estratégica unificada de desenvolvimento,

DRAFT

uma dispersão recorrente dos parcos recursos, a exígua dimensão do mercado, insuficiência de infraestruturas económicas e sociais, fraca capacidade do setor privado, de entre outros.

O Banco Mundial (2018) destaca ainda como desafio a longo prazo para São Tomé e Príncipe, a passagem de planos ambiciosos para ações exequíveis que tornem a economia mais dinâmica[12]. Refere ainda, esta instituição global, que a falta de dados atualizados sobre a pobreza mina os esforços direcionados para a redução da pobreza no País. Os dados do último inquérito às famílias foram recolhidos em 2010.

2.3. Vulnerabilidades e Resiliência

São Tomé e Príncipe confronta-se com vulnerabilidades naturais, relacionadas à sua origem vulcânica, à sua natureza insular e arquipelágica, à falta de recursos minerais. Além disso, sua reduzida dimensão territorial, demográfica e económica; seu isolamento em relação ao continente africano e aos grandes centros financeiros e comerciais internacionais; seu mercado interno exíguo e fragmentado são caraterísticas que limitam suas reais possibilidades de desenvolvimento. Por conseguinte, sua vulnerabilidade face aos choques externos constitui uma circunstância agravante aliada à armadilha que resulta do fato do desempenho da economia, avaliado através do rendimento nacional, ocultar geralmente a vulnerabilidade económica do País.

Portanto, São Tomé e Príncipe terá de encontrar estratégias inovadoras e meios humanos, tecnológicos, financeiros e organizacionais para as atenuar e contrariar o impacto das suas vulnerabilidades estruturais, construindo resiliências sustentáveis, no quadro da implementação Agenda 2030 e do Roteiro de Samoa:

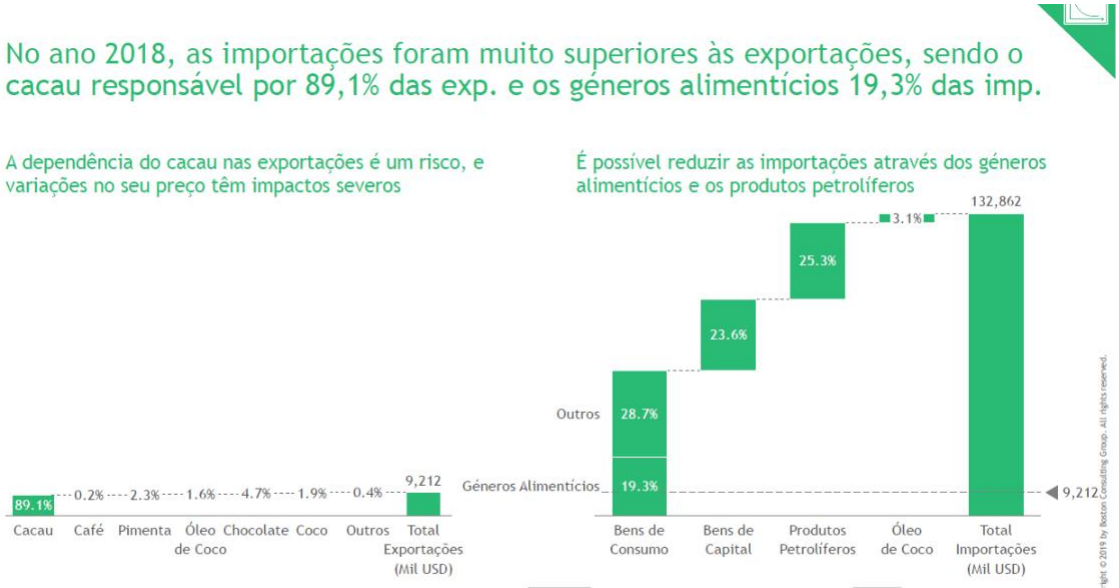
Produção agrícola: São Tomé e Príncipe beneficia de uma situação geográfica excepcional, de condições climatéricas favoráveis, terras de origem vulcânica, solo fértil e boa temperatura para a produção do cacau e outros produtos. Contudo, STP importa cerca de 20% dos alimentos de que necessita a sua população; o êxodo rural, o abandono dos campos de cultivo; a prevalência de práticas culturais (agrícolas) tradicionais e de subsistência; ausência ou deficiente assistência técnica aos agricultores; falta de um sistema de crédito e outros incentivos direcionados para impulsionar desenvolvimento da agricultura familiar e das pequenas empresas agrícolas têm contribuído para o mau desempenho do setor e para aumento da insegurança alimentar e nutricional, que constitui um dos principais aspectos da pobreza no País, designadamente, no meio rural.

Exportações de bens: as exportações de São Tomé e Príncipe estão limitadas a um número muito reduzido de produtos, cobrindo apenas cerca de 7,2% das importações.

Importações: a produção local é pequena, o que torna São Tomé e Príncipe dependente de importações para suprir a maior parte da procura interna. A dependência é particularmente elevada, no que diz respeito aos bens estratégicos, tais como produtos alimentares e produtos energéticos.

12 Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview. Acesso em 15 out 2019.

Gráfico 6: Comparação de importações e exportações do País em 2018



Fonte: *BCG-Boston Consulting Group*

Elevados custos de transporte nacional e internacional: os custos da insularidade de STP constituem um entrave considerável ao seu desenvolvimento. De acordo com o estudo do BAD (2010), os custos adicionais gerados pela insularidade são estimados em cerca de 24,5 milhões de dólares por ano, equivalentes a 14% do PIB. 4% estão diretamente relacionados com as condições de importação e de exportação por via marítima, 3% com o transporte aéreo de passageiros, 4,5% com a energia e mais de 2,5% com as telecomunicações.

O relatório salienta que estes custos adicionais são ainda mais gravosos para a ilha do Príncipe que sofre de dupla insularidade, patente nas péssimas condições das infraestruturas, na dificuldade de acesso aos recursos orçamentais e à ajuda internacional, com impacto negativo no custo de vida. Contudo, embora elevados, os custos da insularidade podem ser fortemente reduzidos através de políticas económicas e estratégias adequadas, nomeadamente centradas no desenvolvimento do setor privado.

Ambiente: a extração abusiva de areia já destruiu dezenas de praias no arquipélago. Cortes ilegais de árvores para construção civil e produção de carvão começaram a dar sinais preocupantes, com efeitos devastadores na erosão costeira, abrindo clareiras nas florestas avaliadas em centenas de metros quadrados de área protegida, tornando-se assim uma séria e crescente ameaça às florestas e ao ecossistema de São Tomé e Príncipe. As leis em vigor não estão a ser aplicadas e os prevaricadores, mesmo quando apanhados em flagrante, não são sancionados. Apesar de avanços consideráveis na implementação de políticas de conservação da biodiversidade, o País enfrenta ainda grandes vulnerabilidades no plano institucional, legal, de fiscalização, de monitorização e de conhecimento científico, traduzido num contínuo declínio da biodiversidade terrestre e marinha em, pelo menos, dois dos seus componentes principais: espécies e ecossistemas.

Mudanças Climáticas: a resposta global às mudanças climáticas centra-se na urgente necessidade de se reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Em 2010, nos Acordos de Cancun, os Governos concordaram em reduzir estas emissões para que o aumento da temperatura global não ultrapassasse os 2 graus Celsius (CQNUMC Decision 1/CP.16, 2010). Mais recentemente, em resposta às decisões 1/CP.19 e 1/CP.20, os países informaram à Convenção das suas "Contribuições Nacionalmente Determinadas" (NDC).

DRAFT

São Tomé e Príncipe elaborou as suas Intenções de Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDC) em 2015 e ratificou o Acordo de Paris sobre o clima em 2 de Novembro de 2016. Após a ratificação, as INDC tornaram-se NDC, tendo o País iniciado o processo de implementação das suas NDC, mediante a elaboração de um plano compreensivo e ambicioso para o avanço das suas ações de mitigação e de adaptação.

Dadas as caraterísticas geográficas e sociais que acentuam a vulnerabilidade às mudanças climáticas, a adaptação, a redução de riscos e o desenvolvimento resiliente constituem prioridades para o País. Além disso, ações de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) também figuram entre os compromissos nacionais, a fim de contribuir para o esforço global de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

STP comprometeu-se, condicionalmente ao apoio da comunidade internacional, a uma redução de 24% das emissões do cenário 2030 BAU (*business as usual*). As ações de mitigação concentram-se no aumento da participação das energias renováveis no sistema elétrico nacional para 47%, dos quais 37% da energia hídrica e 13% da energia solar. No entanto, a implementação de medidas para a mitigação e adaptação requer meios financeiros, acesso à tecnologia e reforço de capacidades provenientes da ajuda externa.

As áreas que necessitam de apoio incluem a ampliação da oferta de energias renováveis; a gestão sustentável das terras, a conservação e restauração de recursos florestais; o reforço do conhecimento e das capacidades para compreender e gerir riscos climáticos; a redução do risco climático e de catástrofes, bem como a promoção do desenvolvimento resiliente; mecanismos, processos e capacidades de coordenação e acesso e gestão de recursos financeiros; comunicação e sensibilização de atores em distintos níveis.

Neste contexto, o Governo de STP aderiu ao *NDC Partnership* em Novembro de 2016, com apoio do qual elaborou-se o Plano Nacional de Implementação das NDC, com base em processos nacionais existentes, congregando ações de mitigação e adaptação, bem como ações transversais e estruturantes para viabilizar a transição para um modelo de desenvolvimento resiliente e de baixo carbono.

Sendo São Tomé e Príncipe um pequeno País insular de rendimento médio baixo, os efeitos e impactos das mudanças climáticas são mais intensos. Manifestam-se principalmente na erosão costeira, na alteração de padrões de precipitação que podem resultar em inundações ou secas prolongadas afetando tanto os cidadãos no quotidiano das suas atividades, como as empresas e a economia do País, dado ao seu impacto nos setores-chave: infraestrutura, turismo, pesca e agricultura, pecuária.

Dispersão geográfica: a insularidade fragmentada em 02 ilhas, com uma orografia muito íngreme e acidentada tem efeitos extremamente pesados nos custos das infraestruturas de base, dos serviços e dos bens essenciais. Ademais, diminui as conexões e sinergias internas e constitui um obstáculo à circulação de pessoas e bens no território nacional. A unificação das ilhas é feita através de transportes aéreos e marítimos, associada aos custos das insularidades advenientes para o ambiente de negócios.

Segurança: tendo em conta a abundância de recursos naturais, designadamente, petróleo e gás, o Golfo da Guiné não está livre de conflitos sub-regionais ou internos aos Estados vizinhos, que podem ter repercussões nefastas sobre a estabilidade de outros Estados, entre os quais São Tomé e Príncipe. A localização estratégica, a extensão do litoral e da zona económica exclusiva fazem com que o País esteja particularmente exposto às novas ameaças, tais como terrorismo, tráfico de drogas e de pessoas, criminalidade internacional, imigração ilegal, pirataria marítima, contrafação e branqueamento de capital, etc.. Por conseguinte, preocupações com a segurança resultam numa grande pressão sobre o orçamento do Estado.

Energia: a dependência energética do exterior é da ordem de 25%; mais de 80% da capacidade instalada de produção de energia recorre a combustíveis fósseis importados, representando um enorme encargo financeiro para o País.

DRAFT

Para que STP atinja os seus objetivos de transformação social e económica é indispensável reduzir, ou mesmo erradicar, esta vulnerabilidade, através do desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como por exemplo a energia renovável. A atual capacidade de produção de Energias Renováveis no País está a volta de 5%.

Resíduos sólidos: os pequenos estados insulares como São Tomé e Príncipe enfrentam dificuldades acrescidas na gestão dos resíduos sólidos devido ao isolamento e localização distante dos grandes centros de reciclagem e ao reduzido número de habitantes. A correta gestão de resíduos assume particular importância devido à exiguidade do território, assim como à necessidade urgente de melhorar os níveis de salubridade para um desenvolvimento sustentável.

Atualmente, em São Tomé e Príncipe, a responsabilidade pela recolha e transporte dos resíduos é das Câmaras Distritais e do Serviço Regional de Salubridade na Região Autónoma do Príncipe. Na cidade capital São Tomé, com cerca de 80.000 habitantes, a contentorização e a recolha, além de insuficientes, limitam-se às vias principais da cidade, o que leva à deposição de grande parte dos resíduos no chão.

No resto da cidade e do distrito de Água Grande, não existe qualquer contentorização nem recolha por parte dos serviços camarários, o que provoca a proliferação de focos de lixo na proximidade de habitações, escolas, mercados e hospitais. Nos distritos periféricos a situação é ainda pior, com exceção dos distritos de Caué e Mezochi, onde recentemente projetos financiados pela União Europeia e parceiros bilaterais introduziram meios que permitem a recolha em 20% desses distritos. Contudo, o destino final dos resíduos, inclusive dos resíduos hospitalares, é igualmente impróprio, sendo estes tratados sem nenhuma diferenciação dos restantes.

Segundo o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU) 2018-2023, as principais causas da atual situação são as seguintes: i) o enquadramento legal obsoleto; ii) a escassez de meios financeiros, técnicos e humanos para uma adequada gestão integrada dos resíduos; iii) a falta de coordenação, planeamento e atribuições claras nas instituições do setor; iv) a existência de infraestruturas inadequadas e insuficientes. Além disso, num contexto de pobreza generalizada e profunda, constata-se que a salubridade do meio não constitui ainda uma prioridade para os decisores e para população em geral; que o impacto negativo na saúde pública (doenças transmitidas pela água, respiratórias e de pele) está insuficientemente estudado e, por isso, subestimado pelas autoridades; que o potencial criador de emprego verde associado à gestão dos resíduos não é do todo considerado pelas autoridades, o que representa uma grande perda em matéria de oportunidade de desenvolvimento socioeconómico e ambiental inclusivo.

Face ao exposto, propõe-se um programa de ação que, alinhado com o Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (PNGIRSU) 2018-2023, intervenha em quatro eixos estratégicos:

1. Reforço do quadro legal e institucional, que inclui i) revisão e atualização do quadro legal existente; ii) Aplicação do DL 64/2013 - Taxa de Impacto Ambiental; iii) coordenação do setor; iv) reforço de capacidades para a gestão dos resíduos.
2. Melhoramento do sistema de gestão de resíduos, que contempla: i) a elaboração de planos distritais de gestão de resíduos; ii) adoção de um programa de erradicação de lixeiras e focos indiscriminados de lixo; iii) a realização de investimento em infraestruturas e equipamentos (vazadouros controlados nos distritos, construção ou aquisição de contentores, aquisição de meios de transporte);
3. Sustentabilidade e emprego verde, que implica: i) a criação de emprego verde; ii) o desenvolvimento de soluções integradas (substituição de fertilizantes químicos por compostos orgânicos, redução de GEE, de custos e aumento de rendimento aos agricultores);
4. Informação e comunicação ambiental, considerando que a comunicação para mudança de comportamento é fundamental para o sucesso das políticas ambientais.

DRAFT

2.3.1. Vulnerabilidade Económica

Consiste principalmente no fato de ser limitada a base produtiva da economia do País. O desafio maior passará necessariamente pelo alargamento da base produtiva e diversificação das fontes geradoras de crescimento, emprego e rendimento, com o objetivo de reabsorver a forte taxa de desemprego, nomeadamente nos jovens e mulheres e substituir as importações por produtos locais e, assim, aliviar o forte constrangimento externo sobre a economia santomense.

Além disso, STP é confrontado com outros desafios importantes, dois dos quais precisam responder em simultâneo o desafio de garantir, a médio prazo e com recursos endógenos, a sobrevivência da sua população residente, considerando a tendência decrescente no volume da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), e o desafio de desenvolvimento auto-sustentado e acelerado, para responder às legítimas aspirações dos são-tomenses a um elevado padrão de bem-estar socio-económico-ambiental.

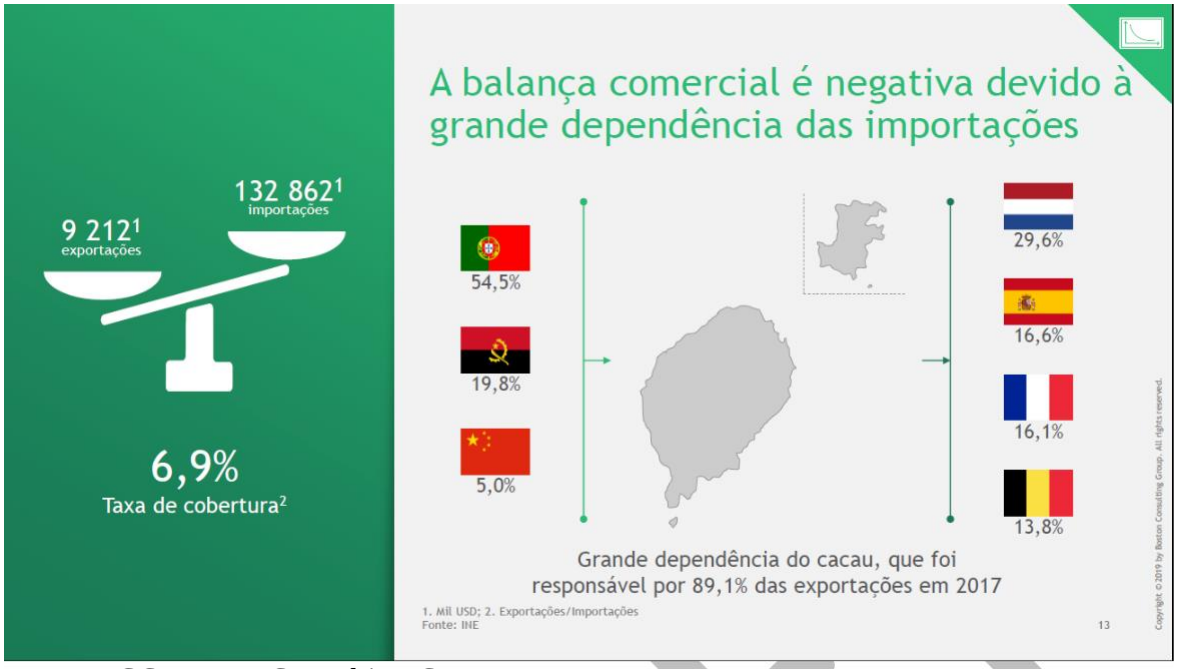
No que respeita à sobrevivência, a análise da Balança de Pagamentos permite concluir que a Balança de Bens é estrutural e profundamente deficitária, coerente com o fato de STP importar a maior parte dos bens que consome, em particular os bens de primeira necessidade, como, por exemplo, bens alimentares, produtos energéticos, produtos químico-farmacêuticos e material laboratorial e médico-cirúrgico, e não possuir uma base exportadora de bens com adequada dimensão.

A diminuição continuada e sistemática da produção da economia significa que o País não dispõe de uma estratégia para estimular e diversificar a produção interna e as exportações. Por conseguinte, o Estado não pode cobrar mais impostos necessários ao normal funcionamento das suas instituições e à promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, gerador de emprego e de rendimentos especialmente aos jovens e mulheres. Além disso, a diminuição da produção agravou o custo de vida (inflação) dos santomenses, reduziu as metas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 e 2018 para 3,9% e 2,7% respetivamente e agravou a dívida pública do Estado.

Face ao quadro em análise, é imprescindível para STP a elaboração e implementação de um plano estratégico para redução de dependência de importação e aumento da exportação, visando maior equilíbrio da balança comercial do País, no horizonte do PNDS 2020-2024, contrariando assim a tendência que poderá desembocar num colapso da economia de um País.

DRAFT

Gráfico 7: Desequilíbrio acentuado da balança comercial do País



Fonte: *BCG-Boston Consulting Group*

O equilíbrio só se consegue graças às transferências externas, designadamente a contribuição da APD, esta, nas suas vertentes donativo, isto é, *donativo direto*, ajuda alimentar e ajuda orçamental, das remessas dos emigrantes (embora estejam a decrescer nos últimos anos), contratação de dívida pública externa para o financiamento de projetos de desenvolvimento.

O recurso e a dependência da APD para equilibrar a Balança Corrente inverteu, de forma expressiva, os fundamentos para a contratação de dívida pública externa, tornando-a numa condição incontornável de equilíbrio externo, no curto prazo, ao invés de um recurso para financiar programas de desenvolvimento sustentável, alicerçados no crescimento auto-sustentado.

Trata-se de uma das armadilhas para a economia santomense, que tende a reproduzir-se e que exige redobrado esforço, muita coordenação e perseverança para ser ultrapassada.

A médio prazo, as perspetivas de evolução da economia de São Tomé e Príncipe eram relativamente boas de acordo com o quadro macroeconómico para o período 2017-2020, definido pela missão técnica do FMI, em Abril de 2017, porém modestas para a aceleração de um crescimento económico sustentável, resiliente e inclusivo, no quadro da implementação da Agenda 2030.

Essas perspetivas poderiam ser muito melhores se os trabalhos dos dois grandes projetos do porto de transbordo e do novo aeroporto internacional fossem iniciados nos próximos dois anos, tendo em conta os progressos já realizados em matéria de mobilização de financiamentos privados. Nesta circunstância, o crescimento económico seria bem mais sustentado, o que permitiria ao Governo ser mais ambicioso em termos do objetivos de redução da pobreza e de melhoria das condições de vida das populações. Assim sendo, o enquadramento macroeconómico seria, então, revisto para o período restante de implementação do PNDS 2020-2024.

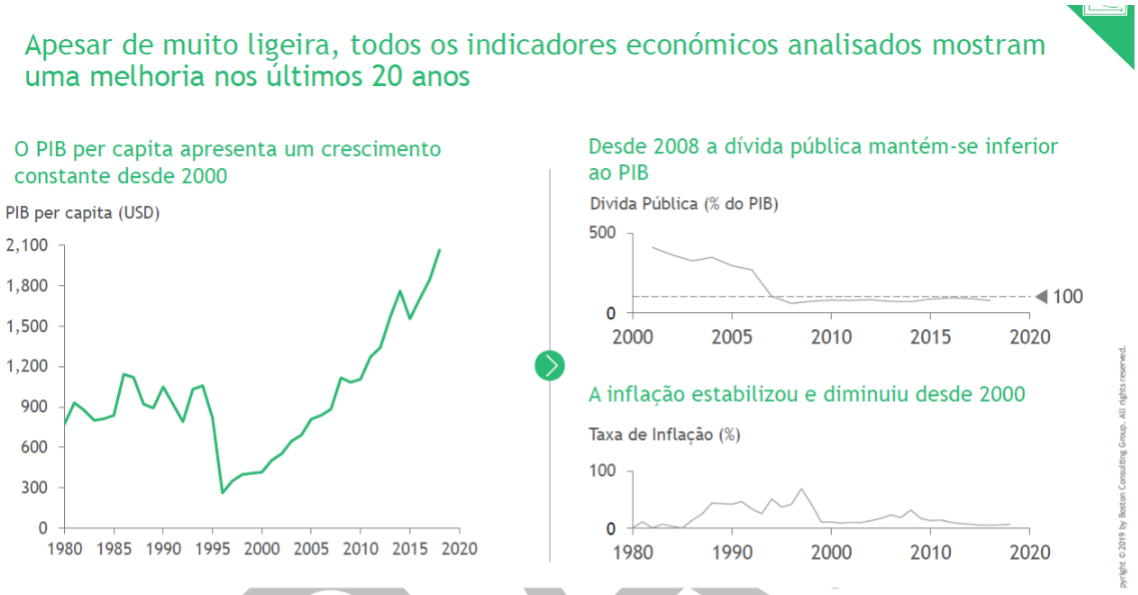
Crescimento e inflação: o ritmo de crescimento, relativamente sustentado, realizado no período 2012-2016 (em média 4,2% por ano) deveria conhecer ainda uma melhoria no período 2017-2020. Com efeito, a taxa de crescimento real do PIB, em 2017, foi de 3,9 %, tendência decrescente que deverá manter em 2018. Na perspetiva do Governo /PNDS 2020-2024, a retoma

DRAFT

do crescimento económico poderá ocorrer a partir de 2020, podendo atingir um crescimento de 7% ou mais, em 2024.

Quanto à inflação, deverá continuar a ser contida, graças à ancoragem da moeda nacional ao Euro e a um fraco aumento dos preços dos produtos básicos. De acordo com as projeções, o índice de aumento dos preços, em média anual, estabelecer-se-á a 4% em 2017 e 3% no período 2018-2020.

Gráfico 8: Evolução dos indicadores económicos nos últimos anos



Fonte: *BCG-Boston Consulting Group*

Finanças públicas: os esforços de melhoria da mobilização dos recursos fiscais e redução do nível de dívida do Estado deverão permitir baixar o défice primário interno a 1,8% do PIB em 2017, a 1,5% em 2018 e a 1,4% nos dois anos seguintes.

A evolução do défice global, baseado em compromissos, deverá ser mais contraída devido às perspetivas de financiamento externo de investimento. Assim, de acordo com as previsões este défice seria apenas de 1,3% do PIB em 2017, ou seja, uma redução de 1,5 pontos em relação a 2016, enquanto que nos dois anos seguintes registaria um agravamento de 4,5% em 2018 e de 4,2% em 2019. Em 2020, o saldo global deverá conhecer um ligeiro excedente de 0,3% do PIB.

Sector externo e dívida: o défice da conta corrente, com exceção de transferências oficiais, deveria agravar-se em 2017 para atingir quase 31% do PIB, ou seja mais de dez pontos que o seu nível em 2016, antes de diminuir para 23,6% do PIB em 2018, depois para 21,6% em 2019 e 5,2% em 2020.

Esta situação explica-se por um nível elevado das importações dos bens e serviços não fatoriais em 2017 (16,6% de crescimento, enquanto que as exportações aumentariam apenas de 6,7%). O financiamento externo deveria conhecer um aumento sensível em 2017, graças à previsão de um importante fluxo de IDE (46,7 milhões de dólares, de acordo com as previsões do BCSTP na ocasião) e um claro aumento dos investimentos públicos sobre donativos e créditos (18,1% do PIB contra 13,6% em 2016).

O VAN da dívida externa deveria aumentar para manter-se em 38,3% e 39,4% do PIB respetivamente, em 2017 e 2018, devido ao crescimento do investimento público sobre recursos externos. Seguidamente previa-se a sua redução para 37,9% do PIB em 2019, e 35,4% em 2020.

Projeções monetárias: no período 2017-2020, a expansão da massa monetária deveria ser de 6,2% em média anual, favorecendo assim o desenvolvimento do crédito à economia que deveria aumentar regularmente a fim de apoiar o crescimento. Assim, deveria crescer de 4,6% em 2017 para 5,2% em 2018, antes de progredir para 7,5% em 2019 e 2020, ou seja, uma média anual de 6,1% no período.

Neste pressuposto, o ritmo de expansão monetário seria coerente com os objetivos em matéria de reservas internacionais de câmbio bruto que deveriam aumentar regularmente para atingir 6,4 meses de importações de bens e serviços não fatoriais, ou seja, 103,5 milhões de dólares, em 2020 e 5,3 meses em média no período 2017-2020.

A ancoragem da moeda local ao Euro prosseguiu-se, mantendo assim a taxa de câmbio nominal a 24,500 STD por 1 Euro. Em relação ao Dólar, o Dobra, da mesma maneira que o Euro, deveria conhecer uma depreciação de cerca de 5% em 2017 e 0,3% em 2018, antes de registar uma ligeira apreciação em 2019 e 2020.

DRAFT

Quadro 5: Principais indicadores económicos 2015-2020

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2015–20
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
		EBS/16/114		EBS/16/114		EBS/16/114			
	Efetivo	2.ª aval.	Est.	2.ª aval.	Proj.	2.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.
Rendimento nacional e preços									
PIB a preços constantes	4,0	4,0	4,1	5,0	4,0	5,5	5,0	5,5	5,5
Deflator do PIB	4,9	...	6,3	...	2,7	...	3,5	4,0	3,7
Preços no consumidor									
Fim do período	4,0	5,5	5,1	3,0	6,0	3,0	5,0	4,5	4,0
Média do período	5,3	5,4	4,6	4,2	5,6	3,0	5,5	4,7	4,2
Comércio externo									
Exportações de bens e serviços não fatoriais	1,7	7,2	7,4	10,6	2,7	6,6	7,6	7,3	6,3
Importações de bens e serviços não fatoriais	-18,6	2,7	-0,4	11,9	8,4	8,1	5,6	6,5	5,6
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período)[1]	22.424	...	23.438	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	0,7	...	6,6	...	...	...	...	...	...
Moeda e crédito									
Base monetária	37,5	10,3	5,0	6,8	1,5	7,2	5,1	3,5	3,5
Massa monetária (M3)	13,1	11,4	-4,8	6,8	-0,2	7,2	8,7	9,7	9,4
Crédito à economia	3,8	7,1	8,3	4,8	3,4	5,2	5,8	9,2	8,9
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,6	2,5	3,0	2,5	3,1	2,5	3,1	3,1	3,1
Taxa de juro de referência do banco central (%)	10,0	...	10,0	...	...	...	...	...	...
Taxa média dos empréstimos bancários (em %)	23,3	...	19,6	...	...	...	...	...	...
Taxa média dos depósitos bancários (em %)	6,9	...	4,1	...	...	...	...	...	...
Financiamento do governo (em % do PIB)									
Total de receita, donativos e bónus de assinatura do petróleo	28,0	31,1	29,4	30,1	24,6	30,3	28,3	28,2	28,4
D/q: receitas fiscais	14,3	13,5	12,2	15,0	13,0	15,5	13,4	13,7	13,9
Receitas não fiscais	1,5	2,3	2,3	1,4	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6
Donativos	11,5	14,7	14,8	13,7	10,1	13,5	13,3	12,9	12,8
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	34,3	29,5	32,1	31,8	29,5	32,7	30,8	31,1	30,6
Despesas com pessoal	8,9	8,7	8,8	8,5	8,5	8,4	8,3	8,2	8,1
Juros devidos	0,8	0,7	0,4	0,8	0,7	0,7	0,5	0,7	0,7
Despesa corrente excl. juros e salários	8,5	6,6	7,9	7,9	7,0	7,6	6,8	6,8	6,8
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0,7	0,7	0,6	1,1	0,3	1,8	0,3	0,6	1,2
Despesas de investimento financiadas por doadores	14,8	11,9	14,0	12,8	12,8	13,7	14,6	14,3	13,3
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,6	0,9	0,2	0,6	0,2	0,5	0,2	0,7	0,5
Saldo primário interno[2]	-3,0	-2,0	-4,0	-1,8	-1,8	-1,5	-1,0	-1,0	-1,0
Saldo global (base de compromissos)	-6,3	1,6	-2,7	-1,7	-4,9	-2,4	-2,4	-2,7	-1,8
Setor externo									
Saldo de conta corrente (% do PIB)									
Incluindo transferências oficiais	-12,6	-8,9	-6,0	-11,3	-12,2	-12,1	-7,2	-7,0	-6,2
Excluindo transferências oficiais	-25,2	-23,6	-20,8	-25,2	-22,3	-25,8	-20,5	-19,9	-19,0
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	39,7	36,2	31,5	38,3	30,5	39,4	31,2	30,7	29,8
Serviço da dívida externa (% das exportações)[3]	3,8	6,8	3,4	6,0	4,7	5,6	4,7	5,5	5,2
Export. de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	89,9	96,4	96,5	106,6	99,2	113,6	106,7	114,5	121,7
Reservas internacionais brutas [4]									
Milhões de USD	61,9	58,7	55,9	63,9	58,7	68,9	64,4	67,1	68,5
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais[5]	4,8	4,2	4,0	4,3	4,0	4,3	4,2	4,1	3,9
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10,3	11,5	11,5	9,3	11,7	7,6	10,6	9,0	7,6
Por memória									
PIB									
Mil milhões de dobras	7.018	7774,0	7.769	8.248	8.300	8.839	9.019	9.891	10.816
Milhões de USD	317,7	352	350,8	374,7	375,0	402,5	417,7	459,8	503,5

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

[1] O ponto médio da taxa do BCSTP.

[2] Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

[3] Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

[4] As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para fins de apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

[5] Importações de bens e serviços não fatoriais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Fonte: FMI

2.4. Desenvolvimento Local e dos Recursos Endógenos

Enquadra-se no processo de democratização do Estado e de politização da sociedade. Destaca a necessidade de estabelecimento de políticas públicas que possibilitem uma

descentralização que confira maior autonomia, designadamente financeira e melhor capacitação das autarquias regional e distritais em matéria de gestão e planeamento do desenvolvimento ou seja, uma aposta na territorialização dos instrumentos de gestão do desenvolvimento.

É evidente que o desenvolvimento e a consolidação do poder regional e distrital requerem mais recursos, nomeadamente financeiros, técnicos, humanos e organizacionais visando uma melhor assunção e exercício das competências e atribuições já descentralizadas. No entanto, é sobretudo a oportunidade de lançamento de uma nova fase de uma descentralização focalizada na valorização do potencial endógeno, direcionada para acelerar o crescimento económico local, regional e nacional; reduzir as desigualdades sociais e as assimetrias regionais e locais; e promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Um inventário dos bens ambientais, dos recursos turísticos, históricos, culturais, e patrimoniais, bem como das capacidades técnicas e organizacionais, existentes ao nível local e regional são imprescindíveis para o conhecimento, gestão e desenvolvimento dos territórios em benefícios das suas populações.

As ex-roças de São Tomé e Príncipe são provavelmente dos sítios/imóveis locais mais desejados do País, com um valor histórico, social, económico, cultural e arquitectónico ímpar que precisam de reconversão, reabilitação e novos destinos/funcionalidades, designadamente, associados à produção, habitação e turismo: étnico e cultural.

Os planos de desenvolvimento regional, elaborados no âmbito do PNDS, serão mecanismos de diálogo, de mobilização, de descentralização de recursos, competências e atribuições, de empenhamento e envolvimento do poder regional e distrital na sua execução.

Além disso, serão mecanismos de reforço de recursos e de capacidade de resposta, de sinalização de oportunidades de negócios e de realização da visão partilhada dos poderes central, regional e distrital tanto para São Tomé como para o Príncipe.

2.5. Agenda 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo sobre o pós-2015 culminou na adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da resolução intitulada "Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (A/RES/70/1), do dia 25 de Setembro de 2015. Tratando-se de uma agenda universal, assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países, a Agenda 2030 pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos planos nacional, regional e global.

Nas palavras do anterior Secretário-Geral da ONU Ban Ki-Moon, "os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos".

António Guterres, atual Secretário-geral, por sua vez, identificou o apoio ao desenvolvimento sustentável como uma das 3 prioridades do seu mandato à frente da ONU, tal como a promoção da paz e a reforma interna da Organização.

De fato, importa ressalvar que esta é uma Agenda com uma dimensão universal, a ser implementada por todos os países, e não apenas pelos países em desenvolvimento, como era o caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), no período entre 2000 e 2015.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda Universal; levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio; procuram obter avanços nas metas não alcançadas; buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis. Mesclam, de forma equilibrada, as três

DRAFT

dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais.

As metas são definidas como ideais e globais, mas com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos, nas políticas e estratégias nacionais de planeamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos económico, social e ambiental.

Os desafios e compromissos que fazem parte dessas grandes conferências e cúpulas são interrelacionados e exigem soluções integradas. Para tratá-los de forma eficaz, é necessária uma nova abordagem. O desenvolvimento sustentável reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos países e entre eles, a preservação do planeta, a criação do crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados entre si e são interdependentes.

Os 17 ODS mudaram a abordagem do desenvolvimento de seguinte forma:

- Integram as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental;

- Assentam-se em objetivos e metas universais a serem implementados por todos os países e não apenas por países em desenvolvimento;

- Possuem uma maior dimensão de combate às desigualdades e promoção dos Direitos Humanos, como preocupação transversal a todos os ODS;

- Implicam uma nova dinâmica de conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores, incluindo as organizações não-governamentais (ONG), o setor empresarial privado, academia, parceiros sociais, e restantes membros da sociedade civil, cooperação entre o parlamento, o governo, autoridades regionais e locais. Por conseguinte, estamos perante um desafio que diz respeito a todos.

A nova Agenda das Nações Unidas para 2030 constitui um plano de ação centrado nos 5Ps, a saber: nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias, tendo como objetivo final a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, no âmbito do qual todos os Estados e outras partes interessadas assumem responsabilidades próprias no que diz respeito à sua implementação, enfatizando-se que ninguém deve ser deixado para trás.

A incorporação da Agenda 2030 nas estratégias, planos e políticas nacionais articula-se por áreas temáticas, identificadas enquanto 5P:

DRAFT

Figura 1: Plano de ação centrado nas pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias

- *Pessoas* (ODS 1,2,3,4,5 e 6): traduzindo a determinação em erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável;
- *Prosperidade* (ODS 7,8,9 e 10): impondo-se a garantia de que todos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, assegurando que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;
- *Planeta* (ODS 11,12,13,14 e 15): reforçando a convicção da necessidade de se proteger o planeta da sua degradação, através de padrões sustentáveis de consumo e produção, da gestão sustentável dos recursos naturais e de medidas urgentes para combater as alterações climáticas, atendendo às necessidades das gerações presentes e futuras;
- *Paz* (ODS 16): salientando a determinação de se promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, e recordando que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável;
- *Parcerias* (ODS 17): mobilizando-se os meios necessários para a implementação da Agenda 2030, por meio de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável revitalizada, fortalecendo-se o espírito de solidariedade global, com ênfase nos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás.

Os novos Objetivos e metas em vigor desde 1 de Janeiro de 2016 orientam as decisões que serão tomadas até 2030. Cada país enfrenta desafios específicos em sua busca pelo desenvolvimento sustentável. Os países mais vulneráveis e, em particular, os países africanos e

DRAFT

os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento merecem atenção especial. Destacam-se a importância da apropriação nacional robusta e da liderança ao nível nacional.

O **Governo santomense apontou como prioridades 5 (+2)** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no quadro da implementação da Agenda 2030:

- Objetivo 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objectivo 8: promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 13: tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
- Objetivo 14: conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2.6. Integração das Agendas Internacionais de Desenvolvimento Sustentável

- A Agenda 2030: os ODS
- O *Samoa Pathway*: áreas temáticas
- Agenda 2063: África Que Queremos

Signatário da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, consubstanciado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); das Modalidades Aceleradas de Ação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) - *Samoa Pathway*, e da Agenda 2063: África Que Queremos, São Tomé e Príncipe está empenhado na sua integração nos planos, estratégias e políticas nacionais, setoriais e subnacionais, bem como na sua implementação e monitorização. Este desafio está suficientemente incorporado no Programa do Governo e, consequentemente, assumido pelo Plano Nacional Desenvolvimento Sustentável, PNDS 2020-2024, através dos seus programas temáticos e setoriais e subsequentes projetos.

As ***Samoa Pathway*** reconhecem os impactos nefastos das mudanças climáticas e do aumento do nível do mar, nos esforços dos PEID para alcançarem o desenvolvimento sustentável, bem como para a sua sobrevivência e viabilidade. As *Samoa Pathway* também apelam ao reforço da parceria global para apoiar a sua implementação e aos PEID para que criem resiliência e se apropriem do seu desenvolvimento sustentável.

O quadro desenvolvido identificou e acordou uma base para a ação, em áreas prioritárias, como se segue:

1. Crescimento económico sustentado e sustentável, inclusivo e equitativo, com trabalho decente para todos;
2. Mudanças climáticas;
3. Energia sustentável;
4. Redução do risco de desastres;
5. Oceanos e mares;
6. Segurança alimentar e nutrição;
7. Água e saneamento;
8. Transporte sustentável;

DRAFT

9. Consumo e produção sustentáveis;
10. Gestão de produtos químicos e resíduos, incluindo resíduos perigosos;
11. Saúde e doenças não transmissíveis;
12. Igualdade de género e capacitação das mulheres;
13. Desenvolvimento social;
14. Biodiversidade;
15. Espécies forasteiras invasivas;
16. Meios de implementação, inclusive parcerias.

A abordagem do desenvolvimento económico e social, a segurança alimentar, a redução do risco de desastres (RRD) e a gestão do oceano, questões abrangidas pelas *Samoa Pathway*, convergem totalmente com os ODS.

Conforme se referiu atrás, a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** das Nações Unidas é produto do trabalho conjunto de Governos e cidadãos de todo o mundo, para criar um novo modelo global com vista a acabar com a pobreza; promover a prosperidade e o bem-estar de todos; proteger o ambiente e combater as mudanças climáticas. Os ODS deverão ser implementados por todos os países e abrangem áreas diversas, mas interligadas, tais como: o acesso equitativo à educação e aos serviços de saúde de qualidade; a criação de emprego digno; a sustentabilidade energética e ambiental; a conservação e gestão dos oceanos; a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis; e o combate à desigualdade a todos os níveis. A Agenda visa à erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico, social e ambiental, à escala global, até 2030 através dos seguintes ODS:

Figura 2: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1. Erradicação da pobreza;
2. Fome zero e agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de género;
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível;
8. Trabalho decente e crescimento económico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima;
14. Vida na água;
15. Vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias e meios de implementação;

DRAFT

A "Agenda 2063 - A África que Queremos" é um quadro estratégico para a transformação socioeconómica do continente africano nos próximos 50 anos. Ela foi construída na base das prioridades identificadas e busca acelerar a implementação de iniciativas continentais passadas e correntes, para o crescimento e o desenvolvimento sustentável. Ela assenta-se na visão da União Africana, "Uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional", e preconiza 7 aspirações para o continente, que derivaram de amplas consultas públicas:

- 1. Uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável;
- 2. Um continente integrado, politicamente unido, com base nos ideais do Pan-africanismo e na visão de Renascimento da África;
- 3. Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito;
- 4. Uma África Pacífica e Segura;
- 5. Uma África com uma forte identidade cultural, património, valores e ética comum;
- 6. Uma África, cujo desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial dos povos africanos, especialmente no potencial da mulher, da juventude, e onde a criança tem tratamento digno;
- 7. Uma África como um ator e um parceiro forte, unido e influente na arena mundial.

No que concerne às Agendas 2063 e 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável, os Chefes de Estado e de Governo africanos, no limiar da implementação das duas Agendas, dedicaram o ano de 2017 ao lema "**Aproveitamento do Dividendo Demográfico através de Investimentos na Juventude**", objeto de um Roteiro da União Africana com a mesma denominação.

O **Roteiro** desenvolvido a pedido dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realça e delineia medidas essências e urgentes a serem tomadas e implementadas para transformar o potencial da enorme população juvenil africana (explosão juvenil) em dividendo demográfico. Serve, igualmente, para direcionar os países africanos rumo às aspirações e metas ambiciosas, mas cruciais e complementares às Agendas supramencionadas.

O **dividendo demográfico** é definido como o benefício que um país pode usufruir pelo fato de possuir uma porção relativamente grande de população em idade produtiva, resultante do declínio na fecundidade, mediante investimento efetivo na saúde, empoderamento, educação e emprego através da aplicação de ações públicas e da participação do setor público. O aproveitamento do dividendo demográfico constitui uma enorme oportunidade para construir a resiliência dos jovens e superar as causas fundamentais subjacentes aos grandes desafios que a África enfrenta, incluindo as migrações forçadas, a radicalização e o extremismo violento.

Ressalta-se que a Agenda 2063 da UA lança diversos apelos para o investimento na juventude e nas mulheres, visando a concretização da sua visão de uma África onde o desenvolvimento seja conduzido pelas pessoas, libertando o potencial das suas mulheres e dos seus jovens; e que a inclusão da questão sobre o dividendo demográfico na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi uma das principais contribuições da África em prol dessa Agenda.

O contexto e os fundamentos dessa contribuição da UA prendem-se, principalmente, com a Perspetiva Mundial da ONU sobre a População (Revisão de 2015), segundo a qual a população do continente africano era de 1.2 bilhões em 2015, mas atualmente, com uma projeção a indicar um crescimento rápido de 1.7 bilhões em 2030, 2.5 bilhões em 2050 e 3 bilhões em 2063. Por conseguinte, a fasquia africana da população mundial aumentará de 16% em 2015, para mais de 29% em 2063. Importa ainda salientar o fato de que cerca de 46% do aumento de 1.3 bilhões da

DRAFT

mão-de-obra da África, durante o período de 2015-2063, será constituído por jovens na faixa etária entre 15-34 anos, correspondente a uma média de 12.1 milhões por ano.

Com uma rápida transformação das faixas etárias e um declínio nos rácios de dependência, existe um potencial para crescimento económico impulsionado pelo aumento das receitas provenientes do trabalho e do incremento das poupanças. Isto pode correlativamente resultar em **melhorias do capital humano**, pelas seguintes razões: (i) a baixa taxa de fecundidade associada ao atraso na primeira gravidez e ao maior intervalo entre os partos melhoram a saúde materna e infantil; (ii) menor rácio de dependência da juventude permite maior investimento por criança; (iii) e a baixa fecundidade aumenta o potencial de emprego e de empoderamento das mulheres.

O grau de sucesso dos governos africanos na transformação da educação e do reforço de competências, saúde e bem-estar, o potenciamento, o emprego e empreendedorismo será determinado por essa marcha rumo ao progresso, à paz e ao desenvolvimento sustentável. Investimentos-chave nos jovens de hoje é crucial para a Agenda 2063 e para a elevação de África ao estatuto de um ator forte e influente ao nível mundial.

A África tem crescido a um passo muito lento (3,7% em 2016) se comparado ao seu potencial, por não ter explorado as potencialidades da sua juventude. Não obstante alguns países terem obtido um desempenho mais elevado, não se registou crescimento económico nas áreas de trabalho intensivo.

Reitera-se que o dividendo demográfico continua a ser central para a concretização da aspiração da transformação económica de África, sendo evidente que, dotada de investimentos apropriados, a dinâmica populacional desempenhará um papel importante em facilitar o crescimento elevado e inclusivo e a redução da pobreza. Seguramente, a enorme população juvenil, se devidamente aproveitada, impulsionará o continente para maiores realizações económicas socias e ambientais.

Assim, uma série de **medidas importantes e urgentes** são priorizados no domínio dos recursos humanos, nomeadamente, a juventude:

- Grandes investimentos na saúde, particularmente o acesso ao planeamento familiar;
- Redução nos índices de mortalidade e de fecundidade;
- Eliminação da desigualdade do género que inibe o direito das mulheres de decidir sobre o número e o intervalo entre os seus filhos;
- Melhoramento do acesso à educação de qualidade combinado com as exigências dos mercados de trabalho;
- Instituição de medidas macroeconómicas que facilitam a criação de postos de trabalho e o empreendedorismo, incluindo a remoção de barreiras que inibem os negócios, são centrais para transformação económica;
- Realização de uma caraterização adequada dos países com vista a assegurar que os formuladores de políticas tomem decisões baseadas em evidências durante o planeamento de desenvolvimento do país. Esta atitude ajudará a superar os atuais desafios que África enfrenta, em que os jovens se mostram vulneráveis ao fundamentalismo, extremismo, migração forçada, etc.

Para facilitar a efetiva implementação das medidas-chave e das propostas contidas nesse Roteiro, é importante enfatizar a necessidade de se orientar pelos princípios fundamentais

DRAFT

inscritos nas Agendas 2063 e 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular no que se refere à abordagem ao desenvolvimento centrada nas populações e ao compromisso de não deixar ninguém para trás.

As áreas identificadas para a concentração de investimentos-chave, estruturam-se em quatro pilares cruciais e interligados, alinhados com os instrumentos de política e quadros relevantes e estratégicos da UA, visando posicionar os países no aproveitamento do dividendo demográfico e assegurar a plena implementação das Agendas 2063 e 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Considerando a diversidade dos contextos nacionais, espera-se que as medidas-chave propostas sirvam de guião para o que será implementado com base nas prioridades locais. Os pilares acima mencionados são os seguintes:

- Pilar 1: Emprego e Empreendedorismo;
- Pilar 2: Emprego e Desenvolvimento de Habilidades;
- Pilar 3: Saúde e Bem-estar;
- Pilar 4: Direitos, Governação e Empoderamento dos Jovens.

Recomenda-se que à medida que a África e os seus Estados-membros implementam este roteiro, sejam adotadas medidas consistentes para garantir que os ganhos realizados sejam sustentados.

Portanto, "*África deve tirar proveito da sua estrutura populacional e a dos seus enormes recursos naturais para, nomeadamente, coordenar a expansão de investimentos no desenvolvimento humano e na protecção social visando a realização de níveis sustentáveis mais altos do crescimento equitativo e partilhado e criação de emprego; aumentar a produção agrícola e a segurança alimentar; acelerar o ritmo de integração regional; e fortalecer as capacidades do estado e institucionais para uma melhor governação económica e social.*" (HAMDOK, A. 2016).

O **Programa do Governo de São Tomé e Príncipe** evidencia o alinhamento da sua estratégia com as agendas internacionais, apresentando, através dos 4 eixos estratégicos e seus desdobramentos, os seguintes grandes compromissos para a legislatura:

1. Aprofundamento do estado de direito democrático;
2. Reformas institucionais concertadas com outros órgãos de soberania;
3. Envolvimento e participação da sociedade civil
4. Modernização de administração pública;
5. Modernização da justiça;
6. Segurança e defesa nacional: conceito estratégico e sentido lato;
7. Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;
8. Novo modelo de desenvolvimento baseado na prestação de serviços;
9. Crescimento económico médio anual superior a 7%;
10. Educação de excelência e formação profissionalizante;
11. Finanças públicas e política fiscal: estabilidade macroeconómica;
12. Agricultura, pecuária, segurança alimentar, florestas;
13. Infraestrutura, transição, eficiência energética e água;
14. Proteção do meio ambiente e dos ecossistemas nacionais;
15. Melhoria de qualidade de saúde e proteção social;
16. Politica externa ao serviço do desenvolvimento

Os compromissos do Programa do Governo estão globalmente alinhados com as agendas internacionais e contribuem para a consecução das metas nelas anunciadas, conforme o quadro da página seguinte:

DRAFT

Quadro 6: Alinhamento do Programa do Governo com as Agendas Internacionais

Agenda 2030:ODS	Roteiro de Samoa: temas	Agenda 2063: aspirações	Prioridades para Legislatura
1	1,13	1,6	1,5,10,16
2	6	1	12,7
3	11	1,3	15
4	13	1	4,5,8,10
5	12	6	Nenhuma referência
6	7	1	12,13,14
7	3	1	13
8	1	1,6	7,8,9,10
9	1,2	1	8,10,13,14,
10	1,12	6,5	15
11	2,4,8,10	1	13,14,15
12	1,3,7,9,10	1	12,13,14
13	2,3,14	1	13,14
14	5,10,14,15	1	6,14
15	14,15	1	6,12,14
16	13	3,4	1,2,3,5,6,7,10,15,16
17	2,3,10,14,16	2,7	2,3,4,7,10,11,16

DRAFT

3. A VISÃO PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

3.1. Os Fundamentos

"*Os Santomenses vivem condignamente num país estável, democrático e inclusivo, em franco processo de modernização, prestando serviços de qualidade à região e ao mundo*" (São Tomé e Príncipe 2030: o País que Queremos).

É evidente que o Programa do Governo está em perfeito alinhamento e sintonia com a visão que o Relatório intitulado *São Tomé e Príncipe 2030: o País que Queremos* formula para o País no horizonte de 2030, sendo, de igual modo, coerente e consistente a determinação de construir um **novo modelo de desenvolvimento baseado na prestação de serviços**, de acordo com a vocação e o potencial do País, quer do ponto de vista dos seus fundamentos económicos quer da sua localização geográfica.

3.2. A Transformação de STP numa economia dinâmica de Prestação de Serviços

São Tomé e Príncipe é um País localizado no Golfo da Guiné, dotado de uma posição geoestratégica e geoeconómica privilegiada para se transformar numa economia dinâmica de prestação de serviços, alavancada no **turismo de excelência e de qualidade,** aprendendo e adaptando práticas excelentes experimentadas aos níveis internacionais e regionais, nomeadamente, nos pequenos Estados insulares mais desenvolvidos: serviços turísticos, financeiros, tecnológicos, logísticos associados a economia digital, serviços de entretenimento, de saúde, e outros.

Além disso, o projeto de transformação de São Tomé e Príncipe numa economia dinâmica de prestação de serviços para os países do Golfo da Guiné e para o mundo, no horizonte temporal de 2030, inclui a criação e o desenvolvimento de serviços em áreas ou setores estratégicas de desenvolvimento do País, designadamente, o marítimo e o aéreo, através da construção de um porto; da extensão e modernização do atual aeroporto internacional; de criação de uma zona franca; e de aproveitamento eficiente das oportunidades que podem oferecer infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação (TIC).

De acordo com o Governo, trata-se do modelo com maior potencialidade para, no horizonte do PNDS, relançar o crescimento económico médio anual superior a 7%, de agregar valor, de aumentar o rendimento e acelerar a criação de emprego, sobretudo, a partir de um setor privado forte e apoiado por um quadro de incentivos adequados. O Governo pretende ainda que STP seja, de fato, um País de desenvolvimento médio alto no horizonte de três legislaturas.

Outro desafio a ser superado nesta legislatura é o reforço da coesão social através da melhoria da eficácia e operacionalidade da ação do Estado, no sentido de resgatar e devolver dignidade à condição humana dos santomenses, com relevância para mais equidade, mais justiça social e reinserção social.

Assim sendo, o País deve assumir como obrigação imperiosa e urgente o desafio de promover uma educação de excelência e um alto nível de formação e capacitação do capital humano, compatível com as exigências que esse modelo de desenvolvimento coloca.

No entanto, importa ressalvar que a valorização da localização geoeconómica de São Tomé e Príncipe passa, incontornavelmente, pela criação de um País confiável e pela minimização dos custos de contexto, de modo a torná-lo atrativo para o investimento externo.

Por sua vez, a criação de um ambiente de confiança e de minimização dos custos de contexto implica, obrigatoriamente, profundas reformas suscetíveis de mudar o estado atual do *doing business*, dos indicadores de liberdade económica e dos indicadores de boa-governação.

DRAFT

Neste âmbito, tem-se plena consciência do quão baixo é o nível do ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe[13], pelo que se propõe, no horizonte do PNDS, melhorar o ambiente de negócios e promover a atração e retenção de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), um recurso vital para aceleração do crescimento económico e, sobretudo, para a geração de novos postos de trabalho no País.

O Governo corrobora que tudo fará para melhorar o ambiente de negócios em STP, sobretudo, no que tange à capacidade de fazer cumprir os contratos, de resolver as insolvências, o registo de propriedade, a obtenção de créditos e a proteção de pequenos investimentos. Todos esses aspetos serão consolidados no âmbito da reforma da justiça.

Significa que somente pela via do ajustamento das condições internas do País às novas exigências do meio envolvente, se pode fazer de São Tomé e Príncipe um País competitivo e em condições de maximizar os seus recursos para superar três desafios essenciais:

O primeiro desafio imediato, com caráter de urgência, que o Governo precisa enfrentar é o da criação de condições que assegurem o equilíbrio da estrutura da balança corrente para garantir a sobrevivência da sua população residente, face à redução continuada da Ajuda Pública ao Desenvolvimento do País.

O segundo desafio, a médio prazo, é o de assegurar as condições que permitam ao País, no horizonte do PNDS, minimizar o complexo problema do défice da Balança Corrente, sem pôr em perigo as condições normais de sobrevivência da população.

O terceiro o desafio consiste em garantir o desenvolvimento acelerado, auto-sustentado e sustentável de STP, assente no conceito de economia dinâmica de prestação de serviços, visando alcançar uma posição entre os PEID com melhor desempenho económico e social, nomeadamente, no que respeita ao PIB *per capita* e ao IDH.

A consecução destes desafios é essencial para o futuro considerando que a integração ativa de São Tomé e Príncipe no sistema económico mundial exige uma verdadeira mudança de paradigma de desenvolvimento, que deve orientar e modelar todo o processo de planificação e gestão do desenvolvimento nacional, regional e distrital, com uma ampla mobilização e participação do setor privado, da sociedade civil e das comunidades.

São Tomé e Príncipe, enquanto Pequeno Estado Insular e arquipelágico particularmente vulnerável na sua estrutura económica, social e ambiental deve assumir como um desígnio nacional e emergencial a necessidade de seus atores políticos, sociais e económicos, liderados pelo Governo, convergirem numa plataforma de entendimento, num consenso alargado sobre às grandes questões do desenvolvimento nacional; sobre um amplo acordo que permita a estabilidade e que as reformas sejam executadas e avaliadas antes de serem descartadas; que os governos e seus ministros não se esmerem em mudar tudo o que o seu antecessor fez, sem antes avaliar pormenorizadamente os resultados obtidos.

A consecução deste objetivo é um desafio essencial para o futuro considerando que a integração ativa de São Tomé e Príncipe no sistema económico mundial, sendo uma estratégia partilhada pelos Relatórios *São Tomé e Príncipe 2030: o País que Queremos* e Agenda de Transformação no horizonte 2030 e também pelo Programa do Governo exige uma verdadeira mudança de paradigma de desenvolvimento, que deve orientar e modelar todo o processo de planificação e gestão do desenvolvimento nacional, regional e distrital, com uma ampla mobilização e participação do setor privado, da sociedade civil e das comunidades.

Pois, a estratégia em questão baseia-se, designadamente, na formulação e implementação de profundas reformas, aliás bem explicitadas no Programa do Governo, com o propósito de criar a confiança necessária no País, na sua economia, minimizar os custos de contexto e assegurar estabilidade e a sustentabilidade do desenvolvimento.

[13] "O *Doing Business* 2018" cujo lema é "Reformar Para Gerar Emprego" classifica São Tomé e Príncipe no lugar 169º entre 190 países com uma pontuação de 44.84 contra 86.55 do primeiro classificado.

DRAFT

Uma outra questão importante é a da necessidade de um comprometimento forte com o desenvolvimento regional e local equilibrado, e a concomitante valorização das ilhas e dos recursos endógenos, capaz de inverter a dinâmica migratória que se instalou no País, nomeadamente na ilha de São Tomé e de debelar as causas profundas desse fenómeno.

Esse movimento migratório, predominantemente do campo para as cidades, é responsável por algumas das principais tensões sociais prevalecentes face à dificuldade do Estado em responder adequada e eficazmente às suas responsabilidades no domínio da segurança, da luta contra a pobreza, particularmente, no que se refere ao acesso ao emprego, à alimentação, à saúde, à educação, à habitação, à água potável, à energia, ao saneamento e às comunicações, dificultando a melhoria dos indicadores de pobreza e da pobreza extrema.

3.3. A Integração Ativa de STP no Sistema Económico Mundial

No fim do século XX e início do XXI, algumas transformações globais implicaram tendências importantes num contexto de globalização económica a longo prazo, tal como o crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de bens, serviços, ativos intangíveis, capitais e o acirramento da concorrência no sistema internacional. Mais importante, a revolução na tecnologia da informação e nos meios de comunicação forneceu a base para que os grandes grupos produtivos e financeiros integrassem de forma global os processos de gestão e de produção.

Segundo indicadores de estudos recentes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC), as denominadas cadeias globais de valor (CGV) refletem uma nova divisão internacional do trabalho. Esta se estrutura a partir da forma que os países se inserem na produção mundial: se são exportadores de matérias-primas, que são utilizadas nas exportações de outros países ou se são exportadores de bens finais com maior valor agregado.

A abertura ao comércio tem sido um elemento-chave do êxito das estratégias de crescimento e desenvolvimento. Nenhum país conseguiu até agora manter um crescimento sustentável a longo prazo sem integrar a economia mundial. O acesso aos mercados no estrangeiro permite maiores economias de escala e uma maior especialização, enquanto o acesso a *inputs* mais baratos e variados, incluindo serviços mais eficientes, abre o caminho a novas possibilidades de produção. O IDE tornou-se também num contributo essencial tanto para o crescimento económico como para os resultados da exportação (por exemplo, as filiais estrangeiras são responsáveis, hoje em dia, por 75 % do comércio da China). A abertura à mobilidade das pessoas pode contribuir para a transferência de competências, bem como de investimentos para os países em desenvolvimento, especialmente tendo em conta o papel das comunidades da diáspora.

Entretanto, embora o comércio seja uma condição necessária para o desenvolvimento, não é suficiente. O comércio pode incentivar o crescimento e a redução da pobreza, dependendo da estrutura da economia, da calendarização adequada das medidas de liberalização do comércio e das políticas complementares. As reformas internas são essenciais para apoiar um crescimento baseado no comércio e no investimento. O desempenho económico dos países menos desenvolvidos (PMD) é frequentemente dificultado não só por economias e bases de exportação pouco diversificadas, por infraestruturas e serviços inadequados ou pela ausência de competências apropriadas, mas também, por fatores políticos relacionados com a má governação; corrupção e fraude; a falta de proteção dos direitos humanos e de transparência; a fraca capacidade administrativa; políticas de tributação ineficazes e evasão fiscal em grande escala; instrumentos de redistribuição insuficientes; enquadramentos frágeis em matéria de política social e ambiental; exploração não sustentável dos recursos naturais; ameaças à segurança e falta de estabilidade.

DRAFT

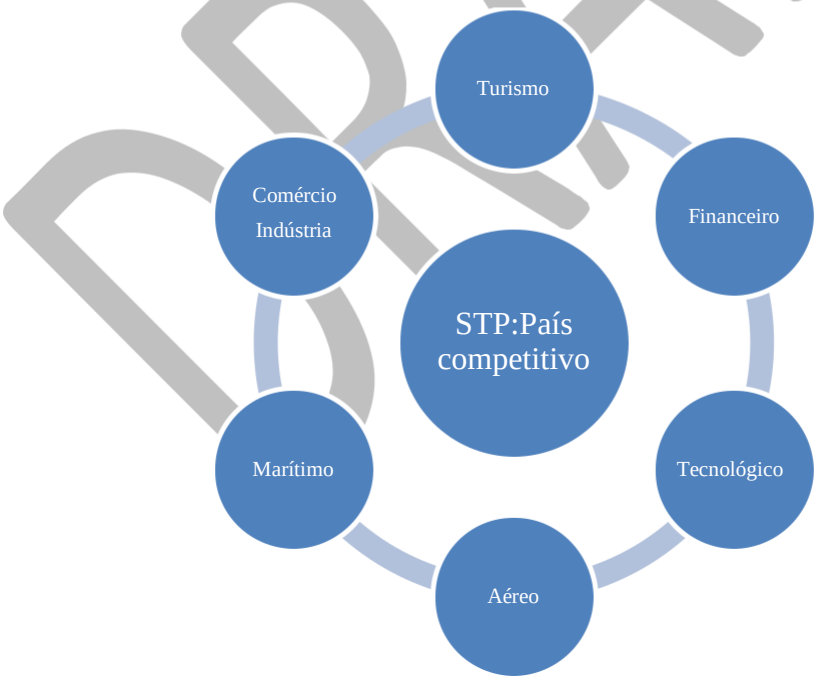
Na inserção ativa prevalece a ação proativa, que implica, também, a análise prospetiva e a preparação atempada das condições, para acolher, da melhor forma, as forças de mudança do meio envolvente e para ganhar potência.

Esta competência deve ser entendida como a habilidade interna do País, uma espécie de capacidade mercadológica de entender os *stakeholders* (partes interessadas) externos, produzindo reações de resposta às demandas e/ou antecipando-se às mesmas, municiando-se de estratégias adequadas, considerando as inconstâncias do envolvente externo, que normalmente têm impacto direto sobre o desempenho do País.

Pela sua escala, e pelo fato de se ver confrontado com custos adicionais, que resultam da insularidade e da sua natureza arquipelágica, São Tomé e Príncipe, à partida, não consegue o sucesso económico fora de um contexto de grande abertura económica e de profundas relações com o sistema económico mundial. Disso resulta que o desempenho e o sucesso económicos do País dependem, necessariamente, da sua integração, o que pressupõe uma política assertiva e consistente de cooperação internacional e regional, tanto nas dimensões bilateral e multilateral, sintetizada no eixo estratégico 4 do Programa do Governo: politica externa ao serviço do desenvolvimento.

Esta proposta de integração ativa de São Tomé no sistema económico mundial assenta no conceito de São Tomé e Príncipe enquanto *Economia Dinâmica de Serviços no Centro do Atlântico*, num cruzamento que articula os continentes do atlântico, como ilustra o gráfico em abaixo:

Gráfico 9: São Tomé e Príncipe uma economia dinâmica no centro do atlântico



Nas condições atuais da economia global, contraposta à realidade económica nacional, mas sobretudo, ao potencial do País e aos objetivos propostos é possível identificar seis programas ou oportunidades estratégicas, englobados no conceito de São Tomé E*conomia Dinâmica de Serviços no Centro do Atlântico*, mediante a implementação e desenvolvimento de serviços especializados em seis setores-chave de atividade, tais como:

1. Construção do porto e criação de um porto de logística de abastecimentos de navios da frota internacional que passam ou se aproximam de STP nas suas rotas, incluindo os navios que circulam na sub-região da África Central e Golfo da Guiné (Setor Marítimo).

2. Ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, com a criação de um aeroporto de logística de distribuição regional e internacional de passageiros e carga, articulando os continentes e países ribeirinhos do Atlântico (Setor Aéreo).

3. Localização de empresas e transformação de São Tomé e Príncipe numa praça regional e internacional de negócios e de atração do IDE, e de promoção da iniciativa empresarial endógena (Setor Comercial e Industrial).

4. Criação de uma praça financeira regional e internacional (Setor Financeiro).

5. Desenvolvimento do turismo, designadamente graças à consolidação e melhoria do existente, e à diversificação dos destinos internos e dos produtos, fazendo com que o turismo seja um fenómeno que se generalize às duas ilhas e encontre no ambiente, na cultura e na história os ingredientes principais da formação dos produtos (Setor do Turismo).

6. Desenvolvimento da economia digital voltada para logística (Setor Digital e de Inovação).

Adequação das condições de funcionamento da economia santomense às exigências da envolvente externa, que inclui, nomeadamente:

a) Um programa de reformas económicas, na perspetiva de criar um ambiente de negócios altamente competitivo, assente na confiança, na minimização dos custos de contexto e no reforço da sustentabilidade.

b) A reforma do sistema de formação de Capital Humano, um dos programas mais importantes, senão o mais importante, numa perspetiva de médio e de longo prazo, para garantir o sucesso da estratégia de integração ativa de São Tomé no sistema económico global.

DRAFT

4. OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNDS

Este capítulo projeta a visão do Governo para o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe no horizonte de 2030 e, principalmente descreve os objetivos propostos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) 2020-2024, com base na estratégia de integração ativa de São Tomé e Príncipe no sistema económico global, orientado para desenvolvimento sustentável e aproveitamento das oportunidades presentes e futuras, um processo a ser implementado no quadro da implementação do PNDS e da Agenda 2030.

Por conseguinte, estes objetivos estão alinhados com o Programa e a Visão do Governo e, de igual modo, com as agendas internacionais de desenvolvimento e os compromissos assumidos pelo Governo de São Tomé e Príncipe no quadro dessas agendas.

Para cada objetivo, são descritas as estratégias setoriais particulares que serão implementadas pelo Governo, para a sua consecução.

É ambição deste Governo que STP seja efetivamente um País de desenvolvimento médio alto ao fim de três legislaturas, ou seja, até 2030. Com efeito, o investimento público é nos microestados a principal força motriz da economia. Sendo escassos os recursos internos, o Governo encetará diligências com vista a mobilizar recursos de ajuda pública ao desenvolvimento, preferencialmente em forma de donativos, tanto dos parceiros tradicionais como de outros e, só excecionalmente, deverá recorrer a empréstimos concessionais. Com esta medida, pretende-se, também, reduzir a dívida externa e promover a consolidação orçamental.

4.1. Objectivo 1: Transformar São Tomé e Príncipe numa Economia de Prestação de Serviço

4.1.1. São Tomé e Príncipe País Prestador de Serviços de Qualidade

A mobilização de investimentos privados é essencial para apoiar o crescimento inclusivo em São Tomé e Príncipe. A estratégia concentrar-se-á na promoção de investimentos para preparar a força de trabalho para uma economia baseada na prestação de serviços de alta qualidade e na realização de reformas estruturais contínuas para atrair investimentos privados, promover o crescimento sustentável e construir a conetividade, física e digital.

Assim, STP deve construir um quadro de parceria com seus principais parceiros bilaterais e multilaterais visando a procura ativa e continuada de oportunidades em matéria de produtos financeiros e serviços de consultoria que propiciem soluções lideradas pelo setor privado, focalizadas nas Parcerias Público-Privadas nos setores de infraestruturas, transporte, energia, telecomunicações, instituições financeiras e turismo.

A estratégia deve incluir ainda áreas temáticas como a intensificação do desenvolvimento do capital humano para um crescimento inclusivo e orientado por serviços, aprimorando a educação e as competências básicas para melhor equipar as crianças para oportunidade de emprego no presente e no futuro; fortalecendo a proteção social, a inclusão social e o acesso a micro e pequenas empresas; fortalecendo o ambiente para uma economia mais diversificada, melhorando a resiliência fiscal e macroeconómica e estabelecendo as bases para um crescimento liderado pelo setor privado.

4.1.1.1. Setor de Turismo

Tudo indica que São Tomé e Príncipe, como quase todos os Pequenos Estados Insulares bem-sucedidos no seu esforço de desenvolvimento, não foge ao destino de ser um País turístico. Mesmo um Pequeno Estado Insular como Singapura, que encontrou alternativas de viabilização

DRAFT

da sua economia através da valorização da sua localização geoeconómica, tem no turismo o elemento determinante da sua economia, com uma contribuição para o PIB de cerca de 50%.

Como já se referiu no capítulo anterior, a economia marítima e a economia aérea são vetores essenciais da integração ativa de STP no sistema económico mundial, com potencial para arrastar outros setores de atividade, inclusive o industrial. Porém, pelas caraterísticas do País, a proposta do Governo em eleger o turismo como o principal pilar da economia santomense tem absoluta coerência e é totalmente consistente com o dinamismo deste fenómeno a nível mundial. Assim sendo, o turismo é um setor estratégico para o desenvolvimento de STP, numa perspetiva de investimento, promoção e de aposta nas exportações.

Gráfico 10: Turismo setor diversificador da economia: cadeia de valor do turismo

Turismo de qualidade, para além de suas mais variadas vertentes constitui um grande desafio a todos outros setores quer primários, quer secundários, tendo em conta o seu impacto transversal fornecendo a possibilidade da criação dos mais variados *clusters* de serviços, colocando ao País grandes desafios nos seguintes domínios:

- Criação de uma Autoridade Turística Nacional responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, na qual se concentra todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura. Essa Entidade deverá ter uma relação privilegiada com as outras entidades públicas, agentes económicos, culturais, etc., no País e no estrangeiro, empenhada e focalizada no desígnio de embasar o turismo como um dos pilares do crescimento da economia de São Tomé e Príncipe;
- Educação, formação e capacitação técnica adequada dos profissionais do setor, nomeadamente, em língua estrangeira (inglês, francês, etc.), que viabilize as oportunidades de acesso às boas práticas regionais e internacionais;
- Modelagem e desenvolvimento de propostas de projetos para apresentação a potenciais parceiros;

- Contratar consultores/especialistas com *know-how* em ecoturismo, turismo de natureza e de lazer em geral;
- Formar guias especialistas em respetivas áreas ou temas;
- Preparação e participação de todas as comunidades e da sociedade em geral;
- Preservar e promover o património cultural e os valores tradicionais das de STP
- Aumentar os benefícios económicos para as comunidades locais;
- Consentir esforços contínuos de marketing para diversificar a oferta turística e sobre os mercados de nichos e emergentes;
- Construção de infraestruturas básicas adequadas designadamente nos domínios de energia, abastecimento de água, saneamento, telecomunicação, aeroporto, porto acostável, marina, redes rodoviárias;
- Serviços de saúde de qualidade e saneamento de base;
- Produtos agrícolas, marinhos e agro-pecuários de qualidade, artesanato;
- Melhoria de acessibilidades.
- Promoção da indústria criativa para produção de bens e serviços criativos, com foco na cultura e na arte: artesanato, festivais, celebrações, sítios culturais, etc.

A atividade turística está, quase sempre, relacionada à produção cultural. Atualmente, ela vem sendo viabilizada por meio de diversos segmentos que buscam identificar nichos específicos no mercado de consumo. Dentre as modalidades focalizadas na valorização da cultura, na identificação do património histórico-cultural: resgate histórico e a conservação dos usos e costumes, ancestralidade, tradição, destaca-se o **turismo étnico (sustentável),** ancorado nos conceitos de geografia e território, e enquadrado no paradigma da sustentabilidade sociocultural, económica e ambiental.

São Tomé e Príncipe poderia explorar este segmento do turismo com recurso às diferentes comunidades imigrantes que historicamente participaram na formação social do povo santomense. Essas comunidades conservaram suas tradições como forma de preservar a sua identidade. Ainda que adaptadas ou reinventadas pela nova realidade local, são essas comunidades diasporizadas que estão no foco do turismo étnico, o qual favorece a criação de correntes turísticas específicas para conhecer, conviver e integrar-se com as diferentes comunidades.

Trata-se de uma proposta visando a incorporação de ações de sustentabilidade sociocultural e responsabilidade sócioambiental, entre outras, tanto para garantir o desenvolvimento, como para valorizar o património cultural, manifestado nos bens materiais, imateriais e ambientais das localidades. Assim, essa proposta pode colaborar com a redução dos desequilíbrios territoriais e sociais, bem como eliminar as disparidades ambientais de acordo com o princípio da sustentabilidade ambiental, igualdade social e do crescimento da economia, diminuindo os impactos socioculturais, designadamente nas Roças[14] (ex-Roças) do País[15].

[14] Roça é o nome adoptado em São Tomé e Príncipe para uma unidade de produção agrícola ou agro-pecuária com caraterísticas inspiradas nas explorações agrícolas dos senhores da terra na Europa medieval mediterrânica. Corresponde ao termo "*plantation*" na língua inglesa. Começou com a exploração do café mas desenvolveu-se muito mais com a exploração do cacau. Tendo atingido mais de 90% da superfície do arquipélago e da terra arável, ocupando quase toda a força de trabalho nas ilhas, dedicando-se a monocultura, sendo a única fonte de receita externa, decidindo sobre a vida, relações sociais, alojamento, assistência médica e medicamentosa e níveis de salário da maioria dos habitantes, toda a sociedade e a paisagem deste pequeno País insular ficou (e ainda está) muito marcada pelo estabelecimento e funcionamento da Roça. Disponível em: http://www.cnmc.gov.st/images/Documentos/Plano-Multissectorial-de-Investimentos-de-So-Tom-e-Prncipe-2017.pdf. Acesso em 01 nov 2019.

[15] Ressalva-se que enquanto imperar a miséria humana nas localidades, como as ex-roças, por exemplo, o conceito de sustentabilidade no turismo, bem como nas dimensões económica, social e ambiental, será apenas teórico. Na prática, a qualidade do ambiente depende da qualidade de vida, no que diz respeito à saúde, educação, nutrição e

DRAFT

Este modelo poderá ser uma opção em termos de diversificação e qualificação da oferta de produtos e serviços turísticos e de contrabalançar a tendência predominante no País e não só, que é o turismo que se vincula à globalização: o turismo de massa que tende à homogeneização internacional da cultura e à preservação artificial de grupos e atrações étnicos locais, com pacotes prontos, horários definidos e, em grande parte, simulacro dos atrativos.

Não obstante o turismo de sol-praia-mar representar cerca de 30% do turismo mundial e sendo, sem dúvidas, de suma importância para um País com as caraterísticas geográficas e naturais de São Tomé e Príncipe, importa estar atento ao fato de STP, enquanto destino turístico, ter um potencial reconhecido em outros segmentos do mercado, nomeadamente nos domínios do turismo de aventura, do turismo histórico, de natureza, de montanha, rural, urbano, de eventos, desportivo, de saúde, etc..

A atividade turística no arquipélago de São Tomé e Príncipe tem vindo a ganhar cada vez mais importância, não só na economia do País, como também no panorama nacional, sobretudo pela oferta de um produto turístico de valor ímpar. Entre 2010 e 2016 o número de turistas em visita ao destino passou de 8 mil para 29 mil, um acréscimo de 263%. Apesar do crescimento significativo e animador, a exploração do potencial turístico dos recursos naturais, históricos e culturais de São Tomé e Príncipe está ainda numa fase embrionária.

O turismo é uma atividade importante e em crescimento. No ano de 2018, o setor do turismo (alojamento, restauração e similares) representava uma contribuição direta e modesta de 3% do PIB de São Tomé e Príncipe. Já no que toca ao emprego em 2016, o turismo contribuía de forma direta para 14,2% dos postos de trabalho do arquipélago.

Dentre os principais mercados emissores para o País, destaca-se a importância e o peso do mercado Português, que concentra 43% do total de chegadas internacionais ao arquipélago. Angola lidera a lista de mercados emissores extra europeus, com uma quota significativa de 15,3%. A França é o outro país europeu que integra o top-5 de mercados emissores em 2016, registando uma quota de mercado de 6,2%. Estados Unidos e Reino Unido fecham o ranking dos cinco principais países de origem dos turistas que chegam a São Tomé e Príncipe.

STP recebe hoje cada vez maior atenção de investidores internacionais e é uma grande aposta para se tornar um dos maiores destinos de turismo ecológico do continente africano.

Num contexto em que variáveis, historicamente responsáveis pela cobertura do défice estrutural da balança de bens, entraram em queda continuada, nomeadamente a APD, o turismo assume uma importância decisiva na economia santomense, o que exige a criação de condições para, de forma sustentada, manter a tendência do seu crescimento.

Tal objetivo implica e determina a consolidação dos destinos atuais de sol-praia-mar, o que exige significativos investimentos na segurança, no triângulo da sustentabilidade (económica, social e ambiental) e no marketing. Mas, também, no planeamento do desenvolvimento dos destinos e na harmonização das intervenções do Estado, da Região, dos Distritos e das empresas.

Portanto, a promoção e o desenvolvimento do turismo como plataforma de integração ativa de STP no sistema económico mundial justifica-se principalmente pelo fato do Governo reconhecer no turismo o potencial para se converter na principal alavanca de crescimento económico e do equilíbrio das contas públicas, o que lhe confere o estatuto de ser um setor estratégico para o desenvolvimento do País. Com efeito, isso implica a realização simultânea de dois objectivos, sendo o primeiro, o de transformar o turismo na principal fonte de recurso

---

habitação, entre outras condicionantes, que, por enquanto se encontram ancoradas no desenvolvimento económico (tradicional). Por conseguinte, na alavancagem das atividades turísticas, no compromisso com novo humanismo, sob regimes políticos e democracia participativa, precisa-se garantir a criatividade e a gestão da sociedade, no sentido de tentar eliminar o descompasso entre o discurso pragmático, o comportamento individual e as políticas públicas ambientalmente corretas.

DRAFT

alternativo para equilibrar a Balança de Pagamentos, a médio prazo, em substituição à redução dos fluxos APD.

O segundo consiste em fazer de São Tomé e Príncipe um destino de referência mundial de turismo sustentável, tirando melhor proveito da experiência do estatuto da ilha do Príncipe como Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO, já bastante conhecido pelos mercados emissores. Por conseguinte, conforme se referiu atrás, são objetivos essenciais: a diversificação dos produtos, alicerçada na geografia, história, cultura, etc.; a diversificação dos mercados emissores, de destinos, de operadores, de infraestruturas de acolhimento, a redução/eliminação de sazonalidades.

Assim, para melhorar a oferta e atração turísticas, propõe-se, além das acima mencionadas, levar a cabo as seguintes ações:

- Implementar com as adaptações e criatividade necessárias a estratégia nacional de turismo;
- Adequar a base legal existente, e transformar a atual estrutura da Direcção do Turismo num Instituto;
- Melhorar o ambiente de negócios para atrair IDE para os diferentes domínios do Turismo: Ecoturismo (roteiros de produção, cacau, café, azeite de palma etc.), ecoturismo (roteiro e vinho de palma e eventualmente aguardente), agro-turismo, turismo de saúde para o País;
- Atrair investimento direto estrangeiro para o setor mediante a melhoria de ambiente de negócios e uma boa promoção da imagem do País no estrangeiro.

O turismo de qualidade, mais do que turismo de sol, praia e mar, exige do País a preparação e a disponibilidade de oferta de vários produtos turísticos, nos domínios da biodiversidade, da cultura nacional, das línguas nacionais, entre outras especificidades.

São Tomé e Príncipe, apesar de ter boas condições climatéricas, apresenta ainda dois grandes desafios que condicionam a procura turística: preço elevado e distância média ao país de origem também expressiva.

Face aos desafios em referência, importa ressaltar que no quadro do processo de **graduação de São Tomé e Príncipe**, a resolução nº 67/221, de 26 de Março de 2013, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a transição suave para os países que se graduam da lista dos países menos desenvolvidos, enfatiza que a graduação é um marco importante para o país envolvido, pois significa que houve progressos significativos na realização de pelo menos alguns dos seus objetivos de desenvolvimento.

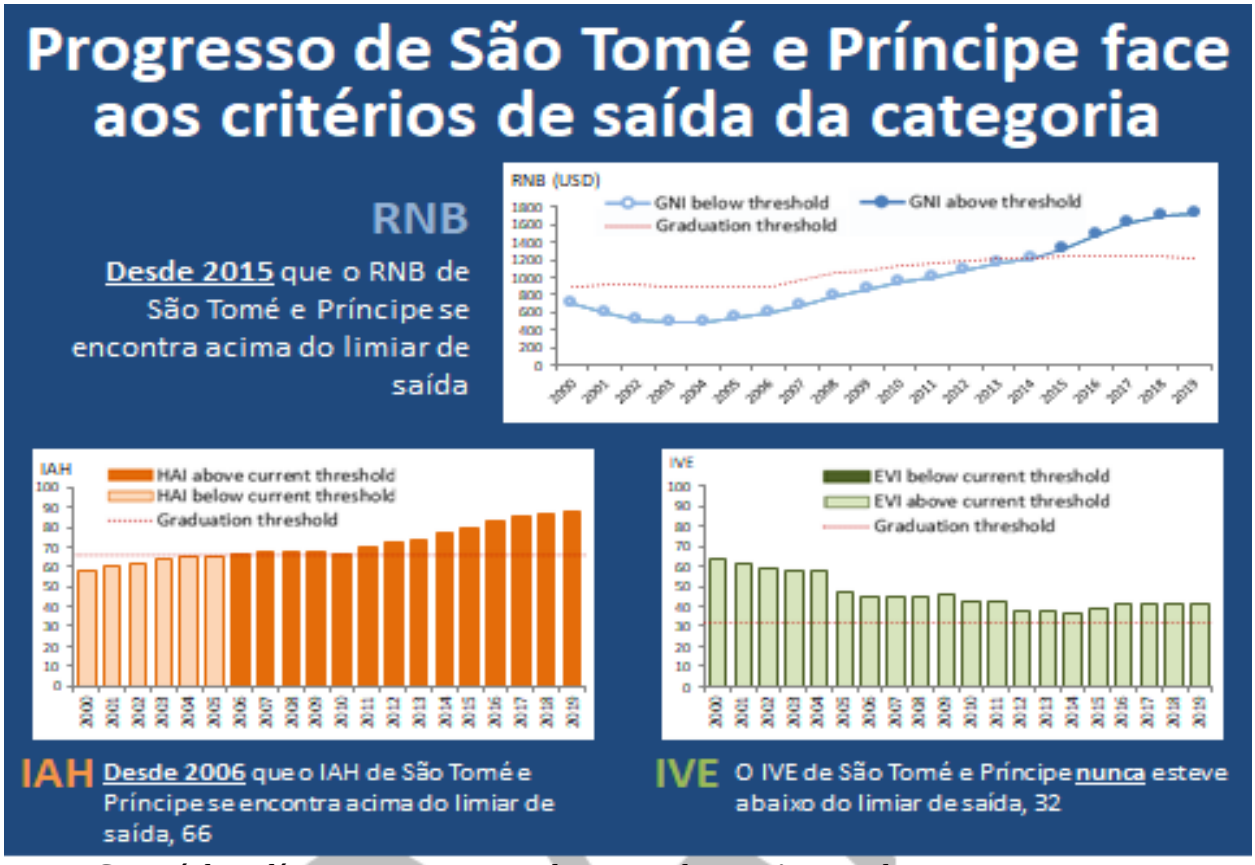
Importa referir que, segundo o Comité de Políticas para o Desenvolvimento (CDP) das Nações Unidas, os países menos desenvolvidos (PMD) são países de baixo rendimento que sofrem dos mais graves constrangimentos estruturais ao seu desenvolvimento, nas dimensões económica, social e ambiental.

As medidas desses impedimentos estruturais ao desenvolvimento sustentável foram elaboradas com base na construção de 3 índices/critérios: a renda *per capita*, que mede o rendimento por cada habitante, o índice de ativos humanos, que mede o desenvolvimento humano e o índice de vulnerabilidade económica, que mede a vulnerabilidade estrutural da economia aos choques.

No que concerne aos progressos de São Tomé e Príncipe face aos critérios de saída da categoria dos PMD, da análise dos gráficos em baixo, importa ressaltar que desde 2015 o PIB de São Tomé e Príncipe encontra-se acima do limiar de saída, que desde 2006, o Índice de Desenvolvimento Humano encontra-se acima do limiar de saída, 66 e que o Índice de Vulnerabilidade Económica nunca esteve abaixo do limiar de saída, 32.

DRAFT

Gráfico 11: Progresso de STP face aos critérios de saída da categoria de PMD



Fonte: Comité de Políticas para o Desenvolvimento das Nações Unidas

Portanto, a elegibilidade de STP para a saída da categoria dos países menos desenvolvidos, prende-se com o cumprimento de dois dos três critérios de saída, resultante das revisões trienais de 2016 e 2018, relativamente ao PIB *per capita* e ao Índice de Desenvolvimento Humano. Assim, recomendou-se a saída em 2018, a qual está agora agendada para 2024.

O Governo de São Tomé e Príncipe está otimista com a graduação do País. Reconhece os benefícios da graduação, no entendimento de que constitui uma oportunidade e um desafio para STP consolidar a irreversibilidade dos ganhos alcançados e para constituir novas parcerias para o financiamento do desenvolvimento sustentável. No entanto, o Governo também está ciente de que, sem uma resposta estratégica adequada, o País poderá enfrentar alguns constrangimentos, designadamente os decorrentes de um regime comercial menos favorável e de fluxos de ajudas desalinhados com as novas prioridades e realidades.

Neste sentido, a Assembleia Geral (AG) das Nações Unidas reitera a importância de se garantir que a graduação de um país da condição de país menos desenvolvido não cause interrupção no progresso do desenvolvimento alcançado pelo país, reconhecendo que o processo de graduação deve comportar considerações sobre adequados incentivos e medidas de apoio.

Com efeito, AG exorta os países graduandos e todos os parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e comércio a prosseguirem e a intensificarem seus esforços, em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), para a plena implementação da resolução 59/209, de 20 de Dezembro de 2004, concernente à relevância da adoção de uma estratégia de transição suave para os países graduandos da lista dos PMD.

Portanto, a principal mensagem ou recomendação para São Tomé e Príncipe, diz respeito à necessidade do país dotar-se de uma estratégia de desenvolvimento que integre a perda dos apoios específicos para os países menos desenvolvidos, no quadro do processo de sua graduação.

No que concerne especificamente ao apoio para o processo de transição, a CDP recomenda as seguintes ações:

- Seguir a resolução da Assembleia Geral (67/221) para assegurar continuação dos apoios;
- Melhorar a compreensão das medidas de apoio disponíveis para os PMD visando maior facilidade na preparação da estratégia de transição suave;
- Utilizar a fonte única de informação, Plataforma Gradjet[16] www.gradjet.org, para melhor informação sobre o que acontece antes, durante e depois de sair da categoria, disponibilizando contactos, informações e sugestões sobre o que fazer em cada etapa do processo de transição;
- Reforçar a assistência técnica interagências para a preparação da transição suave;
- Força-Tarefa das Nações Unidas na Graduação.

Subsequentemente, o Comité de Políticas para a Desenvolvimento identificou três áreas principais de apoio aos PMD, neste caso à STP, visando ultrapassar os seus constrangimentos estruturais para o desenvolvimento sustentável, sendo elas:

1. Ajuda Publica ao Desenvolvimento bilateral e multilateral;
2. Medidas preferenciais no comércio e tratamento especial da Organização Mundial do Comércio, incluindo tratamento preferencial para serviços e fornecimento de serviços;
3. Outros apoios visam atender:

- Limitações na contribuição financeira de STP (Secretariado das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, União Interparlamentar, Organização Meteorológica Mundial);
- Financiamento e apoio às viagens do sistema das Nações Unidas;
- Apoios direcionados à investigação, à análise política e advocacia, aos processos intergovernamentais.

4.1.1.2. Setor Marítimo

São inúmeras as atividades económicas ligadas à indústria do mar, sendo na sua grande maioria muito longe de uma exploração eficiente, rentável e sustentável para o País. Transportes, portos, logística e expedição, construção, manutenção e reparação naval, pesca e aquacultura, desporto e lazer, turismo, património e cultura, defesa e segurança, energias renováveis, recursos minerais, biotecnologia, etc..

Urge a adoção de uma nova visão e de um novo paradigma para este setor, que deverá fundamentar-se em três pilares complementares: conhecimento; valorização, exploração dos recursos naturais e promoção dos usos do mar; e preservação dos sistemas naturais.

[16] Em 26 de Outubro de 2018, um novo site para os países menos desenvolvidos será lançado oficialmente na sede da ONU em Genebra, Suíça. O *Gradjet*, desenvolvido pelo Secretariado do Comité de Política para o Desenvolvimento das Nações Unidas (CDP), ajudará as autoridades governamentais nos países menos desenvolvidos a entender o que significa deixar a categoria dos países menos desenvolvidos e traçar um caminho para ações futuras. Destina-se também à comunidade de desenvolvimento mais ampla e a qualquer pessoa interessada na graduação de PMD. Adaptado a cada país, mostrando o que significa graduação em contexto, o site mostra o que acontece antes, durante e depois de sair da categoria, com contactos, informações e sugestões sobre o que fazer em cada etapa

A execução destes pilares deverá ser assegurada num quadro de desenvolvimento sustentável, garantindo às gerações vindouras não só as mais-valias económicas e o bem-estar resultante do conhecimento e dos usos, mas também um legado ambiental de qualidade.

Esta aposta na economia marítima é correta e consistente com o potencial de um oceano de oportunidades que o mar representa para STP e que deve constituir-se num verdadeiro e seguro desígnio nacional para um futuro que certamente todos os são-tomenses ambicionam.

Assim, um estudo para uma melhor avaliação sobre as oportunidades de São Tomé e Príncipe nesta matéria revela-se de caráter urgente, tendo em vista a elaboração do Plano de Negócios para a Indústria de Abastecimento (*bunkering*) do futuro porto de STP, sendo seu mercado potencial substancialmente determinado pelos navios que transitam dentro da Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe e/ou em latitudes próximas da mesma. Outro potencial mercado para o País é o de transbordo (*transhipment*).

Trata-se de um programa, cujo sucesso depende da assunção pelo Estado do papel de promotor, em que o mesmo deve contar com a forte e dominante participação do setor privado, sobretudo nos domínios da infraestruturação, da operação dos vários serviços associados, do investimento e do financiamento.

4.1.1.3. Setor Aéreo

São Tomé e Príncipe dispõe de uma localização privilegiada, no cruzamento de importantes rotas aéreas que articulam os continentes do Atlântico.

Algumas condições são básicas para que o País possa concretizar sua plataforma de distribuição de tráfego aéreo de passageiros e carga, entre as quais:

A construção de um aeroporto internacional moderno e de grande capacidade.

Realização de estudos para análise e avaliação desse mercado potencial, através de dados e informações sobre fluxo de voos (número de aeronaves e passageiros) que diariamente cruzam o espaço aéreo do País, ao qual se acrescentaria o tráfego de e para São Tomé e Príncipe, sobretudo o resultante do turismo. Importaria ainda considerar o potencial de tráfego de e para a África conetando os continentes Sul americano e Norte-americano e Europeu.

Às condições de mercado em referência, associar-se-ia a consideração sobre os ganhos acumulados e desafios a serem superados, na área da aviação civil, nomeadamente nos transportes aéreos, no decurso da sua história recente, pós-independência, designadamente na existência dos seguintes componentes:

- Companhia aérea de bandeira;
- Aeroporto internacional;
- Prestação de serviço aeroportuário, designadamente de *handling*, de abastecimento de combustível e *catering*;
- Acordos aéreos, assinados com outros países,
- Ser membro da CEEAC, região de espaço aéreo aberto às companhias são-tomenses;
- Capacidade de hotelaria em condições de poder servir o Setor Aéreo;
- Nível de cumprimento das normas internacionais de segurança aérea.
- Condições climatéricas (se excecionais) são relevantes para as operações de voo porque conferem previsibilidade e confiança particular, tanto às companhias aéreas, como aos passageiros.

A existência ou criação destas e de outras condições necessárias à viabilização da transformação de STP num país de distribuição regional e internacional de tráfego aéreo torna este projeto num dos mais importantes para o País, pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre a economia, por elevar o nível da sua competitividade externa e por conferir uma maior centralidade atlântica ao País.

DRAFT

Segundo dados da Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ENASA), para o inverno 2017/2018, houve seis companhias a operar no País, com proveniência de Lisboa/Acra, Luanda, Libreville, ilha do Príncipe e Cabo Verde (Ilha do Sal), em 2019.

O principal desafio que o País enfrenta nesta área é dotar-se uma estratégia para captação de novas rotas a partir dos referidos mercados, que criem uma nova dinâmica nas ligações aéreas de e para o arquipélago, e que contribuam para o aumento de fluxo de passageiros e turistas na região. Desta forma poder-se-ão reduzir os preços das passagens e aumentar o número de visitantes.

4.1.1.4. Setor Comercial e Industrial

São Tomé e Príncipe possui condições básicas para transformar-se num centro regional e internacional de negócios, altamente competitivo, e num espaço privilegiado de localização de empresas, dado que o País possui uma localização ótima, no centro do Atlântico; tem bons padrões de segurança, de estabilidade e de paz social. Sendo constituído por duas ilhas, as condições de mobilidade interilhas e com o continente africano são boas; para Europa, via Portugal 4 vezes por semana. Contudo o País precisa de melhores infraestruturas sobretudo em domínios essenciais como as telecomunicações e os transportes (aéreos, marítimos e rodoviários) energia, água e saneamento.

O País também precisa investir na qualificação dos recursos humanos e prepará-los para a aquisição das habilidades adequadas ao desenvolvimento de qualquer tipo de atividade. Goza de estabilidade cambial, derivada do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, que estabeleceu a paridade fixa da Dobra com o Euro; possui bons padrões de saúde, designadamente de saúde pública, com quase ausência de endemias; possui boas relações com a União Europeia, Estados Unidos da América, África e o Brasil; e é membro da CPLP e da CEEAC.

Não obstante serem estas as condições básicas para fazer de STP uma importante praça para o registo e para a localização de empresas, outros investimentos são necessários nos três domínios de competitividade, conforme se referiu no capítulo anterior: a confiança; os custos de contexto; e a sustentabilidade. O programa: transformar STP numa praça regional e internacional de negócios têm por objetivo a intervenção sobre os três domínios referidos, dando prioridade à melhoria do ambiente de negócios, agindo sobre as variáveis suscetíveis de melhorar os indicadores de *doing business*, de boa-governação, de liberdade económica e do risco soberano.

O **Setor de comércio** padece de vários constrangimentos. Este fato deve-se a precariedade intersetorial da economia, decorrente de baixo nível de infraestruturação da economia, de uma classe empresarial pouco dinâmica e descapitalizada e de um ambiente de negócios que precisa ainda de melhorias. Entretanto, com o novo rumo que se pretende dar ao desenvolvimento económico do País, o Governo dará uma atenção particular a matérias que se prendem com o dinamismo da exportação através da identificação e exploração de mercados, bem como de novos acordos com os parceiros de desenvolvimento.

Para o efeito, deve-se envidar esforços no sentido de desenvolver as seguintes ações:

- Reforçar a capacidade negocial através de ações de treinamento, formação e especialização de quadros e de relações de intercâmbio com países de competência reconhecida para efeitos de troca de experiência;
- Promover novos modelos comerciais entre São Tomé e a Região Autónoma do Príncipe e entre os Distritos, explorando as potencialidades de cada unidade territorial;
- Definir uma política comercial que permita o desenvolvimento de estratégias para uma progressiva integração na economia regional e mundial tendo em conta a sua privilegiada posição geoestratégica e geoeconómica no Golfo da Guiné;
- Desenvolver um sistema de crédito e de outros mecanismos de financiamento que garantam rentabilização das atividades comerciais;

DRAFT

- Aprofundar as relações com a CEEAC e CEMAC, por forma a beneficiar das disposições para a extensão de uma ZLC - Zona de Livre Comércio;
- Aprofundar e aperfeiçoar as negociações do APEUE - Acordo de Parceria Económica com a União Europeia no quadro regional, tendo em conta as caraterísticas do País.

O **parque industrial** de São Tomé e Príncipe é bastante limitado e obsoleto deparando-se com um sem número de dificuldades.

Neste sentido, deverá ser levada a cabo uma série de medidas que visem a redução e/ou a eliminação das referidas barreiras e propõe-se:

- Promover a um levantamento exaustivo do parque industrial existente (micro indústrias);
- Encontrar mecanismos que ajudem a solucionar os diversos problemas existentes;
- Elaborar leis ou melhorar as existentes sobre a proteção do investimento quer nacional ou estrangeiro;
- Definir uma política nacional para a indústria com base na inovação, competitividade e sustentabilidade.
- Promover ações de formação para os pequenos e médios empresários industriais.

Medidas suplementares, também importantes, para a viabilização da Plataforma em referência são as seguintes:

- Promover a exploração da ZEE e da linha costeira do País, propícia à pesca, à indústria de processamento de pescado, ao comércio e ao turismo, dadas caraterísticas de um País insular e arquipelágico;
- Promover ativamente a atração da indústria transformadora ligeira intensiva em mão-de-obra e orientada para a exportação, nomeadamente, a partir da concretização da construção do porto, um ativo importante e estratégico nesse processo. A solução passa também pela utilização da riqueza natural do País e pelo investimento em infraestruturas económicas e sociais, Plataforma de Serviços diversos, que atraiam investimentos do setor privado;
- Promover o reforço do setor empresarial privado, atendendo que seu dinamismo e utilização intensiva de mão-de-obra tem o potencial de impactar outros setores por sustentar a difusão da aprendizagem e de tecnologia, criar emprego e aumentar a procura interna da produção agrícola, pecuária, pescas, serviços informais. A economia criativa pode oferecer: um bem, um produto, um novo serviço e até mesmo um melhor relacionamento;
- Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores e sua fixação no campo, o que implica apoio do Estado, das Autarquias Locais e da cooperação internacional visando a obtenção de crédito, fatores de produção, capacitação em novas práticas culturais e de irrigação, melhor acessibilidade, assistência técnica e veterinária, organização em cooperativas ou outras formas de associação que lhes possibilitem maior organização, produtividade e rendimento;
- Promover o processamento da produção agrícola doméstica para a população urbana crescente: caso de unidades de moagem de cereais, prensagem de oleaginosas, a produção de azeite/óleo de palma, vinho de palma, laticínios, matadouros, entre outros. O investimento em iniciativas do género é viável para um País em que a importação de produtos alimentares, energéticos e para a construção é muito elevada.

DRAFT

4.1.1.5. Setor Financeiro

O grau de subdesenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica também muito evidente na vulnerabilidade do seu sistema financeiro. Em 2014 dominavam o mercado financeiro oito bancos (um Banco Central, que fiscaliza e dita as regras monetárias do País, um de investimentos e seis comerciais), com fraca capacidade de intervenção na economia, considerando suas limitações em matéria de recursos de capital, seja tomado isoladamente seja de forma consolidada.

A maioria dos bancos em referência foi atraída pela tão anunciada exploração conjunta de petróleo entre a Nigéria e o Arquipélago, em 2006. Mas com o arrefecimento dos negócios ligados à indústria petrolífera, na fronteira marítima entre os dois Estados, os bancos injetaram na economia santomense dezenas de milhares de euros, em 2012. Quatro anos depois, começaram a acumular prejuízos resultantes da lenta recuperação do capital, principalmente quando surgiram problemas político-institucionais, nos anos subsequentes. Como consequência, registou-se a falência de alguns desses bancos.

Para agravar, acresce o fato do sistema financeiro vir vivendo alguma crise associada à baixa do preço do petróleo nos países produtores que suportam o Orçamento Geral do Estado santomense, como é o caso da Nigéria, Angola e Gabão. Tudo indica que, brevemente, o País passará a dispor de apenas cinco instituições bancárias.

Esta proposta de transformação de STP numa praça financeira regional e internacional está intimamente ligado ao projeto anterior de transformar STP numa praça regional e internacional de negócios. Assim sendo, os argumentos e justificativas que demonstram a oportunidade e relevância do primeiro são também válidos para o segundo. Por conseguinte, a praça financeira é uma componente essencial da praça regional e internacional de negócios.

Além disso, a urgência e relevância da criação de uma praça financeira regional e internacional em STP constitui uma oportunidade acrescida para os bancos e para as empresas regionais e internacionais realizarem as suas operações financeiras a partir de São Tomé, no pressuposto da competitividade do País e da necessidade de dar suporte às empresas que vierem a instalar-se nele, no âmbito do projeto praça regional e internacional de negócios.

4.1.1.6. Setor de Tecnologia Digital e de Inovação

O isolamento geográfico, por um lado, e a localização geoestratégica de São Tomé e Príncipe, por outro, faz com que a conectividade seja uma questão prioritária.

Para tornar a economia mais competitiva e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, o Governo deve absolutamente apostar em transformar STP num país de excelência para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Por esta razão, uma política das TIC precisa ser desenvolvida, levando em consideração as melhores práticas internacionais e proporcionando um maior uso das TIC em todos os setores, incluindo no Governo.

A política do Governo para o setor das TIC destaca medidas estratégicas mais direcionadas para educação, formação e investigação em ciência e tecnologia. No entanto, é necessário que as políticas e estratégias sejam integradas, que concomitantemente concentrem esforços em outras áreas-chave como: infraestrutura; quadro legislativo e regulamentar; desenvolvimento de recursos humanos; indústria de TIC, etc..

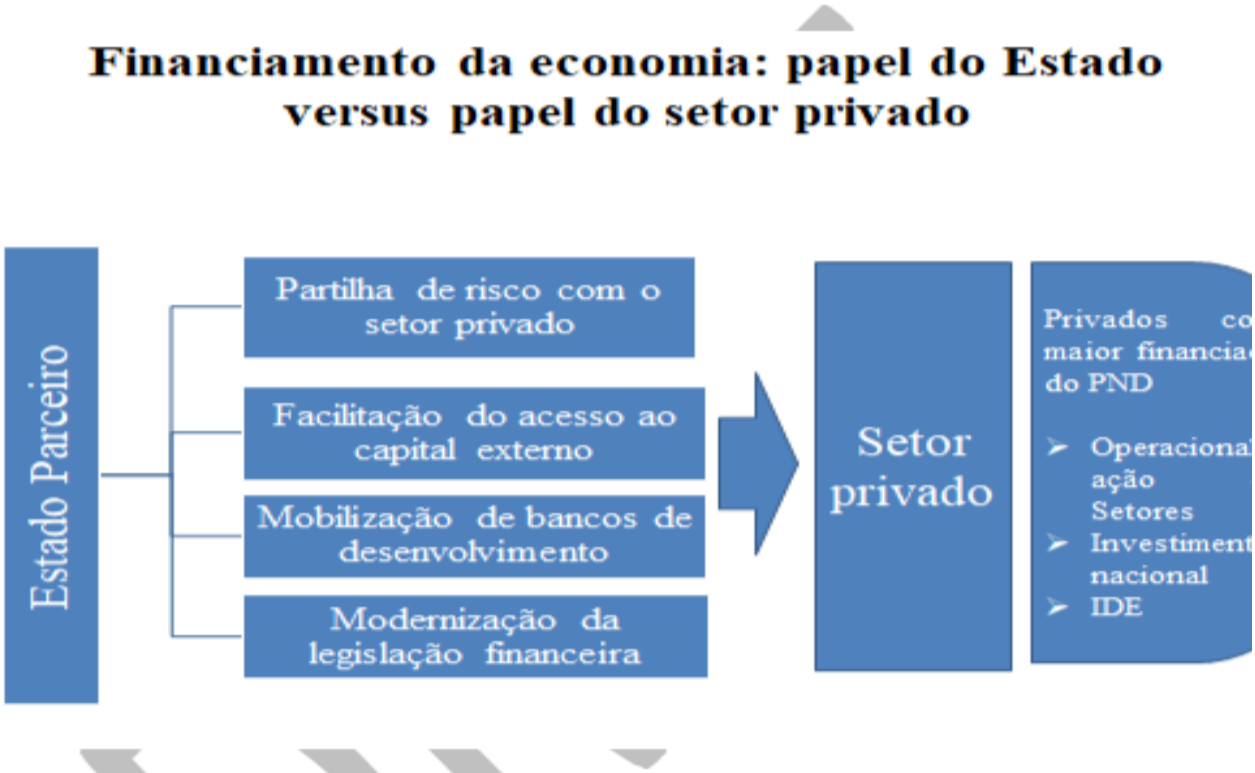
Mais do que a mera e necessária digitalização do País nos mais variados domínios, designadamente no económico, esta proposta de transformação de São Tomé e Príncipe no setor da Tecnologia Digital e de Inovação significa sobretudo fazer de STP um País de pesquisa, de investimento, de produção e de distribuição de produtos e serviços da economia digital e não apenas um consumidor desses bens.

DRAFT

É um objetivo que exige uma estratégia ousada e consistente, apostando na inovação e na inserção em centros e redes mundiais de investigação e produção da tecnologia digital. O que pressupõe a criação de condições nos setores básicos de suporte, como as telecomunicações, por exemplo.

Embora o desenvolvimento da componente digital seja uma tarefa predominantemente do setor privado, o seu sucesso depende do papel do Estado enquanto principal líder, agente promotor e parceiro por excelência. O papel do Estado é essencial, sobretudo, na articulação das iniciativas privadas, na criação de incentivos, na promoção de alianças, parcerias externas e na formação.

Gráfico 12: Financiamento da economia: papel do Estado versus papel do privado



Sendo um domínio de capital humano intensivo altamente qualificado e especializado, o sucesso deste setor depende, sobremaneira, da qualidade e do alcance da reforma do sistema de qualificação de Recursos Humanos, particularmente da reforma do sistema educativo.

Essa perspetiva é corroborada pelo entendimento do Governo de que o investimento na produção, inovação científica e tecnológica está intimamente ligado ao processo de desenvolvimento socioeconómico de qualquer país. Ciente desse fato, propõe-se a implementação das seguintes medidas:

- Elaboração do plano estratégico de transformação digital do País.
- Investimento preferencialmente no capital humano e na qualidade dos indivíduos, particularmente dos mais jovens, sem descurar as condições institucionais que lhes permitam a máxima rentabilidade do seu trabalho;
- Promoção da realização de mestrados e doutoramentos em instituições de excelência com parceiros internacionais;
- Criação de mecanismos para atrair futuros investigadores são-tomenses que queiram contribuir neste percurso de exigência qualitativa à luz do modelo de ciência que se pretende desenvolver no País;

- Criação de condições para estimular e dinamizar parcerias entre as unidades de investigação e as empresas, de modo a desenvolver-se programas de investigação aplicada e promover-se a geração de emprego e trabalho;
- Fomento da cultura para criação de concursos destinados a projetos de investigação em todas as áreas científicas, permitindo assim um adequado planeamento de atividades e financiamento estável aos mais competitivos;
- Lançamento de um programa competitivo de apoio aos Programas de Doutoramento de melhor qualidade, estrutura e garantia de rentabilidade;
- Apoio aos programas de divulgação científica e de incentivo ao envolvimento de jovens na ciência;
- Agilizar disposições legislativas que facilitem a integração de investigadores do setor público no setor privado e que valorizem curricularmente as atividades de transferência de tecnologia;
- Apoio à formação pós-graduada de técnicos e investigadores;
- Redefinição dos critérios de atribuição de bolsas de estudo, bem como as prioridades de formação;
- Definição e implementação de um modelo de financiamento do ensino superior, com vista à uma maior estabilidade e previsibilidade, bem como à consideração de fatores de qualidade da atividade e de incentivos ao seu melhoramento;
- Identificação, em conjunto com o sistema financeiro, das modalidades de incentivos susceptíveis de facilitar o acesso ao crédito para jovens estudantes que, para além de bolsas atribuídas pelo Estado, queiram financiar as suas próprias formações.

4.2.1.7. Investimento Direto Estrangeiro

A estratégia de Integração Ativa de STP no Sistema Económico Mundial enfatiza a importância do Investimento Direto Estrangeiro. Assim, a atração do IDE no domínio da criação do CIN e da Plataforma Financeira Internacional e não só, é absolutamente vital. Aliás, esta necessidade não é exclusiva de São Tomé e Príncipe e dos países menos avançados. Antes pelo contrário, trata-se de uma condição de todas as economias dinâmicas, independentemente da sua dimensão e nível de desenvolvimento.

No que concerne ao crescimento irregular do IDE e sua desaceleração em STP, as variáveis responsáveis por esta situação devem ser procuradas internamente e não no exterior, a fim de se poder conceber a estratégia e a solução mais adequadas ao incremento do seu fluxo.

Tudo indica que o problema reside no ambiente de negócios e não na falta de oportunidades de investimento ou de recursos.

Esta tese é corroborada pelo Programa do Governo, para o qual a atração do IDE é fundamental para a economia, sobretudo para a criação de novos postos de emprego. Contudo, o Governo reconhece que o obstáculo à prossecução deste desígnio é o baixo nível do ambiente de negócios.

Com efeito, *Doing Business* 2018, cujo lema era *Reformar Para Gerar Emprego* classificava São Tomé e Príncipe no lugar 169 entre 190 países, com uma pontuação de 44.84 contra 86.55 do primeiro classificado.

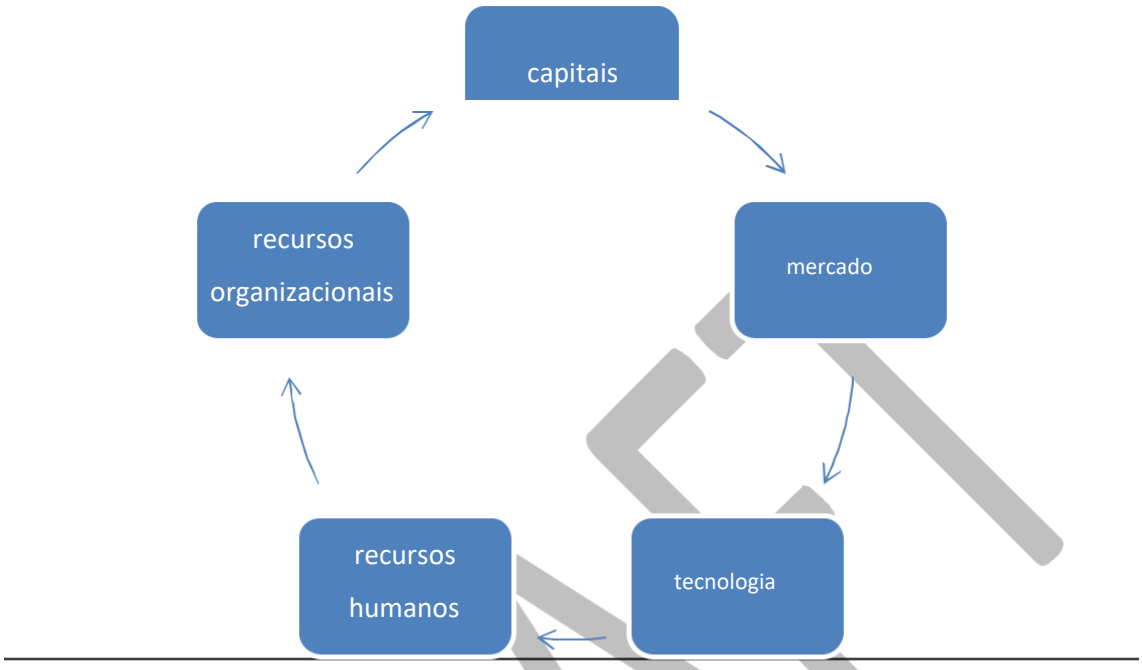
Neste sentido, é proposta do Governo tudo fazer para melhorar o ambiente de negócios em STP, principalmente, no que tange à capacidade de fazer cumprir os contratos, de resolver as insolvências, o registo de propriedade, a obtenção de créditos e a protecção dos pequenos investimentos, problemas que, segundo o Governo, serão solucionados no âmbito da reforma da justiça.

São Tomé e Príncipe, à semelhança dos demais Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, regista uma enorme escassez de capitais, de tecnologia, de recursos humanos,

DRAFT

(especialmente de RH altamente qualificados), de capacidade de organização de grau superior e de mercados, um pentágono de condicionantes cuja ilustração se pode observar na figura em baixo.

Gráfico 13: Recursos condicionantes à integração de STP no sistema económico mundial



No que concerne aos recursos humanos em particular, o PNDS partilha a tese dos que defendem que a acumulação de capital humano é muito similar à acumulação de capital físico (modelo de *Solow*, 1993), quanto mais recursos dedicados à acumulação de capital, considerado no seu sentido mais amplo, maior a produção no futuro. Um alto índice de escolaridade é um indicativo de trabalhadores com maiores habilidades e maior produtividade, o que por sua vez aumenta a capacidade de produção de bens e serviços de uma economia. A abundância de recursos humanos bem-educados também facilita a absorção e a produção de tecnologia.

Importa destacar que o IDE tem a virtude de trazer no seu bojo este pentágono de recursos e, ao fazê-lo, determina efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre todos os setores da vida económica e social, assim como a melhoria das variáveis macroeconómicas, nomeadamente o PIB, a Balança de Pagamentos, o emprego, o rendimento e as receitas públicas.

No âmbito do PNDS, é fundamental que a agenda diplomática de São Tomé e Príncipe priorize o aprofundamento das relações económicas multilaterais e bilaterais ou seja, que se empenhe ativamente na criação das condições políticas e de cooperação que viabilizem a integração ativa de STP no sistema económico mundial.

Assim sendo, algumas dessas prioridades da diplomacia poderia ser o aprofundamento das relações políticas e de cooperação com os espaços atlânticos dinâmicos, em particular, os países da CEEAC, a União Europeia, Portugal, Brasil, NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), os Estados Unidos da América, África Austral, nomeadamente, Angola e África do Sul, sem descurar parceiros importantes como a China e outros.

No quadro da implementação da Agenda 2063 da União Africana, uma nota especial é conferida ao Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA) para a integração económica, assinado a 21 de Março de 2018, na cimeira extraordinária da União Africana (UA), em Kigali, capital de Ruanda. AfCFTA constitui o primeiro passo para criação da maior zona de livre comércio do mundo.

DRAFT

O acordo foi lançado oficialmente na cimeira da UA no Níger, em Julho de 2019, com o anúncio da assinatura da Nigéria e do Benim, passando a Eritreia a ser o único país, entre os 55 da UA, que não assinou o acordo. Em vigor a 30 de Maio do corrente ano, o AfCFTA insere-se no quadro de um processo que, até 2028, prevê a constituição de um mercado comum e de uma união económica e monetária em África, razão pela qual também está em curso a criação do passaporte único africano.

Numa primeira fase, o acordo levará à eliminação das tarifas sobre 90% dos produtos. O objetivo da UA é criar a maior zona de livre comércio deste género no mundo, com um mercado orçado em 2,5 biliões de dólares e um produto interno bruto (PIB) continental de (55 Estados-membros) 2.500 mil milhões de dólares (equivalente a 2.030 mil milhões de euros). A Zona visa fortalecer os fragmentados mercados africanos e a presença, a uma só voz, na cena internacional, nas negociações com outros blocos, permitirá impulsionar o desenvolvimento de um continente com cerca de 1,2 mil milhões de habitantes.

Destaca-se que, neste momento, os países africanos trocam entre si 16% dos seus bens, um valor comparativamente aquém dos 65% trocados entre os países europeus. Contudo, a União Africana acredita que, até 2022, o acordo irá levar a um aumento de 60% do comércio interno do continente.

Regista-se, no entanto, que muitos pré-requisitos suscetíveis de comprometer a Zona foram negligenciados, como, por exemplo, a falta de infraestruturas para o transporte de mercadorias.

Em São Tomé e Príncipe espera-se, para breve, a ratificação da convenção, na expetativa de que a sua implementação traga novas perspetivas para o crescimento do continente africano e para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País. Portanto, é evidente que STP precisa fortalecer e consolidar o processo da sua integração e cooperação tanto com a sub-região da CEEAC, com região do Golfo da Guiné e com União Africana no seu todo.

Nesse pressuposto, a comissão das nações unidas está a coordenar este processo de integração nos cinco países insulares, nomeadamente, Cabo Verde, Ilha dos Comores, Ilhas Maurícias, Seychelles e São Tomé e Príncipe, considerando que a ratificação do acordo é fundamental para que a Zona de livre Comercio em África alcance os resultados esperados. Assim, é primordial que os estados Membros envidem esforços nesse sentido, mediante estratégias nacionais integradas e eficazes, com objectivo de maximizar os benefícios desse acordo.

Dentre as oportunidades oferecidas pela ZLECAF, STP pretenderá aumentar suas exportações para região, alargar o seu mercado, aumentar o consumo de produtos provenientes da região, modernizar a economia, atrair investimentos externos e reforçar a capacidade de negociação dos atores nacionais.

4.2. Objectivo 2 - Promover Crescimento Económico Inclusivo e Sustentabilidade Ambiental

O Governo assume ter encontrado São Tomé e Príncipe numa grave situação socioeconómica, tendo por isso destacado no seu Programa de Governação que sua principal preocupação diz respeito ao resgate e a devolução da dignidade e do bem-estar a todos os são-tomenses. Esse desiderato será materializado com a implementação do novo modelo de desenvolvimento assente numa economia de prestação de serviços, ancorado a um setor privado reforçado e dinâmico, na convicção de que este é o modelo que oferece maior potencialidade e garantia para a concretização do crescimento económico médio anual superior a 7%. Nessa perspetiva, o turismo é eleito como motor de transformação e de criação de valor, agregando recursos do setor da agricultura, da pecuária, das indústrias criativa e marítima, entre outros.

DRAFT

No entanto, o Governo está ciente de que os desafios que se colocam ao País não podem ser resolvidos numa única legislatura e que os imperativos improrrogáveis potenciadores de eficiência e geradores de sinergia propulsora de riqueza e de emprego podem consumir uma legislatura, em questões preparatórias, sem a produção de efeitos práticos imediatos. Além disso, depara-se com uma agravante que se prende com o fato do País não dispor de capacidade de gerar e mobilizar recursos internos suficientes que lhe permitam a execução plena do seu Programa de Governação.

Mesmo assim, O Governo assume como missão inadiável a realização, no decurso desta legislatura, de dois grandes desafios, sendo o primeiro no domínio económico e ambiental, e o segundo no domínio social e da boa-governação.

O primeiro diz respeito à proposta de criação de condições básicas para o relançamento do crescimento económico superior a 7%, gerador de postos de trabalho, direto e indireto, potenciado pelo investimento privado, pela diversificação da base produtiva do País e pelo reforço da sua capacidade de produção e de competitividade. De igual modo, a melhoria nos setores dos transportes e distribuição de energia elétrica, da construção e reabilitação infra-estruturas são essenciais ao incremento do desenvolvimento económico, social e ambiental, e ao alcance desse nível de crescimento da economia.

Nessa perspectiva, São Tomé e Príncipe deve assumir como imperativo o desafio de promover uma educação de excelência, para formar o capital humano de acordo com a exigência dos novos tempos. No mesmo sentido, serão ativadas incubadoras de empresas no quadro de empreendedorismo jovem, com foco na inovação, competitividade, cooperativismo e criação de *clusters*.

Para que tudo isto aconteça, torna-se necessário uma correta e sustentada administração das finanças, na qual a programação, orçamentação, alocação das despesas públicas, investimentos públicos serão efetuadas com rigor e simplicidade, mas respeitando escrupulosamente a justiça da fiscalidade.

4.2.1. Desenvolvimento do Turismo e Sustentação do seu Crescimento

Como se referiu no primeiro capítulo, apesar do fraco dinamismo da economia global, o turismo mundial continuou a crescer a um ritmo estável, sendo suas perspetivas de futuro, incluindo a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social, cada vez mais importantes.

O turismo internacional moveu em 2007 quase 900 milhões de turistas e gerou uma receita de 733 mil milhões de dólares em 2006. O fluxo de turistas aumentou 3,9% em 2016, atingindo um total de 1,2 mil milhões de chegadas em todo o mundo.

O mercado da África foi um dos mais dinâmicos, tendo registado um crescimento de 8%, em 2016, atingindo os 58 milhões de turistas, recuperando-se das quedas ocorridas nos dois anos anteriores. O maior crescimento ocorreu na África Subsariana 11%, enquanto o Norte da África voltou a dar sinais de recuperação, com um crescimento de 3% no período.

As previsões a longo prazo publicadas pela Organização Mundial de Turismo (OMT) indicam que o número de turistas internacionais será de 1.6 mil milhões em 2020, o que implica uma taxa de crescimento anual da ordem dos 4%. A previsão indica que os destinos de Ásia e Médio Oriente crescerão a taxas superiores à média, sendo em África um crescimento entre 5% e 6%, em 2017, enquanto as previsões para os destinos mais maduros da Europa e da América são de crescimento menor que a média.

O turismo internacional é assim, um dos principais setores de exportação ao nível global, representando cerca de 30% das exportações mundiais de serviços, alcançando mesmo percentagens superiores a 50% em países onde o turismo tem um papel económico muito mais importante como sejam as ilhas.

DRAFT

Viu-se no subcapítulo *Setor do Turismo*, que a atividade turística, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, tem vindo a ganhar cada vez mais importância, não só na economia do País, como também no panorama nacional, sobretudo pela oferta de um produto turístico de valor ímpar. Entre 2010 e 2016 o número de turistas em visita ao destino passou de 8 mil para 29 mil, um acréscimo de 263%. Apesar do crescimento significativo e animador, a exploração do potencial turístico dos recursos naturais, históricos e culturais de São Tomé e Príncipe está ainda numa fase embrionária.

O turismo é, por conseguinte, uma atividade importante e em crescimento. No ano de 2016, o setor do turismo, alojamento, restauração e similares, representava uma contribuição direta próxima de 3% do PIB de São Tomé e Príncipe. Já no que toca ao emprego em 2016, o turismo contribuía de forma direta para 14,2% dos postos de trabalho do arquipélago.

Dentre os principais mercados emissores para o País, destaca-se a importância e o peso do mercado Português, que concentra 43% do total de chegadas internacionais ao arquipélago. Angola lidera a lista de mercados emissores extra europeus, com uma quota significativa de 15,3%. A França é o outro país europeu que integra o top-5 de mercados emissores em 2016, registando uma quota de mercado de 6,2%. Estados Unidos e Reino Unido fecham o ranking dos cinco principais países de origem dos turistas que chegam a São Tomé e Príncipe.

No entanto, ressalva-se que aposta no turismo de sol-praia-mar, de baixo valor acrescentado e de uma evolução desfavorável da qualidade da procura do destino, fatos que, associados ao agravamento das tensões sociais e ambientais e com a volatilidade potencial deste segmento de mercado, determinam que se encare com precaução esta variável, como um elemento estrutural de resposta às tensões da Balança de Pagamentos, na ausência de políticas adequadas, capazes de tornar este segmento da atividade turística resiliente a determinantes externas e internas.

A variável que poderia ter um papel importante para o equilíbrio da Balança de Pagamentos e que tem mantido um fluxo decrescente nos últimos anos são as transferências dos emigrantes, seguramente resultado da crise europeia e das suas consequências nas taxas passivas de juro do Euro, combinado com as taxas de juro das operações passivas praticados pelos bancos são-tomenses, bastante acima das taxas praticadas na Europa, e com a estabilidade da taxa de câmbio do Dobras face ao Euro, em consequência do Acordo de Cooperação Cambial.

DRAFT

Gráfico 14: Evolução da atividade turística 2010-2016

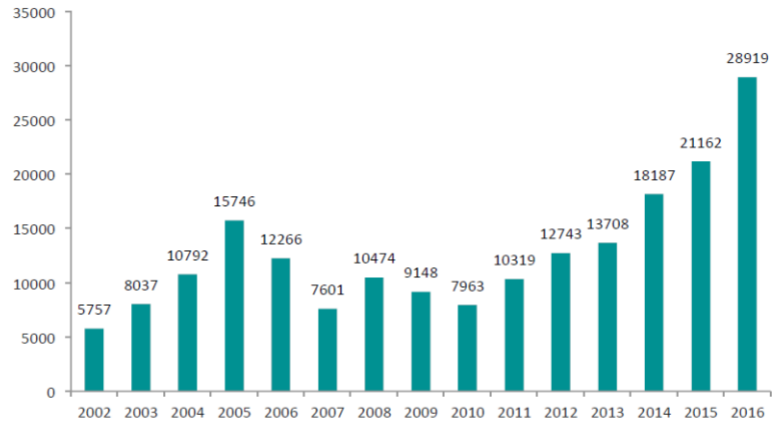


Figura 1.2. Chegadas internacionais de turistas a São Tomé e Príncipe (Fonte: DGTH)

Fonte: Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe

A boa nova é fato do País receber hoje cada vez maior atenção de investidores internacionais, o que constitui uma grande aposta e oportunidade para STP tornar-se um dos maiores destinos de turismo ecológico do continente africano, embora, atualmente, o turismo em são Tomé e Príncipe enfrente vários desafios, dos quais destacam-se quatro principais:

- Desafio da competitividade;
- Desafio da sustentabilidade;
- Desafio de maximização do impacto sobre a riqueza e bem-estar dos santomenses;
- Desafio da concentração, já abordados no subcapítulo *setor do Turismo*.

No entanto, o turismo mantem-se como o principal impulsionador da atividade económica de STP, ao qual outros setores deverão ser atrelados, no processo de construção de uma economia nacional sustentável e inclusiva, sendo, por isso, uma peça chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico.

O grande desafio de STP é o de promover e consolidar o turismo como principal alavanca de crescimento económico, dado a sua contribuição na geração de postos de trabalho, do rendimento e no equilíbrio das contas públicas.

O turismo de qualidade, sendo mais do que turismo de sol e praia, exige do País a preparação e disponibilidade de oferta de vários produtos e serviços turísticos, ancorados na biodiversidade, cultura nacional, línguas nacionais, entre outras especificidades. Além disso, a diversificação de mercados emissores, de destinos, de operadores, de produtos, de infraestruturas de acolhimento e a redução ou eliminação de sazonalidades são objetivos essenciais. Paralelamente ao desenvolvimento do turismo, setores-chave identificados devem ser desenvolvidos, numa ótica de complementaridade e promoção da produção interna e exportações. Os setores são nomeadamente as pescas, agricultura, indústria ligeira e as indústria criativas.

DRAFT

4.2.2. Promover a Diversificação da Produção e das Exportações

As prioridades estratégicas de São Tomé e Príncipe, na era da economia global, de acordo com o PNDS, são a competitividade e a produtividade, passando pela qualidade, o que implica, do ponto de vista interno, o desenvolvimento da iniciativa empresarial, a capacidade de inovar e de produzir com qualidade, e do ponto de vista externo, a capacidade de atrair e reter investimentos externos de qualidade. O cerne da questão do desenvolvimento sustentável para STP é sobretudo a pequena dimensão do País, a exígua dimensão do seu mercado e o desafio da formulação de políticas públicas que sejam adequadas às especificidades únicas de um Pequeno Estado Insular e Arquipelágico em Desenvolvimento.

A estratégia do PNDS para a promoção e o desenvolvimento da economia santomense nos seus setores-chaves tem como objetivo incrementar a produtividade, a diversificação e a qualidade de produtos e serviços, direcionados ao abastecimento do mercado interno e à exportação para os mercados regionais e internacionais.

Considerando que STP já se encontra em processo de graduação do grupo de países menos desenvolvidos, as implicações desse evento no desenvolvimento económico, social e ambiental do País terão de ser devidamente avaliados e integrados no PNDS e na referida estratégia de transição suave para o País, no horizonte da graduação, em 2024, que deverá coincidir com o horizonte da implementação do PNDS.

Nesta circunstância, a Resolução 67/221 da Assembleia Geral das Nações Unidas corrobora que uma transição bem-sucedida precisa basear-se numa estratégia nacional de transição suave elaborada como prioridade para cada país graduando, no período entre a anotação pela Assembleia Geral da recomendação para a graduação e a data da efetiva graduação. Sob a liderança nacional, envolvendo todas as partes interessadas do Programa de Ação para Países Menos Desenvolvidos 2011-2020 e o apoio da comunidade internacional, a estratégia nacional de transição suave deve incluir um plano abrangente e coerente de medidas específicas e previsíveis, alinhadas com as prioridades do país de graduação, considerando seus desafios e vulnerabilidades estruturais, bem como seus pontos fortes.

Assim sendo, é fundamental a implementação escrupulosa da resolução acima mencionada, enquanto garantia da continuidade e da consolidação dos avanços no desenvolvimento sustentável de STP. Ao nível nacional, o PNDS 2020-2024 é seguramente o principal instrumento de referência para elaboração da estratégia de transição suave, associado a outros processos em curso ou em vias de implementação no País.

Importa destacar os possíveis **impactos da saída de categoria PMD** para São Tomé e Príncipe, nas três áreas principais de apoio aos PMD para ultrapassar limites estruturais para o desenvolvimento sustentável:

1. **Ajuda Publica ao Desenvolvimento bilateral**: a grande maioria dos parceiros de desenvolvimento de STP continuará a apoiá-lo;
2. **Ajuda Publica ao Desenvolvimento multilateral**: algumas porções dessa ajuda são especificamente para os países menos desenvolvidos. Assim, STP não poderá receber novo financiamento ao abrigo do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF). Contudo, continuará a ter acesso ao Fundo Especial para as Mudanças Climáticas (SCCF) e Fundo Verde para o Clima (GCF).

Quanto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o estatuto de PMD não é critério para dotação deste fundo (só limites mínimos de afetação). Por seu turno, o acesso aos fundos nucleares do PNUD será afetado com a saída de STP da categoria (pese embora o fato do PNUD representar apenas 2% do total da APD multilateral).

O Banco Tecnológico para os PMD continuará a beneficiar STP durante cinco anos após a saída de categoria;

DRAFT

O Quadro Integrado Reforçado (QIR), Ajuda ao Comércio específica para os PMD, também continuará durante cinco anos após a saída do País (trata-se duma pequena proporção do total da Ajuda ao Comércio).

No atinente às medidas preferenciais no comércio e tratamento especial da Organização Mundial do Comércio: nas exportações de STP os serviços são predominantes 88%, os bens 12%, dos quais o cacau representa 10%. Entre as exportações de bens e mercadorias há um predomínio de matérias-primas.

A Exportação de grão de cacau e outras matérias-primas não será afetada pela descontinuação das preferências para os PMD oferecidas pelos parceiros atuais (tarifa MFN[17] é zero). Estes produtos também continuariam a entrar noutros mercados como o dos EUA, livres de taxas e obrigações alfandegárias.

Depois da graduação, haverá perda das vantagens preferenciais para produtos com maior transformação (Chocolate, por exemplo) e sujeitos a taxas mais elevadas. Os produtos transformados enfrentam tarifas mais elevadas. Chocolate e outros preparados alimentares com cacau enfrentarão tarifas mais elevadas na União Europeia (intervalo de 2,8% a 10,7%, dependendo do produto), mas não nos EUA. Contudo, tais exportações representam atualmente menos de 3% das exportações. Outros produtos de exportação (exportações potenciais) tais como o peixe e marisco enfrentarão tarifas mais elevadas na UE (até 13,5%), mas não nos EUA.

No entanto, mesmo na UE, essas tarifas poderão ser mitigadas ou eliminadas com a adesão ao GSP+ da UE[18].

Tratamento preferencial para serviços e fornecimento de serviços: não haverá impactos significativos, dada a natureza das preferências concedidas e a dos serviços prestados por São Tomé e Príncipe. O turismo é a principal componente na exportação de serviços e não se espera ser afetado pela saída;

3. Outros apoios visam atender

- Limitações na contribuição financeira de STP (Secretariado das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, União Interparlamentar, Organização Meteorológica Mundial);
- Financiamento e apoio às viagens do sistema das Nações Unidas:
  - Orçamento regular da ONU: sem impacto na contribuição de STP após a saída da categoria;
  - Orçamento de manutenção da paz e outras entidades: acusa um impacto reduzido na contribuição de STP após a saída de categoria;
  - Apoio para viagens às reuniões da Assembleia Geral: prorrogação possível até 3 anos após a saída de STP;
  - Não há provisões para a descontinuação faseada de outros apoios às viagens após a saída de STP da categoria dos PMD;
- Apoios direcionados à investigação, à análise política e advocacia, aos processos intergovernamentais.

As principais mensagens sobre a problemática do financiamento para o desenvolvimento são no sentido de que i) a saída de São Tomé e Príncipe da categoria dos PMD terá impacto

[17] É o princípio do comércio sem discriminação da OMC. *Status* (condição) de nação mais favorecida (MFN): tratamento igualitário nos termos dos acordos da OMC significa que os países normalmente não podem discriminar seus parceiros comerciais. Se um país conceder a alguém um favor especial (como uma taxa aduaneira mais baixa para um dos seus produtos) deverá fazer o mesmo a todos os outros membros da OMC.

[18] O Esquema Generalizado de Preferências da UE remove taxas de importação de produtos provenientes de países em desenvolvimento vulneráveis, ajudando-os assim a aliviar a pobreza e a criar empregos com base em valores e princípios internacionais, incluindo trabalho e direitos humanos.

DRAFT

mínimo no acesso aos apoios; ii) o financiamento de instituições financeiras internacionais não se prende com o estatuto de PMD, portanto, a saída não tem impacto sobre os empréstimos ou doações destas instituições; iii) os principais parceiros continuarão a apoiar São Tomé e Príncipe; iv) contudo, após a saída de categoria, STP não terá acesso aos mecanismos específicos para os PMD.

No domínio do comércio: i) a perda de acesso preferencial aos mercados específicos dos PMD não é significativa; ii) as diretrizes da OMC para os PMD não se aplicam após a saída de STP; iii) as medidas de apoio ao comércio específicas para os PMD serão descontinuadas gradualmente.

Ressalva-se ainda que não haverá impacto nas contribuições de STP para a maior parte das contribuições orçamentais para as entidades da ONU; o apoio às viagens para as reuniões da ONU será descontinuado gradualmente.

Mensagem principal a ser considerado pelo País é a relativa à necessidade e urgência na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento que integre a perda dos apoios específicos para os PMD.

Apelos reiterados à melhoria dos apoios e incentivos aos países durante o processo de saída, e, nesta perspetiva, as recomendações do CDP sobre a saída são as seguintes:

- Melhorar coordenação de parceiros para o desenvolvimento;
- Diretrizes da OCDE para os doadores nos apoios para os PMD;
- Reunião dos parceiros de desenvolvimento para discutir apoios.

SG 2019-2021 Mapa para o Financiamento da Agenda 2030

- Apela à comunidade para o desenvolvimento internacional que desenvolva um pacote de incentivos para ajudar o processo de desenvolvimento dos PMD em saída;
- Melhorar o acesso ao financiamento por parte de PMD em saída e PEID, incluindo estratégias e instrumentos de gestão da dívida.

Visando o maior enriquecimento, pragmatismo, eficiência e efetividade possíveis neste processo em STP, o Comité de Políticas para o Desenvolvimento (CDP) das Nações Unidas, com base nas **lições aprendidas** com as experiências de outros países, recomenda a apropriação e implementação das seguintes propostas:

- Entender claramente o impacto da saída da categoria de países menos desenvolvidos (PMD) para são Tomé e Príncipe;
- Elaborar e implementar uma estratégia nacional de transição que lide com a perda de benefícios e impactos específicos com saída de categoria e renovar o apoio para os desafios do desenvolvimento;
- Trabalhar com os parceiros no sentido de explorar opções para diferir ou compensar os impactos identificados;
- Estabelecer um mecanismo de coordenação dentro do Governo e deste com os parceiros;
- Adotar uma estratégia de transição que transcenda os ciclos políticos;
- Melhorar a consciencialização das partes interessadas sobre o tema da graduação;
- Utilizar os recursos *Gradjet*.

No que concerne ao **apoio ao processo de transição**, reitera-se as recomendações da CDP referidas no subcapítulo *Setor do Turismo*, do Objetivo 1 do PNDS, ou seja:

- Seguir resolução da Assembleia Geral (67/221) para assegurar continuação dos apoios;
- Melhorar a compreensão das medidas de apoio disponíveis para os PMD visando a facilitação da preparação da estratégia de transição suave;

DRAFT

- Utilizar a fonte única de informação, Plataforma Gradjet www.gradjet.org, para uma melhor informação sobre o que acontece antes, durante e depois de sair da categoria, disponibilizando contactos, informações e sugestões sobre o que fazer em cada etapa do processo de transição;
- Reforçar a assistência técnica interagências para a preparação da transição suave;
- Tirar o melhor proveito possível da Força-Tarefa das Nações Unidas para a Graduação.

Além disso, o CDP recomenda **os próximas passos a serem** seguidos por São Tomé e Príncipe visando a implementação das propostas acima mencionadas, designadamente:

- Definir/nomear um ponto focal no Governo para a saída de categoria dos PMD;
- Iniciar a elaboração da estratégia de transição suave:
- Identificar as ações que STP deve empreender;
- Identificar as ações que os parceiros devem empreender;
- Estabelecer o mecanismo de concertação entre STP e seus parceiros;
- Integrar a estratégia de transição suave noutros processos relevantes;
- Fornecer *feedback* para os relatórios de monitoramento da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento;
- Participar em novas iniciativas;
- Solicitar assistência coordenada através da Coordenadora Residente e da IATF (força-tarefa interagências para a graduação).

4.2.2.1 Pescas

A extração de alimento do mar, ou seja, a pesca, é sem dúvida alguma, uma das mais antigas razões de atração do homem pelo mar. A pesca é uma atividade milenária, que só começou a passar da fase artesanal à fase industrial depois da II Grande Guerra Mundial.

A realidade da pesca moderna é o fato da indústria ser dominada por embarcações que excedem largamente a capacidade da natureza em repor o peixe. Por outro lado, importa assinalar que na pesca trabalha um grande número de pessoas. Anualmente, cerca de 100 milhões de toneladas de pescado são capturados e a estatística revela que esta quantidade é a principal fonte de proteína para 2.000 milhões de pessoas. Para além do pescado, muitas algas marinhas são também utilizadas para a alimentação, juntando-se a esses o sal de cozinha.

São Tomé e Príncipe enquanto país insular, detentor de uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 160.000 Km², de uma extensa orla costeira e de uma situação geoeconómica privilegiada, o mar é, seguramente, uma fonte muito importante de recursos ao nível de bens e serviços que a ele podem ser associados.

Os recursos marinhos constituem um dos poucos recursos naturais do País, representando o setor das pescas um vetor importante para o desenvolvimento económico de STP, que desempenha um papel crucial na economia do País, através do fornecimento de proteínas de origem animal às populações.

Em São Tomé e Príncipe, a pesca artesanal chega a fornecer 90% do total das capturas vendidas no mercado local, assegurando aproximadamente 70% de proteínas animais consumida pela população local e garantindo, uma média anual de 23,6 Kg de peixe por habitante. Mais de 30.000 pessoas vivem da pesca artesanal. Segundo os dados da Direcção Geral das Pescas (DGP), a pesca artesanal ocupa 15% da população ativa (pescadores e palaiês).

Esta atividade é praticada à linha ou à rede, em pequenas canoas construídas por métodos tradicionais e movidas a remos, velas, ou a motor fora de bordo, mas de fraca potência.

DRAFT

A pesca semi-industrial é feita por mais de uma dezena de barcos em fibra de vidro, a motor e a pesca industrial é efetuada pela frota de barcos da União Europeia que opera na ZEE do País, sobre a qual não há registo de dados fiáveis sobre o volume de capturas.

A pesca nacional, fundamentalmente de caráter não industrial, concentra-se numa estreita faixa costeira, muitas vezes por falta de meios para os pescadores deslocarem-se para mais longe.

De há alguns anos, este setor de atividade vem enfrentando uma grave crise, devido a degradação progressiva dos ecossistemas marinhos e a consequente escassez de peixes. O uso crescente de artes não seletivas e destrutivas (explosivos, redes de malha demasiada fina, etc.) como forma de compensar o decréscimo de captura, coloca os pescadores num círculo vicioso de destruição de um recurso considerado como crucial para as populações do arquipélago.

Além disso, a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada constitui hoje um dos problemas que requerem solução urgente em São Tomé e Príncipe. As ilhas possuem uma imensa superfície marítima e uma adequada exploração do mar constituiria uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento nacional.

No entanto, ao observarmos a sua contribuição relativa para a criação da riqueza nacional através do Produto Interno Bruto (PIB), notamos que em 2016 foi de apenas 7,2%. Com efeito, segundo os dados atuais disponíveis da Direção das Pescas, o País tem uma capacidade de captura de pescado que ronda 29 mil toneladas por ano. Caso fosse possível explorar, de forma sustentável, até 60% desta capacidade a contribuição deste setor na criação da riqueza nacional aumentaria de forma exponencial.

Segundo Ned Dwyer (2013), o conceito de e*conomia azul* deveria alargar-se para o de *sociedade azul*, encarando o oceano não apenas como um recurso económico mas como algo fundamental para a existência humana. Este autor argumenta ainda que se o oceano não for tratado como uma parte integrante da vida humana "*apenas o veremos como algo para ser explorado e usado e não para ser protegido*", apesar de nos proporcionar "*o oxigénio que respiramos, a chuva que cai sobre nós, recursos como o peixe e a energia*".

O Programa do Governo, alinhado com a proposta de Dwyer, defende que a economia azul procura estimular o crescimento sustentável a partir dos recursos aquáticos, oferecendo vantagens competitivas às indústrias emergentes e às cadeias de valor existentes ou àquelas ligadas aos novos produtos e mercados.

Da economia azul resultam preocupações ambientais profundas, que impõem uma tomada de consciência crescente da necessidade de preservação dos ecossistemas oceânicos, que por sua vez, cria oportunidades de investimento para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas.

Esta preocupação é quanto mais legítima quando se trata de um País arquipelágico, com uma superfície marítima de Zona Económica Exclusiva, 160 vezes superior à terrestre. Assim, o oceano deve ser um setor de grande relevância para o desenvolvimento económico, pelas atividades que gera, nomeadamente, as pescas, os transportes marítimos, o turismo, a construção e a reparação naval, entre outras atividades relacionadas.

O reconhecido potencial do mar e da costa do País, bem como a tendência internacional para o crescimento desse setor de atividade, constituem estímulos suficientes para que se passe da intenção à prática, proporcionando a atração de investimentos e criando oportunidades de negócios e de emprego. Este é o trilho a seguir a todos os níveis, nos domínios económico, jurídico, científico, cultural, técnico, ambiental, geográfico, político e diplomático, etc.

Considerando que economia azul constitui uma nova abordagem do desenvolvimento para o setor marítimo; atendendo que ela representa um enorme potencial de criação de inúmeros postos de trabalho e de valor acrescentado para o desenvolvimento de STP, o Governo irá concentrar esforços no sentido de tirar o maior proveito possível dos recursos naturais marinhos, enquanto base de expansão da atividade económica, em simultâneo com a formação e

DRAFT

qualificação de quadros nacionais neste domínio, salvaguardando que o aproveitamento sustentável desses recursos é relevante sob os pontos de vista económico, social e ambiental.

Com efeito, com o objetivo de promover o crescimento da economia azul, preconiza-se, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento de STP, a elaboração urgente de uma estratégia e do respetivo plano de ação, bem como a mobilização dos recursos necessários para a sua implementação. Os investimentos serão direcionados para reforço da resiliência e desenvolvimento em setores como oceano, ambiente, pescas, aquacultura, cadeia de valor dos produtos do mar, transportes marítimos, turismo sustentável, energias hídricas.

A estratégia e plano de ação para o setor das pescas deve estar estreitamente harmonizado com a estratégia nacional de transição suave a ser elaborado e implementado no quadro do processo de graduação de São Tomé e Príncipe da categoria dos PMD, previsto para 2024.

Assumindo que os recursos naturais marinhos são indispensáveis nas abordagens do desenvolvimento de STP, propõe-se reforçar o papel estratégico da pesca na produção, transformação e disponibilização de proteína animal a população santomense, bem como numa fonte sustentável de divisas ao País, através das seguintes medidas:

- Promover o aumento controlado de pesca e sua conservação para o abastecimento da população;
- Importar e iniciar mecanismos de produção de materiais e equipamentos de pesca para garantir a sua disponibilidade no mercado nacional;
- Promover a criação e o reforço da capacidade das cooperativas piscatórias e de outras formas de organização que possibilitem maior dinamização e desenvolvimento do setor das pescas;
- Ciar condições institucionais e técnicas visando a coleta, tratamento, sistematização e divulgação de dados e informações estatísticas, fiáveis e oportunas, sobre as pescas;
- Melhorar o sistema de monitorização contínua e de fiscalização de atividades piscatórias da Zona Económica Exclusiva (ZEE) do País;
- Melhorar as condições higiossanitário no manuseamento, tratamento e conservação do pescado e, nesse sentido, garantir condições laboratoriais necessárias ao exame, avaliação e certificação de qualidade de pescado nacional, enquanto potencial produto de exportação;
- Incentivar a comunidade científica existente em São Tomé e Príncipe a desenvolver investigação científica dos recursos haliêuticos com objetivos económicos, sociais, institucionais e de comercialização do pescado, em parceria com suas congéneres aos níveis regional e internacional;
- Aperfeiçoar a legislação e as instituições e adotar medidas adequadas visando a promoção de uma pesca responsável;
- Promover de forma intensa o empoderamento dos pescadores e das palaiês, auxiliando na construção de pequenas e médias embarcações de fibra tipo “AZ”, motores de bordo adequados, materiais de pesca, centros de conservação, de processamento e de venda de pescados no litoral e no interior do País, com o objetivo de aumentar a qualidade e o valor agregado dos produtos piscatórios e garantir padrões de qualidade, de segurança e higiene aceitáveis.

4.2.2.2. Agricultura

A agricultura é um setor estratégico para o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe atendendo que a atividade agrícola representa mais de 70% do emprego no mundo rural e gera 80% das receitas de exportação.

DRAFT

As opções estratégicas preconizadas pelo Governo para agricultura propõem transformá-la num setor gerador de emprego e de rendimento, portador de prosperidade e de reconhecimento social, respeitador e protetor do ambiente.

A estratégia ainda propõe uma transformação do setor no sentido de mudança de uma lógica de subsistência para a de empresarialização. Assim, cria-se uma agricultura e uma agro-indústria competitivas tanto no mercado local como nos nichos dos mercados regionais e internacionais, e que efetivamente contribuam para o reforço da segurança alimentar e nutricional da população, reforço da capacidade exportadora do País e, por conseguinte, maior equilíbrio da balança de pagamentos e melhor distribuição de rendimento nacional, principalmente, em benefício dos mais pobres e vulneráveis.

Nessa perspetiva, importa destacar que atualmente o setor agrícola enfrenta desafios estruturais que se prendem, nomeadamente, com a necessidade de aumentar produtividade e diversificar a produção para atender a crescente procura de alimentos, uma vez que o País possui ótimas condições em matéria de solo, pluviosidade, água e clima em geral.

Disso deriva, por um lado, a premência em adotar e promover explorações agrícolas modernas de alto rendimento e, concomitantemente, a necessidade de adaptação às mudanças climáticas, visando o reforço da resiliência e da redução de riscos.

Outros desafios importantes consistem na garantia da qualidade dos produtos e sua certificação; na organização dos produtores para responder à procura efetiva e potencial; na circulação dos produtos e na competitividade.

A consecução de soluções para estes desafios está perfeitamente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, designadamente, visam acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, no horizonte 2030.

Para vencer estes desafios, o Governo, no quadro das medidas de política para o setor agrícola e rural, privilegiará o desenvolvimento de sistemas produtivos, tais como unidades familiares, cooperativas de produção e empresas tecnologicamente modernas, rentáveis e ambientalmente sustentáveis.

Trata-se de medidas que implicam a realização dos seguintes objetivos:

- Promover a conservação e gestão racional dos recursos naturais, e da biodiversidade;
- Concluir o IIIº Recenseamento Agro-Pecuário e implementar um sistema permanente e rigoroso de recolha, tratamento, divulgação, disponibilização de informações estatísticas agrícolas, fiáveis e oportunas, indispensáveis ao seguimento e avaliação das políticas nacionais, ao respeito pelos compromissos nacionais e internacionais e à satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores;
- Capacitar e formar permanentemente técnicos e agentes jovens envolvidos no setor agrícola e rural, com vista à utilização de tecnologias inovadoras, que rentabilizem as infra-estruturas vocacionadas para formação e capacitação profissionais;
- Promover a conservação das **florestas**, através de gestão sustentável e valorização dos serviços eco-ambientais, económicos e socioculturais;
- Fiscalizar de forma permanente as parcelas familiares, as pequenas e médias empresas; elaborar o cadastro rural[19], plano de ordenamento e reordenamento agrário e desenvolver os serviços hidráulicos e de irrigação dos terrenos agrícolas, incluindo a construção de represas com a dupla valência, irrigação e mini-hídricas de geração de energia (elétrica);
- Promover novas técnicas de cultivo e de irrigação com o objetivo de melhor rentabilização da produção e otimização dos recursos hídricos;

[19] O conhecimento do território e a identificação dos limites e titularidade da propriedade é fundamental para a gestão e decisão das políticas públicas de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

DRAFT

- Salvaguardar a **biodiversidade**, nomeadamente as espécies em extinção, como património natural da humanidade, com a respetiva promoção social e económica durável;
- Atualizar a carta de referenciação agrícola;
- **Pecuária**: priorizar a criação de espécies de ciclo curto: avicultura intensiva, pequenos ruminantes de forma contingentada (massificação de currais), suinicultura e cunicultura;
- Promover as ações de âmbito nacional da proteção da saúde animal e condições de higiene e veterinária com impacto na saúde pública;
- Elaborar normas orientadoras e fornecer o apoio técnico necessário ao desenvolvimento da produção animal e melhoria zootécnica das espécies pecuárias;
- Apoiar o setor agrícola e rural na investigação básica e investigação aplicada, na prestação de serviços de consultoria e aconselhamento, criadores de postos de trabalho, e promover a capacidade do setor público e privado para uma gestão eficiente, através de investigação e estudos, formação e novas tecnologias aplicadas;
- Reorganizar o setor com vista a responder às exigências que os efeitos das alterações climáticas nos impõem;
- Concluir o processo de descentralização do serviço público da agricultura e criar condições para que as delegações regionais cumpram os objetivos para os quais foram instituídos;
- Criar mecanismos para tornar o setor atrativo e motivante para os jovens e para os atuais quadros, à semelhança do que acontece noutros setores (mais atrativos).

Transformação agro-pecuária: a valorização e agregação de valores de produtos agro-pecuário, com enfase na produção de queijos e outros derivados do leite, frutas secas, compotas e doces, licores, aguardente, polpa de tomate, cacau, café, pimenta, baunilha para nichos especiais, charcutaria e outros produtos transformados com valor acrescentado.

Para a efectivação desta estratégia, os eixos prioritários de atuação são os seguintes:

Investigação e desenvolvimento visando investir fortemente no ensino, na produção de pacotes tecnológicos mais apropriados, privilegiando a introdução de espécies melhoradas, as melhores técnicas de produção e o combate às doenças e pragas;

Extensão rural voltada para a divulgação efetiva de conhecimentos técnicos e práticos junto da classe produtiva, tendo em vista o aumento da produção e rentabilidade das bacias hidrográfica (ribeiras) como unidades territoriais de assistência com técnicos extensionistas permanentes, implementação de escolas móveis, contratação de assistência técnica privada e paga por resultados, programas de comunicação para mudanças de atitudes e práticas e para a divulgação de técnicas de produção em todos os formatos tecnológicos disponíveis;

Ordenamento agrícola visando a distribuição de culturas, conforme as potencialidades dos solos. Para isso, a elaboração e a implementação participada de planos de ordenamento específicos, por bacias hidrográficas, com normas e incentivos claros;

Crédito agrícola, incentivos e parcerias, reforço da política de crédito tendo em vista a celeridade, a flexibilidade e a adaptação do sistema às especificidades do setor agrário; introdução de sistemas de garantias a empreendimentos com viabilidade demonstrada; facilitação de parcerias com investidores externos e especializados no ramo;

Equacionamento das questões fundiárias: atribuição de titularidade de propriedade aos agricultores dos terrenos disponibilizados pelo Estado, assistência técnica permanente aos produtores na resolução dos conflitos e outras pendências fundiárias;

Logística agrícola e assistência à comercialização: promoção de empresas de logística para o aluguer de equipamentos e alfaias agrícolas, edificação e gestão de centros pós-colheita, assistência técnica aos produtores e organização do comércio de produtos, visando a qualidade e a estabilidade de preços dos produtos;

DRAFT

Assistência à organização da classe produtiva: promoção de cooperativas e empresas agrícolas, através da produção da legislação necessária, projetos de incubação e parcerias úteis com a Câmara de Comércio Industria Agricultura e Serviços e outras organizações;

Promoção de atividades geradoras de rendimento: financiamento e assistência técnica específica destinados a micro e pequenos projetos familiares e comunitários, no quadro do processo de redução da pobreza (projetos agrícolas, de pecuária, de transformação e comercialização de produtos alimentares, de produção de carvão, etc.;

Desconcentração gradual de competências para a RAP e Distritos, priorizando as entidades territoriais sem delegações do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, mediante protocolos específicos;

Ambiente: a proteção do meio ambiente deixou de ser visto apenas como um custo para a sociedade. Trata-se de uma das três dimensões que, conjuntamente com as dimensões social e económica fundamenta e orienta o novo paradigma que é o de desenvolvimento sustentável.

Assim, passarão a ser exigidos estudos de impacto ambiental no processo para a implementação de qualquer projeto de grande dimensão. Por seu turno, questões ambientais ligadas a proteção de ecossistemas, erosões costeiras, poluições sonoras, marítimas, do ar, questões associadas a proteção de espécies endémicas merecerão uma particular atenção do Governo, no sentido de regulamentação, monitoramento e fiscalização.

A estratégia visa garantir a sustentabilidade e qualidade ambiental, promovendo a cidadania ecológica e o reforço dos sistemas de licenciamento e auditorias ambientais e, criando as condições para a responsabilidade partilhada na governação ambiental.

De igual modo, procurar-se-á preservar e valorizar a biodiversidade marinha e terrestre, com base nos serviços dos ecossistemas, para a promoção de setores de atividade económica, designadamente, o turismo, a agricultura, a silvicultura e a pecuária, e implementação dos Planos de Gestão e conservação das áreas protegidas e das espécies, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País.

Recursos hídricos são cruciais para o desenvolvimento ao nível do setor agro-pecuário, ambiental e do saneamento. Assim, a estratégia visa garantir o acesso universal e equilibrado à água potável para todos e prosseguir com as reformas no setor da água e saneamento, tendo em vista a sustentabilidade e qualidade ambientais, a saúde pública, a melhoria das condições socioeconómicas da população e o bem-estar dos cidadãos;

Saneamento: promover sistemas de saneamento e meio adequados, que respondam às exigências do mundo moderno e proporcionem um ambiente sadio e de boa qualidade para os cidadãos, especialmente, em matéria de gestão de resíduos sólidos urbanos, drenagem das águas pluviais e proteção de encostas, sistemas de esgotos e de tratamento de águas residuais, entre outras ações.

4.2.2.3. Indústria Ligeira

A estratégia de transformação que o Governo pretende implementar visando impulsionar o crescimento económico acelerado nos diferentes setores da economia; a promoção da diversificação da base produtiva, o aumento da produtividade e da competitividade da economia; a mudança da lógica de subsistência para a lógica de empresarial, tendo em vista tanto o mercado interno como os nichos dos mercados regionais e internacionais, ancora-se principalmente na matriz cultural do País, nomeadamente, na agricultura, pecuária, pescas, cultura, indústrias criativas e indústria ligeira para exportação.

Estas medidas e ações impõem a aglutinação de várias disciplinas e especialidades e a congregação do empenho das mais diversas estruturas do Estado no sentido da sua concretização, visto que, a montante, requer melhorias através de investimentos e medidas, no setor das infraestruturas, dos transportes, das energias, das telecomunicações, do ensino e

DRAFT

investigação, da formação profissional até a investigação e novas tecnologias de informação, passando pela desburocratização.

Para a reestruturação da indústria nacional, reforçando a sua competitividade e elevando o peso da indústria transformadora na economia nacional será preciso executar as seguintes medidas:

- Reforçar a competitividade do País na atração de investimento, nomeadamente através da alteração do código de benefícios fiscais, instalação de um sistema judicial célere e credível;
- Aumentar e qualificar a rede de fornecedores;
- Apostar na criação de produtos com capacidade competitiva internacional, produtos diferenciados, com incorporação de marca, perceção de valor, que permita aumentar o preço internacional de venda;
- Promover a imagem de São Tomé e Príncipe como País credível e seguro para se fazer negócios;
- Incentivar, ampliar e reforçar a capacidade de exportação do setor privado e aumentar o comércio com os mercados regionais e globais, dinamizando a constituição de cadeia de valor industrial;
- Promover a criação de ligações marítimas e aéreas fundamentais para o bom funcionamento das empresas;
- Promover a capacitação e assistência técnica aos operadores industriais nacionais para que as empresas nacionais possam integrar-se, de forma competitiva, nas partes mais acessíveis das cadeias de valor globais como, por exemplo, fornecimento de frutas frescas, verduras, pescado e serviços técnicos aos *resorts* turísticos;
- Promover o financiamento das indústrias atendendo que a produção industrial requer mecanismos de financiamento adequados para a operação económica, incompatíveis com os deficientes mecanismos existentes;
- Promover a capacitação institucional no que concerne à reforma do ambiente de operação das empresas industriais, e tendo em conta a relação com as políticas conexas; o desenvolvimento das capacidades técnicas das instituições públicas em matérias relativas ao setor da indústria; e envolvimento dos representantes da classe nos espaços de diálogo e de formulação de políticas existentes, bem como a formalização da criação de um comité interinstitucional de desenvolvimento da competitividade da indústria nacional;
- Promover o **ordenamento da política industrial**, com base num diagnóstico setorial aprofundado sobre a indústria nacional;
- Promover a implementação de um plano de reformas das leis pertinentes e conexas ao setor da indústria visando responder às necessidades do setor e o desenvolvimento nacional.

4.2.2.4. Empreendedorismo e empregabilidade

O maior obstáculo ao empreendedorismo empresarial e social no País é a dificuldade de financiamento e de instrumentos de capacitação dos jovens empreendedores, acrescido da fragilidade ou inexistência de políticas públicas apropriadas, nomeadamente a adoção de um pacote de incentivos específicos para alavancar o setor. Além disso, destaca-se a necessidade de promoção de condições que estimulem e desenvolvam a atitude empreendedora direcionadas designamente para os jovens. Essa mentalidade é essencial não apenas para quem quer montar um novo negócio, mas também para quem deseja crescer rápido na sua carreira profissional, ou seja, ter coragem para assumir riscos e grandes responsabilidades.

Para superar estes constrangimentos, propõe-se a implementação das seguintes medidas de políticas:

DRAFT

- Promover o emprego e o empreendedorismo destinados, prioritariamente, aos jovens, mulheres e pessoas com deficiência;
- Incentivar o investimento em novas empresas, através da criação de um sistema de incentivos fiscais;
- Criar o Programa Nacional de Empreendedorismo (PNE), particularmente orientado para os jovens;
- Promover a regulamentação da lei de micro-finanças como incentivo ao empreendedorismo;
- Dinamizar a rede de incubadoras para o surgimento de novas empresas e o acesso aos adequados mecanismos de financiamento;
- Criar programas de capacitação para micros, pequenas e médias empresas existentes com potencialidades de conquista de mercados interno e externo;
- Criar políticas de incentivo ao empreendedorismo nos diferentes níveis de ensino, com especial atenção para formação profissional;
- Envolver a diáspora são-tomense no processo de desenvolvimento do empreendedorismo jovem em STP;
- Promover a inserção dos jovens empreendedores nacionais na União dos Jovens Empreendedores da Confederação Empresarial da CPLP;
- Desenvolver ensino profissionalizante através de orientação vocacional para o empreendedorismo;
- Promover o empreendedorismo cultural, conjugando a criação, produção e comercialização de bens e serviços de carácter cultural.

4.2.2.5. Cultura e Indústrias Criativas

A localização geográfica privilegiada associada ao processo histórico da formação social de São Tomé e Príncipe, conferiu ao País uma expressiva diversidade cultural.

A vida cultural, a criatividade e a inovação devem ser preservadas e desenvolvidas, por meio de políticas culturais coerentes e eficientes, em harmonia com o desenvolvimento da região e dos distritos do País.

O País dispõe de um conjunto alargado de recursos criativos locais, incluindo o património simbólico: património como linguagem na contemporaneidade quando se focaliza fortemente na memória e na identidade, que necessitam ser identificados, mapeados e valorizados tendo em vista o reforço das forças criativas no País.

No entanto, o impacto deste setor na economia nacional só será sentido se optimizado dentro de uma estratégia estruturada, como um sistema para colocar em rede ou entrelaçar unidades independentes de funcionamento.

Com o objetivo de internacionalização da cultura nacional propõe-se a implementação das seguintes medidas:

- Promover o mapeamento e inventariação dos produtos criativos e culturais, com potencial para serem internacionalizados;
- Desenhar uma estratégia macro, de modo a ter um guião orientador para as ações pretendidas;
- Qualificar o património edificado, de modo a ser um atrativo turístico e cultural que potencie o desenvolvimento do País;
- Promover o turismo cultural assente na valorização dos roteiros do património material e imaterial, na promoção de produtos, bens e serviços *Made in São Tomé e Príncipe*;
- Promover o desenvolvimento de espaços museológicos, avançando com os conceitos de cidade/ilha museu;

DRAFT

- Promover a preservação e o resgate das festas tradicionais e de romaria, nos circuitos de feiras e festivais específicos;
- Garantir benefícios fiscais para a comunidade criativa, sobretudo no escoamento/distribuição dos seus produtos;
- Potenciar os produtos e serviços culturais, enquanto atividades geradoras de rendimentos;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através do usufruto de atividades sociais, culturais, artísticas e recreativas;
- Gerir e divulgar as criações artísticas e património cultural, tanto no interior como no exterior do País;
- Incentivar a produção qualitativa de produtos destinados ao consumo turístico;
- Promover a criação de espaços de divulgação e de comercialização dos bens, produtos e serviços culturais mediante a realização de feiras, fóruns e festivais, em todos os Distritos e na RAP, o que demanda medidas que possibilitem aos criadores e empreendedores criativos a participação em iniciativas próximas aos seus locais de produção, diminuindo os custos de transporte e de participação;
- Apostar fortemente na vertente educativa e formativa, sendo papel do Estado, a inclusão da criatividade no sistema educativo, a criação de ofertas formativas direcionadas para as necessidades e as especificidades do setor;
- Incentivar os empreendedores a apostarem num constante aperfeiçoamento das técnicas e das práticas, através de ações de formação, utilizando as plataformas digitais para interagir com outros empreendedores, adquirir conhecimentos, estabelecer parcerias técnico-comerciais e promover os bens, produtos e serviços desenvolvidos.

4.2.2.6. Reforço do Planeamento e Regionalização do PNDS

O Planeamento, além de constituir-se num instrumento privilegiado de diálogo político e técnico, e de gestão do desenvolvimento, funciona também como um mecanismo fundamental da eficiência do Estado e da administração pública; de sinalização de oportunidades económicas; de direcionamento das intervenções do Estado; de correção das distorções, disfunções e assimetrias.

Assim, através do planeamento, tem-se a possibilidade de promover melhor apropriação pelos atores de desenvolvimento, a todos níveis, melhor mobilização social e institucional, melhor comprometimento e participação, e melhor governança.

São Tomé e Príncipe é um país de assimetrias regionais decorrentes da sua insularidade, circunstância que implica, necessariamente, a criação de unidades de produção de bens e serviços básicos tanto em São Tomé como no Príncipe, o que não gera economias de escala.

As assimetrias regionais decorrem de políticas públicas que não priorizaram mitigar os custos de insularidade, tendo apostado na polarização, e pelo fato do ordenamento do território ter ganho tardiamente a merecida centralidade no âmbito das políticas de desenvolvimento.

A redução das desigualdades e das assimetrias regionais é matéria de consenso a nível dos decisores políticos e constitui um compromisso internacional assumido pelo País enquanto signatário dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, que defendem e recomendam que ninguém fique para trás ou de fora.

Neste quadro, é necessário, por um lado, que se promova a descentralização, reforçando o poder, a decisão e a capacidade institucional das autarquias locais, visando valorizar o potencial de desenvolvimento e de gestão, gerando mais oportunidades económicas, políticas e sociais ao nível regional e distrital. Por outro lado, necessita-se de uma política que estabelece um mecanismo de convergência de todos os Distritos e da RAP para um patamar mínimo de

DRAFT

desenvolvimento, o que implica a decisão e implementação de um pacote de medidas de descriminação positiva.

Além disso, as políticas de investimentos públicos a serem implementadas em todos os Distritos e na RAP visando, especialmente, a melhoria do ambiente de negócios nas autarquias, sinalizarão oportunidades de negócios e permitirão a devida apropriação e melhor implicação do poder local e de outros agentes locais de desenvolvimento na execução dos programas nacionais de desenvolvimento.

A criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional, constituída pelo Governo, RAP e Distritos e pelo Sector Privado, com o objetivo de promover investimento produtivo nessas autarquias, com a finalidade de alavancar o desenvolvimento socioeconómico local poderá ser uma boa solução.

A regionalização do PNDS representa também um compromisso maior do Governo e do Poder Regional e Local com a qualidade e a transparência das despesas públicas, na expetativa de que descentralização financeira traduzir-se-á em mais recursos e melhor intervenção das autarquias na promoção da economia local, no atendimento da demanda social, através do Orçamento Geral do Estado, o principal instrumento de concretização dos planos e de gestão do desenvolvimento.

Nesta perspetiva, o **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma do Príncipe: 'Príncipe 2030'**apresenta um roteiro para o desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente da Ilha, no horizonte de 2030, atualizando e complementando os planos regionais de desenvolvimento precedentes, os planos setoriais vigentes, e os marcos internacionais, em particular, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) 2020-2024 será seu quadro de referência, seu instrumento de orientação, de diálogo e de concertação no processo de implementação das metas e objetivos, de curto e médio prazos, do *Príncipe 2030*.

A visão do desenvolvimento sustentável para a ilha, no horizonte temporal de 2030, bem como os 10 objetivos e as metas que sustentam essa visão estão perfeitamente enquadrados e alinhados com a visão do PNDS para o futuro de São Tomé e Príncipe.

As condições necessárias para a realização dos objetivos em referência, no curto e médio prazos, encontram-se salvaguardados no PNDS. Aliás, o fato do PNDS conter um subcapítulo intitulado *Reforço do Planeamento e Regionalização do PNDS* reflete e reforça a natureza de um instrumento de planeamento vocacionado para federar, integrar, harmonizar e complementar todos os planos e processo nacionais e internacionais relevantes, em curso ou em vias de implementação no País.

No que concerne especificamente às preocupações e metas do Príncipe 2030 sobre um adequado apoio institucional, melhoria da conetividade da ilha do Príncipe com São Tomé e com o exterior, bem como do sistema de fornecimento de energia, e a realização de um cadastro territorial, entre outros, a execução do PNDS contribuirá para a integração do mercado nacional, através da melhoria da acessibilidade nas ilhas e interilhas; da melhoria do impacto do turismo no rendimento das famílias; do acesso à informação e ao conhecimento; e do reforço no combate à exclusão económica, social e digital.

Assim, a aposta na territorialização marcará seguramente o Governo, pela sua abordagem centrada nos resultados, na valorização das ilhas e dos recursos endógenos, na promoção da integração das economias das ilhas e numa focalização das intervenções públicas na redução das desigualdades e no crescimento económico inclusivo.

4.2.2.7. Ambiente de Negócios

A reforma do ambiente de negócios visa proporcionar às empresas as condições adequadas para o livre desenvolvimento das suas atividades, o que não significa ausência de

DRAFT

regras. Porém, estas devem ser claras, justas, circunscrevendo-se ao estritamente necessário, e aplicadas de forma transparente e efetiva, e não devem constituir obstáculos desnecessários à criação de riqueza pelas empresas.

No entanto, não basta ter regras claras, incentivos e uma visão favorável à ação empresarial. É preciso que as instituições do Estado estejam imbuídas desta filosofia e sejam concebidas, estruturadas, organizadas e qualificadas para levar à prática esta visão e proporcionar às empresas e aos empresários as condições adequadas ao seu desenvolvimento.

Assim, o Governo incentiva a ação empresarial na convicção de que o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida dos cidadãos dependem muito da capacidade das empresas criarem riqueza, independentemente da sua dimensão e esfera de intervenção.

Além disso, a criação de um ambiente de negócios favorável não pode ser circunscrita apenas à ação das instituições estatais e à eliminação das restrições institucionais. É também necessário a mudança da perceção do público em relação à atividade empresarial; intervir, principalmente, sobre a prevalência de sentimentos negativos em relação ao empreendedorismo, promovendo a sua aceitação sociocultural.

Portanto, a melhoria consistente do ambiente de negócios, pretendida pelo Governo, e plasmada no seu Programa, não pode circunscrever-se à facilidade de fazer negócios, mas deve abranger todo o ambiente institucional e cultural que envolve especialmente as pequenas e médias empresas, com particular relevo para a reforma da Administração pública e para o financiamento da economia.

No segundo capítulo do PNDS, destacou-se a importância das reformas económicas, designadamente, a premente necessidade de se melhorar substancialmente o ambiente de negócios, condição fundamental para a atração do IDE, aceleração do crescimento económico, geração de novos postos de trabalho e de mais rendimentos sobretudo para jovens e mulheres.

Entretanto, aponta-se que um dos obstáculos ao processo de realização desse desiderato é o baixo nível do ambiente de negócios existente no País. A posição de São Tomé e Príncipe no indicador facilidade de fazer negócios (EDB) tem vindo a deteriorar-se nos últimos quatro anos. O *Doing Business 2016* (medindo a qualidade e a eficiência regulamentar) classificava STP em 160º, classificação que continuou a descer no *Doing Business 2018,* (reformar para gerar emprego) para 169º e no *Doing Business 2019* para 170º, valor que se manteve inalterado no *Doing Business 2020*.

Face ao quadro acima mencionado, o Governo está determinado em tudo fazer para melhorar o ambiente de negócios em STP, principalmente, no que tange à capacidade de fazer cumprir os contratos, de resolver as insolvências, proceder aos registos de propriedade, obtenção de créditos e proteção dos pequenos investimentos.

Para a consecução desse desiderato, ressalta-se a importância do sucesso das reformas em curso ou em vias de implementação nas esferas da administração pública e da justiça como condições propícias para a instauração e o desenvolvimento de um bom clima de negócios, de atração e retenção do IDE, de desenvolvimento e fortalecimento do empresariado nacional.

Boa Governação: para transformar São Tomé e Príncipe num País credível, atrativo altamente competitivo propõe-se ações assertivas visando o fortalecimento nas seguintes áreas:

- Democracia e a liberdade de expressão;
- Estabilidade política, ausência de violência e prevenção contra o terrorismo;
- Assegurar a efetividade governativa;
- Promover um sistema geral de regulação;
- Estado de Direito, com ênfase no papel e no respeito da Lei,
- O controlo rigoroso da corrupção.

DRAFT

Nessa perspetiva, propõe-se como meta, no horizonte do implementação do PNDS, fazer com que a classificação de STP para cada indicador de boa-governação do índice *Ibrahim* de governança africana, seja igual ou superior a 80.

Quadro 7: Classificação geral da governança em África 2018

Classificação	País	Pontuação (em 100)
1	Maurícias	79,5
2	Seicheles	73,2
3	Cabo Verde	71,1
4	Gana	68,1
5	Ruanda	64,3
6	São Tomé e Príncipe	59,2
7	Marrocos	58,4

Fonte: elaboração própria, a partir de *Ibrahim Index of African Governanc*

Liberdade económica

Para reforçar a confiança e tornar o País competitivo, designadamente, no que respeita à atração do IDE e à construção das seis Áreas de Serviço (Plataformas) para transformar STP numa economia dinâmica no Golfo da Guiné, estabelece-se como objetivo melhorar as seguintes variáveis, que constituem indicadores de liberdade económica:

- Proteção do direito de propriedade;
- Eficiência da Justiça;
- Integridade governativa e da saúde fiscal;
- Liberdade de realizar negócios;
- Liberdade de comércio e liberdade de realizar transações financeiras;
- Direito laboral.

A meta, no horizonte do PNDS, é fazer STP transitar de país predominantemente não livre para país moderadamente livre ou seja, com um coeficiente igual ou superior a 60.

DRAFT

Quadro 8 Índice de liberdade económica 2019

ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÓMICA 2019					
País	*Rank*	Livre (100-80)	Maior parte livre (79,9-70)	Moderadamente livre (69,9-60)	Maior parte não livre (59,9-50)
Singapura	2	89,4			
Maurícias	25		73,0		
Chipre	44			68,1	
Cabo Verde	73			63,1	
Seicheles	87			61,4	
São Tomé e Príncipe	134				54,0

Fonte: elaboração própria, a partir de *The Heritage Foundation*

Doing Business

O nível de produtividade da economia santomense é claramente insatisfatório. O país não tem sido capaz de estimular, nas últimas décadas, um processo de crescimento da produtividade que possa ser considerado sustentável ou significativo. Essa fragilidade do desempenho económico em matéria de produtividade não é um fenómeno isolado, trata-se de uma realidade comum aos setores público e privado e, na esfera privada, entre as diferentes empresas e organizações que nela operam.

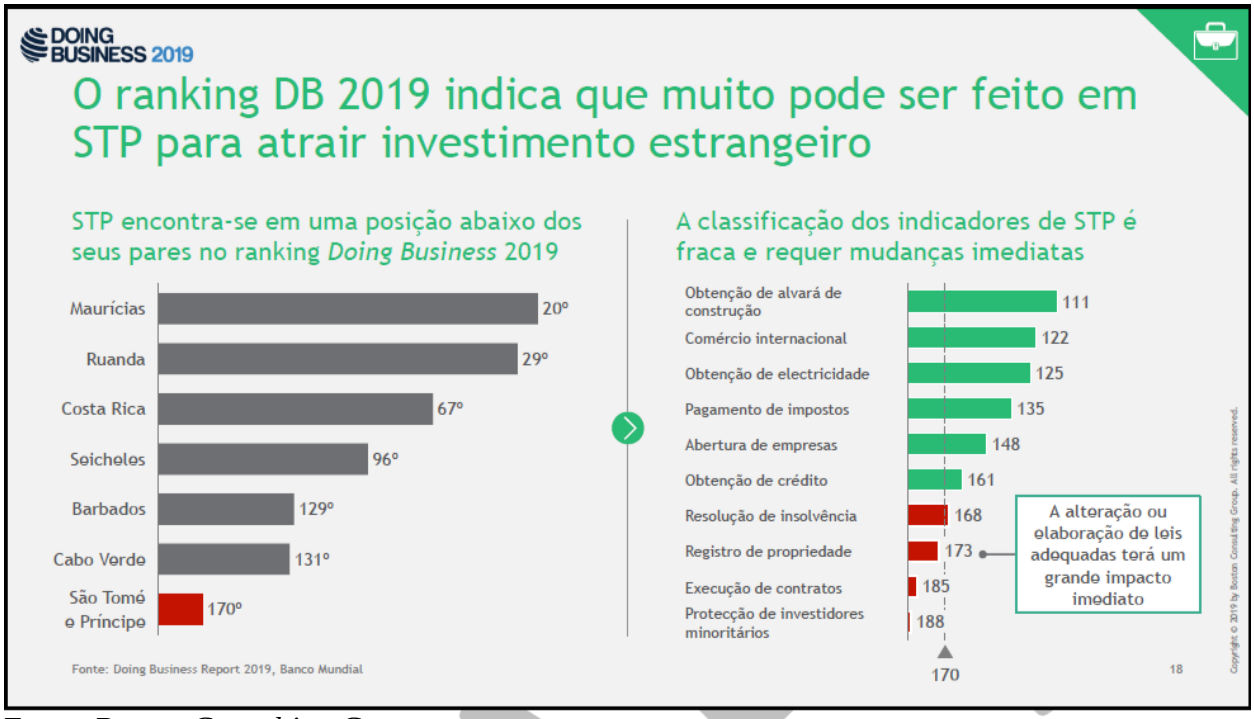
É objetivo da política económica gerar um processo sustentável de crescimento capaz de levar o País a um novo patamar de desenvolvimento no médio e longo prazo. Para atingir esse desiderato é necessário criar um ambiente que permita aumentar, de forma transversal, os níveis de produtividade observados no país. Esse processo passa, fundamentalmente, por uma simplificação e adequação do ambiente de negócios, que condicione e regulamente a atuação de empreendedores, em especial, das micro, pequenas e médias empresas.

Para a dinamização e democratização da sua estrutura produtiva, o País deve criar condições para que qualquer indivíduo interessado em criar ou desenvolver seu negócio, independentemente de porte e recursos, tenha ao seu dispor a estrutura necessária para empreender. O relatório do *Doing Business* apresenta três tipos de informações relevantes: a lista de reformas implementadas, uma medida de distância até a fronteira (agregada e para cada indicador) e a posição do país, sua classificação na facilidade para fazer negócios.

Assim sendo, o relatório presta o importante papel de apontar os gargalos e as inadequações do ambiente de negócios do País, constituindo-se ainda numa ferramenta de avaliação e diagnóstico. Pode-se interpretar melhoras no desempenho numa dada edição do relatório como um indicativo de que políticas e reformas implementadas no período tiveram efeitos concretos e criaram condições mais favoráveis ao empreendedorismo.

DRAFT

Gráfico 15: Classificação de São Tomé e Príncipe no ambiente de negócios em 2019



Fonte: *Boston Consulting Group*

Portanto, o *Doing Business* (DB) focaliza a sua atenção no impacto das políticas governamentais na vida corrente das pequenas e médias empresas nacionais, no pressuposto de que uma regulamentação eficiente, transparente e implementada de forma efetiva, favorece a expansão das atividades económicas e facilita a iniciativa dos que pretendem entrar no mercado e concretizar as suas ideias de negócio.

Regista-se que áreas muito importantes para o ambiente de negócios, como a estabilidade macroeconómica, o desempenho do sistema financeiro, as políticas fiscal e monetária, entre outras, não são abrangidas pelo *doing business*.

Importa reter que, de 2016 a 2020, em matéria de facilidade de fazer negócios, a classificação de STP ter regredido de forma continuada, da posição 160ª em 2016 para posição 170ª em 2019 e 2020. Os indicadores com maiores dificuldades são, como se referiu atrás, os relativos à capacidade de fazer cumprir os contratos, de resolver as insolvências, de proceder aos registos de propriedade, de obtenção de créditos e de proteção dos investidores minoritários e obtenção de eletricidade.

A distância até a fronteira (DTF)[20] é a variável estratégica, que mede o desempenho global do País e que serve para estabelecer a classificação da facilidade de fazer negócios e que tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos. Para reverter esta situação é necessário agir sobre cada um dos 41 indicadores que, agrupados por áreas/tópicos, determinam a pontuação global da DTF (média aritmética simples das DTF de cada indicador), e cujo peso relativo é idêntico.

[20] Esta medida varia de 0 a 100. O zero representa o pior desempenho possível e 100 representa a melhor prática internacional ou fronteira. Esta medida única, chamada *distância até a fronteira*, é utilizada na elaboração de uma classificação (*ranking*) que pretende refletir o posicionamento relativo dos países analisados em termos de facilidade de fazer negócios, a classificação da facilidade para fazer negócios.

Algumas áreas de intervenção são prioritárias porque as ações realizadas este ano, por exemplo, só terão impacto no desempenho do DB 2024[21], particularmente, o caso de resolução de insolvências.

Outras áreas são importantes porque a distância em relação ao país de referência é muito vincada e importa reduzi-la para atingir a paridade desejada (ex. obtenção de crédito ou proteção do investidor minoritário)

Em todo o caso, e independentemente da paridade desejada, qualquer melhoria, em qualquer indicador, tem impacto favorável direto na pontuação DTF global, o qual determina o posicionamento do país na facilidade de fazer negócios, uma vez que o DTF global é resultante de uma média simples das pontuações de todos os 41 indicadores.

O caminho para uma subida assinalável da pontuação global do DTF e na facilidade de fazer negócios passa, necessariamente, por ações conjugadas em vários indicadores.

Quanto maior o progresso, no maior número possível de indicadores, melhor será a pontuação e, tendencialmente, a classificação final.

Algumas áreas requerem reformas profundas. O exemplo mais paradigmático é o tópico resolução de insolvências, acima referido, cuja necessidade para um ambiente de negócios favorável é mais do que evidente.

Uma premissa fundamental do *Doing Business* é que a atividade económica exige regras mais sólidas: regras que estabeleçam e esclareçam os direitos de propriedade e reduzam o custo de resolução de litígios; regras que aumentem a previsibilidade das interações económicas e ofereçam segurança jurídica e proteção contra abusos às partes contratantes.

O objetivo é que as regulamentações sejam eficientes, acessíveis a todos e de fácil implementação. Em algumas áreas, o *Doing Business* atribui pontuações mais altas a regulamentações que oferecem uma maior proteção aos direitos dos investidores, por exemplo, ao prever requisitos de divulgação mais rigorosos em relação às transações entre as partes.

4.2.2.8. Finanças Públicas e Política Fiscal

O desafio de transformar S. Tomé e Príncipe numa sociedade próspera, mais inclusiva, com elevados índices de emprego onde o bem-estar seja, de fato, uma realidade, não se consegue sem financiamento e sem um verdadeiro estímulo ao empreendedorismo assegurados pela promoção do conhecimento e da inovação, acompanhado da melhoria do rendimento das famílias. Logo, o maior desafio deste setor é o de gerar incentivos a economia, encontrar e gerir de forma criteriosa e transparente os recursos sustentáveis, sejam eles internos ou externos, para financiar projetos públicos que alavanquem a economia, respeitando entretanto o equilíbrio macroeconómico. Assim, propõe-se a implementação das seguintes medidas e políticas:

Estabilidade macroeconómica

O Governo promoverá a consolidação orçamental para melhorar a posição fiscal e reduzir a dívida pública, que deverá ser acompanhado de um nível de inflação sustentável (em linha com os indicadores da convergência nominal da zona do euro associados a paridade cambial) capaz de promover o desenvolvimento do País. Mantendo o regime cambial pelo qual o País fez opção em 2009, a política monetária deverá acomodar-se à âncora cambial devendo o Banco Central de São Tomé e Príncipe, com a autonomia que lhe é conferida, zelar pelo seu cumprimento.

O BCSTP deverá adequar-se aos novos meios de pagamento impulsionados pelas novas tecnologias. De igual modo deverá manter o sistema financeiro saudável, fator indispensável ao

[21] O melhor desempenho e o pior desempenho são estabelecidos a cada cinco anos com base nos dados de *Doing Business* do ano em que foram estabelecidos e permanecem nesse nível durante cinco anos, independentemente de qualquer alteração nos dados nos anos intermediários.

crescimento económico, impulsionador da poupança e de uma maior confiança aos agentes económicos.

Modernização e competitividade fiscal

A preocupação constante que atravessa a proposta de reforma fiscal do atual Executivo é o desafio de ter um sistema fiscal simples, moderno, justo e eficiente, competitivo à escala global (promotor do IDE).

Com vista a colocar o País num elevado nível de competitividade fiscal, propõe-se a realização de um estudo visando o levantamento e a análise exaustivos dos principais constrangimentos que imperam na competitividade fiscal santomense, permitindo, numa abordagem estratégica, delinear de ações em termos legislativos, organizativos e dos serviços prestados: tributários e aduaneiros, com base nas melhores práticas internacionais e adequadas à realidade do País.

A estratégia do Governo projeta uma abordagem informatizada e integrada da administração tributária adequada ao modelo de desenvolvimento baseado na prestação de serviços. Pretende-se um sistema de administração fiscal moderno, cuja implementação decorra ao longo do período de implementação do PNDS.

Esse desiderato enquadra-se também no âmbito do compromisso papel zero e pretende facilitar o alargamento da base tributária, reduzir o volume de impostos atrasados, aperfeiçoar as auditorias, aligeirar a carga fiscal e melhorar a satisfação do contribuinte, através das seguintes medidas:

- Promover, no primeiro ano da implementação do PNDS, ao longo de 2020, a criação da autoridade tributária, organização e informatização de uma central de recolha, armazenagem e tratamento de dados contabilísticos das empresas e demais contribuintes para facilitar o cumprimento de suas obrigações declarativas de natureza, fiscal. A central em referência será conetada com outras instituições para facilitar a identificação de novos contribuintes bem como os fluxos de rendimento;
- Aprovar o estatuto do investidor emigrante;
- Implementar, até 2021, um sistema de pagamentos de impostos via serviços financeiros eletrónicos (*Internet Banking*, e outros);
- Introduzir, em 2022, a apresentação eletrónica (online) das declarações dos impostos das entidades coletivas através da central, por via da internet, bem como o envio eletrónico das declarações das pessoas singulares;
- Implementar, até 2024, integrado ao sistema anterior, caixas de correio eletrónico personalizadas para cada contribuinte; a notificação seguida de crédito automático de deduções de imposto (crédito fiscal); criação de incentivos financeiros para os contribuintes com bom desempenho, baseado num sistema de indicadores de desempenho. A automação dos procedimentos da administração tributária permitirá reduzir ao mínimo as falhas;
- Implementar, no mesmo período, um mecanismo de redução da dispersão fiscal, com a consequente redução dos encargos fiscais das pessoas coletivas e unificação dos impostos das pessoas singulares. Nessa fase, será abordada a possibilidade de criação de incentivos adicionais aos investimentos geradores de emprego, incluindo a de criação de uma Zona Económica Especial (ZEE).
- Promover a consolidação do sistema será objeto da etapa final.

DRAFT

Melhorar a qualidade das despesas orçamentais

O Governo vai rever e redirecionar melhor as despesas públicas. Para o efeito, pretende implementar as seguintes medidas de política:

- Melhorar, no decurso da implementação do PNDS, o rendimento disponível dos trabalhadores públicos e privados que auferem salário até 1000 Dobras, através da redução e ou eliminação de parte das imposições fiscais que recaem atualmente sobre os mesmos, estimulando assim a procura interna;
- Melhorar, no mesmo período e de forma faseada, a condição salarial dos funcionários públicos, baseada na implementação de carreiras profissionais que premeiam a competência e o desempenho;
- Promover a celebração de um acordo, envolvendo as entidades representativas do setor empresarial e dos trabalhadores da administração pública, do setor privados e outros, visando melhorar e estabelecer um salário mínimo nacional para todos, independentemente do ramo de atividade;
- Criar, no âmbito do programa de investimento público (PIP), o programa de incubadora de mentes empreendedoras (PIME), estimulando jovens que estejam subaproveitados na administração pública e jovens desempregados ou a procura do primeiro emprego, a concorrem com as suas ideias para a criação de *startups* e outras formas de empreendedorismo moderno geradores de divisas. Esta medida justifica-se pelo fato de, nos últimos anos, o País ter acumulado muita dívida interna, as quais contribuíram para falência de empresas e aumento do desemprego. O Governo tratará de elencá-las, apurar a sua legalidade e desenhar um plano para a sua amortização e ou eliminação, usando os diversos instrumentos incluindo a transformação das mesmas em obrigações de tesouro. Por outro lado, o Governo libertará o OGE das empresas públicas estruturalmente deficitárias pela carga que representam;
- Dotar São Tomé e Príncipe de uma estratégia nacional de transição suave, no quadro do processo da sua graduação da categoria dos países menos desenvolvidos, visando assegurar a melhoria e consolidação dos progressos do País, designadamente, nos critérios produto nacional bruto *per capita* (PNB), índice de vulnerabilidade económica (IVE) e índice de ativos humanos (IAH);
- Envidar esforços para que, de acordo com as recomendações da resolução 67/221 da AG sobre a transição suave, os parceiros de desenvolvimento de STP considerarem os indicadores PNB *per capita*, IVE e IDH como parte de seus critérios para a alocação da assistência oficial ao desenvolvimento;
- Aperfeiçoar os procedimentos para a execução orçamental, atendendo que os que se encontram em vigor são inadequados à uma boa qualidade de despesas públicas. Esse aperfeiçoamento far-se-á mediante a melhoria na legislação e normas, apostando na desburocratização, na prestação de contas, numa abordagem informatizada e integrada da administração financeira do Estado, em linha com o princípio de papel zero.

O financiamento à economia

São Tomé e Príncipe enfrenta um elevado nível de endividamento público, o qual dificulta o País no acesso a novos financiamentos, com recursos externos, devido ao agravamento do risco soberano. Isto põe em causa novos investimentos visando relançar o crescimento e o desenvolvimento da economia.

Assim sendo, é premente a definição e a implementação de uma nova estratégia para o financiamento da economia. A janela de oportunidades que o financiamento concessional

DRAFT

representa tem um limite temporal evidente, o que obrigará o Governo à procura de financiamentos a preços de mercado.

Perante este fato, para que a economia santomense tenha um crescimento consistente e sustentável, o Governo deve procurar formas e fontes alternativas de financiamento, uma vez que tanto o setor público como o privado precisam ter à sua disposição diversos instrumentos e mecanismos de financiamento visando a promoção do investimento.

Não obstante o financiamento da economia ser mais sustentado, se assente sobretudo em fontes internas, estruturalmente, STP é um País que não consegue cobrir os seus investimentos com a canalização da poupança interna ou seja, os recursos internos têm sido insuficientes para as necessidades de investimento da economia.

A criação de mercado de capitais (reduzindo a pressão sobre o crédito bancário) e ou novos instrumentos de financiamento (*crowdfunding*[22]) bem como organização e dinamização de micro-finanças é chamado a desempenhar um papel de enorme importância.

Fontes alternativas de financiamento à economia

O Governo tem, nos próximos anos, o desafio de diminuir significativamente a dependência do endividamento para financiar as despesas públicas, sendo que uma das vias é a da restruturação da administração tributária, no sentido de aumentar a eficiência e a eficácia, para se poder arrecadar mais receitas domésticas, sem agravar a carga fiscal aos contribuintes. Ainda, é preciso trabalhar, no sentido de aumentar a formalização da economia e reduzir a fraude e a evasão fiscais.

As privatizações e concessões são instrumentos que permitem ao Estado introduzir novas dinâmicas na sua economia, através da criação de novas oportunidades de negócios e investimentos para o setor privado, alavancando, desta forma, setores-chave, ao mesmo tempo que possibilitam a redução do risco fiscal e orçamental que certas empresas públicas representam.

Nesse sentido, propõe-se a adoção de uma agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas no âmbito da reforma económica, o que implicará a mudança do papel do Estado, enquanto agente económico. Além de constituir uma importante fonte de captação de recursos para o Estado, possibilita a criação de condições para o empoderamento do setor privado e consolidação da abertura e competitividade da economia do País, com novas oportunidades de investimento em diversos setores-chave.

Sem investimento produtivo, não há crescimento económico sustentável e sem financiamento às empresas, não há condições para que estas prosperem. E sem empresas prósperas e em expansão, não haverá criação de empregos.

Um dos pontos da estratégia de financiamento da economia passa então pela promoção da melhoria das condições de acesso ao financiamento da atividade produtiva e por um forte programa de captação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que tem sido uma das mais importantes fontes de financiamento da economia global.

Assim, a nova dinâmica para o desenvolvimento sustentável da economia nacional deverá ser garantida, também, pela maior participação do setor privado na promoção da economia. Nesse sentido, o papel do Estado concentra-se fundamentalmente na melhoria de condições para facilitar os investimentos aos privados, quer nacionais quer externos, aumentando assim a competitividade da economia.

[22] Financiamento colaborativo (coletivo) de uma entidade, de um projeto ou de uma iniciativa, por meio da angariação de contribuições monetárias provenientes de vários investidores individuais, realizada tipicamente pela internet e redes sociais.

DRAFT

Reforma do setor empresarial do Estado

O setor empresarial do Estado é um poderoso instrumento de implementação de políticas públicas, mas não pode continuar a constituir riscos orçamentais e fiscais, e o Estado, por seu turno, deve evitar intervir em setores em que o privado pode, com maior eficiência, disponibilizar bens e serviços à economia e à sociedade.

Assim, propõe-se uma profunda reforma no setor empresarial do Estado, abrangendo o reforço do seguimento e monitorização, as privatizações e restruturações de gestão, através de parcerias público-privadas. Nesse quadro, os gestores públicos indicados pelo Estado passam a cumprir a lei e, principalmente, os mandatos que lhes forem atribuídos e a realizar os níveis de desempenho estabelecidos nos contratos de gestão.

A alteração da forma de exercício pelo Estado do papel de acionista, com maior proximidade, monitorização permanente e acompanhamento dos níveis de realização das metas, induzirão uma efetiva viragem na performance das empresas e participações do Estado, com novas formas de governança, baseadas no rigor e na responsabilização. Através desta reforma, o Estado estará a ceder espaço para uma maior intervenção do setor privado em setores-chave da economia, perspetivando maior eficiência e uma cultura de competitividade e de investimento privado.

Micro-Finanças

O Governo promoverá o acesso de todos aos serviços financeiros enquanto instrumento privilegiado de combate a pobreza visando o empoderamento dos desfavorecidos, por via de criação de empregos organizados/formais, eliminando as restrições que levam à exclusão financeira. Neste caso em particular, a aposta clara deverá ser na micro-finanças apoiada pelo f*intech*[23]. Para esse efeito, em estreita colaboração com os demais atores de desenvolvimento da economia nacional, uma estratégia nacional de inclusão financeira será elaborada em 2020, e implementada a partir de 2021.

4.2.2.9. Infraestruturas, Transição, Eficiência Energética e Água

Reconhecendo o importante e decisivo papel que as infraestruturas desempenham no processo de desenvolvimento inclusivo e sustentado de qualquer país, constituindo um ativo essencial, sem o qual os setores de produção nomeadamente o primário, secundário e terciário não encontrariam a sua base de sustentação para alavancarem o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Nesse pressuposto, as principais medidas de intervenção do Governo no setor das infraestruturas são as seguintes:

- Promover e consolidar um adequado sistema de infraestruturas básicas indispensáveis ao necessário desenvolvimento e modernização da economia santomense;
- Promover, em parceria com o setor privado, a construção de infraestruturas seguras, eficientes e sustentáveis com o potencial de tornar mais rentáveis os investimentos produtivos, elevando consequentemente a competitividade sistémica da economia, ou

[23] O termo *fintech* (do inglês: *finance and technology*) surgiu da união das palavras *financial* (financeiro) e *technology* (tecnologia). *Fintechs* são maioritariamente *startups* (empresas iniciantes) que trabalham para inovar e optimizar serviços do sistema financeiro, com custos operacionais muito menores comparadas às instituições tradicionais do setor, utilizando tecnologias que elevam a eficiência dos processos e barateiam os serviços oferecidos. Por exemplo, estando conetado à internet, através do telemóvel, pode-se realizar todas as movimentações financeiras necessárias. Significa que a aplicação dessa tecnologia facilitou muito o acesso da população aos serviços financeiros e bancários.

seja melhorando no cômputo global as condições de transporte, de comunicação, de fornecimento de energia, de água e de saneamento, além de promover efeitos multiplicadores e dinamizadores da economia;

No âmbito de planeamento estratégico do setor, assente na identificação, inventariação das reais necessidades do País em matéria de infraestruturas indispensáveis ao desenvolvimento e modernização da economia santomense, propõe-se a realização dos seguintes projetos:

- Construção de portos acostáveis e marinas nas ilhas de São Tomé e no Príncipe;
- Extensão e modernização do aeroporto internacional de São Tomé;
- Reforço da rede de interconexão aérea doméstica entre São Tomé e Príncipe e entre o País e a sub-região centro-africana e Golfo da Guiné;
- Redes de transportes e comunicação, incluindo transportes marítimos de pessoas e marinha mercante;
- Sistema de tratamento e fornecimento de água e energia.

Infraestruturas e transporte

A importância das infraestruturas viárias é cada vez mais relevante no desenvolvimento da economia. A posse de boas estradas reduz o custo de transportes e o preço final dos produtos, tornando-os mais acessíveis aos consumidores e mais competitivos para os concorrentes. Além disso, permitem que cada região se especialize nas atividades económicas para as quais tenha maior vocação (agricultura, pecuária, serviços, etc.), gerando ganhos de produtividade e qualidade para toda a economia. Assinala-se ainda que a redução do tempo de viagem entre as cidades e ou aglomerados permite aumentar os laços económicos e sociais, o universo de escolha dos consumidores e a concorrência entre as empresas.

Por outro lado, os investimentos em infraestrutura viárias, nomeadamente nas estradas, também podem ter importante impacto na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população de menor renda.

Hoje, as estradas nacionais, regionais e distritais somam uma extensão de 1.100 km, sendo 859 rurais 233 asfaltadas, em decorrência da implementação, nos últimos anos, de programas de reabilitação e modernização de parte significativa da rede de estradas nacionais.

Entretanto, todas essas vantagens do investimento em estradas podem perder-se, se os investimentos forem mal feitos, se os custos forem superfaturados, se o material utilizado nas obras for de má qualidade, se a infraestrutura construída não for submetida a manutenção periódica. Assim, definiu-se como uma das prioridades para o setor dos transporte e infraestruturas rodoviárias, o desenvolvimento de infraestruturas e meios de transportes adequados para garantir a segurança, a eficiência e a qualidade na circulação de pessoas e bens.

O desenvolvimento de uma rede rodoviária integrada, segura e que garanta um bom nível de serviço das estradas, bem como a segurança e o conforto na circulação de pessoas e bens constitui um fator relevante na diminuição da distância de cada Distrito, redução da pressão para a concentração urbana nas cidades e melhoria da distribuição da atividade produtiva, dos serviços públicos e dos rendimentos pelas diversas localidades, contribuindo, assim, para a riqueza nacional, a balança de pagamentos, o emprego e a mobilidade nacional.

Nesta perspetiva, o Instituto de Estradas, instituição criada para fazer a gestão, exploração e conservação das infraestruturas rodoviárias tem um papel importante em ajudar a materializar o desiderato acima mencionado, diligenciando para que os investimentos públicos em estradas realizem todo o seu potencial benéfico para a população, intervindo no seu papel de gestor e autoridade rodoviária, planeando e monitorizando investimentos.

Nesta perspetiva, as linhas estratégicas para o setor dos transportes e infraestruturas rodoviárias passam pela implementação das seguintes medidas:

DRAFT

- Promover e assegurar a conservação, a exploração e o planeamento do desenvolvimento da rede de estradas nacionais;
- Assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, nomeadamente, no que se refere à ocupação de zonas envolventes;
- Manter atualizado o registo das caraterísticas físicas e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional;
- Aumentar a percentagem da rede de estradas coberta pela manutenção rodoviária;
- Dispor de outras formas de financiamento da manutenção da rede rodoviária nacional;
- Dispor de outras formas de financiamento para as obras de urgência;
- Assegurar a execução da política de infraestruturas rodoviárias, numa perspetiva integrada de ordenamento do território e desenvolvimento económico;
- Definir e promover, em articulação com todas as entidades interessadas, as normas regulamentares aplicáveis ao setor e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade, em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais;
- Contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transportes;
- Promover o desenvolvimento do conhecimento e estudos que contribuam para o progresso tecnológico e económico do setor rodoviário;
- Promover a expropriação dos imóveis e os direitos indispensáveis à conservação e exploração da rede rodoviária;
- Assegurar a participação e a colaboração de instituições nacionais e internacionais, bem como instituições da administração central e local;
- Definir e estabelecer prioridades ao nível de construção e execução de obras;
- Melhorar a eficiência na gestão das obras públicas, evitando os trabalhos a mais e melhorando a fiscalização;
- Apoiar os Distritos e a RAP na conservação, no planeamento do desenvolvimento das respetivas redes de estradas;
- Continuar o processo de desencravamento de localidades;
- Elaborar e aprovar um plano estratégico de transporte e infraestruturas, após ampla consulta pública, parecer obrigatório de entidades nacionais, regionais e distritais;
- Adotar a modalidade de parceria público-privada para financiamento das grandes obras;
- Discutir publicamente todas as obras públicas;
- Promover o setor nacional da construção civil, pelo impacto que tem no emprego, assim como a competitividade de internacionalização das empresas de construção civil.

A implementação dessas medidas permitirá o cumprimento das normas regulamentares aplicáveis ao setor rodoviário e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade, em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais. De igual modo, poderá traduzir-se em ganhos e avanços importantes na gestão dos recursos, maior capacidade de resposta às necessidades de intervenção e controlo permanente dos resultados, melhoria da qualidade dos serviços aos cidadãos, etc..

O PNDS propõe ainda, para o setor dos transportes, a construção de um sistema integrado de transportes, competitivo e seguro, com relevante contribuição para a riqueza nacional, a balança de pagamentos, o emprego e a mobilidade nacional e internacional.

No que respeita aos sistemas de transportes marítimos e aéreos de carga e de passageiros, propõe-se garantir a unificação do mercado nacional, sua integração no mercado regional e internacional, suportada, sobretudo, pelo desenvolvimento de infraestruturas e serviços nos Setores Marítimo e Aéreo. Nesse contexto, as infraestruturas e os meios de transporte devem

DRAFT

fazer parte integrante do processo de transporte, garantindo ainda segurança, eficiência e qualidade na circulação de pessoas e bens.

Esta condição estratégica requer uma reestruturação profunda do setor, que contemple o reforço da organização institucional e uma forte participação do setor privado; a criação de obrigações de serviço público no transporte aéreo, marítimo, rodoviário urbano e interurbano. Nesta perspetiva, será priorizado o regime de concessão do serviço público de transporte, obrigando à instituição de linhas regulares eficientes e a custos acessíveis entre as duas ilhas; a privatização dos serviços portuários e aeroportuários; e o desenvolvimento e modernização de serviços de reparação naval.

Assim sendo, torna-se fundamental a elaboração de um plano estratégico integrado de transportes e intermodalidade.

A posição geoestratégica de STP, no cruzamento das rotas de maior tráfego internacional de navios no Atlântico central, confere ao país a oportunidade privilegiada de se transformar num importante pólo de transbordo de mercadorias, quer para a região centro africana, quer para os interesses logísticos dos operadores marítimos, bem como num importante qualificado serviço de abastecimento de combustíveis à navegação (*bunkering*). Assim, estes devem ser dois dos principais pilares de sustentabilidade do Setor Marítimo que, também, será um forte impulsionador do desenvolvimento do potencial da reparação naval em STP.

No domínio dos transportes marítimos, para que o Setor tenha sucesso, é crucial que STP cumpra os seus compromissos, enquanto Estado costeiro, de bandeira e portuário, num quadro de sustentabilidade setorial. Isso será conseguido através de um trabalho de participação de todos os *stakeholders* setoriais, com a criação, regulamentação e operacionalização do fundo autónomo de segurança e desenvolvimento dos transportes marítimos e a criação da taxa de segurança marítima.

A nível dos transportes aéreos, a localização geoestratégica do País gera condições favoráveis e sinergias positivas para o sucesso, implementação e desenvolvimento do setor de serviços de distribuição de tráfego aéreo, gerando mais rendimentos e mais empregos, melhorando a competitividade da cadeia de valor de transporte e turismo de negócios.

Com esta visão, e no âmbito da reorganização da gestão da companhia aérea nacional - *STP Airways*, o Governo deverá implementar um processo de reestruturação da empresa que inclua o plano de estabilização financeira e a privatização da mesma. Além de uma companhia aérea eficiente é essencial a melhoria da qualidade da experiência do visitante na entrada e saída, com um eficiente serviço de fronteiras. Importa, sobremaneira, trabalhar a eficiência operacional do aeroporto e garantir que a empresa de assistência de aviões em escala seja também eficiente.

Dentro deste contexto e com foco no aumento da competitividade, cada aeroporto deve ser estabelecido como um centro de negócios, mediante contrato de concessão, permitindo assim a subconcessão das atividades com gestão privada. Na definição de um modelo de promoção e de diversificação de negócios associados ao setor aéreo, considera-se necessária a promoção da política do transporte aéreo *Low Cost;* o fomento do negócio do transporte aéreo de carga; a implementação de uma estratégia de marketing de aviação e de eventos promocionais; bem como a promoção da modernização da regulação e regulamentação do setor aéreo.

Espera-se com esses desafios: a dinamização e o aumento do tráfego aéreo, a abertura de novos destinos para o turismo e comércio, os quais não serão rentáveis apenas com a procura local, mas também com o tráfego de transferência; a utilização da frota para desenvolver novos destinos e a alimentação do setor do turismo; a construção do setor do transporte aéreo aberto à companhias com boa performance; com um excelente produto aeroportuário; e geradora de novas oportunidades de emprego qualificado.

DRAFT

Transição e eficiência energética

A difusão das formas de energia inanimadas foi vital para o desenvolvimento acelerado do mundo moderno. A indústria, que está técnica e economicamente na essência desse mundo, é completamente dependente das técnicas de extração de energia da natureza. O desenvolvimento dessas técnicas ou a falta delas determinou de forma capital o destino dos países no mundo moderno. Os que foram capazes de desenvolvê-las e explorá-las lideraram o processo de industrialização. Por outro lado, os que não investiram no setor energético tornaram-se países desfasados tecnologicamente, prejudicando assim toda a sua vida social.

Na modernidade, estas mudanças possibilitaram o aumento da produtividade e o aparecimento e integração no mercado de novos produtos, de maior qualidade e menor preço. Estas inovações abarcaram o conjunto da economia, desde a agricultura às finanças, passando inclusive pelo comércio internacional.

No contexto santomense, a produção de energia elétrica é fundamentalmente térmica, sendo a produção hidroeléctrica apenas residual, com um registo histórico em torno de 10%. Em contrapartida, a produção térmica atingiu, em finais de 2018, o valor aproximado de 11.000 kW, 100% térmica, sendo a demanda média de 16.000 kW, com um pico de até 20.000 kW.

A potência atual acumulada (térmica e hidráulica) instalada em São Tomé e Príncipe é de aproximadamente 29.000 kW, cuja produção comporta equipamentos obsoletos e ineficientes localizados sobretudo na central térmica de São Tomé.

O setor energético carateriza-se por uma fraca capacidade de produção, sempre abaixo da demanda; fraca estabilidade de energia, situação agravada pelas condições de operacionalidade da Empresa EMAE e pelo crónico défice nas capacidades internas para fazer manutenção e recuperação dos geradores.

A política do Governo para o setor da energia tem como uma das prioridades o lançamento de bases visando a eletrificação sustentável e limpa do País, na perspetiva de construção de um sistema energético eficiente, resiliente, seguro e acessível, essencial ao crescimento económico acelerado e ao desenvolvimento sustentável e inclusivo do país. Essa política inclui a exploração e gestão racional e eficiente de recursos hídricos e outras fontes de produção de energia limpa.

Com efeito, tornar-se necessária e urgente a realização de estudos de viabilidade técnica e económica sobre as diferentes potencialidades de fontes limpas de energia e atualização dos estudos existentes, visando a passagem, em tempo hábil, à fase de elaboração e execução de projetos de produção de hidroeletricidade e de sistemas fotovoltaicos como alternativas e prioridades na política energética do País.

Mais concretamente, o Governo faz referência a um estudo realizado em São Tomé e Príncipe, segundo o qual, por cada megawatt de energia produzida, de forma sustentável, o Estado poupará 500 mil euros por ano. Assim sendo, torna-se necessário iniciar um processo de mudança da matriz energética nacional, como forma de reduzir a dívida externa decorrente dos estrangulamentos neste setor, que se afigura como vital para a economia, com recurso a energias limpas, auto-sustentáveis e renováveis como a energia solar e eólica.

Assim, apostar-se-á na realização das seguintes medidas de política:

- Promover e liderança da transição energética em STP, o que permitirá ao País recuperar os atrasos neste domínio, assegurando a migração de energia térmica a energia renovável, garantindo a sua progressiva descarbonização;
- Apostar claramente nas energias renováveis tanto no domínio hídrico como eólico, não perdendo de vista a energia solar, aproveitando deste modo a redução do preço de tecnologia fotovoltaica, seja em plataforma *on* ou *offshore*;
- Reconhecer que STP pelas suas caraterísticas edafoclimáticas tem potencial por explorar no domínio da microgeração, muito associada à energia solar, devendo ser potenciada e

DRAFT

incentivada para apoiar a geração local de energia tanto por empresas como por cidadãos e ou entidades públicas;

- Promover, em articulação e parceria com as autarquias locais a autonomia energética nacional e incentivar a eficiência energética nas residências, edifícios e demais equipamentos, públicos e privados, comerciais e industriais; sensibilizar e apoiar as comunidades nas suas iniciativas tendentes a optimizar o aproveitamento energético e gerando poupança individual e coletiva;
- Regulamentar para que nos projetos de infraestruturas imobiliárias públicas e privadas seja incorporada a tecnologia fotovoltaica e ou outras adequadas à economia e eficiência energética;
- Conceder facilidade de acesso ao crédito aos agricultores para a instalação de sistemas solares e ou outros que se mostrarem mais adequados em suas propriedades e habitações para iluminação, irrigação, produção e transformação dos produtos e prestação de serviços;
- Adotar um adequado sistema de regulamentação do setor orientado para a uma efetiva implementação das regras de eficiência energética, incluindo o processo de inspeção de equipamentos elétricos de acordo com as boas práticas internacionais, uma vez que o País tem sido invadido por equipamentos elétricos de baixa qualidade que, além gastar mais energia devido ao aquecimento, acabam por explodir e causar incêndios, como é o caso de muitos cabos elétricos vendidos no mercado nacional.

Energia

O processo do desenvolvimento sustentável e inclusivo de STP vem enfrentando um grande constrangimento, devido ao grande défice da energia elétrica de que necessitam as várias iniciativas de desenvolvimento socioeconómico e ambiental, não obstante o potencial hidroeléctrico e dos recursos marinhos constituir numa das maiores riquezas naturais do País.

O bom desempenho do setor da energia é de importância vital para garantir o desenvolvimento sustentado de São Tomé e Príncipe. As orientações estratégicas para o setor devem eleger a segurança energética, a estabilidade dos preços e a redução da fatura energética como preocupações centrais, de acordo com o objetivo 7 dos ODS, cuja proposta é assegurar o acesso universal a uma energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.

Entretanto, apesar de importantes investimentos já efetuados, da existência de um grande potencial de recursos renováveis, o desafio da sustentabilidade do setor de energia ainda não foi alcançado. O País depende de combustíveis fósseis importados para satisfazer mais de 80% das suas necessidades energéticas e a flutuação dos preços do petróleo impacta diretamente a economia.

Além disso, o setor continua a debater-se com o problema de elevado nível de perdas na distribuição e comercialização de eletricidade; deficiente performance operacional da Empresa de Água e Electricidade (EMAE); custo de energia elevado, acarretando um peso substancial nas despesas das empresas e famílias.

Contudo, em termos da evolução do acesso à energia elétrica, STP tem registado progressos importantes, estando com uma taxa de cobertura estimada em 80%. Os restantes 20% incluem, na sua maioria, a camada social mais desfavorecida e a população das zonas remotas, que continuam excluídos do sistema. Uma das metas do ODS 7 é atingir 100% de acesso até 2030, ao nível global e São Tomé e Príncipe pretende alcançar este objetivo no horizonte da implementação do PNDS, ou seja até 2024.

No âmbito institucional, as sobreposições e vazios regulatórios, a falta de articulação setorial e de informação centralizada, as fragilidades institucionais e o défice de regulação e de regulamentação constituem barreiras importantes a ultrapassar.

DRAFT

Ressalta-se que STP está também fortemente comprometido com a agenda global sobre mudanças climáticas, tendo já submetido o INDC e ratificado no Parlamento o Acordo de Paris, tendo como estratégia de longo prazo a transição para um setor energético seguro, eficiente e sustentável, reduzindo a dependência de combustíveis fosseis e garantindo o acesso universal e a segurança energética. Contudo, é preciso empreender ações decisivas para se passar, da fase de estudos e "*roadmaps*", para resultados tangíveis no terreno.

É neste contexto que o PNDS recomenda a elaboração de um programa nacional para a sustentabilidade energética, tendo como principias eixos de intervenção: o reforço institucional; a melhoria do ambiente de negócios; a reforma da estrutura organizacional do mercado energético; o investimento em infraestruturas estratégicas; o desenvolvimento das energias renováveis; e a promoção da eficiência energética.

Esta estratégia resulta da visão do Governo de construir um Estado parceiro, regulador, visionário, supletivo e com capacidade de autoridade e promotor da iniciativa privada e de uma nova administração, alinhada com o desenvolvimento económico e social, garantindo a sustentabilidade ambiental.

Assim, para dar um novo impulso neste sentido, o PNDS recomenda a criação de um Instituto de Energia e Industria, como entidade autónoma ou órgão integrante da Autoridade Geral de Regulação (AGER), para atuar nas áreas de regulação técnica, planeamento, investigação, formulação de políticas e promoção da inovação nos setores de energia e indústria. Uma atenção especial precisa ser dada à melhoria do sistema de planeamento, seguimento e avaliação do setor energético, ao desenvolvimento e adequação do enquadramento legal e regulamentar e ao reforço da regulação.

Com a reforma da estrutura de organização industrial do setor e a eliminação das barreiras à iniciativa privada, o Estado assume, no novo modelo, o papel de promotor, dinamizador e regulador de um mercado de produção e oferta de energia sustentável, inovador e eficiente, criando as condições para que o investimento privado substitua o investimento público. Entretanto, o Estado não abdica do seu papel de coordenador do desenvolvimento das infraestruturas (física, de C,T&I[24] e social), continuando, em sinergia com a estratégia setorial, a investir em infraestruturas estratégicas, visando garantir a resiliência do sistema, a promoção da integração das energias renováveis e o fomento da investigação, da inovação e do desenvolvimento tecnológico.

O aproveitamento do grande potencial de recursos endógenos renováveis, nomeadamente na vertente hídrica, eólica e solar, é assumido como instrumento para a redução do custo de eletricidade e água, o aumento da segurança energética e da competitividade e a diversidade da economia nacional. O Programa deve preconizar o uso, até onde for técnica e economicamente possível, das energias renováveis e limpas, com a aposta no aproveitamento da energia hídrica, em larga escala, até o limite máximo da taxa de penetração; da energia solar fotovoltaica para a produção centralizada e geração distribuída; e da energia solar térmica para o aquecimento de água, sem descurar a preocupação de garantir preços acessíveis para os consumidores e o setor produtivo.

Outro desiderato do Governo consiste na exploração do potencial do setor dos serviços ligados às energias renováveis enquanto gerador de empregos, tanto ao nível interno, como numa perspetiva de exportação, nomeadamente para Países da CEEAC. O grande desafio será de conseguir direcionar os recursos disponíveis para desbloquear este potencial, face a uma grande variedade de escolhas em termos de opções tecnológicas, de forma a maximizar o efeito multiplicador para a economia.

[24] Ciência, tecnologia e inovação (C,T&I).

A aposta na eficiência energética é também um fator crítico para a competitividade económica e a diversificação da atividade industrial, em particular da indústria ligeira de exportação e a criação de competências de prestação de serviços a nível regional e internacional.

A conjuntura atual em que Angola[25], único fornecedor de combustíveis ao País, reduziu em 1/3 o seu fornecimento à STP, é propícia (uma oportunidade) a uma rápida mudança de estratégia e de mentalidade no País relativamente às melhores opções políticas para o setor energético nacional.

Ordenamento do território e urbanização

O território é um dos principais ativos estratégicos de que São Tomé e Príncipe possui em absoluto, pelo que o País deve escrupulosamente tirar o melhor proveito possível das potencialidades que suas ilhas e ilhéus lhe oferecem.

Nessa perspetiva, o ordenamento do território constitui um instrumento privilegiado de organização e gestão sustentável do espaço nacional. Assim, o aproveitamento sustentável do solo e das águas territoriais, enquanto recursos ambientais onde se localizam as infraestruturas e as atividades socioeconómicas é determinante para a promoção de um desenvolvimento económico equilibrado, harmonioso e ecologicamente sustentável.

Visando materializar esse desiderato, as medidas de política a serem implementadas no quadro do PNDS são as seguintes:

- Alcançar um correto ordenamento do território que permita o lançamento de estratégias de desenvolvimento inteligente, sustentável e que promova a competitividade do País;
- Consciencializar os cidadãos sobre suas responsabilidades relativamente ao território; e sobre a necessidade de cada um contribuir para o reforço da qualidade do ambiente urbano e rural;
- Promover os recursos ambientais, nomeadamente, o clima, o mar, as paisagens e a biodiversidade como fontes seguras e perenes de riqueza em benefício das comunidades santomenses;
- Implementar as diretivas nacionais de ordenamento territorial e urbano, necessárias à gestão sustentável do desenvolvimento territorial do País;
- Simplificar os processos de licenciamento das operações urbanísticas;
- Simplificar os processos de elaboração, aprovação, publicação e implementação de instrumentos de gestão urbanística e de planeamento territorial;
- Atribuir competências aos Distritos e à RAP para a elaboração, aprovação e publicação dos instrumentos de planeamento urbanístico, bem como dar apoio efetivo no que concerne à formação e capacitação técnica para assunção das novas responsabilidades;
- Criar um sistema de seguimento e de monitorização territorial que inclua os instrumentos de gestão e desenvolvimento territorial, da orla costeira, das zonas turísticas especiais, das bacias hidrográficas, das zonas ambientalmente sensíveis e das zonas de riscos;
- Valorizar o território, com a promoção das tecnologias de sistema de informação geográfica, do cadastro predial, da cartografia, da geodesia e da toponímia, com vista a prestar um serviço público moderno, atual e inclusivo e acessível para todos;
- Desenvolver um projeto visando a elaboração do cadastro predial a nível nacional, abrangendo a RAP e os Distritos, com o objetivo de aumentar o investimento, principalmente, através de um registo de propriedade transparente, eficaz e célere;

25 A Sonangol é detentora de mais de 76% do capital social da ENCO e o Estado santomense detém apenas 16% de participação. Disponível em: https://www.telanon.info/politica/2019/09/03/29900/angola-reduziu-em-1-3-o-fornecimento-de-combustiveis-a-stp/. Acesso em 03 nov 2019.

- Implementar um novo plano reitor de urbanização contemplando a extensão e a descentralização urbana;
- Implantar um conjunto de *Vilas Rurais*, visando elevar a qualidade de vida dos que residem nas antigas roças, como sendo uma medida crucial para combater o êxodo rural e potencializar o ecoturismo;
- Implementar um ambicioso programa de habitação social destinado principalmente aos jovens casais, se necessário, com recurso à parceria público-privada.

Petróleo

Considerando que a exploração de hidrocarbonetos terá um papel central no financiamento da economia e no crescimento económico do País, o Governo vai proceder à atualização do processo contratual quer na Zona Económica Exclusiva, quer na Área de Desenvolvimento Conjunto com a República Federal da Nigéria, no sentido de garantir a continuidade dos esforços com vista a uma eventual produção, tão breve quanto tecnicamente possível. Neste contexto o Governo velará pelo cumprimento escrupuloso dos contratos assinados nos termos da legislação do setor e em particular da Lei de Gestão dos Recursos Petrolíferos.

Água

São Tomé e Príncipe tem grande potencial em recursos hídricos, que se constituem num dos principais fatores de facilidade socioeconómica e de qualidade de vida das populações. Por isso, o Governo aposta no aumento da taxa de acesso da população aos sistemas coletivos de abastecimento de água potável, passando, obviamente, pela melhoria da qualidade da água e do saneamento do meio, de forma a contribuir para um nível superior da qualidade de saúde das populações, promovendo assim a eliminação das doenças de origem hídrica e de outros constrangimentos sociais.

Pela sua relevância para a qualidade de vida dos santomenses, o Governo congregará esforços para que, nos planos nacional, regional e distrital sejam construídas mais e melhores estações de tratamento e distribuição da água superficial, bem como lançar as bases para construção de diques de retenção de águas.

De igual modo, o Governo reforçará as capacidades de proteção, de tratamento e de controlo da água das fontes existentes de abastecimento às populações, garantindo a qualidade da água e, concomitantemente proceder à recolha, transporte e tratamento adequados de todas as categorias de resíduos.

4.2.2.10. Proteção do Meio Ambiente e dos Ecossistemas Nacionais

Com o objetivo de assegurar uma gestão sustentável dos recursos ambientais, o Governo propõe concretizar um conjunto de políticas integradas para o setor, imbuído da preocupação em garantir à sociedade santomense o usufruto da qualidade ambiental, bem como potenciar a valorização do ambiente como um ativo e fator de competitividade económica do País, salvaguardando o equilíbrio entre a satisfação das necessidades atuais e as das gerações vindouras.

Face à situação atual do País no domínio da proteção e gestão ambiental, visando a mitigação dos constrangimentos, a gestão das fragilidades e o aproveitamento das oportunidades, a atuação do Governo pautará pela mudança do cenário prevalecente, no pressuposto de reverter a tendência dos indicadores de qualidade ambiental, tendo em vista a gradativa qualificação do ambiente no País.

DRAFT

As oportunidades existentes serão devidamente exploradas e aproveitadas para a realização dos objetivos estratégicos estabelecidos, designadamente, nas seguintes dimensões:

Oportunidades ecológicas: recursos naturais endógenos (solo, águas subterrâneas e superficiais, águas marinhas; biodiversidade marinha e terrestre, paisagens, orla costeira, fontes de energias renováveis, recursos oceanográficos/ZEE, recursos geológicos; rede nacional de áreas protegidas.

Oportunidades económicas: reforço da integração intersetorial entre o Ambiente e setores estratégicos de atividade económica (turismo, agricultura, pescas, agro-indústria, economia marítima, agronegócios); incremento da contribuição desses setores e subsetores para o PIB; alavancagem do potencial fiscal do setor do ambiente; promoção da economia verde e da economia azul (incentivo ao investimento verde e promoção do aproveitamento do potencial económico do oceano).

Oportunidades sociais: valorização crescente da função social do ambiente para a sociedade, na globalidade, através da melhoria da qualidade do ambiente e da agregação de valor aos bens e serviços ecossistémicos; promoção do emprego e incremento da renda das famílias; melhoria dos níveis de equidade e inclusão social.

Oportunidades jurídicas: regulamentação e revisão de leis; optimização da implementação das Convenções e Acordos Internacionais no domínio do ambiente; alinhamento jurídico gradativo com as políticas públicas ambientais para a XVIIª Legislatura.

Oportunidades institucionais: capacitação progressiva dos recursos humanos existentes; aproveitamento e valorização das capacidades e competências humanas; valorização e qualificação da memória institucional analógica e digital; melhoria e reforço da comunicação institucional vertical e horizontal; reforço das parcerias com os parceiros governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais; alavancagem do potencial institucional, com foco na excelência e na qualidade de prestação de serviços aos cidadãos e às empresas.

Neste pressuposto, a proteção do meio ambiente deixa de ser visto, exclusivamente, como um custo para a sociedade, transformando-se num fator determinante de desenvolvimento sustentável.

Por essa razão, além de estudos de impacto ambiental, que serão exigidos na implementação de qualquer projeto de dimensão relevante, questões ambientais ligadas a proteção de ecossistemas, erosões costeiras, poluições sonoras, marítimas, do ar, e todas aquelas questões associadas a proteção de espécies endémicas merecerão uma particular atenção do Governo, no sentido de regulamentação, monitoramento e fiscalização.

4.3. Objetivo 3 Garantir Inclusão e Proteção Sociais, Reduzir as Desigualdades Sociais e Assimetrias Regionais

4.3.1. Melhoria das Condições de Vida e Inclusão Social

Este objetivo consubstancia e desenvolve o segundo grande desafio do Governo para esta legislatura, que consiste no reforço da coesão social, através da melhoria da eficácia e operacionalidade da ação do Estado, no sentido de resgatar e devolver dignidade à condição humana dos são-tomenses, com relevância para mais equidade, mais justiça social e reinserção social, consubstanciados na implementação das seguintes medidas de política:

- Uma governação mais inclusiva, mais dialogante, mais transparente e mais eficiente nos seus afazeres e muito mais exigente na prestação de contas e no combate a corrupção;
- Uma sociedade com mais liberdade individual dos cidadãos e da comunicação social;
- Um País com mais justiça social, mais equidade, mais formação e valorização do capital humano;

DRAFT

- A inclusão da diáspora no processo de desenvolvimento do País;
- Uma diplomacia mais atuante para a credibilização da imagem do Estado e transformação de STP num espaço de atração turística e de realização de negócios.

O resgate e a devolução da dignidade à condição humana dos santomenses passam pela constatação de que as desigualdades sociais existentes no País manifestam-se sob diversas formas: em função do género, da condição física e/ou mental, do rendimento, da escolaridade, do meio de residência, da naturalidade e da idade.

Além disso, constata-se a existência de uma proporção considerável da população ainda sem a possibilidade de satisfazer as suas necessidades básicas de subsistência, através do trabalho remunerado, afetando especialmente mulheres e jovens.

Assim sendo, o Governo tem um enfoque forte na inclusão social e no combate às desigualdades sociais, focalizado numa política que privilegiará a inserção social; a promoção da dignidade da pessoa humana e da sua autonomia; a construção de um País inclusivo, pela via de emprego, rendimento e educação; o que, por sua vez, impulsionará a mobilidade social dos mais desfavorecidos, através do acesso ao trabalho e da melhoria constante da sua qualidade de vida.

Por conseguinte, para mitigar os impactos da pobreza e de outros fenómenos sociais que afetam a sociedade santomense serão implementadas medidas visando o aumentar o rendimento das pessoas e das famílias mais vulneráveis e garantir-lhes o acesso a serviços sociais de base: saúde, cuidados e educação, assegurando-lhes as condições mínimas de bem-estar e de qualidade de vida dos seus membros.

A recuperação da dignidade humana será efetuada mediante a execução de programas de assistência social, privilegiando as seguintes linhas de intervenção:

- Implementar o programa Rendimento Mínimo de Inserção Social (REMIS) para pessoas ou famílias mais vulneráveis, em observância ao princípio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que recomenda não deixar ninguém para trás;
- Inclusão Socioeconómica de pessoas com deficiência
- Apoiar mães, crianças, jovens e idosos desprotegidos e em extrema pobreza;
- Proteção da criança e do adolescente contra situações de risco pessoal e social;
- Defesa e proteção dos direitos dos mais excluídos;
- Incentivar o voluntariado em áreas sociais;
- Integração das famílias imigrantes.

O programa REMIS vai ajudar a combater a extrema pobreza e a exclusão social das crianças e mães carenciadas e dos idosos vulneráveis e abandonados, através solidariedade social. A assistência poderá ser feita mediante doações de dinheiro, de tempo e de conhecimento, apadrinhamento financeiro, de sangue, de bens e serviços.

O REMIS terá uma coordenação multissetorial, envolvendo, as finanças públicas, ministério de tutela, órgãos autárquicos e regional e representantes da sociedade civil elegíveis.

4.3.1.1. Idosos

O envelhecimento das populações está se acelerando rapidamente em todo o mundo[26]. Pela primeira vez na história, a maioria das pessoas pode esperar viver além dos 60 anos. Quando combinados com quedas acentuadas nas taxas de fertilidade, esses aumentos na expetativa de vida levam ao rápido envelhecimento das populações em todo o mundo. As

26 Disponível em https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-08/afr-rc66-8-pt-2607.pdf. Acesso em 23 mai 2019.

consequências disso para a saúde, para os sistemas de saúde, seus orçamentos e para os trabalhadores de saúde serão profundas.

O **enfoque social recomendado** para abordar o envelhecimento da população, que inclui a meta de construir um mundo favorável aos idosos, requer uma transformação dos sistemas de saúde que substitua os modelos curativos baseados na doença pela prestação de atenção integrada e centrada nas necessidades dos idosos.

Uma vida mais longa é um recurso incrivelmente valioso; proporciona a oportunidade de se repensar no que a idade avançada pode ser e como todas as nossas vidas podem desdobrar-se. Contudo, a amplitude das oportunidades que surgem do aumento da longevidade dependerá muito de um fator fundamental: **saúde**. Se as pessoas vivem esses anos extras de vida com boa saúde, sua capacidade de realizar as tarefas que valorizam será um pouco diferente em relação a uma pessoa mais jovem.

Mudança nas perceções de saúde e envelhecimento: um dos desafios ao se desenvolver uma resposta ampla para o envelhecimento da população é que muitas perceções e suposições comuns sobre pessoas mais velhas são baseadas em estereótipos (ideia, preconceito) ultrapassados, por exemplo, pessoas idosas conotadas como feiticeiros e feiticeiras em São Tomé e Príncipe! E como tal, vítimas de maltrato, espancamento e até de assassinato.

Não há mais pessoa tipicamente velha: as populações idosas caraterizam-se por grande diversidade. Por exemplo, alguns idosos com mais de 80 anos apresentam níveis comparáveis de capacidade física e mental aos de muitos jovens de 20 anos. Por isso, as políticas devem ser estruturadas de forma que permitam um maior número de pessoas alcançarem trajetórias positivas do envelhecimento e devem servir para quebrar as muitas barreiras que limitam a participação social contínua e as contribuições dos idosos. Contudo, muitas pessoas experimentarão declínios significativos de capacidade em idades muito mais jovens. Por exemplo, algumas pessoas de 60 anos podem precisar de ajuda de outras pessoas para realizar até as tarefas mais simples.

A idade avançada não implica dependência: embora não existam pessoas maiores típicas, a sociedade geralmente as vê de formas estereotipadas, que levam à discriminação contra indivíduos ou grupos simplesmente com base na sua idade. Tal discriminação foi rotulada de **discriminação etária,** uma forma ainda mais generalizada de discriminação, do que o sexismo ou o racismo. **Um estereótipo de discriminação etária generalizado de pessoas mais velhas é de que são dependentes ou um fardo**. Isso pode levar a uma suposição durante o desenvolvimento da política de que os gastos com idosos são simplesmente um dreno na economia e a uma ênfase na contenção de custos.

As suposições de dependência baseadas na idade ignoram as muitas contribuições das pessoas idosas para a economia. Por exemplo, uma pesquisa desenvolvida no Reino Unido em 2011 estimou que, após definir os custos das pensões, bem-estar e cuidados com a saúde em relação às contribuições feitas por meio de impostos, gastos de consumidores e outras atividades de valor económico, os idosos contribuíram com aproximadamente £40 milhões de libras para a sociedade, contribuição essa que aumentará para £77 bilhões em 2030.

Embora haja menos evidências em países de baixa e média renda, a contribuição de idosos nesses cenários também é significativa. No Quénia, por exemplo, a idade média dos pequenos agricultores é de mais de 60 anos. Portanto, os idosos podem ser críticos para manter a segurança dos alimentos no país e em outras partes da África Subsaariana, onde STP se situa. Eles também possuem um papel crucial no apoio a outras gerações. Na Zâmbia, por exemplo, cerca de 1/3 das mulheres idosas são as principais fornecedoras e prestadoras de cuidados aos netos que perderam os pais devido a epidemia de VIH-Sida ou migraram para trabalhar.

Na Região Africana, a maioria dos Estados membros ainda não adotou políticas nacionais sobre o envelhecimento e por conseguinte não procederam à elaboração de um **quadro de implementação de ação nacional sobre o envelhecimento ativo e saudável**.

DRAFT

Em Maio de 2016, a sexagésima nona Assembleia Mundial da Saúde solicitou à OMS que elaborasse uma estratégia mundial e plano de ação abrangentes sobre o envelhecimento e a saúde.

A estratégia mundial foi formulada em torno de cinco objetivos estratégicos principais: i) assumir o compromisso de agir no domínio do envelhecimento saudável em todos os países; ii) proporcionar ambientes adaptados aos idosos; iii) alinhar os sistemas de saúde com as necessidades das pessoas idosas; iv) desenvolver sistemas sustentáveis e equitativos para a prestação de cuidados de longa duração; v) e melhorar a quantificação, monitorização e investigação no domínio do envelhecimento saudável. A estratégia está alinhada ao Objetivo 3 dos ODS: "garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades".

4.3.2. Educação de Excelência e Formação Profissionalizante

O setor da educação constitui a primeira prioridade orçamental do Governo. Os avanços quantitativos realizados pelo País na área da educação são notáveis, mascarando, no entanto, sérios problemas de qualidade e relevância, designadamente, pelos seguintes fatos:

- O currículo existente nos níveis secundário, médio e superior está mal ou não está alinhado com as necessidades atuais e com a direção futura da economia;
- Prevalece uma desconexão entre as instituições de ensino e de formação da força de trabalho e as empresas;
- O setor da educação não dispõe de mecanismos efetivos de controlo da qualidade, sendo o ensino superior especialmente deficiente neste aspecto. Por conseguinte, o sistema educativo nacional precisa urgente de reformas no domínio dos curricula e, particularmente, no pedagógico, sendo este seu principal desafio.

Considerando que a educação e formação são alicerces estruturantes essenciais para moldar a personalidade e assegurar o progresso de qualquer nação; atendendo que também constitui a condição básica de empregabilidade e competitividade de pessoas em idade ativa, a aposta na qualificação dos santomenses deve ser entendida como um instrumento fundamental para a sua valorização e transformação em capital humano, imprescindível ao desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

Com base nesse pressuposto, o Governo propõe realizar a reforma do sistema de ensino, com relevância para a revisão da Lei de Base do Sistema Educativo, melhoria da qualidade do ensino, combate ao insucesso escolar, aposta na educação de pendor profissionalizante e no ensino profissional, qualificação de adultos em idade ativa, e ainda para a problemática de aprimoramento de gestão escolar, qualidade de produção, disseminação de ciência e tecnologia, bem como da competitividade e internacionalização do ensino superior.

Na perspetiva do PNDS, estas propostas do Programa do Governo para o setor da educação são relevantes e estruturantes para consubstanciar o Plano Estratégico Nacional da Educação 2019-2022, enquanto instrumento de médio prazo para a implementação da política para o setor da educação e ensino superior.

A elaboração do Plano Estratégico deve enquadrar-se nas orientações do Programa do Governo e está articulado com a Agenda 2030, bem como garantir e incorporar os princípios do respeito pelos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental, a igualdade de género, a inclusão, a valorização da diversidade e dos profissionais da educação.

O Plano em referência deve, nomeadamente, estabelecer dois objetivos:

- Garantir uma educação de qualidade a todos os santomenses;
- Reduzir as desigualdades, em todo o território nacional, com foco nas especificidades de cada Distrito e da RAP, identificando as potencialidades e as dinâmicas locais.

DRAFT

A estratégia para a promoção de uma educação de excelência gira em torno de reformas em algumas áreas-chave do setor da educação, no quadro da presente legislatura.

4.3.2.1. Insucesso Escolar

O enfrentamento do insucesso escolar será objeto de medidas de políticas públicas abrangendo todos os ciclos e níveis de ensino, com especial incidência no ensino básico e na educação pré-escolar, os quais são ciclos-chave para uma redução sustentada do problema.

Ademais, será promovida uma maior articulação entre os níveis de ensino (básico e secundário) e os respetivos ciclos; o desenvolvimento de uma nova cultura de disciplina e de esforço; a maior responsabilização de alunos, pais e encarregados de educação; o reforço da autoridade efetiva do pessoal docente e não docente.

O esforço de combate ao insucesso escolar prioriza as seguintes medidas:

- Construir um amplo consenso em torno das estratégias a serem seguidas, a partir do conhecimento sobre o fenómeno, com base nas melhores práticas nacionais e internacionais;
- Ampliar a rede das escolas com a oferta de novas salas de aula de modo a reduzir o efetivo pletórico das turmas, principalmente no ensino secundário;
- Implementar um Programa de Ação Social Escolar;
- Focalizar-se na escola e na sua organização, autonomia e iniciativa, para a identificação das estratégias mais eficazes;
- Garantir que todas as crianças tenham direito a uma educação comum que seja um caminho de diversidades enriquecedoras e com apoios específicos adequados a diferentes necessidades.

4.3.2.2. Educação Pré-Escolar

O ensino pré-escolar santomense apresenta um desempenho ainda débil, pois, apenas 1/3 (30,9%) de crianças entram neste ciclo. A qualidade da aprendizagem também deixa muito a desejar. A fraca qualificação dos educadores e a insuficiência de instalações estão na origem desta fraqueza, o que, aliás, constitui um grande desafio a ser superado neste nível da educação.

Assim sendo, a grande prioridade é organizar e implementar um sistema formal, abrangente, melhorando a qualidade do atendimento, mediante a elaboração de um quadro regulamentar adequado, o desenho de um novo currículo, a organização de avaliações periódicas e o desenvolvimento de programas de Ação Social Escolar.

As intervenções no domínio da educação pré-escolar visam desenvolver as seguintes medidas:

- Ampliar a oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos quatro e cinco anos;
- Implementar o funcionamento do Conselho Nacional da Educação;
- Incentivar as escolas e outras instituições a conceber planos específicos que garantam que todas as crianças desenvolvam as aprendizagens previstas nas orientações curriculares;
- Desenvolver programas de acompanhamento e formação dos educadores, centrados nas escolas, prevendo-se a articulação com as ações desenvolvidas para o primeiro ciclo do ensino básico.

4.3.2.3. Ensino Básico

O objetivo principal é assegurar o acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita, implementando programas de ação social escolar, especialmente para grupos-alvo prioritários:

DRAFT

pessoas a viver em situação de vulnerabilidade, melhorar o currículo escolar e garantir que todas as crianças e jovens concluam, com sucesso, a escolaridade básica obrigatória.

Além disso, nesse ciclo educativo, pretende-se ainda implementar medidas, tais como:

- Implementar um modelo de ensino especial, proporcionando o acesso equitativo às oportunidades educacionais para crianças com necessidades educativas especiais;
- Revisão dos curricula e introdução, a partir do 5º ano, das línguas inglesa e francesa e das tecnologias de informação e comunicação;
- Desenvolver um Plano para implementação do ensino básico obrigatório de adultos e a definição do sistema de intercomunicabilidade com o ensino básico obrigatório formal e com a formação profissional e técnica;
- Criar as condições para disponibilização paulatina de manuais escolares de qualidade aos alunos;
- Criar um Projeto Informação e Escola Segura **(**IES) em zonas urbanas de maior risco, prevenindo a tentativa de abusos e eventuais consumos de risco para a saúde pública de crianças e jovens, criando incentivos ao voluntariado da comunidade educativa;
- Projetar novas iniciativas que permitam reduzir assimetrias, entre grupos mais desfavorecidos nas diferentes comunidades dos Distritos de São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe, potenciando os recursos humanos já existentes nas escolas carentes de melhor formação e treinamento, autarquias e redes sociais locais, no âmbito da redução e prevenção do abandono escolar;
- Envolver e responsabilizar mais os pais e encarregados da educação na educação dos seus educandos;
- Intensificar a desburocratização na avaliação das práticas e dos processos administrativos aplicados à gestão da educação;
- Implementar modelos descentralizados de gestão das escolas;
- Definir metas para a redução do insucesso e abandono escolar;
- Melhorar o sucesso escolar em cada ciclo;
- Realizar provas e exames nacionais, com incidência para a avaliação final das últimas classes dos ciclos de ensinos básico e secundário.

4.3.2.4. Ensino Secundário

- Construir estabelecimentos de ensino secundário em todos os distritos onde eles não existem;
- Elevar a taxa de retenção ao nível do ensino secundário para 50% até ao final desta legislatura;
- Qualificar o corpo de pessoal docente principalmente a nível pedagógico;
- Melhorar o acesso equitativo, a qualidade e relevância, visando dotar os alunos de literacia, numeracia, competências e capacidades necessárias para o prosseguimento dos estudos e para a vida ativa;
- Ampliar, modernizar e consolidar o ensino técnico;
- Dinamizar o ensino profissionalizante à partir da 10ª classe visando aumentar para 15%, no horizonte de 2021, a proporção dos estudantes do ensino secundário que optem pela via técnico-profissionalizante;
- Reformular e articular a política e gestão dos cursos profissionalizantes com a dinâmica e necessidades do mercado de trabalho santomense.
- Intensificar o ensino de línguas estrangeiras, inglês e o francês, no ensino secundário na 7ª, 8ª e 9ª classe;

DRAFT

4.3.2.5. Qualidade do Ensino.

Concomitantemente ao processo de redução do insucesso escolar, políticas públicas orientadas para garantia da qualidade do ensino e aprendizagem serão implementadas em todos os ciclos e níveis de ensino, com especial incidência na educação pré-escolar e no ensino básico, reconhecendo o papel destes níveis na redução do insucesso escolar e na melhoria da qualidade da educação.

Nesse sentido, as medidas são as seguintes:

- Mobilizar todos os agentes educativos, garantindo uma maior participação das diversas forças sociais nas decisões e na execução de políticas educativas, acautelando a autonomia técnica e profissional dos agentes educativos;
- Garantir a estabilidade do trabalho nas escolas, o que pressupõe reformas progressivas, planeadas, negociadas e avaliadas, e uma forte aposta na formação de professores;
- Concentrar no reforço da qualidade do serviço público de educação, na qualidade e no sucesso das aprendizagens;
- Melhorar a qualidade do ensino através da progressiva redução do número de alunos por turma, do enriquecimento curricular e criando condições para a permanência mais alargada das crianças e jovens na escola;
- Criar um modelo de contratualização da autonomia das escolas, assente em objetivos e incentivos definidos pelo Ministério e pela comunidade escolar, de maneira a que as escolas possam revolucionar-se, criando projetos educativos diferenciados e credíveis;
- Combater as práticas nocivas à credibilização do sistema educativo santomense, através da certificação legal dos diplomas e certificados, combatendo todas as formas e práticas ilegais que têm descredibilizado o sistema nacional da educação;
- Estabilizar e dignificar a profissão docente na melhoria dos modelos processuais de ensino e aprendizagem para os quais é necessário valorizar a função dos professores e educadores;
- Definir regras, metas e barreiras na autoridade do professor;
- Investir na formação contínua dos docentes, através do método TTT: *training the trainees* (treinamento dos estagiários/formandos);
- Investir na profissionalização, em exercício, dos novos professores e educadores sem habilitações para ensino e metodologias educativas e cívicas adequadas;
- Implementar uma política de avaliação global, incidindo não apenas nos professores, mas também na escola, nos funcionários, nos alunos e nos currículos de ensino;
- Reforçar a aprendizagem da língua portuguesa e da matemática, tidas como duas disciplinas estruturantes;
- Criar e incentivar o Plano Nacional de Leitura e o Plano de Ação para a Matemática, tendo em conta a sua importância para o desenvolvimento do intelecto e da imaginação, bem como para aquisição de conhecimentos nomeadamente da língua portuguesa e da matemática.

4.3.2.6. Gestão Escolar

No quadro da gestão escolar propõe-se garantir a descentralização da rede e dos serviços, após uma eficaz política TTT. Neste domínio, importa assegurar uma maior articulação e cooperação entre a oferta pública e privada de ensino (nos distritos onde existam), que potenciem a sua complementaridade. Pretende-se que essa articulação e cooperação se concretizem através da qualificação e de racionalização do serviço público de educação, com o melhor aproveitamento possível dos reduzidos recursos existentes, através das seguintes medidas:

DRAFT

- Defender a política de contratos de associação com estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que prestem serviço público de ensino ao Estado, nesta condição, tido como nova orientação política no sentido de melhorar a qualidade do ensino e combater o insucesso escolar;
- Garantir a revisão da carta da política educativa, tendo esta como instrumento importante de planeamento;
- Criar e implementar um modelo de avaliação do desempenho dos docentes de forma a desburocratizar o processo e garantir a progressão e/ou a reorientação na carreira;
- Incrementar a descentralização gradual de competências no domínio dos estabelecimentos de ensino, em cada comunidade e distritos, integrando as escolas nas suas comunidades locais;
- Criar um processo de organização dos agrupamentos de escolas e privilegiar a verticalização pedagógica e organizacional de todos os níveis de ensino, bem como a progressiva autonomia da sua organização e funcionamento;
- Organizar e orientar todos os serviços centrais, distritais e regionais do Ministério da Educação e Ensino Superior para uma gestão com base em resultados, concentrando sua ação na criação de quadros valorizados;
- Corrigir assimetrias e desigualdades do sistema educativo santomense pelo que é necessário apostar numa política de meritocracia das carreiras dos seus quadros, com o propósito de constituir uma nova geração de elevada competência e com uma cultura de gestão por objetivos e resultados. Para isso, precisa-se de ponderar sobre a criação de bases que potenciem o acesso ao conhecimento e às experiências exteriores, em particular contratualizando com parceiros e *stakeholders* (partes interessadas) da sociedade civil e comunidade internacional;
- Selecionar projetos e estabelecer parcerias co-financiadoras, com elevado valor acrescentado para as escolas;
- Reforçar, onde existir, a rede, os recursos técnicos e as competências das escolas com educação especial destinada a crianças e jovens com deficiência;
- Garantir uma reforma curricular que possa permitir a inclusão de educação cívica e para a cidadania;
- Avaliar a componente de apoio à família e organizá-la de forma a constituir um estímulo direto para o estabelecimento de relações positivas entre a escola, a família dos alunos e a comunidade local;
- Criar o projeto *bolsa escola* de apoio direto às famílias mais desfavorecidas, de modo a garantir a permanência das crianças na escola;
- Desenvolver, de forma gradual, um sistema de digitalização dos processos dos alunos, de modo a garantir maior eficácia da gestão, nomeadamente nos processos de matrícula e de transferência de alunos. Uma base de dados sobre os alunos e as respetivas famílias afigura-se como instrumento importante na gestão do sistema e a identificação de situações de necessidades especiais e de desfavorecimento.

4.3.2.7. Trabalho Digno e Formação Profissional

O emprego e a formação profissional estão fortemente relacionados e contribuem decisivamente para a realização da visão de construir um São Tomé e Príncipe estável, democrático, inclusivo, moderno, prestando serviços de qualidade à região e ao mundo ou seja, um País aberto e acessível ao mundo, seguro, com pleno emprego e liberdade.

Neste contexto, a formação técnico-profissional de excelência dos recursos humanos potenciará a capacidade do País de criar empregos qualificados nas áreas transformacionais e

DRAFT

potenciais de crescimento económico já identificadas, designadamente, a economia sustentável do oceano, agronegócio, energia renovável, turismo, comércio, desenvolvimento industrial, cultura e indústrias criativas.

Nesta perspetiva é fundamental a valorização da problemática do emprego e da formação profissional, sua planificação, gestão e implementação numa abordagem multissetorial, envolvendo atores do setor público, privado e suas organizações, sindicatos, ONG e Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), no processo de criação e consolidação de um ambiente favorável ao crescimento económico acelerado para alavancar as oportunidades de emprego digno e de inclusão.

O sistema educativo será ajustado de forma a proporcionar adequadas saídas profissionais ao mesmo tempo que apostará em cursos de pendor profissionalizante e em ensino profissional, assente numa matriz empreendedora, competitiva e impulsionadora do modelo de desenvolvimento de prestação de serviços.

Uma atenção será dada à descentralização de escolas profissionais e à adequação destas às necessidades do desenvolvimento do País, às especificidades e às potencialidades dos Distritos e da RAP.

4.3.2.8. Educação de Jovens e Adultos ao Longo da Vida

S. Tomé e Príncipe continua a ter um problema de qualificação de adultos em idade ativa. Assim, propõe-se:

- Reforçar o Programa de Educação e Formação de Jovens e Adultos e que consolide um sistema de aprendizagem ao longo da vida;
- Desenhar e avaliar a pertinência da aplicação, em parceria com outros organismos governamentais e da sociedade civil, um Programa Jovem em Nova Oportunidade (JON) com vista à melhoria e valorização do capital humano são-tomense e à sua credibilização perante a sociedade civil e a comunidade internacional;
- Criar mecanismos de aconselhamento e orientação de jovens e adultos que permitam o encaminhamento dos formandos em função da sua aptidão, das necessidades de formação e das oportunidades de inserção profissional e realização pessoal, garantindo a consistência com as expetativas individuais;
- Apostar no ensino técnico e na formação profissional.

4.3.2.9. Ensino Superior

Os cursos de formação superior caraterizam-se, essencialmente, por serem caros; seletivos; inadaptados às reais necessidades do mercado de trabalho santomense; maioritariamente realizados no exterior, mediante bolsas de estudos; e carentes de uma política de planificação estratégica.

O impacto para o desenvolvimento nacional é enorme, apesar de muitos dos quadros formados no exterior não regressarem ao País após a formação, o que constitui uma grande perda nacional.

Face à esta situação, o MEES vem adotando medidas institucionais de caráter corretivo, nomeadamente a criação de uma Direcção específica para monitoramento deste ciclo de ensino. Trata-se, na realidade, de implementar uma política de formação e planificação estratégica realista para este ciclo, capaz de disponibilizar recursos humanos à altura dos desafios do desenvolvimento sustentado de STP.

O Grande desafio do ensino superior prende-se com a melhoria da qualidade de formação, sua competitividade e internacionalização. Neste sentido propõe-se:

DRAFT

- Incentivar a cooperação com instituições congéneres credíveis visando a sua internacionalização;
- Criar um enquadramento legal, regulatório, objetivo, claro, consistente e transparente, para o Ensino Superior;
- Reforçar as políticas de regulação das instituições e cursos visando a qualidade, nomeadamente através de acreditação e avaliação independentes;
- Adequar a oferta formativa de qualidade, quer quanto à diversidade da procura como às necessidades do País de quadros altamente qualificados;
- Racionalizar a rede de instituições e sua internacionalização;
- Acompanhar e avaliar a aplicação das leis estruturantes do Ensino Superior e melhorar os aspectos que se revelem deficientes;
- Introduzir medidas inovadoras conducentes à reorganização da rede pública de instituições de Ensino Superior, com eventual especialização das instituições em termos de oferta de cursos e de investigação em parcerias com escolas nacionais e internacionais;
- Investir no ensino politécnico, em cursos de especialização tecnológica e outras formações de curta duração, com saída profissional;
- Incentivar a investigação e a extensão universitárias;
- Criar um fundo para o desenvolvimento da ciência e de investigação;
- Promover e apoiar programas de mestrados e doutoramentos para docentes em exercício de funções nas universidades, bem como de participação em atividades nacionais e internacionais de intercâmbio académico e profissional;
- Criar alianças com instituições de crédito (bancos) aos alunos para o financiamento bancário de estudo;
- Implementar a institucionalização de um Conselho Nacional de Ensino Superior, promovendo assim sinergias internas que proporcionem a adequação dos objetivos da educação superior às necessidades, sobretudo do mercado de trabalho nacional;
- Promover a avaliação interna e externa das instituições de ensino superior, com vista à identificação dos pontos fortes que devem ser consolidados e das fraquezas que devem ser superadas;
- Implementar uma efetiva inspeção das instituições de ensino superior;
- Implementar, na medida possível, a descentralização da oferta e de oportunidade de acesso ao ensino superior, através da criação de pólos da universidade pública em outros distritos, sobretudo na Região Autónoma do Príncipe, assegurando-se assim o combate às assimetrias no que toca às oportunidades de acesso a este nível de ensino;
- Criar um banco de dados sobre os alunos do ensino superior, como condição de entrada, permanência, conclusão e certificação deste nível de ensino;
- Promover o incentivo aos alunos de ensino superior, através de políticas mais justas e abrangentes de atribuição de bolsas de estudo;
- Promover a formação superior com recurso ao ensino à distância.

4.3.2.10. Juventude

A Juventude assume um papel fundamental no PNDS, sendo considerada uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentada e equilibrada. Sendo um setor transversal, as políticas desenvolvidas serão feitas através de um diálogo entre o Governo e sociedade juvenil, na promoção de medidas inovadoras que atendam às suas necessidades e às suas expetativas, designadamente nas áreas de emprego, formação, recreação e desporto, associativismo e voluntariado.

DRAFT

Entre os principais problemas enfrentados pelos jovens, destacam-se a falta de qualidade e a escassez dos apoios sociais na educação, o desemprego e a precariedade do emprego, a insegurança e a discriminação, remetendo-os para situações de extrema vulnerabilidade e comprometendo a sua autonomia e emancipação, sendo, igualmente, evidente a falta de valorização e de capacitação dos profissionais jovens.

Ter uma sociedade maioritariamente jovem não é um problema, mas sim uma grande oportunidade e uma grande perspetiva para o futuro de STP. O grande desafio do Governo é formar, preparar e orientar os jovens, para que estes possam se enquadrar, com sucesso, no desenvolvimento socioeconómico do País. Este desafio deverá ser conseguido a médio prazo, com a dinamização do tecido empresarial, orientado para o novo ciclo económico.

Neste âmbito, torna-se inadiável criar um programa de fomento de empreendedorismo, incluindo apoio às incubadoras de empresas, de modo a lhes permitir entrada no novo quadro de desenvolvimento, onde a formação, o emprego, o auto-emprego e a habitação deixem de ser o maior problema da juventude.

Devido a transversalidade dessas questões, elas estão adequadamente acauteladas nos diferentes eixos do PNDS. Identificados os principais desafios que os jovens enfrentam, propõe-se um caminho claro que prioriza o combate ao desemprego e o investimento na formação qualificada e orientada para a empregabilidade, alinhado com os 4 pilares do Roteiro da União Africana concernente ao aproveitamento do dividendo demográfico através de investimentos na juventude.

As orientações e ações propostas pelo Roteiro são relevantes e apropriadas à realidade de STP, e essenciais ao alcance das metas consignadas tanto na Agenda 2063 como na Agenda 2030. Os 4 pilares a serem implementados são; i) emprego e empreendedorismo; ii) emprego e desenvolvimento de habilidades; iii) saúde e bem-estar; iv) direitos, governação e empoderamento dos jovens. Das ações propostas por cada pilar, apenas as ações dos pilares 3 e 4 precisam ser incluídas no PNDS, visando conferir ao Plano uma maior focalização na juventude.

O essencial das ações dos pilares 1 e 2, relativas ao emprego e empreendedorismo, emprego e desenvolvimento de habilidades, já se encontravam identificadas e explanadas no PNDS, nos termos a seguir apresentados:

- Desenvolver e implementar estratégias que visam reduzir a proporção do desemprego da juventude em pelo menos um quarto até 2024 (em conformidade com ao Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063);
- Promover o empresariado jovem com destaque para o fomento do micro empreendedorismo jovem;
- Criar um programa de qualificação profissional inicial e de revisão do sistema educativo/formativo;
- Garantir o estágio profissional integrado no currículo e na experiência profissional;
- Promover um plano de emprego para jovens;
- Assegurar a qualidade de vida e a vida saudável, a nível da saúde, da educação, do desporto, da cultura e da segurança;
- Promover a criação de mecanismos de financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME);
- Formular políticas adequadas, medidas de incentivos e criar um ambiente conducente às responsabilidades sociais corporativas visando apoiar o empreendedorismo dos jovens;
- Investir em setores com alto efeito multiplicador de empregos, incluindo as áreas de tecnologias de informação e comunicação, manufactura, agricultura e agroindústria para a gerar o emprego e impulsionar o crescimento inclusivo;
- Estabelecer e operacionalizar Fundos Nacionais destinados a jovens, com vista a aumentar o seu acesso ao capital empresarial;

DRAFT

- Rever os currículos das instituições de ensino com vista a aumentar a sua qualidade e relevância ao mercado de trabalho e às necessidades nacionais para o desenvolvimento, em particular, colocando ênfase no reforço das competências e maior foco nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, com o reforço da implementação de políticas continentais tais como a Estratégia da Ciência, Tecnologia e Inovação para África (STISA 2014-2024); e a Estratégia Continental sobre a Educação para África (CESA 2016-2025);
- Expandir as oportunidades de formação vocacional para a aquisição de competências para os jovens visando aumentar a sua empregabilidade, auto-emprego, produtividade e concorrência, conforme consignado na Estratégia Continental para Ensino e a Formação Técnica e Vocacional (TVETCS);
- Melhorar o acesso inclusivo à educação a todos níveis e providenciar alternativas viáveis aos muitos jovens, em particular as raparigas adolescentes que abandonam o sistema de ensino formal, através da facilitação da sua readmissão, o relançamento do ensino e formação informais através de uma certificação padronizada no interior e entre os países africanos;
- Adoptar uma abordagem de curso vitalício no ensino que abarca uma vasta gama de disciplinas e temas, incluindo, competências para subsistência, educação sobre a saúde sexual e reprodutiva abrangente, apropriada às idades e sensível à cultura e o tratamento da questão do assédio sexual que aflige raparigas no sistema de ensino;
- Estruturar e prover o ensino secundário profissionalizante, com destaque para os setores que contribuem para o desenvolvimento do País;
- Financiar o ensino superior e promovendo a investigação e o desenvolvimento;
- Co-financiamento de estágios profissionais geradores e facilitadores de empregos, em parceria com o setor empresarial privado e em articulação com o sistema de ensino.

Ações do pilar saúde e bem-estar:

- Estabelecer e promover serviços de saúde integrados e sensíveis a adolescentes e jovens nas unidades sanitárias públicas e privadas, clínicas escolares e outros locais, prestando serviços de saúde sexual e reprodutiva adequados;
- Priorizar investimentos nacionais para assegurar acesso universal a serviços de planeamento familiar, incluindo, a expansão do uso de contraceptivos modernos conforme consignado no Plano de Ação de Maputo Abrangente sobre os Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva (2016-2030) e reiterado na alínea (g) do Artigo 14º do Protocolo de Maputo sobre os Direitos das Mulheres;
- Criar investimentos sustentáveis nos sistemas de saúde, incluindo nas áreas de recursos humanos e infraestruturas, com o objetivo de aumentar o acesso a serviços de saúde de qualidade para todos e garantir financiamento adequado para o setor da saúde em conformidade com os compromissos de Abuja e abordar as questões sobre morbidez que prejudicam a qualidade de vida e da produtividade da força de trabalho;
- Acelerar a promoção e a implementação de políticas, estratégias de interação comunitária e medidas de mudança de comportamento com vista a elevar os direitos reprodutivos das mulheres e das raparigas adolescente e o seu acesso à educação, informação e serviços da saúde sexual e reprodutiva;
- Promover políticas e programas que visam melhorar a sobrevivência da criança, por exemplo com o aumento da cobertura de imunização, Gestão Integrada de Doenças da Infância (IMCI) e o melhoramento da nutrição infantil, entre outros;
- Acelerar a educação sobre saúde sexual e reprodutiva apropriada consoante as idades e sensível aos aspectos culturais de modo abrangente por forma a evitar muitas

DRAFT

complicações e desafios associados a gravidezes indesejadas e infeções sexualmente transmissíveis e o seu consequente impacto sobre o desenvolvimento e o bem-estar dos jovens tanto dentro como fora do sistema de ensino, e implementar programas inovadores de mudança de comportamento usando os novos médias (meios de comunicação de massa) e tecnologias;

- Desenvolver ações intersetoriais para a saúde a todos os níveis (estatal e não estatal) que demonstrem liderança generalizada no sentido de todas as ações conducentes e necessárias para o melhoramento da saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e dos adolescentes.
- Criar um ambiente conducente ao empoderamento das comunidades e reforçar o papel dos homens na melhoria do acesso a serviços da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos.

Ações do pilar direitos, governação e empoderamento dos jovens:

- Assegurar a ratificação universal, apropriação e a plena implementação de todos instrumentos de Valores Partilhados da União Africana, a Carta Africana sobre a Juventude (AYC) e a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação (ACDEG) por parte do Estado santomense;
- Instituir mecanismos nacionais de implementação inclusivos para produção regular de relatórios sobre o estado da implementação dos Instrumentos supramencionados e da juventude africana, que abarquem relatórios de Conselhos Nacionais da Juventude e dos vários intervenientes, sobre o estado de implementação da Carta Africana sobre a Juventude e dos instrumentos associados;
- Eliminar as barreiras à participação ativa da juventude na edificação nacional; e instituir mecanismos que visam facilitar a sua participação significativa nos partidos políticos, parlamentos, sistemas judiciários, governos e nas estruturas da função pública;
- Remover todas as leis discriminatórias e restritivas à participação plena dos jovens nos processos eleitorais, mediante lei eleitoral e constituição inclusivas que promovam a efetiva gestão da diversidade;
- Elevar o potenciamento da juventude através da integração da educação cívica no currículo nacional de ensino, plataformas dos médias e outros meios, visando inculcar os princípios do Pan-Africanismo, estado de direito, direitos humanos e tarefas e responsabilidades individuais;
- Proscrever todas as leis que imponham barreiras ao pleno exercício e gozo dos direitos fundamentais dos jovens de participarem plenamente nos processos de governação democrática aos níveis continental, regional, nacional e das comunidades de base;
- Analisar, rever, emendar ou abolir todas as leis, regulamentos, politicas, práticas e costumes que causem qualquer impacto discriminatório contra a juventude, em particular as raparigas e as mulheres; assegurar que as disposições dos múltiplos sistemas jurídico-legais cumpram os regulamentos e as leis internacionais sobre os direitos humanos; proteção contra práticas nocivas, nomeadamente o casamento precoce, forçado e infantil, violência sexual e a violência baseada no género, bem como a mutilação genital feminina;
- Reforçar as formações, redes e organizações juvenis independentes, incluindo, a criação de comissões da juventude independentes a níveis nacional e sub-regional com vista a promover atividades da juventude;
- Instituir atividades de formação e de potenciamento em matéria de liderança juvenil com o objetivo de aprofundar os ideais, valores e aspirações da *santomensidade* e do Pan-Africanismo nos jovens;

DRAFT

- Assegurar a implementação nacional das várias decisões da Conferência dos Chefes de Estado da UA sobre a liderança e a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão; envidar esforços visando a criação de um Parlamento Juvenil anual e uma Conferência Modelo da União Africana no continente;
- Reforçar a atual interação com a juventude e as iniciativas de participação da União Africana, incluindo, o Corpo Africano de Jovens Voluntários, os Clubes Juvenis da União Africana, atividades da AGA-YES, incluindo, o Painel Consultivo da Juventude, o Tribunal Simulado e o Diálogo Juvenil Anual sobre Democracia, Direitos Humanos e Governação.

4.3.2.11. Desporto

O desporto é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento juvenil sustentável e para a solução dos grandes problemas sociais que afetam a juventude em São Tomé e Príncipe, uma vez que tem o condão de mobilizar, dinamizar e unir as pessoas e a sociedade. O desporto também contribui para a saúde física e mental de crianças e adolescentes, proporciona o prazer e ensina os valores como jogo limpo, espírito de equipa, tolerância e compreensão. Praticado de forma pedagogicamente correta, o desporto fortalece a auto-estima e autoconfiança, além de promover a disposição para assumir a responsabilidade.

Além disso, o desporto prepara as crianças e os adolescentes para lidarem com derrotas e vitórias, permitindo-lhes adquirir competências de vida que ajudam a vencer situações difíceis e a desenvolver perspetivas para o seu próprio futuro.

Mais do que qualquer outra área de atividade, o desporto penetra a sociedade, facilita a participação e cria um sentimento de convivência que transpõe barreiras étnicas e sociais. Sob o *slogan* "desporto para o desenvolvimento juvenil", será criado as condições para estimular o desporto federado de alto rendimento, a massificação desporto e a organização do desporto escolar, visando o desenvolvimento desportivo e da juventude santomenses.

As medidas a serem implementadas são as seguintes:

- Promover o desenvolvimento da prática desportiva profissional, nas modalidades como futebol, atletismo, xadrez, basquetebol, andebol, visando resultados que contribuam para melhoramento da classificação do País nessas modalidades a nível internacional;
- Fomentar o desenvolvimento social e desportivo nas escolas, principalmente ao nível infanto-juvenil, focalizado tanto nos aspectos físicos, técnicos e táticos como no *fair-play*, ética e moral desportiva;
- Melhorar a acessibilidade e as condições de participação desportiva por parte de cidadãos em situações de vulnerabilidade (portadores de deficiências, crianças e jovens, praticantes seniores, imigrantes, reclusos, etc.);
- Incentivar um modelo de colaboração entre e com os vários atores intervenientes no desporto a nível da sociedade civil, do movimento associativo, dos agentes desportivos e das entidades públicas administrativas a todos os níveis;
- Atuar de forma mais interventiva na construção de uma sociedade que valoriza a ética no desporto, procurando erradicar fenómenos como a corrupção, a violência, a dopagem, a intolerância, o racismo e a xenofobia;
- Dinamizar desporto federado e escolar, promover o desenvolvimento e a profissionalização de talentos em centros de alto rendimento;
- Realizar um programa de fomento da prática desportiva contínua ao longo da vida, seja para o entretenimento ou para a competição;
- Dinamizar o desporto escolar, clubes e associações desportivos, deteção e seleção de talentos, seu desenvolvimento e profissionalização em centros de alto rendimento;

DRAFT

- Promover o aumento da prática desportiva no ensino superior, incentivando a criação de serviços desportivos académicos e preparando o estatuto de estudante-atleta;
- Apostar num projeto de bolsas de competição para jovens talentos no desporto, em particular no âmbito dos Programas de Preparação Olímpica e Para-olímpica e das Esperanças Olímpicas e em articulação com o movimento federado;
- Promover o "mecenato desportivo" e integrá-lo no Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Avaliar e redefinir os critérios públicos de apoio às práticas desportivas tendo em conta o contexto macroeconómico e os novos pressupostos de integração no estatuto de alto rendimento e a sua conciliação com outros financiamentos das federações e comités olímpico e paralímpico. Neste contexto, cabe assegurar a requalificação e a melhoria das infra-estruturas e materiais de apoio à prática desportiva;
- Modernizar e desenvolver o parque desportivo nacional e viabilizar a gestão e utilização das instalações, equipamentos e infra-estruturas existentes com vista ao seu integral aproveitamento;
- Promover a criar instalações desportivas com padrões e exigências internacionais;
- Impulsionar o Conselho Nacional do Desporto;
- Fomentar a criação de um sistema nacional de informação e estatística desportiva.

4.3.2.12. Cultura

O Governo pretende implementar uma política cultural congregadora de vontades, capacidades e experiências para a promoção e desenvolvimento da cultura nacional, implicando e envolvendo atores públicos e privados, numa estreita colaboração e articulação de iniciativas, por forma a criar uma eficaz estratégia de comunicação e divulgação, conferindo maior visibilidade à cultura santomense.

Neste sentido, implementar-se-á a política pública cultural através das seguintes medidas:

- Preservar o património intelectual, edificado e arquitetónico do País;
- Promover e divulgar os valores culturais;
- Promover a cultura, educação, cidadania e línguas (dialetos) nacionais nas escolas de cada Distrito, de forma a preservar e difundir;
- Reforçar a identidade cultural como fator indispensável à coesão social e ao desenvolvimento;
- Incentivar a investigação nos domínios histórico-científicos, étnico-antropológico e geográfico do País;
- Divulgar os respetivos resultados em cooperação com a comunicação social, tendo em vista a valorização do património histórico e cultural;
- Incentivar a produção qualitativa de produtos destinados ao consumo turístico;
- Gerir e divulgar as criações artísticas e o património cultural, tanto no interior como no exterior do País;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através do usufruto de atividades sociais, culturais, artísticas e recreativas;
- Defender a liberdade de expressão cultural e artística;
- Integrar os conteúdos programáticos relacionados com a arte e cultura nacionais nas instituições de ensino;
- Promover a escrita criativa nas línguas nacionais, com realce para a mais falada, o forro, e com tradução para português e inglês;
- Preservar e valorizar o património histórico e artístico nacional;
- Proteger a paisagem cultural, urbana ou natural;

DRAFT

- Preservar as várias formas de manifestação do património móvel e imaterial e das tradições orais e da valorização do nosso museu;
- Implementar uma maior articulação entre administração central e autarquias, com vista à melhoria de procedimentos urbanísticos e de salvaguarda do património;
- Aprofundar o conhecimento da história nacional;
- Definir um ponto focal para o investimento na cultura, que abranja as candidaturas internacionais, o restauro e requalificação de património classificado, diminuindo a burocracia, em articulação com as autarquias locais;
- Legislar os direitos de autor e a violação dos direitos de autor.

4.3.3. O Sistema Integrado de Saúde e Proteção Social

Os principais desafios do sistema nacional de saúde em São Tomé e Príncipe prendem-se, por um lado, com fatores relacionados ao sistema de saúde, designadamente, a existência de infraestruturas de saúde inadequadas e insuficientes; difícil acessibilidade geográfica da população aos cuidados primários e aos serviços de saúde; qualidade inadequada dos serviços e recursos humanos disponibilizados; falta de profissionais qualificados; falta de equipamentos e suprimentos; capacidade limitada na gestão do sistema de saúde; e inadequada coordenação entre as diferentes estruturas e serviços públicos de saúde.

Por outro lado, acrescenta-se a existência de fatores e constrangimentos não relacionados com o sistema de saúde, como a capacidade limitada dos agentes de saúde comunitária; prevalência de crenças e práticas socioculturais populares não convencionais de saúde, que antecedem a procura pelo médico ou serviços de saúde; desigualdade de género; e comportamento negligente na procura de cuidados de saúde.

4.3.3.1. Saúde

O direito à saúde faz parte integrante dos direitos sociais e visa alcançar não apenas a igualdade formal, mas também a igualdade material no acesso aos cuidados de saúde. O direito à saúde, por si é um mecanismo que permite evitar a pobreza ou o seu agravamento, promove a paz e a inclusão social, e potencia o crescimento económico e o desenvolvimento do País. Trata-se de um direito consagrado na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, compreendendo os princípios de universalidade da cobertura; equidade de acesso aos serviços; e solidariedade no financiamento.

Os obstáculos à materialização desse direito legítimo dos santomenses são imensos, a começar pelo agravamento da situação socioeconómica do País, aquando do início das funções do Governo, cujo impacto no setor da saúde caracterizava-se essencialmente por uma série de constrangimentos, dentre os quais se enumeram os seguintes:

- Limitação acentuada do acesso das populações à prestação de cuidados de saúde com qualidade, do qual deriva o aumento do nível de pobreza das populações sem capacidade financeira para suportar os custos decorrentes da subida de preço da prestação desses cuidados;
- Mau atendimento dos utentes pelos profissionais de saúde;
- Existência de equipamentos obsoletos, carência de medicamentos e outros consumíveis;
- Más condições de instalação dos utentes;
- Más condições de trabalho dos profissionais de saúde;
- Deficiente qualidade higiénico-sanitária das infra-estruturas e equipamentos de saúde, mormente nos aspectos referentes a higiene e a qualidade alimentar;

DRAFT

- Inexistência de políticas efetivas da informação, educação e comunicação em às populações sobre os fatores de risco para a saúde pública das comunidades;
- Insuficiência de estratégias de prevenção de doença e promoção de melhor saúde para as populações.

Um sistema de saúde eficiente e eficaz no cumprimento da sua missão depende, em todos os contextos e circunstâncias, de alguns pilares fundamentais e interdependentes para a operacionalização dos seus objetivos e metas de gestão, nomeadamente:

- Governação que inclui a liderança do setor, a definição, coordenação e gestão dos recursos para a implementação das políticas e programas e a garantia da transparência na prestação de contas;
- Financiamento proveniente do OGE, Segurança Social, cooperação bilateral e multilateral, sistema privado, contribuições dos utentes e outras fontes e fundos;
- Recursos humanos em quantidade, qualificados, distribuídos adequadamente entre as diversas estruturas do sistema;
- Um sistema de aprovisionamento (medicamentos, equipamentos, reagentes e materiais) que garante a disponibilização dos produtos necessários, ao preço mais competitivo, com boa qualidade no lugar certo e no momento adequado;
- As infraestruturas físicas, tecnológicas, transporte e comunicação em consonância com a distribuição geográfica e demográfica da população;
- Um sistema de informação sanitária que permite a avaliação e a orientação das estratégias e políticas da saúde bem como da assistência sanitária.

Destaca-se, entretanto, que, em todos os pilares em referência, o sistema nacional de saúde enfrenta grandes dificuldades, às quais se acrescentam novos desafios inerentes às mudanças registadas no perfil epidemiológico e no perfil sócio demográfico do País; a insuficiência de recursos para fazer face às demandas do setor; as crescentes expetativas dos cidadãos em matéria de saúde; e o fato dos sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento Sanitário não conterem os respetivos planos operacionais de implementação.

A complexidade destes desafios impõe medidas inadiáveis consubstanciadas num programa de reformas que permita a melhoria do desempenho do setor. O sentido da reforma é reorientar o setor para a superação das dificuldades atuais, continuando a ser um instrumento privilegiado do desenvolvimento nacional, através da implementação de modelo de regulação adequado à dimensão do País e em sintonia com os objetivos comuns e essenciais à política de saúde.

Assim, para o cumprimento da obrigação constitucional do Estado em prover saúde de boa qualidade para todos, o Governo decide implementar as seguintes medidas de política:

- Assegurar a eficiência no funcionamento do sistema público da saúde, fomentar a prestação de cuidados promocionais, preventivos, primários e especializados públicos, e regulamentar a iniciativa privada na área da saúde;
- Garantir uma forte política social no setor da saúde de forma a dar resposta aos princípios da universalidade da cobertura, da equidade do acesso e da solidariedade do financiamento.

Prestação de cuidados

Nestes termos, ao nível da prestação de cuidados propõe-se realizar-se o seguinte:

- Zelar pela requalificação e desenvolvimento do Hospital Dr. Ayres De Menezes visando dotar o País duma maior e melhor capacidade de assistência nas especialidades e

cuidados secundários, de melhor gestão, equipamento e apetrechamento do referido hospital. A realização deste programa ficará dependente do financiamento disponibilizado e dos apoios conseguidos para a sua concretização;

- Apoiar e reforçar a prestação do pacote integrado de cuidados promocionais, preventivos e primários em todos os distritos sanitários de São Tomé e na Região Autónoma de Príncipe, disponibilizando meios complementares de diagnóstico e terapêuticas compatíveis.
- Retomar a prestação periódica de cuidados especializados nos Distritos e na RAP, promovendo com esta abordagem mecanismos de rastreio nacional em determinadas patologias e a consequente orientação dos utentes para uma assistência atempada;
- Promover todas as potencialidades da telemedicina para permitir o apoio nas especialidades, especialmente naquelas que não existem no País, para permitir a devida assistência aos doentes bem como a formação contínua dos quadros nacionais.
- Manter e reforçar os programas de luta contra as doenças transmissíveis especialmente contra o Paludismo, VIH/sida e Tuberculose. Estruturar e promover os diversos mecanismos de vigilância epidemiológica e planos de ação para conseguir metas satisfatórias de prevenção e controle das referidas patologias;
- Prestar especial atenção aos programas nacionais da saúde sexual e reprodutiva e da luta contra as doenças não transmissíveis, reforçando as suas diversas componentes com vista a melhorar os indicadores sanitários do País e capitalizar o seu impacto positivo;
- Criar um programa nacional orientado para os portadores de incapacidades ou deficiências, em estreita colaboração com a previdência social, com outros ministérios nomeadamente o Ministério do Emprego e Formação, o Ministério da Educação, visando promover a sua capacitação, plena integração e inclusão na sociedade;
- Dar ênfase ao desenvolvimento da saúde pública através da informação, educação e promoção para a saúde, em estreita colaboração com os órgãos de comunicação social e o ministério da educação e cultura;

Recursos humanos

- Valorizar os profissionais de saúde em termos qualitativos e estabelecer acordos específicos para a sua concretização nomeadamente com as agências das Nações Unidas e outras instituições de cooperação multilateral e bilateral;
- Reafetar o pessoal aos distritos sanitários para promover a descentralização da prestação dos cuidados e a equidade de acesso aos serviços em todo o País;
- Prestar a devida atenção ao setor de manutenção de equipamentos, de administração e gestão fomentando a formação de quadros nestas áreas.

Governação, financiamento e gestão do setor

O desafio de manter a sustentabilidade financeira do sistema exige a combinação simultânea de várias medidas a saber:

- Manutenção de equipamentos, de administração e gestão fomentando a formação de quadros nestas áreas;
- Controlo e transparência na gestão dos recursos disponibilizados;
- Melhoria na articulação entre o Estado e os diferentes parceiros internacionais;
- Aumento da contribuição financeira das empresas internacionais com contratos de exploração de recursos naturais do País;

DRAFT

- Adesão à recente iniciativa relacionada com o Investimento no Capital Humano lançada pelo Banco Mundial, em 18 de Outubro passado, em Bali, e do mecanismo de transferência condicional de capital (*conditional cash transfer*) para as camadas mais vulneráveis da população;
- Melhoria do desempenho e maior rigor na gestão das estruturas sanitárias do País, através de implementação de planos de qualidade e de melhoria contínua na prestação dos cuidados;
- Criar um gabinete específico, na dependência do ministro da saúde, dotado de meios e mecanismos para o acompanhamento atempado e adequado das evacuações sanitárias para Portugal, em colaboração com a Direção Geral da Saúde (DGS) e com as Embaixadas de São Tomé e Príncipe e de Portugal, tendo como norte os ganhos de saúde para os doentes e o grau de urgência ou de emergência das evacuações;
- Instalar um Sistema de Informação Sanitária (SIS) e um Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) com a missão de reunir e gerir a informação relacionada com a prestação dos cuidados, acompanhar e avaliar as políticas públicas de saúde tendo como finalidade melhorar a gestão e a administração do setor, bem como a assistência à população.

Aprovisionamento

- Criar um mecanismo eficiente, eficaz e capaz de identificar as necessidades do setor em medicamentos, materiais, reagentes, consumíveis, peças de reposição e outros insumos; selecionar os produtos e fornecedores tendo em conta o fator preço/qualidade; gerir a sua importação programada, desalfandegamento, armazenamento, distribuição e gestão de *stock* e controle do inventário;
- Instalar uma aplicação informática específica para ajudar na gestão de *stock* de medicamentos e outros materiais médicos. Este equipamento funcionando em rede com apoio TIC permitirá o monitoramento em tempo real a partir de qualquer armazém, farmácia, laboratório.

Infra-estruturas

- Requalificação do Hospital Dr. Ayres De Menezes e promoção das infra-estruturas tecnológicas previstas nos pontos anteriores (SIS, Telemedicina e equipamentos);
- Atenção especial à requalificação dos centros e postos de saúde em São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe, bem como do Hospital Dr. Manuel Quaresma Dias Da Graça;
- Mobilização do IDE e APD para a **construção, equipamento e funcionamento de uma unidade hospitalar de referência regional no País**, como forma de fornecer garantia adicional aos santomenses e aos visitantes de uma prestação de saúde de excelência.

4.3.3.2. Proteção e Inclusão Social

O Governo reputa de capital importância a reforma do sistema nacional de segurança social, mediante a implementação de uma política visando uma maior coesão social, bem como o aumento da pensão mínima de sobrevivência.

Será igualmente estudada e ponderada a possibilidade de aumento opcional da idade de reforma como forma de melhorar a sustentabilidade do sistema.

A reforma da Segurança Social **justifica**-se pela disparidade nas taxas de substituição das pensões; insatisfação generalizada dos utentes e da população em geral; procedimentos

DRAFT

administrativos (recolha de contribuições e pagamento de prestações), indefinidos; baixa taxa de cobertura pessoal; baixa taxa de recuperação da dívida.

As l**inhas de força** assentam-se nas seguintes medidas:

- Promover, ainda no primeiro ano da legislatura, a inclusão no Programa de Investimento Público (PIP) o desenho e início do programa rendimento mínimo de inclusão social (RMIS), para combater a precariedade e extrema pobreza. Trata-se de um programa de natureza socioeconómica, que visa incluir os mais desfavorecidos, concedendo-lhes oportunidade e possibilidade de auto-emprego, de ter um rendimento mínimo de sobrevivência e ou uma bolsa de estudo. Esse programa comtemplará também uma atenção especial às pessoas da terceira idade que se encontrem em extrema pobreza;
- Repensar a segurança social no sentido de torná-la mais transparente, eficiente e próxima dos cidadãos, em estreita articulação com os parceiros sociais. Os serviços públicos serão instruídos, para nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 25/2014, pagar, por adiantamento, todos os subsídios, especialmente, às grávidas e aos doentes, fazendo posteriores encontros de conta com a Segurança Social;
- Analisar a pertinência do alargamento de Segurança Social a todos os cidadãos que preenchendo os requisitos tiverem esse direito negado, quer através de novas prestações, aumento progressivo do montante das pensões, implementação dos regimes independentes a trabalhadores domésticos e concretização dos direitos em formação;
- Reconfigurar a governação dos investimentos, respeitando o tripartismo[27], visando uma maior participação na economia.

Os eixos estratégicos de intervenção privilegiam as seguintes medidas de política:

- Extensão das coberturas pessoal e material;
- Modernização da governação do sistema;
- Autonomização da governação dos investimentos;
- Revisão do regime das prestações;
- Aumento da base de conhecimento sobre a segurança social;
- Reforma legislativa: ações por conceber, legislar e implementar;
- Alargamento da remuneração de referência da pensão de velhice à toda a carreira contributiva;
- Criação de prestações ligadas aos cuidados de saúde;
- Segregação da taxa de contribuição para cada eventualidade;
- Melhoria e formalização dos procedimentos administrativos de gestão do sistema de segurança social;
- Redefinição da orgânica de gestão do sistema;
- Extensão da governação eletrónica a todo o sistema;
- Formação dos recursos humanos;
- Promoção de uma gestão de proximidade aos utentes;
- Participação na modernização da administração pública: contributo para a extensão da governação eletrónica;
- Introdução de conteúdos ou de uma disciplina sobre a segurança social no sistema de escolar;
- Elaboração do guia de contribuintes e beneficiários;
- Reforço dos mecanismos de cobrança;

[27] A cooperação tripartite é entendida no sentido amplo e designa, em geral, todos os acordos entre o Estado, representado pelos governos, organizações dos empregadores e dos trabalhadores que lidam com a formulação ou aplicação da política económica e social, visando a promoção da justiça social.

DRAFT

- Incrementar estágios profissionais de capacitação de recursos humanos.

4.3.3.3. Igualdade de Género e Desenvolvimento Inclusivo

O primeiro quadro institucional para a promoção das mulheres em São Tomé e príncipe foi criado pelo Decreto-Lei nº43/92, sob a designação de "Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Mulher e da Família", adstrito ao Ministério da Saúde. Através do Decreto-Lei nº 37/97, de Outubro de 1997 criou-se a Direção Geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude, como um dos serviços do Gabinete do Primeiro Ministro.

Em 2002, com o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) foi elaborada a "Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género" e com o apoio da República da China (Taiwan) foi construído, de raiz, um edifício de 2 plantas para albergar o Instituto da Mulher.

Ainda com a assistência técnica do FNUAP foi analisado o esquema institucional previsto para implementação da ENIEG, que passados dois anos ainda não tinha começado a funcionar. Globalmente, pode-se afirmar que, ao longo dos anos, o quadro institucional para a promoção da mulher e do género foi considerado um órgão marginal e flutuante, ao sabor da instabilidade política que tem caracterizado os governos da chamada "Segunda República". Foram necessários vários anos, para que o Governo assumisse verdadeiramente um quadro institucional e o dotasse de alguns recursos, sobretudo humanos.

O primeiro estudo sobre a violência doméstica foi realizado, em 2002, sob a iniciativa da UNICEF, o que levou a criação do Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica (CACVD), um em São Tomé e outro no Príncipe, cujo papel tem sido importante, considerando que a sociedade santomense, culturalmente, não atribui o mesmo valor à mulher e ao homem.

Por essa razão e face à inoperância dos mecanismos legais e institucionais de defesa e proteção das vítimas, a maioria das mulheres vítimas de violência não a denunciavam pelo fato da sociedade ser machista e tolerante com o agressor; de dependerem economicamente do agressor, por vergonha, sentimento de culpa, pressão familiar, entre outros fatores.

Em 2007 o Governo adotou, por decreto, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (ENIEG) e só em 2012 é que a violência doméstica surge tipificada como crime, pela primeira vez, no Código Penal de São Tomé e Príncipe, aprovado pela Lei n.º 6/2012 de 6 de Agosto. No entanto, em 2008, já se encontrava publicado dois diplomas legais, as Leis nº 11 e 12/2008, de 29 de Outubro, para punir este tipo de crime, porém, sem que o mesmo estivesse tipificado no ordenamento jurídico-penal santomense como tal.

Em 2014, com o apoio do FNUAP e do Fundo Europeu de Desenvolvimento foi elaborada e adotada, a Estratégia Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género para o período 2014-2018, com o objetivo de tornar mais visível a problemática da Violência Baseada no Género; harmonizar as ações desenvolvidas pelos diferentes atores nesse domínio; reforçar as capacidades do CACVD e implementar um dos objetivos do eixo quatro da ENIEG "Contribuir para a redução da violência contra as mulheres.

Contudo, uma das maiores limitações é o número de Centros existentes no País. Para fazer face ao problema, foi constituída, recentemente, uma rede denominada "Rede Vida", constituída por pontos focais de dezoito instituições, nomeadamente, Comandos Distritais da Polícia, Polícia de Investigação Criminal, ONG, Ministério Público, ou seja, instituições que de uma forma ou de outra, também fazem o atendimento às vítimas ou com a qual o CACVD já tenha estabelecido protocolos.

Importa destacar um aspeto comum aos diferentes textos constitucionais sobre o princípio da relação de igualdade entre o homem e a mulher, no caso santomense. Apesar de a igualdade perante a lei estar consagrada para todos os cidadãos (Nº1), "a mulher é comparada ao homem, estabelecendo-se este último como padrão (Nº 2), ou seja, em vez de constar que "o homem e a

DRAFT

mulher são iguais perante a lei", consta que "a mulher é igual ao homem […]," (Lei 1/03:6) estabelecendo-se, até certo ponto, uma relação de hierarquia entre os dois sexos. Esta situação não se verifica por exemplo, na Constituição da República de Cabo Verde, na da República Portuguesa, entre outras".

A igualdade de género é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável e visa assegurar que as mulheres e as meninas, assim como os homens e meninos, tenham as mesmas oportunidades de participação, acesso e benefício do processo de desenvolvimento. Este princípio permite integrar as necessidades, experiências e expetativas específicas de mulheres e homens santomenses na conceção, implementação, seguimento e avaliação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável, nos seus três pilares estruturantes: Economia Sustentável, Desenvolvimento Social e Soberania/Democracia, visando a eliminação das desigualdades de género e promoção de um desenvolvimento inclusivo no País.

A transversalização da abordagem de género no PNDS garante a adoção de medidas corretoras das desigualdades de género, a nível dos diferentes setores, promovendo assim a justiça e inclusão social e o desenvolvimento sustentável do País.

São Tomé e Príncipe continua a registar importantes desafios para alcançar a plena igualdade de género, com destaque para autonomia económica das mulheres, sua participação na política e na tomada de decisão, e a violência baseada no género (VBG). Em termos de políticas, programas e práticas institucionais, apesar de alguns progressos, persistem fragilidades na Transversalização da Abordagem de Género ao nível setorial, regional e distrital. No que concerne ao empoderamento económico das mulheres, registam-se, em particular, os seguintes obstáculos:

- Menor participação das mulheres em setores económicos chave (áreas ligadas ao turismo, como agro-negócio, economia azul, economia verde, indústrias criativas, etc.);
- Constrangimentos específicos das mulheres, em matéria de empreendedorismo, que precisam ser tidos em conta nas abordagens de promoção do empreendedorismo, com enfoque no desenvolvimento de capacidades, melhores condições de acesso aos mercados e ao crédito, entre outros;
- Estereótipos (preconceitos) de género que limitam as opções das mulheres, em termos de áreas de estudo e formação, tornando-se necessário a promoção da maior presença das mesmas em áreas tecnológicas, áreas não tradicionais e de ponta, suscetíveis de promover a empregabilidade;
- Forte presença das mulheres no setor informal, aconselhando a sua inclusão na definição de políticas e programas de transição para o formal, para que beneficiem economicamente da transição;
- Persistência de discriminação de género no mercado laboral, exigindo medidas de promoção do acesso igualitário ao trabalho e salário, medidas de promoção de ambientes livres de assédio moral e sexual nos locais de trabalho, tanto no setor público como no privado;
- Sobrecarga das mulheres com trabalho não remunerado, num contexto de desestruturação da rede tradicional de cuidados, pois apenas uma pequena parcela das famílias santomenses está em condições de comprar serviço de cuidados para apoio a dependentes: crianças, deficientes, idosos;
- Dificuldades em conciliar a vida laboral e familiar.

Os progressos na representação das mulheres em cargos de decisão e de gestão são muito modestos, particularmente no setor privado e ao nível da participação política. Os fatores a ter em conta, por ordem de prioridade, incluem:

- Marco legal insuficiente, quanto à representação das mulheres na política e em cargos de decisão;

DRAFT

- Cultura e práticas institucionais das estruturas políticas pouco sensíveis ao género;
- Barreiras do lado da demanda, tais como menores oportunidades das mulheres no que concerne ao desenvolvimento de capacidades políticas e de liderança, falta de co-responsabilidade nos cuidados da família e da casa (homens/mulheres, Estado/famílias), insuficiente compreensão das barreiras de género e instrumentos para promover o aumento da participação política das mulheres, como cotas, lei de paridade, etc.

A Lei n.º 6/2012 de 6 de Agosto 2012 que, pela primeira vez, tipifica a violência doméstica como crime no Código Penal de São Tomé e Príncipe constitui um grande ganho para o País, entretanto, sua eficácia exige profundas mudanças nas práticas dos vários sistemas: justiça, saúde, ação social, educação. Entre os obstáculos estão principalmente:

- Morosidade de resposta judicial;

- Frágil institucionalização dos serviços de apoio à vítima, com vista à sua sustentabilidade;

- Normas e papéis de género que não se coadunam com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;

- Profundo enraizamento do machismo na sociedade, ditando a necessidade de se promover novos modelos de masculinidade na forma como é vista a saúde e o autocuidado, a paternidade, a violência baseada no género (VBG), a homofobia.

A transversalização da abordagem de género carece de consolidação, destacando-se os seguintes fatores:

- Insuficiente produção, utilização e divulgação de estatísticas desagregadas e indicadores específicos de género, sobretudo no domínio económico (salários/rendimento, turismo, agricultura, setor informal);

- Integração do género, sobretudo nas áreas sociais, à primeira vista mais propensas a uma análise de género, havendo necessidade de promover tal integração em todos os setores e temáticas, incluindo nas questões económicas, de competitividade, de finanças, etc.

- Capacidades para assegurar a abordagem de género são ainda insuficientes a todos os níveis, setorial, regional e distrital, sendo uma temática fundamental no quadro do processo de descentralização;

- Género ainda não é tido em conta, sistematicamente, nos esforços de mobilização de financiamento e parcerias, o que requer capacidades de formulação de projetos de investimento com essa abordagem.

Tendo em vista a superação dos desafios identificados, especialmente o do empoderamento económico e atendendo aos obstáculos e às oportunidades identificadas, são delineados os seguintes eixos de intervenção, durante o período da implementação do PNDS:

DRAFT

Quadro 9: Principais áreas de intervenção e opções estratégicas de género

Áreas de Intervenção	Medidas
Transversalização da abordagem de género	Implementação da orçamentação sensível ao género, implantação do Observatório de Género e seguimento como ferramenta do processo de transversalização.
Violência com base no género	Implementação do programa de atenção integral às vítimas de VBG, no âmbito jurídico, psicológico, médico, medidas de proteção (casas de abrigo, CACVD na dimensão de assistência e da segurança).
Participação política e exercício do poder	Elaboração, aprovação e implementação da lei de paridade no contexto político, económico e social.
Empoderamento económico	Implementação de uma abordagem programática que contemple várias vertentes, nomeadamente: capacitação de mulheres e criação de empregos dignos e permanentes; garantia de acesso ao crédito; implementação de programas que permitam o processo de transição do informal ao formal, reconhecendo a informalidade como estratégia para o acesso a recursos económicos; acesso ao mercado de trabalho num ambiente de não discriminação; valorização do trabalho não remunerado e conciliação da vida laboral e familiar, com a criação do Sistema de Cuidados, como eixo central.
Saúde, direitos sexuais e reprodutivos	Implementação de programas e medidas que promovam a sexualidade enquanto direito, no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, numa perspetiva de diversidade e autonomia do corpo, assim como a promoção da autonomia física das mulheres.
Educação e formação profissional	Elaboração e implementação de programas e medidas de promoção de uma cultura de igualdade, na educação e formação profissional (curriculum, manuais, e capacitação de professores/as), garantindo a transversalização da abordagem de género no setor.

4.4. Objectivo 4: Reforçar a Soberania, Aprofundar a Democracia e Renovar a Diplomacia para o Desenvolvimento

4.4.1. Democracia

O cumprimento deste desafio de legislatura interpela o Governo para a necessidade urgente de refundação e consolidação dos pilares do Estado de direito democrático, com o fito de reorganizar verdadeiramente o Estado no seu todo, fortalecer a democracia as instituições no plano nacional, regional e autárquico.

Alguns princípios fundamentam o entendimento sobre o Estado de direito democrático. Trata-se de os governantes respeitarem os direitos individuais e coletivos, colocando a constituição e as leis acima da autoridade e dos interesses de grupo. Assim, o poder político submete-se ao direito e os governantes ao exercício de alternância nos termos legais. Com efeito, cabe ao Estado zelar pelo regular funcionamento das instituições democráticas. Neste processo, a justiça constitui um dos pilares do Estado de direito democrático.

DRAFT

Os esforços neste sentido serão em vão se o País não tiver capacidade de preservar a sua soberania, a operacionalidade da acção do Estado e salvaguardar a liberdade individual, a vontade popular, a justiça social, a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos. Esses pressupostos concorrem para uma reforma institucional não apenas para reforçar as instituições existentes, mas também, para se analisar a pertinência de novas instituições para fazer face a novos desafios.

Neste sentido, é também importante assegurar a neutralidade e independência da comunicação social pública, através da implementação das seguintes medidas:

- Redefinir, em concertação com os órgãos públicos e privados de comunicação social e com as organizações socioprofissionais do setor, as modalidades de designação de membros para o Conselho Superior e para as direções dos órgãos públicos de comunicação, visando assegurar a independência, neutralidade e imparcialidade no exercício deste tipo de funções;
- Encetar diligências visando converter os órgãos da comunicação social, nomeadamente, a Rádio Nacional e a Televisão em empresas publicas auto-sustentadas;
- Implementar, em pareceria com AGER, a migração do sistema de transmissão analógico para digital;
- Assegurar a cobertura nacional de Rádio e Televisão;
- Dotar os serviços públicos de comunicação de infraestruturas modernas, incluindo a construção de um novo edifício;
- Rever os acordos de cooperação com a rádio e televisão de países paceiros de desenvolvimento de STP.

No domínio dos direitos humanos, a política do Governo baseia-se na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias fundamentais da pessoa humana consagrada na Constituição e nas leis da República. O respeito e o cumprimento escrupuloso destas normas constituem a melhor via de salvaguarda dos direitos humanos. Assim, o Governo propõe-se estar atentas às ações dos órgãos encarregues de sua aplicação, com vista ao seu cumprimento escrupuloso.

Para o efeito, propõe-se criar o Gabinete de Defesa dos Direitos Humanos com vista a proceder ao acompanhamento das ações e alertar sempre que esteja em causa situações ligadas a violação dos direitos humanos.

Organizações da sociedade civil (OSC): o envolvimento e participação da sociedade civil será objeto de uma atenção especial, nomeadamente ao nível do diálogo do Governo com sociedade civil, como forma de promover uma cidadania ativa e esclarecida, capaz de monitorar e fiscalizar as ações do Estado. Esta ação será realizada através de auscultação pontual, organização de foras ou de conferências temáticas.

Por conseguinte, serão organizadas campanhas de sensibilização e educação dos cidadãos sobre questões pertinentes que preocupam a sociedade, incluindo a educação para uma cidadania ativa.

4.4.2. Reforma do Estado

4.4.2.1. Reforma e Modernização do Sistema Judiciário

O Governo vê com muita preocupação a problemática de acessibilidade e proximidade da justiça aos cidadãos, do tipo, natureza, e necessidade de instâncias superiores e intermédias de recurso, bem como a análise e supervisão de desempenho dos seus principais atores. Nesta perspectiva, no âmbito da reforma do Estado, se torna inadiável uma reforma da justiça precedida de um aturado diálogo com a parte interessada e os demais órgãos de soberania.

DRAFT

Com o objetivo de promover e desenvolver uma cultura de paz, de direitos e de justiça propõe-se modernizar, dignificar, prestigiar e responsabilizar as magistraturas através de promoção de políticas pró-ativas, credíveis e eficazes para o sistema judiciário.

Urge um programa de reestruturação e modernização do sistema judicial na sua globalidade, em termos de organização, gestão, valorização dos recursos humanos, infra-estruturação física e das TIC, e de disponibilização de equipamentos e materiais.

Não obstante, o trabalho específico e setorial que será levado a cabo, com as instituições legítimas da justiça, importa realçar a relevância, urgência e imperatividade de implementação das seguintes medidas:

- Criação de tribunais de competência especializada, designadamente, de família e menores, de trabalho e administrativo, de comércio, marítimos, entre outros, com a finalidade de produção de uma justiça de boa qualidade, célere, de forma a melhorar as condições de acesso dos cidadãos à justiça;
- Criação de um centro polivalente destinado a formação e atualização de magistrados e outros atores da justiça;
- Promoção e operacionalização de instrumentos de avaliação individual permanente dos magistrados judiciais e dos funcionários do Ministério Público, de modo a estimular a qualidade e a produtividade laboral;
- Promoção de ações e políticas de proteção à infância;
- Criação de uma Direcção Geral de Prevenção e Combate a Criminalidade que cingirá às áreas da violência doméstica, prevenção e combate ao consumo de álcool e outras drogas.

De igual modo, pretende-se também criar um plano de ação para o descongestionamento dos tribunais que incluirá regimes sancionatórios mais céleres; criação de incentivos fiscais excecionais para desistência de ações; conversão das transgressões e contravenções em contra-ordenações; alteração das férias judiciais e esboço de um longo processo de desmaterialização de atos e processos de justiça, que vai exigir um amplo programa de renovação e modernização do parque informático do sistema judicial.

No que diz respeito ao combate à corrupção e à impunidade destacam-se a implementação das seguintes medidas:

- Elaboração e proposta de uma lei contra a corrupção, bem como a revisão dos diplomas relativos às imunidades e incompatibilidades;
- Reforço das interligações entre o Ministério da Justiça, Tribunais e Ministério Público;
- Instituição de normas de produtividade, eficiência, eficácia, simplificação processual, do reforço das garantias dos cidadãos, e da responsabilização do Estado;
- Adesão a todos os instrumentos internacionais de repressão contra a criminalidade transnacional;
- Elaboração do plano estratégico nacional de combate ao tráfico e consumo de droga;
- Combate à criminalidade organizada e demais formas de atentado contra a segurança do Estado, ao seu património, aos seus valores fundamentais, à segurança das pessoas e dos bens, públicos e privados;
- Incitação de parcerias com as ONG elegíveis e os meios de comunicação social no sentido de levar a cabo campanhas de educação e sensibilização cujo foco seja os efeitos nefastos da comercialização e consumo ilegal da droga.

Como forma de garantir uma maior operacionalidade e eficiência à Policia Judiciaria, propõe-se a execução das seguintes medidas:

DRAFT

- Instalação de um sistema de informação integrado, relativo à criminalidade nacional e internacional, que permita um acesso mais rápido e eficaz às informações imprescindíveis ao combate da criminalidade;
- Instalação, no quadro das ações de natureza preventiva e educativa, de um laboratório especializado de investigação, de modo a facilitar e credibilizar a revelação de provas, bem como de um instituto de medicina legal, com o propósito de permitir maior celeridade e credibilidade no apuramento da verdade material;
- Promoção da realização de programas de capacitação da Policia Judiciária com meios legais, técnicos, humanos e materiais, que lhe permita intensificar o combate às manifestações de criminalidade que afetam o País e constituir-se num fator decisivo de dissuasão contra as novas formas de criminalidade que ameaçam seriamente o futuro do País, com particular destaque para a económico-financeira, a transnacional, corrupção, pedofilia, prostituição juvenil, tráfico de seres humanos, o tráfico, fabrico e consumo de drogas;
- Adesão aos instrumentos internacionais de repressão á criminalidade transnacional.

No que diz respeito à política de **reinserção social**, serão tomadas as seguintes medidas:

- Definição de um modelo organizativo adequado à gestão, dinamização e desenvolvimento de projetos de empregabilidade, formação profissional e produtividade de reclusos, na perspetiva da sua reintegração nas respetivas comunidades;
- Desenvolvimento de ações orientadas para captação de parceiros públicos e ou privados visando a implementação dos projetos em referência;
- Desenvolvimento de ações com vista à substituição da pena de prisão pela prestação de trabalho a favor da comunidade, fomentando a efetiva participação de toda a sociedade, nos processos de reintegração e ressocialização de jovens sujeitos a medidas cautelares, educativas e de reclusão.

Nesse domínio, propõe-se ainda a criação de uma base de dados automatizada de forma a viabilizar a permuta de informações recorrendo a meios digitais, reduzindo assim a demora desse tipo de expediente, pela via tradicional, e agilizar o acesso informático direto aos dados relativos à identificação, à situação prisional de arguidos e de condenados, aos magistrados que exerçam funções nos tribunais criminais ou nos tribunais de execução de penas.

Construção de um novo estabelecimento prisional: a localização do atual edifício prisional coloca a população envolvente sob risco permanente. Por outro lado, a superlotação e o avançado nível de degradação do referido edifício colocam em risco a integridade física dos reclusos.

Face à degradação das condições de acolhimento dos reclusos, é urgente e definitiva a necessidade de edificação, de raiz, do novo estabelecimento prisional em São Tomé, com todas as condições de higiene, segurança e de outras, inerentes às instalações dessa natureza, e adoção de medidas com caráter de urgência visando a reabilitação das instalações prisionais da Região Autónoma do Príncipe.

Centros de arbitragem-redefinição: com vista ao descongestionamento dos tribunais, propõe-se dar atenção à criação de uma comissão especializada para proceder a um trabalho de identificação das áreas de atuação passíveis de enquadramento em mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos, por conterem matérias que constituem focos significativos de litigância judicial e justificarem a projeção da arbitragem.

Os centros da arbitragem assim concebidos permitirão resolver conflitos de forma mais rápida, mais barata, mais simples para as partes.

DRAFT

No domínio dos **registos e notariado**: pretende-se aperfeiçoar o processo de registo dos recém-nascidos no estabelecimento de saúde onde ocorra o nascimento, sem necessidade de deslocação a uma conservatória de registo civil.

A base da política do Governo é a da simplificação administrativa dos atos e práticas registrais e notariais; descentralização dos serviços dos Registos e do Notariado para outros distritos mais vulneráveis e menos acessíveis; revisão das taxas atualmente em vigor, com vista a sua redução, particularmente para os estudantes.

Uma atenção particular será dada ao registo automóvel, visando sua modernização e simplificação dos procedimentos.

Serviços de informática e reprografia: com vista a melhoria de publicitação dos atos do Governo e da Administração propõe-se o desenvolvimento de ações no sentido do aperfeiçoamento dos serviços de reprografia.

4.4.2.2. Modernização de Administração Pública

O Governo propõe rever, acordar e decidir sobre os níveis adequados de centralização ou descentralização do poder, e assumir os desafios de modernização da administração pública na sua vertente de racionalização e eficiência, recorrendo a mecanismos inovadores.

Administração Pública santomense é extremamente pesada, ineficiente, cara e má prestadora de serviços, tanto para os cidadãos como para as empresas. Neste sentido, impõe-se uma reforma transversal a todas as estruturas administrativas do Estado, com o objetivo de simplificar todos os atos administrativos e legislativos, reduzir os custos, aumentar a produtividade do setor e melhorar a relação deste com os cidadãos e as empresas.

Propõe-se levar a cabo uma política de maior aproximação da administração a população, baseada na transparência e na legalidade das ações e dos atos de administração, e garantir o desenvolvimento e consolidação das carreiras administrativas, mediante a avaliação periódica de desempenho.

Fazê-lo significa "Modernizar a Administração Pública" e catapultar São Tomé e Príncipe para a era digital, facilitadora de governação eletrónica e do princípio de racionalização de custos expressos sob o acrónico "PTB zero" ou seja, "papel zero, telefone zero, burocracia zero", recorrendo predominantemente às novas tecnologias de informação e comunicação para a troca de informação em formato digital.

Este projeto terá uma abrangência nacional, coordenada por uma estrutura central, com a responsabilidade de articular com todos os Ministérios (e as respetivas unidades de gestão) sobre as medidas e procedimentos a serem adotados em cada momento. A coordenação terá, também, a missão de elaborar um plano diretor do sistema de registo de informação da Administração Pública, que visa criar uma rede única de registo e de partilha de informação dentro da administração pública, evitando deste modo, custos e perda de tempo em burocracia desnecessária.

Outro resultado/produto deste Projecto é a criação do cartão do utente público, para cada cidadão, que deverá agregar os seguintes cartões/documentos: cartão de identificação (BI), cartão de contribuinte, cartão de saúde, carteira profissional, carta de condução, cartão de eleitor.

Este conterá um *chip* (interface) que permitirá a sua utilização por parte de alguns serviços de empresas privadas, como por exemplo, a disponibilização de informações como nome, morada, etc., bastando para isso, que o privado tenha um interface recetor.

Espera-se que estas medidas façam aumentar a produtividade da Administração Pública. A fase inicial deste processo consiste na simplificação dos processos administrativos e legislativos, agrupados em quatro vertentes:

DRAFT

- Facilitação do acesso aos serviços públicos: articulação e integração dos diversos serviços e partilha informações;
- Eliminação do papel: (desmaterialização) diminuindo os custos de gestão;
- Substituição de certidões convencionais nos diferentes Serviços Públicos, pela sua disponibilização via electrónica;
- Simplificação: desburocratização e melhor regulação para evitar custos e constrangimentos necessários;

As principais medidas da primeira fase deste processo consistem no seguinte:

- Elaboração do plano diretor do sistema de informação da administração pública;
- Emissão de cartão de utente público agregador de todas as funções de identificação;
- Emissão de cartão de identificação empresarial que contem identificação fiscal, licença e alvará;
- Automatização de matrículas no pré-escolar, no ensino básico, secundário e superior;
- Marcação de consultas por via eletrónica;
- Criação de um ponto único de contacto de oferta e procura de emprego: através de uma estrutura física e ou um portal eletrónico;
- Criação de um consulado virtual: disponibilizar, via internet, informações e serviços que permitam ao cidadão são-tomense, residente ou no estrangeiro, requerer diligências e interagir com os serviços da administração pública, sem ter de se deslocar a São Tomé e Príncipe ou a um posto consular;
- Simplificação do processo de prestação de contas e demais informações das empresas via electrónica;
- Simplificação do processo de legalização de veículos automóveis; constituição de sociedade e agremiações na hora;
- Implementação de projetos da loja de cidadão num modelo agilizado e descentralizado, de guiché único;
- Criação de uma base de dados centralizada para registo de informações dos serviços públicos.

Finalmente, a reforma da administração pública tem, também, uma dimensão importante, que consiste no reforço e na consolidação dos poderes das Autoridades Administrativas Independentes, designadamente, o Banco Central e o Autoridade Geral de Regulação (AGER), o que pode, eventualmente, implicar a alteração das respetivas leis orgânicas.

4.4.2.3. Defesa Nacional

A revolução tecnológica globalizou o progresso económico, social, político e cultural. Por conseguinte, também possibilitou uma dinâmica globalizante de uma multiplicidade de ameaças e riscos, nos quais se incluem tanto a projeção de redes terroristas e de crime organizado, como também de ataques cibernéticos.

A crise económica e financeira internacional veio tornar estes riscos e ameaças ainda mais eminentes, enquanto, no país, as condições de vida dos santomenses foram se agravando nos últimos anos.

No quadro da reforma do Estado em referência, além do reforço das instituições democráticas, da justiça e daquelas de natureza militar e de combate a criminalidade, deve-se também privilegiar a criação de outras instituições que concorram para o reforço do poder do Estado no que tange à antecipação e implementação de políticas que tornem o País mais coeso e

DRAFT

mais resiliente a estas ameaças e contribuam para a segurança e o bem-estar económico, social e cultural dos são-tomenses.

Na era de sociedades do conhecimento, o progresso anda de mãos dadas com o saber e a segurança. Neste sentido, o Governo no exercício da legislatura instituirá academia de ciências enquanto guardiã do saber, um instituto da cultura nacional para salvaguardar e divulgar o património cultural identitário do País e serviços para políticas e tratamento de informações geopolíticas.

No mundo globalizado, o que acontece num país pode ter impacto em todos os demais. O conceito estratégico de defesa com cerca de uma década está desajustado no tempo. São Tomé e Príncipe precisa evoluir para o conceito estratégico de segurança no sentido lato, para abarcar as componentes não militares, dentre as quais, de natureza geoestratégica para permitir a observação e interpretação da dinâmica do ambiente externo, cuja repercussão exigirá do Estado são-tomense antecipação de políticas tendentes a conservar a sua paz, a sua soberania e o bem-estar dos seus cidadãos.

O Governo propõe garantir a defesa da soberania, unidade e integridade nacionais num conceito de território mais alargado, sendo o espaço territorial constituído, predominantemente, pela Zona Económica Exclusiva e pelo espaço aéreo correspondente.

Nessa asserção, fica claro que a localização geoestratégica do País se afigura como um capital a ser valorizado, acarretando para tal, a necessidade de proteger os interesses económicos, particularmente no mar, e de segurança nacional.

Nesse quadro, decorre a necessidade de reavaliar, redefinir e melhor adequar o papel das Forças Armadas, por um lado, considerando a sua situação atual e as perspetivas de desenvolvimento de STP estabelecidas no Programa do Governo e, por outro lado, o contexto internacional que, em matéria de segurança, os desafios e as ameaças ganham contornos preocupantes e cada vez menos previsíveis, pondo em risco a estabilidade, a segurança, o progresso e o bem-estar das populações.

Criação e de **serviços de política e tratamento de informações geopolíticas**: nas circunstâncias atuais, a criação deste serviço justifica-se pelo fato do ambiente externo ser extremamente dinâmico e os fenómenos deles decorrentes poderem melhorar ou condicionar a sobrevivência coletiva nacional.

Da mesma forma como se antecipa os fenómenos climáticos, observando a natureza, STP tem que aprender a observar e interpretar corretamente os fenómenos externos e a antecipa-los, tomando decisões qualitativas que reforcem a sua resiliência e garantam o seu desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o Estado santomense carece de um serviço de políticas e tratamento de informações geopolíticas de natureza estratégica.

Por isso, se torna imprescindível a criação de um observatório e de um conselho geopolíticos. Enquanto o primeiro analisa e interpreta os fenómenos na perspetiva de sua importância e impacto sobre o País e sobre a atitude a tomar, o segundo valida uma ou várias opções, se assim se entender, e submete-as à superior consideração do Governo que decidirá segundo os superiores interesses da Nação.

Esta nova instituição deverá centrar a sua observação, analise e interpretação, sobre, se direta ou indiretamente, a curto, médio e longo prazos, o ambiente externo reforça, condiciona ou ameaça a sobrevivência coletiva, quer do ponto de vista de segurança no sentido lato (económico, político e cultural), quer da afirmação de STP no mundo.

Desta feita, esta instituição ajudará o Governo a ganhar consciência sobre as potenciais ameaças e oportunidades externas e, a cada instante, a antecipar decisões sobre o futuro que melhor garanta a segurança, o bem-estar económico e social dos seus cidadãos.

Assim, propõe-se adoção e implementação das seguintes medidas:

- Revisão do conceito estratégico de segurança nacional no sentido de abarcar as componentes tanto militar como não militar de defesa;

DRAFT

- Cumprimento dos engajamentos assumidos no respeitante a participação ativa do País em missões internacionais;
- Desenvolvimento, com os principais parceiros estratégicos e tradicionais do Pais, dos projetos de cooperação técnico-militar para o setor;
- Garantia, em colaboração com as autoridades competentes, da participação das Forças Armadas em ações de prevenção, fiscalização e monitorização de atividades ligadas a redes organizadas de tráfico de drogas e criminalidade conexa;
- Assunção da importância estratégica do mar como zona vital da Nação, dando prioridade a ações conducentes a pesquisa, monitoramento e segurança da ZEE;
- Garantia e melhoria, em parceria com países amigos, do nível de operacionalidade da Guarda Costeira, no patrulhamento conjunto do mar sob jurisdição nacional;
- Promoção, em ações combinadas com o exército, a mobilização de todos os recursos disponíveis visando o combate à delapidação de recursos marinhos, à poluição marítima, reforçando a mobilidade dos serviços de fiscalização das praias (chefes de praias e outros);
- Envolvimento da unidade de engenharia militar na realização de obras civis;
- Controlo da recolha de armas que se encontram na alçada de terceiros;
- Reestruturação do sistema de informações e de inteligência militar (recolha, tratamento, partilha das mesmas);
- Aumento do nível de prontidão e operacionalidade das Forças Armadas, melhorando o nível de acomodação dos militares;
- Avaliação da pertinência da revisão da Lei de Programação Militar, para fazer face aos constrangimentos da atual situação económica e financeira do País, ouvindo as Instituições.

4.4.2.4. Segurança Interna

A segurança constitui um dos pilares fundantes da construção de sociedades democráticas, sendo, concomitantemente, um inquestionável fator de desenvolvimento e um ativo político, social e económico vital do ponto de vista estratégico.

Assim sendo, o Governo empenhar-se-á ativamente na construção e manutenção de um Estado seguro, capaz de promover e garantir a segurança aos cidadãos residentes e aos visitantes; de elevar STP à condição de um País cada vez mais atrativo e seguro para realização de negócios, para viver, para investimentos no turismo, principal eixo de desenvolvimento da economia do País.

Por conseguinte, propõe-se a implementação das seguintes medidas para o setor:

- Promover e incutir no seio das forças de segurança a cultura de interação com as pessoas, cultivando a imagem duma polícia mais amiga do cidadão respeitadora das suas liberdades e garantias;
- Adotar um modelo de policiamento de proximidade, cuja atitude não seja somente reativa mas, sobretudo de educação e persuasão, prevenindo e antecipando, com inteligência, todos os possíveis focos de tensão passíveis do uso da força;
- Operação de neutralização de desordeiros violentos deverá observar os princípios de liberdades, garantias e defesa dos cidadãos e aplicada com uma abordagem agilizada e eficiente evitando, no máximo, os danos colaterais.

Nesse contexto, propõe-se a implementação das seguintes medidas de política:

- Promover uma maior articulação entre as forças e os serviços de segurança, que seja capaz de atestar a operacionalidade do sistema de segurança dual;

DRAFT

- Concentrar e racionalizar a utilização dos meios existentes, alguns dos quais hoje dispersos nos mais variados intervenientes do sistema de segurança;
- Consagrar soluções que garantam um acréscimo de rigor e eficácia no planeamento e execução de operações suscetíveis de envolver mecanismos de coordenação operacional e orgânica;
- Valorizar o papel estratégico das informações, realçando medidas de reforço da centralização e coordenação da sua atividade;
- Impulsionar medidas que valorizem o papel e o estatuto das forças de segurança, incentivando a eficiência, formação e mobilidade interna.
- Fomentar a ligação das forças às instituições da sociedade civil, mormente no tocante a avaliação de programas públicos de ação e integração social em zonas urbanas sensíveis, abarcando áreas como a educação, habitação, emprego e toxicodependência, envolvendo para o efeito autarquias locais, Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Misericórdias e organizações não-governamentais;
- Reforçar o sistema de proteção civil, intensificando o aproveitamento das sinergias decorrentes da atuação conjunta entre a segurança interna e defesa nacional, incorporando e articulando entidades afins;
- Proporcionar aos Serviços de Bombeiros condições adequadas ao desempenho eficaz da sua atividade, aos mais diversos níveis de intervenção operacional;
- Melhorar o sistema de saúde das forças policiais, garantindo apoio de qualidade aos seus utentes e um maior aproveitamento da capacidade instalada;
- Intensificar o combate à sinistralidade rodoviária, procedendo a uma rigorosa avaliação do sistema atualmente existente e reforçando, em coordenação com as instituições da sociedade civil, a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.

4.4.3. Politica Externa ao Serviço do Desenvolvimento

O fortalecimento da diplomacia, da cooperação internacional e da integração regional e internacional de São Tomé e Príncipe constitui desafio maior e prioritário do Governo.

Sendo a nova ordem internacional portadora de imensos benefícios, o País deve estar em condições para o seu aproveitamento e apropriação, designadamente, as oportunidades que as redes globais existentes propiciam em domínios cruciais como o turismo, o ambiente, a produção e o desenvolvimento do conhecimento, as tecnologias, o comércio internacional, as telecomunicações, os serviços financeiros, a energia e os transportes.

STP deve trabalhar para conquistar e consolidar o seu lugar como um País credível e respeitável, instituindo e desenvolvendo uma cultura de boa-governação, de transparência e de responsabilização na gestão criteriosa dos recursos gerados internamente e dos angariados através da cooperação internacional, orientada para objetivos, seja em matéria do desenvolvimento seja na satisfação das necessidades da sua população, nomeadamente, dos grupos mais pobres e vulneráveis do País.

O Governo tem a ambição de participar na economia global, através da produção de bens e serviços transacionáveis, nas áreas do turismo, da economia do mar, dos transportes aéreos, de serviços financeiros e serviços especializados diversos, suportados por uma forte aposta na inovação e no conhecimento. A aposta visa a integração de STP em espaços económicos dinâmicos, que permitam ao País a atração de investimentos e o acesso a mercados, tecnologia, conhecimento e segurança, e deverá permitir acelerar o crescimento económico, a exportação, reduzir as vulnerabilidades externas e assegurar a sustentabilidade.

DRAFT

Portanto, a superação dos problemas inadiáveis que o País enfrenta, pressupõe um conjunto de desafios que, pela sua magnitude e transversalidade, não será de modo algum possível uma solução exclusivamente interna.

Nessa perspetiva, respeitando os preceitos constitucionais e em consonância com as aspirações nacionais, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da União Africana, a política externa de São Tomé e Príncipe deve visar: a preservação da soberania nacional; a promoção e defesa dos interesses do País, com particular ênfase na diáspora; o estabelecimento e o reforço de parcerias estratégicas para o desenvolvimento; a promoção da imagem externa do País; a participação ativa no concerto internacional para a promoção do bem-estar, da dignidade humana, da paz, da segurança e da estabilidade à escala mundial.

Neste contexto, visando superar os supracitados desafios, propõe-se a realização das seguintes medidas:

- Proclamar a proteção e promoção dos interesses nacionais, humanos ou patrimoniais, de pessoas singulares ou coletivas, de natureza privada ou pública;
- Reafirmar o total empenho e determinação do País em manter, numa base de reciprocidade, relações de amizade e cooperação com todos os povos e países do mundo, no respeito pelas soberania e integridade territorial, cooperação para o desenvolvimento e não ingerência nos assuntos internos de cada um;
- Reafirmar o seu firme propósito em honrar todos os compromissos bilaterais, e multilaterais internacionalmente assumidos, resultantes de Tratados, Convenções Internacionais e Acordos de que é co-signatário;
- Pactuar a participação nas organizações internacionais de que é membro por uma postura de respeito, apego e defesa dos ideais estatuídos, no sentido de melhorar a representatividade de São Tomé e Príncipe no contexto regional e internacional, enquanto condição *sine qua non* para a promoção da imagem do País e a internacionalização da economia santomense;
- Promover a paz, a segurança e a concórdia internacionais, através da cooperação com os parceiros bilaterais e multilaterais, mantendo alinhamento em relação às principais questões da vida internacional, como sejam, o respeito pelos direitos humanos; a igualdade de género; o desenvolvimento num ambiente sustentável; a resolução pacífica dos conflitos; o combate às alterações climáticas e a qualquer tipo de opressão e discriminação; o combate ao terrorismo, à pirataria marítima, ao tráfico da droga e à todas e demais formas de criminalidade transnacional organizada;
- Confirmar a necessidade de reajustar, reforçar e consolidar as relações de amizade e de cooperação com os povos e países da sub-região, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como os que têm contribuído de forma significativa no processo do seu desenvolvimento;
- Valorizar a ação das comunidades residentes no estrangeiro na divulgação da cultura nacional e melhorar a inclusão e participação da diáspora são-tomense no processo de desenvolvimento do País;
- Reforçar a cooperação com os parceiros bilaterais elegíveis para otimizar o estado de segurança nacional no sentido alargado.

4.4.3.1. Inclusão da Diáspora no Processo de Desenvolvimento

Para melhor salvaguarda dos interesses de cidadãos são-tomenses nos respetivos países de acolhimento, fortalecimento de seus laços com o País de origem e promoção da sua contribuição e comprometimento com desenvolvimento de São Tomé e Príncipe propõe-se um conjunto de medidas para uma melhor inclusão da diáspora, designadamente:

DRAFT

- Desenvolvimento do projeto de assistência técnica para melhorar o acompanhamento da diáspora e para responder mais eficazmente às suas necessidades, processo em curso, em concertação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM);
- Melhoria da proteção dos migrantes em todas as situações e assistência aos migrantes presos e proteção de seus direitos;

- Reorganização da rede diplomática e consular nacional e seu reforço em recursos humanos, nomeadamente, com a nomeação de mulheres em cargos-chave visando melhor cobertura dos países de concentração da diáspora, melhor capacidade de responder, rápida e eficazmente, às suas necessidades de assistência e de assegurar a sua participação regular em processos eleitorais nacional;

- Organização regular de Fórum da Diáspora Santomense, constitui um quadro apropriado para discussão de várias questões de interesse para a diáspora e de identificação de medidas a serem tomadas pelas autoridades para melhorar a sua proteção e sua participação no desenvolvimento do País;

- Melhoria da comunicação e da informação com e para a diáspora sobre a situação do País, disponibilizando dados de qualidade, atualizados e desagregados sobre os diferentes setores da economia e da sociedade, bem como a definição e implementação de medidas de incentivo à poupança e investimento específicas no País, incluindo o desenvolvimento de produtos financeiros adequados;

- Desenvolvimento de mecanismos financeiros específicos para a diáspora.

O Governo, ciente das geopotencialidades do País, propõe prosseguir os objetivos supra com recurso permanente à concertação estratégica com os demais órgãos de soberania, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil com projeção na área temática de relações internacionais, onde à diáspora, enquanto extensão da santomensidade no mundo, caberá um papel especial de maior conetividade e proximidade.

Por último, com sentido estratégico vital, o Governo propõe estreitar relações com alguns parceiros, visando fazer da cooperação internacional um instrumento complementar de progresso económico e social do País.

DRAFT

5. QUADRO OPERACIONAL DO PNDS

Importa ressaltar que o PNDS pretende ser um Plano coerente, construído basicamente, em torno de cinco etapas principais:

- Identificação e análise dos principais problemas e desafios do desenvolvimento São Tomé e Príncipe;
- Definição dos objetivos e resultados de desenvolvimento (ou seja, as mudanças preconizadas);
- Definição de estratégias para o alcance dos objetivos e resultados no médio prazo;
- Definição de um conjunto articulado de programas setoriais e transversais para consecução desses resultados;
- Definição e implementação de um mecanismo de *feedback*, baseado no seguimento e avaliação, visando assegurar a efetividade.

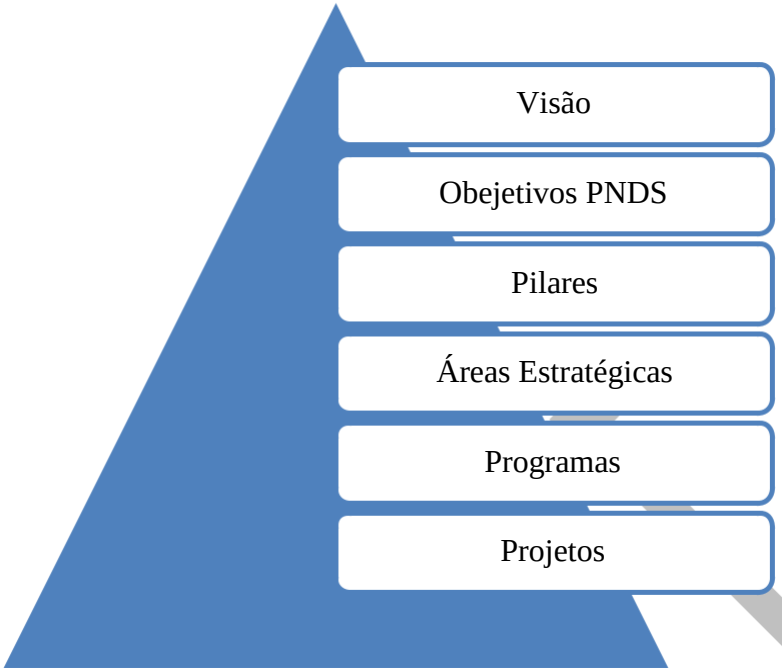
Em conformidade com a Lei n.º 6/2017, Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento e com a Lei n.º 3/2007, de 13 de Fevereiro, que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), o PNDS será implementado através de uma abordagem programática, sendo a conceção e planeamento dos programas setoriais e transversais destinados à realização do Programa e Visão do Governo para o futuro de São Tomé e Príncipe, no quadro do horizonte da implementação do PNDS 2020-2024.

O Sistema de Planeamento de São Tomé e Príncipe tende para a integração e a articulação do ciclo de planeamento-programação-orçamentação, ligando as fases de planeamento estratégico e de orçamentação, quer numa perspetiva de longo prazo (como o Programa do Governo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), quer numa perspetiva de médio prazo (com os quadros macrofiscal e de despesa de médio prazo), quer anual, com o Orçamento Geral do Estado.

O Governo de STP adotou a abordagem por Programas como nova metodologia de planeamento, o que permite a operacionalização faseada de um conjunto de novos princípios e práticas como o orçamento-programa e a gestão por objetivos. Com esta iniciativa, o Governo pretende alargar os conceitos de orçamento-programa e de gestão orçamental por objetivos à elaboração, apresentação e execução do orçamento do Estado, na sua globalidade, incluindo todos os âmbitos do setor público, definindo e realizando gastos públicos, no quadro de programas detalhados por órgão, função, projeto ou atividades a desenvolver. O encadeamento é feito através da definição dos programas. Assim sendo, os programas definidos no PNDS serão os mesmos programas que farão parte do Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) (dos anos de vigência do PNDS).

DRAFT

Gráfico 16: Síntese da estrutura de conceção e de elaboração do PNDS



Os referidos programas encontram-se dispostos numa matriz, de acordo com a sua natureza e os objetivos para os quais contribuem, agrupados em três pilares: Economia Sustentável, Desenvolvimento Social e Soberania e Democracia.

A definição dos programas foi orientada por duas questões metodológicas:

- A primeira prende-se com a preocupação em identificar e definir os objetos particulares a cada programa (o que são e os objetivos) e, concomitantemente, saber como estes programas asseguram o crescimento económico sustentável nas áreas estratégicas, e como os ganhos deste crescimento serão compartilhados;
- A segunda foi a identificação e definição de programas específicos para complementar os segmentos da população suscetíveis de exclusão do processo de crescimento inclusivo e sustentável.

Nesse sentido, a igualdade de género é uma das prioridades fundamentais do desenvolvimento sustentável e visa assegurar que mulheres, meninas, homens e meninos, tenham as mesmas oportunidades de participação, acesso e benefício do processo de desenvolvimento. Este princípio evidencia que é fundamental para a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe a incorporação das necessidades, experiências e expetativas específicas das mulheres e dos homens na planificação programática.

Por conseguinte, a transversalização de género a todos os setores e níveis da administração (direta e indireta) do Estado, autarquias, setor privado, organizações da sociedade civil (OSC), comunidades e população em geral garante a adoção de políticas corretoras das desigualdades de género e promotoras da justiça, inclusão e paz social no País.

Portanto, com a integração da abordagem de género na conceção, implementação, seguimento e avaliação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Governo pretende dotar-se de um instrumento estratégico e eficaz para erradicar todas as formas de desigualdades entre mulheres e homens, e promover o empoderamento das mulheres e um desenvolvimento sustentável e inclusivo para todos.

A matriz do PNDS apresenta um conjunto de 34 Programas, ao qual se acrescenta o Programa de Gestão e Administração Geral, transversal aos 3 Pilares, sendo 19 Programas do

Pilar Economia Sustentável, 8 Programas do Pilar Desenvolvimento Social e 7 Programas do Pilar Soberania e Democracia, identificando os objetivos para os quais contribuem, de acordo com a apresentação do quadro em baixo.

Quadro 10: Os pilares e os programas do PNDS

OBJETIVOS DO PNDS	PILARES PROGRAMATICOS DO PNDS		
	ECONOMIA SUSTENTÁVEL Novo Modelo de Desenvolvimento assente na Prestação de Serviços	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL** Capital Humano, Qualidade de Vida Combate às Desigualdades	**SOBERANIA E DEMOCRACIA** Novo modelo de Estado: forte, eficiente e seguro
	PROGRAMAS		
Objetivo 1 **Transformar STP numa Economia de Prestação de Serviço no Centro do Atlântico**	*Setor do turismo *Setor marítimo *Setor aéreo *Setor comercial e industrial *Setor financeiro *Setor digital e de inovação *Ambiente de negócios *STP país acessível e aberto *Infraestruturas modernas e resilientes *Sustentabilidade energética *Qualidade da produção e difusão estatística *Cultura e indústrias criativas *Pesquisa, ciência e tecnologia	*Educação de excelência *Igualdade de género *Desenvolvimento integrado de saúde *Exportação de serviços de saúde *Desporto para inclusão e coesão nacionais	*Consolidação da democracia *Reforma do Estado *Independência e eficácia da justiça *Mercado de trabalho flexível e inclusivo *Defesa e segurança *Diplomacia renovada e intensiva *Diáspora a IIIª ilha
Objetivo 2 **Promover Crescimento Económico Inclusivo e Sustentável**	*Setor do turismo *Setor marítimo *Setor aéreo *Setor comercial e industrial *Setor financeiro *Setor digital e de inovação *Ambiente de negócios *STP país acessível e aberto *Infraestruturas modernas e resilientes *Sustentabilidade energética *Qualidade da produção e difusão estatística *Cultura e indústrias criativas *Pesquisa, ciência e tecnologia *Empreendedorismo jovem *Transformação da agricultura *Água e saneamento *Proteção da biodiversidade *Gestão de riscos ambientais, climáticos e geológicos *Descentralização, desenvolvimento local e comunitário	*Educação de excelência; *Emprego digno e qualificado *Igualdade de género *Exportação de serviços de saúde *Desenvolvimento integrado de saúde *Proteção inclusão sociais *Desporto para inclusão e coesão nacionais	*Consolidação da democracia *Reforma do Estado *Independência e eficácia da justiça *Mercado de trabalho flexível e inclusivo *Defesa e segurança *Diplomacia renovada e intensiva *Diáspora a IIIª ilha de STP
Objetivo 3 **Garantir inclusão e**	*Setor do turismo *Setor marítimo *Setor aéreo *Setor comercial e industrial *Setor financeiro	*Educação de excelência; *Emprego digno e qualificado *Igualdade de género; *Desenvolvimento	*Consolidação da democracia *Reforma do Estado *Independência e eficácia da justiça

protecção sociais, reduzir desigualdades sociais e assimetrias regionais	*Setor digital e de inovação *Ambiente de negócios *STP país acessível e aberto *Infraestruturas modernas e resilientes *Sustentabilidade energética *Qualidade da produção e difusão estatística *Cultura e indústrias criativas *Pesquisa, ciência e tecnologia *Empreendedorismo jovem *Transformação da agricultura *Água e saneamento *Proteção da biodiversidade *Gestão de riscos ambientais, climáticos e geológicos *Descentralização, desenvolvimento local e comunitário	integrado de saúde; *Garantir direitos e proteção às crianças, adolescentes e idosos *Proteção inclusão sociais *Desporto para inclusão e coesão nacionais	*Mercado de trabalho flexível e inclusivo *Defesa e segurança *Diplomacia renovada e intensiva *Diáspora a IIIª ilha
Objetivo 4 **Reforçar Soberania, Aprofundar Democracia e Renovar a Diplomacia para Desenvolvimento**	*STP país acessível e aberto *Reforma do Estado *Qualidade da produção e difusão estatística *Cultura e Indústrias Criativas	*Igualdade de género	*Consolidação da democracia *Reforma do Estado *Independência e eficácia da justiça *Mercado de trabalho flexível e inclusivo *Defesa e segurança *Diplomacia renovada e intensiva *Diáspora a IIIª ilha de STP

Quadro 11: Alinhamento e contribuição dos Pilares para os ODS

PILARES

ECONOMIA SUSTENTÁVEL Novo Modelo de Desenvolvimento Assente na Prestação de Serviços	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL** Capital Humano, Qualidade de Vida Combate às Desigualdades	**SOBERANIA E DEMOCRACIA** Novo modelo de Estado: forte, eficiente e seguro

Visando a harmonização, articulação e eficácia da implementação, do seguimento e avaliação do PNDS, com base nos princípios e práticas da gestão baseada em resultados,

destaca-se a importância e a necessidade dos atores responsáveis pela implementação do PNDS e dos parceiros de desenvolvimento terem uma adequada apropriação dos indicadores de desempenho e metas do plano estratégico.

O seguimento e a avaliação dos indicadores de impacto do PNDS estão ancorados à Agenda Estatística e, por conseguinte, garantidos pelo INE, mediante uma agenda estipulada pelo Sistema Nacional de Planeamento, que será descrito no ponto 6.2. do capítulo seguinte. O quadro lógico, sintetizando os indicadores e as metas do PNDS está apresentado no quadro em baixo.

5.1. Quadro Lógico do PNDS - Indicadores e Metas

Quadro 12: Quadro lógico, indicadores e metas do PNDS

Objetivos	Indicadores de impacto	Valor ano base 2019	Metas				
			2020	2021	2022	2023	2024
Objetivo 1 **Transformar STP numa Economia de Prestação de Serviço no** **Centro do Atlântico**	Investimento Direto Estrangeiro (% PIB)	8,66 (2017)	9,10	10,90	13,60	18,80	25,50
	Défice Conta Corrente (% PIB)	20,80 (2016)	20,40	19,80	18,40	17,30	17,00
	Volume de cargas movimentadas nos portos do País (toneladas)	163390,7 (2018)	169.591	173.487	210.315	240.053	280.000
	Passageiros embarcados e desembarcados no País (nº)	109.721 (2017)	120.000	144.000	160.000	180.000	210.000
	Alojamento/restauração/turismo contribuição direta para o PIB (%)	2,77 (2018)	3,00	4,90	6,30	8,80	9,40
Objetivo 2 **Promover Crescimento Económico Inclusivo e Sustentável**	Taxa de crescimento do PIB	3,90 (2017)	2,70	4,50	6,30	7,20	7,50
	Taxa de desemprego (%)	13,6	14	13,3	11,3	10,8	10,0
	PIB em paridade de poder de compra (PPC) *per capita* (USD)	3052.71 (2017)	3081,50	4040,70	4590,30	5452,90	5561,00
	Número de unidades produção informal	N/R	Recenseamento de setor Informal	Criação da base dados	Redução informalidade em 5%	Redução informalidade em 7%	Redução informalidade em 10%
	Posição no *renking doing business*	170ª (2019)	170ª	167ª	162ª	160ª	155ª
	Posição no *ranking* de competitividade turística	N/R	NR	117ª	113ª	110ª	105ª
	Entradas de turistas	29.000 (2016)	35.000	53.000	76.000	120.000	130.000
	% de população coberta pela rede móvel *stardard*	35 (2017)	40	49	60	75	85
	Peso das energias renováveis no consumo de energia elétrica (%)	4,80 (2017)	5,00	7,50	10,10	15,00	19,20
	Taxa de crescimento do crédito à economia	3,00 (2017)	2,90	3,90	4, 70	5,50	7,00
	Divida pública em % do PIB pm	91,25 (2016)	91,50	92,50	88,30	80,60	80,00
	Serviço da dívida em % das exportações	3,20 (2016)	4,20	5,10	3,50	2,90	2,50

DRAFT

	Cobertura florestal (ha)	50.000	50.000	50.025	50.040	50.060	50.090
	% de áreas marinhas e terrestre protegidas	0,20 (2017)	0,20	0,20	0,50	1,90	2,10
Objetivo 3	Taxa de incidência da pobreza (%)	66,20 (2010)	65,20	63,70	61,20	60,30	55,50
Garantir inclusão e proteção sociais, reduzir	Taxa de crescimento do PIB *per capita* (%)	1,05 (2018)	1.50	1,17	1,90	2,0	2,00
	IDH	0,56 (2016)	0,58	0,59	0,61	0,62	0,65
desigualdades sociais e assimetrias regionais	Coeficiente de Gini (unidade)	30,80 (2010)	30,50	29,70	28,35	26,19	25,00
	Taxa de prevalência de atraso no crescimento (moderada e grave)	17,20 (2017)	17,20	16,50	16,00	15,30	13,90
	Taxa de prevalência de emagrecimento (moderada e severa)	4,00 (2017)	4,00	3,60	3,10	2,80	2,50
	Taxa de inflação	9,04 (2019)	7,70	6,40	5,10	4,50	3,50
	% da população com ligação à rede pública de distribuição de água	47 (2016)	50	58	63	70	80
	% da população com acesso à eletricidade	80 (2016)	84	89	92	95	100
	% de crianças de 5 a 17 anos que trabalham	50 (2014)	48	43	39	35	30
	Taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascimentos	38,00 (2015)	36,80	33,10	30,00	28,20	26,22
	Taxa de mortalidade materna por 100.000 partos	76 (2015)	65	57	50	45	35
	Taxa de cobertura de serviços essenciais de saúde (%)	25,82	26,00	27,8	28,3	32,50	35,10
	Taxa cobertura da proteção social %	1,94 (2017)	1,62	2,50	2,90	3,50	4,10
	% total de frequência escolar de crianças menores de 5 anos	36,40 (2017)	38,80	40,50	45,90	50,60	60,10
	Taxa bruta de escolarização no 12º ano (%)	106	107	109	110	112	115
	Taxa de desemprego jovem	29,10 (2010)	30,33	28,40	26,10	20,20	18,20
	Taxa de desemprego de mulheres (%)	19,70	19,30	18,40	16,80	14,50	11,80
Objetivo 4	Indice de perceção de corrupção	64ª	62ª	60ª	57ª	53ª	49ª
Reforçar a Soberania, Aprofundar a Democracia e Renovar a Diplomacia para o	Taxa de participação dos cidadãos nas eleições legislativas (%)	80,65 (2018)			85,00		
	Percentual de cadeiras ocupadas por mulheres na Assembleia Nacional	12,72 (2018)	12,72	12,72	20,00	20,00	20,00
	Taxa de resolução dos processos nos tribunais	N/R	5,00	11,50	18,50	24,40	27,80

DRAFT

Desenvolvimento	(%)						
	Remessas de emigrantes em percentagem do PIB pm	4,60 (2016)	5,00	6,40	8,50	10,80	12,50
	Peso das mulheres nas Forças Armadas (%)	N/R	2,00	3,50	5,30	7,60	8,50
	Peso das mulheres na Polícia (%)	N/R	4,10	6,80	9,50	11,20	13,50

5.2. Os Pilares Programáticos do PNDS

O PNDS tem uma estrutura programática constituída por três pilares, com um total de 34 programas, a qual inclui um programa de Gestão e Administração Geral. Este programa visa ocupar-se de questões administrativas de todo processo de reforma no âmbito da implementação do PNDS, seja ao nível da administração central do Estado, seja ao nível das autarquias regional e distritais.

O PNDS tem um orçamento estimativo de **48.280.767.563 Dobras** (equivalente a **1.970.643.574 Euros**) destinado à materialização dos seus quatro macro objetivos, com a seguinte distribuição:

Objetivo 1: 22,5%;
Objetivo 2: 35,0%;
Objetivo 3: 27,5%;
Objetivo 4: 15,0%.

A percentagem relativamente elevada do Pilar 1 - *Economia Sustentável: Novo Modelo de Desenvolvimento Assente na Prestação de Serviços* de 27.761.441.348,73 Dobras, 57,5% do orçamento do PNDS (equivalente a 1.133.120.055,05 Euros) deve-se principalmente aos programas de desenvolvimento de infraestruturas económicas essenciais para se alcançar o objetivo geral do Plano.

No que concerne ao Pilar 2 - *Desenvolvimento Social: Capital Humano, Qualidade de Vida Combate às Desigualdades*, os programas Educação de Excelência (30%), Proteção e Inclusão Sociais (25%) e Desenvolvimento Integrado de Saúde (20%) são as três principais prioridades do PNDS, nesse Pilar, totalizando 75% de um orçamento de **13.277.211.079,82 Dobras** (equivalente a 541.926.982,84 Euros).

O Pilar 3 *Soberania e Democracia: Um novo Modelo de Estado* está orçado em **7.242.115.134,45 Dobras** (equivalente a 295.596.536,10 Euros), sendo os Programas Segurança e Reforma do Estado as duas maiores prioridades do Pilar, absorvendo 48% do seu orçamento.

O quadro seguinte apresenta uma descrição de cada um dos três pilares, com informação sucinta dos objetivos de cada programa, bem como da relação e contribuição de cada pilar e de cada programa para a consecução dos objetivos do PNDS.

Importa relembrar que o PNDS está vinculado ao Programa do Governo, visando sua operacionalização, por um lado e, por outro lado, os Pilares e Programas do PNDS estão articulados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis para os quais contribuem.

5.2.1. Pilar 1 - Economia Sustentável: Novo Modelo de Desenvolvimento Assente na Prestação de Serviços

Pilar *Economia Sustentável* constitui-se de 19 programas, tendo como setores de tutela Chefia do Governo, as Finanças, Infraestruturas, Agricultura, Educação, Turismo, Cultura e Juventude.

DRAFT

Este pilar contribui predominantemente para os objetivos 1, 2 e 3 do PNDS e apenas marginalmente para o objetivo 4. Contribui para os ODS 1,2,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17. Seu orçamento indicativo, para o período do PNDS, é de 27.761.441.348,73 Dobras, destinado ao financiamento dos seguintes programas:

Quadro 13: Os programas do pilar economia sustentável

Programa	Objetivo do programa	Setor	Objetivo do PNDS	ODS	Total Dobras
Setor do Turismo	Reforçar o papel do turismo como motor do crescimento inclusivo de STP, criação de emprego decente, diversificação e competitividade da economia, sustentabilidade social e ambiental, impulsionado pelo investimento privado.	Ministério do Turismo /Ministério das Finanças	1,2,3,41,	8, 9, 12, 5	1.388.072.067,45
Setor Marítimo	Desenvolver um porto de logística de abastecimentos e de transbordo da frota internacional que passe ou se aproxime de STP, associado a um sistema de transportes de qualidade, confiáveis, sustentáveis, resilientes ao serviço do desenvolvimento e bem-estar dos são-tomenses.	Ministério das Finanças	1, 2	1, 8, 9, 10, 12, 14, 17	2.776.144.134,90
Setor Aéreo	Desenvolver um aeroporto de logística de distribuição internacional de passageiros e cargas, e de conexão dos continentes e países do Atlântico.	Ministério das Infraestruturas/Ministério das Finanças	1, 2	1, 8, 9, 10, 12, 17	832.843.240,46
Setor Comercial e Industrial	Transformar STP num centro de localização de empresas, de atração do IDE e de promoção do empresariado nacional. Promover industrialização inclusiva e sustentável, com fácil acesso ao crédito.	Ministério do Turismo/Ministério das Finanças	1,2,3	1, 5, 8, 9, 10, 12, 17	832.843.240,46
Setor Financeiro	Transformar STP num Centro Internacional de Negócios e numa praça financeira internacional.	Ministério das Finanças	1,2,	1, 5, 8, 12, 17	832.843.240,46
Setor Digital e de Inovação	Transformar STP num polo modelo de desenvolvimento da economia digital; desenvolver competências	Ministério das Finanças	1,2,3	1, 4, 5, 8, 9, 10, 11,	1.388.072.067,45

DRAFT

	humanas e promover um ambiente de negócios em torno das TIC e da I&D.			12, 17	
Melhoria do Ambiente de Negócios	Adoção de políticas, legislação e processos administrativos geradores de bom ambiente de negócios, dinamizadores do investimento privado, da competitividade da economia, do crescimento económico, de mais e melhor emprego.	Chefia do Governo/ Ministério das Finanças	1,2	1, 5, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 17	416.421.620,23
STP País Acessível e Aberto	Desenvolver transportes de qualidade, confiáveis, sustentáveis, resilientes e equitativos para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano.	Ministério das Infraestruturas	1, 2, 3, 4	17	138.807.206,74
Infraestruturas Modernas e Resilientes	Construir infraestruturas de qualidade, confiáveis, sustentáveis e resilientes; assegurar a conservação, exploração e manutenção de infraestruturas públicas de acordo com as prioridades setoriais para o desenvolvimento social e económico, com acesso equitativo e preços acessíveis para todos; implementar, em parceria com as autarquias, equipamentos urbanos com impacto positivo na vida das mulheres; aumentar acesso às TIC	Ministério das Infraestruturas	1, 2, 3, 4	9	4.164.216.202.35
Sustentabilidade energética	Operar a transição para um setor energético, seguro, eficiente e sustentável; reduzir a dependência de combustíveis fósseis; e garantir acesso universal e segurança energética.	Ministério das Infraestruturas	1,2,3	1,4,7,8,5	2.220.915.307,89
Qualidade da Produção e Difusão Estatística	Reforçar a capacidade institucional e a qualidade da produção de dados estatísticos.	Ministério das Finanças	1, 2, 3, 4	17	1.110.457.653,92
Cultura e	Promover a investigação e profissionalização do setor cultural e criativo, visando desenvolvimento da marca-país "São Tomé e Príncipe Criativo"; da cidadania através do património histórico e	Ministério do	1,2,3	1, 4, 5, 11,	971.650.447,20

Indústrias Criativas	cultural; da incubação das MPME[28], como atrativo turístico, garantindo o desenvolvimento sustentável a partir da alocação de investimentos potenciadores de criar emprego digno, gerar rendimento, valorizar o capital humano e bem-estar social, corrigir as assimetrias regionais e os desequilíbrios sociais e culturais.	Turismo/Ministério das Finanças		16	
Pesquisa, Ciência e Tecnologia	Contribuir para o desenvolvimento sustentável através da investigação científica nos domínios económico, social e ambiental.	Ministério da Educação	1,2,3	2,12	1.665.686480,88
Empreendedorismo jovem	Promover um ambiente favorável tanto no domínio do fazer negócios, como no domínio social e cultural; criar, em parceria com universidades e setor privado, incubadoras e aceleradoras de *startups* jovens; um sistema de incentivos fiscais, de capacitação, organização e desenvolvimento das iniciativas.	Ministério da Juventude/Ministério das Finanças	1,2,3,	1, 4, 5, 8,10, 17	555.228.826.96
Transformação da Agricultura	Criação e inovação das condições logísticas e tecnológicas visando o aumento da produção, rendimento e competitividade das explorações agro-pecuárias; garantir uma gestão equilibrada e participativa das florestas para aumentar a resiliência dos ecossistemas e das populações rurais face às alterações climáticas e a degradação das terras; Promover uma agricultura e agroindústria sustentáveis, inclusivas, modernas, competitivas, geradoras de rendimentos e socialmente reconhecidas.	Ministério da Agricultura	1,2,3	1, 2, 12, 5	1.388.072.067,45
	Assegurar o direito à				

[28] Micro, pequenas e médias empresas.

Água, Saneamento e Higiene	água, saneamento e higiene; garantir o acesso e acessibilidade a serviços (água, saneamento, higiene) de boa qualidade, visando a qualidade ambiental, igualdade de género e inclusão social, saúde pública e melhoria das condições sociais e económicas das populações em todo o País.	Ministério da Agricultura/ Ministério das Infraestruturas	2,3	6,12	555.228.826.96
Proteção da Biodiversidade	Fomentar e preservar a biodiversidade como base dos recursos ambientais para a promoção de setores de atividade económica, tais como turismo, agricultura, silvicultura, pecuária e pesca, e implementar os planos de gestão das áreas protegidas. Deter o desmatamento e restaurar as florestas degradadas; garantir a qualidade ambiental; promover a cidadania ecológica; e reforçar os sistemas de licenciamento e auditorias ambientais.	Ministério da Agricultura/ Ministério das Infraestruturas	2,3	1, 13, 12, 14, 15	1.388.072.067,45
Gestão de riscos ambientais, climáticos e geológicos	Adoção de tecnologias modernas e capacidade operacional para medir, armazenar e disseminar sistematicamente informações meteorológicas, climatológicas, sismológicas e oceanográficas; monitorização e vigilância meteorológica e geofísica; controlo de qualidade e disseminação de dados e informações relevantes sobre o estado do tempo, do mar, da qualidade do ar e do clima.	Ministério da Agricultura/ Ministério das Infraestruturas	2,3	13	1.943.300.894,41
Descentralização, Desenvolvimento Local e Comunitário	Reforçar a autonomia e capacidade institucional das autarquias locais; promover um desenvolvimento económico equilibrado e ecologicamente sustentável, valorizando os recursos endógenos locais e respetivas	Chefia do Governo/Ministério da Justiça	1,2,3	1, 8, 11, 12, 5	832.843.240,46

	comunidades.				

5.2.2. Pilar 2 - Desenvolvimento Social: Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades

O Pilar Desenvolvimento Social constitui-se de 8 programas, tuteladas pelos setores da Educação, Saúde, Trabalho e Juventude.

Os programas deste pilar contribuem diretamente para os objetivos 1, 2 e 3 do PNDS, tendo um orçamento indicativo, para o período do PNDS, estimado em 13.277.211.079,82 Dobras. Contribui para os ODS 1,3,4,5,8,10,16.

Os programas deste pilar são os seguintes:

Quadro 14: Os programas do pilar desenvolvimento social

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo do PNDS	ODS	Total Dobras
Educação de excelência	Implementar um sistema formal de educação pré-escolar universal, de qualidade; garantir o acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita até ao 6º ano de escolaridade; melhorar o acesso equitativo, a qualidade e a relevância do ensino secundário (via geral), visando dotá-lo de competências, valores e capacidades essenciais para o prosseguimento de estudos e para a vida ativa; desenvolver um sistema de ensino superior de qualidade, sintonizado com os ODS e com o Programa de Governo, inclusivo, interventivo e promotor do empreendedorismo e da cidadania ativa para o desenvolvimento sustentável.	Ministério da Educação	1,2,3	1, 4, 5, 10	3.983.163.323,94
Emprego Digno e Qualificado	Garantir a qualificação da força de trabalho em conexão com as áreas estratégicas da economia visando a massificação do emprego jovem e das mulheres, através da dinamização do mercado de trabalho.	Ministério do Trabalho	2,3	1,4,8,5	1.327.721.107,98
Igualdadede Género	Promover e garantir a efetividade na igualdade de género, dando corpo e visibilidade a participação de mulheres	Ministério do	1,2,3,4	1,5	265.544.221,59

	e meninas em todos os domínios e níveis da vida social, económica e política, efetivando a transversalização da abordagem de género no processo de desenvolvimento do País.	Trabalho			
Exportação de Serviços de Saúde	Promover um ambiente favorável ao investimento privado, nacional e estrangeiro, no setor do turismo da saúde, diversificando a produção interna e as exportações.	Ministério da Saúde	2,3	3,5	132.772.110,79
Desenvolvimento Integrado de Saúde	Reforçar a prestação dos cuidados de saúde, garantindo acessibilidade, eficácia, equidade e humanização dos serviços; reforçar ações de promoção da saúde e de desenvolvimento da investigação em saúde; assegurar o acesso a medicamentos essenciais e a tecnologias de saúde, particularmente a grupos específicos (crianças, adolescentes, doentes crónicos, idosos, LGBTI[29] e deficientes).	Ministério da Saúde	1,2,3	1,3,5	2.655.442.215.96
Garantir Direitos e Proteção às Crianças, Adolescentes e Idosos	Proteger as crianças, os adolescentes e os idosos de situações de risco pessoal e social, assegurando-lhes o bem-estar e efetivo o respeito pelos seus direitos.	Ministério do Trabalho	3	1,6, 5	531.088.443,18
Proteção e Inclusão Sociais	Combater desigualdades sociais e a pobreza, aumentar o rendimento aos mais vulneráveis, garantindo-lhes acesso a serviços sociais de base (saúde, cuidados e educação), ao bem-estar e qualidade de vida, inclusive aos seus familiares.	Ministério do Trabalho	2,3	1, 10, 5	3.319.302.769,95
Desporto para Inclusão e Coesão Nacionais	Promover o desporto como ferramenta para o desenvolvimento saudável e sustentável da juventude; generalizar e dinamizar a prática	Ministério da Juventude	1,3	1,3,5	1.062.176.886,38

[29] Na sigla LGBTI, o "i" significa "intersexuais", indivíduos que podem identificar-se como homem, mulher ou nenhum dos dois. Juntamente com pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais, as pessoas intersexuais estão lutando, em muitos lugares e países, por reconhecimento.

	desportiva, com o envolvimento sociedade civil e das comunidades, promovendo a inclusão e coesão social, a criação de riqueza e o prestígio de STP no mundo.				

5.2.3. Pilar 3 - Soberania e Democracia: Um Novo Modelo de Estado

O Pilar Soberania é composto por 7 programas, os quais têm como tutela os setores da Defesa e Ondem Interna, Justiça, Finanças, Juventude, Trabalho e Negócios Estrangeiros. A contribuição do pilar abrange a totalidade dos quatro macro objetivos do PNDS (1,2,3,4), contribui para os ODS 1,3,4,5,8,10,13,16,17, tendo um orçamento indicativo no montante de 7.242.115.134,45 Dobras, para o período 2019-2022.

Os programas deste pilar são os seguintes:

Quadro 15: Os programas do pilar soberania e democracia

Programa	Objetivo do programa	Setor	Objetivo do PNDS	ODS	Total Dobras
Consolidação da Democracia	Garantir uma democracia mais participativa visando a politização da sociedade e democratização do Estado, proteção e promoção dos direitos dos cidadãos e o efetivo funcionamento do Estado de direito democrático, enquanto ativo para o desenvolvimento.	Ministério da Justiça	1,2,3,4	1, 4, 10, 16, 5	1.086.317.270,16
Reforma do Estado	Garantir uma administração pública transparente, eficiente e inovadora, comprometida com a qualidade e alinhada com o tempo do utente e estabilidade, credibilidade e previsibilidade monetária, orçamental e fiscal, visando a confiança macroeconómica.	Ministério da Justiça/ Ministério das Finanças	1,2,3,4	16, 17	1.303.580.724,20
Independência e Eficácia da Justiça	Promover e consolidar uma cultura de paz, de conhecimento e de defesa dos direitos e de observância dos deveres dos cidadãos; uma justiça independente, eficaz, inclusiva e sensível à problemática	Ministério da Justiça	1,2,3,4	1, 4, 10, 16, 5	1.231.159.572,85

	do género.				
Mercado de Trabalho Flexível e Inclusivo	Promover um mercado de trabalho flexível e bem regulado visando uma maior inclusão; incentivar todas as pessoas em idade ativa a participar, fornecendo-lhes uma estrutura para o desenvolvimento profissional; criar um sistema de proteção social que também incentive um mercado acessível e bem regulado para o trabalho temporário e agências de trabalho temporário.	Ministério do Trabalho	1,2,3,4	1,8,5	72.421.151.34
Defesa e Segurança	Assegurar a defesa e segurança nacional, visando a garantia do ordenamento constitucional democraticamente estabelecido.	Ministério da Defesa	1,2,3,4	4, 16, 10, 5, 17, 8	2.172.634.540,33
Diplomacia Renovada e Intensiva	Promover ativamente a integração segura e vantajosa de STP no mundo, visando o desenvolvimento sustentável e inclusivo, o bem-estar, a dignidade humana, a paz, a justiça social e a segurança à escala global.	Ministério dos Negócios Estrangeiros	1,2,3,4	1, 4, 8, 16, 17, 3	1.158.738.421,51
Diáspora a IIIª Ilha de STP	Promover a integração, o bem-estar e o empoderamento dos são-tomenses e dos seus descendentes nos países de acolhimento; criar um ambiente favorável, incluindo um sistema de incentivos para diáspora investir e participar no desenvolvimento do País.	Ministério dos Negócios Estrangeiros	1,2,3,4	1, 8, 17	217.263.454,03

O PNDS inclui ainda um programa de gestão e administração geral transversal a todos os setores, com o objetivo de gerir e apoiar todos os ministérios, inclusive as delegações regionais, Governo Regional e Câmaras Distritais, com um orçamento de 9.656.153.512,60 de Dobras.

Quadro 16: Programa de gestão e administração geral

Programa	Objetivos do Programa	Total em Dobras
Gestão e Administração Geral	Programa de gestão e apoio a todos os ministérios, delegações regionais, governoregionalecâmaras distritais.	9.656.153.512,60

5.3. Regionalização do PNDS

São Tomé e Príncipe é um país de assimetrias regionais decorrentes da sua insularidade e de políticas públicas que não procuraram reduzir os custos da insularidade, que, quase sempre, impõem a criação de unidades de produção de serviços básicos nas duas ilhas, o que não favorece a economia de escala. A aposta na polarização fez com que o ordenamento do território tenha ganho tardiamente a merecida centralidade, no âmbito das políticas de desenvolvimento do País.

Os jovens da ilha do Príncipe não têm as mesmas oportunidades de acesso à formação, ao conhecimento e, por consequência, ao emprego, que os de São Tomé, designadamente, os do Distrito de Água Grande. As 4 instituições de formação superior existentes em São Tomé e Príncipe localizam-se na capital, pelo que se depreende que a grande maioria das pessoas com formação superior e que tenham estudado em São Tomé e Príncipe, são da capital e ou dos distritos e cidades próximos.

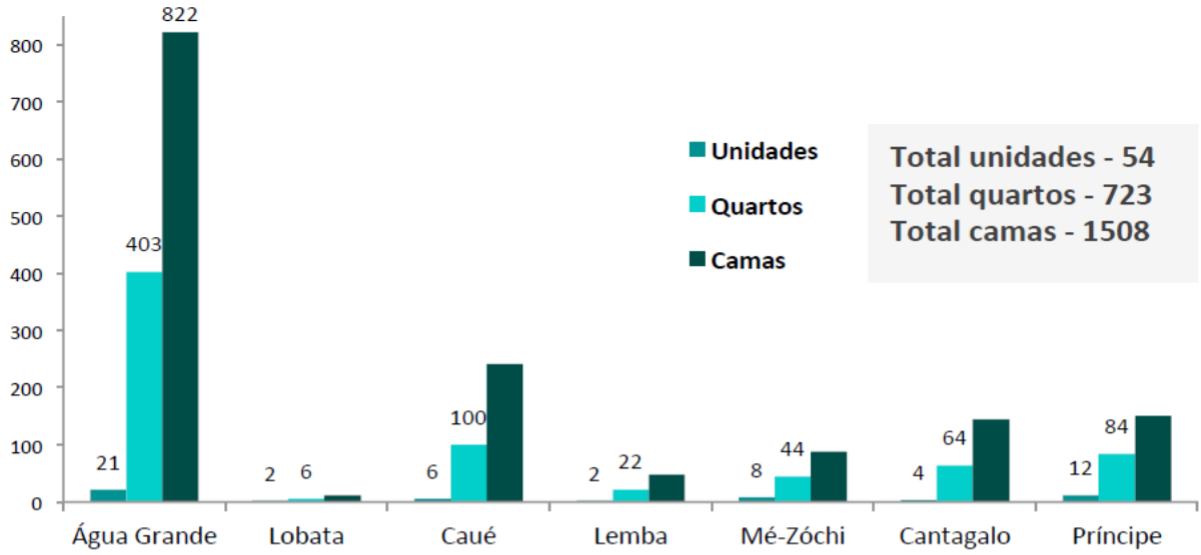
O IOF de 2010 estimava em 6% a taxa da população com um nível de estudos secundários ou superior. É evidente que STP precisa urgente de produzir dados estatísticos de qualidade, atualizados, desagregados e oportunos.

No que concerne à oferta de serviços de cuidados de saúde de primeira referência, tanto do setor público, como do setor privado, os residentes de São Tomé estão em grande vantagem em relação aos residentes da Região Autónoma do Príncipe e dos Distritos mais pobres e mais distantes da capital, como são os casos do Caué e Lembá.

Relativamente aos serviços de turismo, o número de estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos e outros alojamentos ascende a 54 unidades. A distribuição geográfica desses estabelecimentos, ilustrada pelo quadro em baixo, demonstra uma clara predominância de unidades hoteleiras no Distrito de Água Grande, capital do País. A ilha do Príncipe posiciona-se em segundo lugar, seguindo-se o Distrito de Mé-Zóchi. A oferta hoteleira atual de São Tomé e Príncipe é de 723 quartos, num total de 1508 camas, concentrando-se no Distrito de Água Grande mais de metade da capacidade de alojamento do País.

DRAFT

Gráfico 17: Distribuição geográfica da oferta de estabelecimentos turístico em STP



Fonte: Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe

De igual modo, não obstante a expansão da **oferta de bens e serviços básicos** e as políticas de inclusão e coesão social já implementadas, as desigualdades de rendimento e de consumo são muito expressivas. A análise dos índices de desigualdade mostra que os 20% mais pobres da população acumulam apenas 7,9% do rendimento total nacional enquanto os 20% mais ricos arrecadam 41% deste rendimento (IOF, 2010).

Ainda, segundo o IOF (2010), a percentagem de jovens de 15-24 anos que em 2010 não se encontravam nem no sistema educativo nem no emprego é estimada em 29,10%, sendo 45,8% mulheres e 18% homens.

A falta de dados atualizados sobre a pobreza e outras questões sociais e ambientais em São Tomé e Príncipe é dramática. A carência de dados dificulta e frustra os esforços direcionados para a redução da pobreza no País. Os dados do último inquérito às famílias foram recolhidos em 2010. Espera-se para breve a disponibilização de dados e informações do último levantamento realizado sobre orçamentos das famílias.

A redução das desigualdades e das assimetrias regionais e locais é matéria consensual entre os decisores políticos e constitui um compromisso internacional de STP enquanto País signatário da Agenda 2030, que propugna que ninguém ficará para trás.

Num País de tão profundas desigualdades, para que ninguém fique para trás, é necessário que se promova e se consolide descentralização levando o poder, os serviços e a decisão à proximidade das comunidades, visando valorizar o potencial de desenvolvimento e gerar, a nível local, mais oportunidades económicas, políticas, sociais, culturais e ambientais.

A regionalização do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-2024 e a firme aposta do Governo na territorialização oferecem uma excelente oportunidade de se preparar as economias, a administração e a sociedade da Região Autónoma e dos Distritos para um maior engajamento e comprometimento no processo de planificação e gestão do desenvolvimento local e comunitário. Por outro lado, esse processo também dotará o Governo e as Autoridades Locais de mecanismos de diálogo técnico e político, e de descriminação positiva, visando reduzir as desigualdades, mobilizar e valorizar as potencialidades de cada ilha, região e distrito e, sobretudo, incorporar a visão local do desenvolvimento, impulsionar e desenvolver as capacidades endógenas.

DRAFT

Os planos de desenvolvimento sustentável dos 6 Distritos de São Tomé e da Região Autónoma do Príncipe realizarão políticas e investimentos públicos, visando, especialmente, melhorar o ambiente de negócio nas ilhas, sinalizarão oportunidades de negócios e permitirão a devida apropriação e melhor implicação do poder local e de outros agentes locais de desenvolvimento na execução dos programas nacionais de desenvolvimento.

Estes planos facilitarão a implementação de programas como o s*tart-up* jovem, criarão condições para que o Governo, os Distritos e a RAP acordem um patamar de convergência, em termos de oportunidades sociais, económicas e de bem-estar. Nesta base, o Governo, Distritos e RAP acordarão, para a execução do PNDS 2020-2024, medidas de discriminação positiva consentida para a correção progressiva e programada das desigualdades e assimetrias regionais.

A regionalização do PNDS representa um compromisso maior destes, pela qualidade e transparência das despesas públicas, de descentralização financeira, e traduzir-se-á em mais recursos e melhor intervenção do poder local na promoção da economia local, no atendimento da demanda social, isto através do Orçamento Geral do Estado, o principal instrumento de concretização dos planos e de gestão do desenvolvimento.

Os programas sociais, da habitação, do rendimento social de inclusão, de bolsas de estudo para a formação profissional ou superior, e os de transporte escolar atenderão, de forma diferenciada, as ilhas, segundo critérios públicos fixados em matéria de discriminação positiva.

Assim, propõe-se para 2020 o início de um amplo programa de reforço de capacitação das Câmaras Distritais e do Governo Regional para aumentar a efetividade das atribuições dessas autarquias e, por esta via, a efetividade da descentralização.

O reforço de capacitação inclui a modernização da administração regional e distrital, através da racionalização de estruturas; do desenvolvimento de competências pela mobilidade, formação e criação de núcleos de competências nessas autarquias; pela modernização da administração fiscal; gestão do conhecimento; elaboração dos planos de desenvolvimento; implementação dos instrumentos de gestão previsional, ou seja do Quadro de Despesas de Médio Prazo; gestão baseada em resultados; e reforço da autonomia técnica e financeira do poder local e regional.

Serão valorizadas as soluções de intermunicipalidade, designadamente, na operação dos serviços de água e saneamento, dos resíduos sólidos, do ambiente, do ordenamento do território, da saúde, da proteção civil e do desenvolvimento turístico.

Executado pela via dos Orçamentos Gerais do Estado de 2020 a 2024, o PNDS contribuirá para a integração do mercado nacional através da melhoria da acessibilidade das ilhas, melhorará o impacto do turismo no rendimento das famílias, o acesso à informação e ao conhecimento e reforçará o combate à exclusão digital.

Graças à regionalização, o PNDS marcará um novo ciclo de governação, centrado nos resultados, valorizando as ilhas e os recursos endógenos, promovendo as economias das ilhas e uma focalização das intervenções públicas para a redução das desigualdades e para o crescimento económico inclusivo.

DRAFT

6. FINANCIAMENTO E MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PNDS

6.1. Plano de Financiamento do PNDS

A iminência de, nos próximos anos, São Tomé e Príncipe vir a ser graduado a País de rendimento médio, as vulnerabilidades económicas agravadas pelo elevado nível de endividamento do País são condicionantes que exigem da liderança do País uma nova postura e abordagem em matéria de mobilização de recursos para o financiamento do PNDS e do Programa de Investimento Público.

Mesmo havendo a possibilidade de parte da componente de infraestruturação do PNDS vir a ser executada com recurso a empréstimos externos concessionais, o Governo sabe que, com a graduação, o acesso ao financiamento concessional diminuirá paulatinamente, pelo que terá de conceber soluções para que, a médio-longo prazo, o País seja cada vez menos dependente deste tipo de ajuda externa, nomeadamente através do reforço da mobilização de recursos internos e da atração do investimento privado.

O PNDS 2020-2024 será financiado 31,25% pelo Orçamento Geral do Estado e 40% pelo setor privado, através da Parceria Público-privada. Há ainda a necessidade de financiamento de 28,75% do orçamento total do PNDS, no montante de 13.880.720.674,29 Dobras (equivalente a 566.560.027,52 Euros).

A contribuição do Estado, através do OGE, será de 15.087.739.862,82 Dobras (equivalente a 615.826.116,85 Euros). As ações prioritárias previstas pelo PNDS no domínio da eficiência do Estado e no domínio da governação económica e ambiental devem permitir atingir este nível de financiamento graças ao controlo das despesas correntes e aos esforços sustentados para mobilizar as receitas fiscais.

O controlo das despesas correntes consistirá na melhoria dos procedimentos de gestão das finanças públicas, reforçando o controlo e a inspeção das despesas públicas, reduzindo os gastos com bens e serviços dos departamentos governamentais e serviços sob a sua superintendência. O controlo das despesas públicas permitirá poupar recursos financeiros e reduzir gradualmente a despesa corrente total em percentagem do PIB, entre 2021 e 2022, sem, no entanto, comprometer as transferências para setores sociais prioritários.

Os esforços do Governo para mobilizar receitas fiscais deverão principalmente priorizar os impostos indiretos, nomeadamente o IVA, implementar reformas fiscais para alargar a base de tributação, partilhar a carga fiscal de forma equitativa, combater a evasão fiscal e gerar receitas para melhorar os serviços públicos, designadamente, saúde e educação, e aumentar investimento em infra-estruturas.

A Parceria Público-Privada poderá incidir principalmente no desenvolvimento de infraestruturas portuárias, aeroportuárias, transportes, energia e Tecnologias de Informação e Comunicação. No âmbito da Parceria Público-Privada, a contribuição do Estado poderá ser de 13% e a do setor privado de 87%.

Para mobilizar o défice do financiamento do PNDS, o Governo adotará nova política de ajuda, cujos objetivos são:

- Mobilizar recursos financeiros e técnicos substanciais para aumentar a infraestrutura física, fornecer apoio adequado aos setores em crescimento, fortalecer as instituições e promover a boa governança e o desenvolvimento humano;
- Promover o uso efetivo da assistência técnica e aprimorar o conhecimento nacional, regional e local;
- Estabelecer novas formas de parceria entre atores públicos e privados, associando intimamente empresas privadas, pequenas e médias empresas, comunidades locais, sociedade civil, ONG e diáspora santomense;
- Encetar um diálogo fecundo e sustentável entre a STP e os parceiros de desenvolvimento.

DRAFT

O Governo deve, também, garantir a sua liderança no processo de coordenação e gestão da ajuda internacional, de modo a contribuir efetivamente para a realização dos objetivos e prioridades de desenvolvimento do País.

No decurso do período 2020-2024, o Governo terá de impulsionar e intensificar a cooperação bilateral em todas as áreas e para todas as fontes de financiamento com os parceiros tradicionais; tomar medidas para estabelecer ou restabelecer a cooperação com países escandinavos, países do antigo bloco do leste europeu, não-membros da União Europeia; concentrar-se na identificação de novas parcerias nos países do Sudeste Asiático, América Latina e Península Arábica, sendo a mesma ofensiva também direcionada aos parceiros multilaterais de desenvolvimento, organizações financeiras e ONG internacionais.

Nesta perspetiva, a cooperação Sul-Sul[30] deverá ser encarada como necessária e oportuna. No entanto, o acesso de São Tomé e Príncipe à uma boa parte das potenciais fontes de financiamento, mais inovadoras e promissoras, exigirá do País o desenvolvimento de capacidades técnicas nacionais específicas, como capacidades para mapear e compreender a natureza e o funcionamento de alguns instrumentos financeiros.

Por seu turno, será necessário o desenvolvimento de capacidades de conceção de projetos bancáveis, que possam atender aos requisitos de alto desempenho e baseados em resultados, associados a certos fundos, condições *sine qua non* dos atuais parceiros financeiros, tanto privados como públicos.

O apoio de especialistas internacionais para a transferência de conhecimentos e *know-how* de alto nível, inclusive através de uma mais eficaz cooperação Sul-Sul e triangular, será fundamental para este fim.

De resto, será crucial o desenvolvimento de mecanismos de coordenação e de implementação dos recursos mobilizados, de forma a criar sinergias e otimizar os resultados atingidos com a sua utilização.

Face ao acima exposto, ressalta-se que é primordial continuar a diversificar as fontes e mecanismos de financiamento, como garantia de sustentabilidade da dívida a médio-longo prazo. O controlo da dívida crescente e a manutenção da capacidade de investimento passarão pela melhoria da arrecadação das receitas e maior envolvimento do setor privado nos investimentos prioritários.

Portanto, serão implementadas ações visando aumentar a receita fiscal, através do alargamento da base tributária, redução da informalidade, modernização e capacitação da máquina administrativa fiscal do Estado (ao nível Central, Regional e Distrital) e otimização das taxas, sem penalização indevida às empresas.

Nesse sentido, o Governo, sob a liderança do Ministro das Finanças, deverá continuar a empenhar-se fortemente na maior atração e diversificação dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), processo no qual, a Agência para Promoção de Comércio e Investimentos e a Câmara de Comércio terão de desempenhar um papel ativo e agressivo na promoção e divulgação das oportunidades de negócio existentes no País.

Por outro lado, é também fundamental melhorar o ambiente de negócios e promover um amplo programa de captação e retenção do IDE, aprofundando e acelerando o processo contínuo de melhoria das políticas de enquadramento empresarial e de promoção de políticas de investimento, de acordo com as melhores práticas internacionais, tendo em conta o papel relevante que o setor privado desempenha no processo de desenvolvimento do País.

O papel e a importância da canalização das remessas para o financiamento da economia do STP não será negligenciado, sendo por isso incentivado e promovido.

[30] A Cooperação Sul-Sul refere-se à cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global. Trata-se de uma ferramenta usada por Estados, organizações internacionais, académicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc.

DRAFT

Medidas de políticas assertivas de inclusão da diáspora na vida económica social e cultural do País devem ser implementadas, tendo em vista o fortalecimento de seus laços com o País e suas comunidades, e sua participação e contribuição para o desenvolvimento nacional.

Além disso, importa melhorar a informação da diáspora sobre a situação do País e disponibilizando dados e informações atualizados sobre os diferentes setores da economia; disponibilizar produtos financeiros e oportunidades de investimento melhor remunerados e mais seguros, como, por exemplo, a facilitação do acesso às propriedades de habitação, estimulando investimentos em fundos mútuos, e mais incentivos fiscais para a poupança financeira. Destaca-se, também, a importância da redução das comissões cobradas pelos bancos nacionais nas transferências das remessas dos emigrantes.

Medidas de proteção e assistência aos emigrantes visando sua melhor integração nos países de acolhimento.

Quadro 17: Plano de financiamento do PNDS (estimativa em milhões de Dobras)

	Dobras	Euro	%
Contribuição do Estado através do OGE	15.087.739.862,82	615.826.116,85	31,25
Contribuição do setor privado PPP/ Doadores?	19.312.307.025,10	788.257.429,59	40
Necessidade de financiamento	13.880.720.674,29	566.560.027,52	28,75
Financiamento a ser mobilizado	14.484.230.268,90	591.193.070,20	-
Total	48.280.767.563,00	1.970.643.573,99	100

Estimativa a partir dos Acordos e Convenções de Financiamento, PIP 2018 e 2019

6.2. Atores e Instrumentos de Implementação

O Estado, através de suas administrações centrais e desconcentradas, autarquias regional e distritais, setor privado, organizações da sociedade civil e parceiros técnicos e financeiros, são os principais atores na implementação do PNDS, os quais contribuirão para a implementação do PNDS através de seus respetivos instrumentos.

O Estado vai recorrer aos instrumentos de política económica, seguindo os cenários do enquadramento macroeconómico para alcançar os objetivos do Plano. O princípio da sustentabilidade irá sustentar a política fiscal; a integridade, o rigor e a transparência guiarão as estimativas de receitas e despesas e a prudência prevalecerá em termos de endividamento.

No que concerne às políticas monetária e cambial, a estabilização dos preços dos bens transacionáveis, na sequência da adoção da âncora cambial, reduziu direta e indiretamente a taxa de inflação, permitindo um maior ajustamento macroeconómico. Por sua vez, a âncora cambial gerou um mecanismo de força que impede a adoção de políticas orçamentais excessivamente expansionista geradoras da inflação. Por conseguinte, esse regime cambial restringe a autonomia do Banco Central de STP no exercício da política monetária, deixando de poder usar a taxa de juro para combater eventuais desequilíbrios macroeconómicos, passando a priorizar o objetivo de manutenção da sustentabilidade da paridade cambial.

Para o financiamento dos programas de desenvolvimento, o Estado vai operacionalizar a Parceria Público-Privada, reforçar sua capacidade de mobilização e de gestão dos recursos

DRAFT

internos e, concomitantemente, continuar a reforçar o quadro fiduciário de gestão fiscal, reduzir o desperdício, combater a corrupção e garantir uma boa qualidade da despesa pública.

A expetativa do Governo é de que um aumento na participação do setor privado, através de PPP melhorará significativamente a produtividade e aumentará substancialmente a base material do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, uma vez priorizados e implementados projetos que tenham o potencial transformador para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

A implementação do PNDS será enquadrada pelas disposições legais e regulamentares em vigor e pelos processos e procedimentos administrativos adequados. Ao nível de ministérios setoriais, os instrumentos de implementação do PNDS são as políticas e estratégias setoriais (ou temáticas), quadros de despesas setoriais de médio prazo; Programa de Investimento Público (PIP); Orçamento do Estado; Planos de Ação /atividades ministeriais.

As Autarquias Regional e Distritais: as autoridades da Região Autónoma e dos Distritos contribuirão para a implementação dos Planos Regional e Distritais de Desenvolvimento Sustentável, os quais fazem parte integrante do PNDS, através de instrumentos previstos no Estatuto dos Municípios de São Tomé e Príncipe, na Lei n.º 6/2017, Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento, bem como os Orçamentos e Programas Anuais de Atividades Regional e Distritais.

O Setor Privado é um ator de primeira linha no crescimento e desenvolvimento económico, social e ambiental de São Tomé e Príncipe. Desempenha um papel preponderante na produção, processamento, comercialização de produtos locais e criação de empregos e constitui-se uma fonte importante de receitas públicas.

Assim, a valorização do setor privado é um imperativo para se alcançar os objetivos do PNDS. Esta avaliação sustentar-se-á nos benefícios de uma eficiente Parceria Público-Privada (PPP). As autoridades pretendem recorrer a esta modalidade para o co-financiamento de investimentos estruturantes, em particular infraestruturas (económicas e sociais), cujo enorme défice constitui um grande obstáculo ao desenvolvimento de STP. Essas PPP servem como ferramentas-chave para reduzir a despesa pública global, enquanto se beneficiam de ganhos de desempenho privados, nomeadamente, em inovação, eficiência, qualidade de serviço.

Organizações da Sociedade Civil: a sociedade civil é hoje um ator fundamental na gestão dos assuntos públicos e parceira-chave na implementação de programas e projetos de desenvolvimento, dado sua proximidade das comunidades e populações e seu conhecimento e experiência sobre sua situação socioeconómica e necessidades de desenvolvimento das mesmas.

Além disso, serão atores e mediadores no processo de informação, sensibilização, capacitação e defesa da apropriação do PNDS por cidadãos de base. É por isso que, além de participar dos órgãos de desenvolvimento, seguimento e avaliação do PNDS, as organizações da sociedade civil estarão envolvidas no desenvolvimento, implementação e seguimento de programas e projetos de desenvolvimento de base. Para este propósito, os acordos de programa e ou acordos de participação servirão como uma estrutura de parceria.

Parceiros Técnicos e Financeiros: os quadros de cooperação e os acordos de parceria (apoio orçamental, apoio a projetos, etc.) são os principais instrumentos das PTF no contexto da implementação do PNDS. O diálogo sobre políticas será organizado no quadro de concertação e coordenação entre o Governo e os PTF, o qual será fortalecido para este fim. Este diálogo será conduzido sob a liderança das autoridades nacionais, designadamente, pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, em estrita conformidade com os princípios da Declaração de Paris.

DRAFT

O Governo, também, concentrar-se-á na melhor coordenação dos apoios dos PTF. O PNDS é, nessa perspetiva, o quadro de referência no qual os PTF terão que se alinhar, esperando o Governo mais abordagens conjuntas em apoio ao PNDS, em prol de intervenções mais eficazes. Para o efeito, o Governo se empenhará em estabelecer um quadro fiduciário eficiente que facilite a utilização dos procedimentos nacionais de despesa pública e a mobilização do apoio orçamental.

6.2.1. Operacionalização do Sistema de Planeamento

A operacionalização do PNDS processar-se-á através de uma abordagem integrada e alinhada com os instrumentos de planeamento de médio e curto prazo definidos pelo Sistema Nacional de Planeamento, baseada na gestão por resultados dos programas públicos, com forte participação da sociedade civil e do setor privado, na prestação de bens e serviços públicos.

6.2.2. Papéis e Responsabilidades

Ao nível da administração central, o acompanhamento da execução física e financeira dos programas, projetos e unidades e a avaliação do desempenho são assegurados pelo Ministério das Finanças, sendo o acompanhamento da execução física e a avaliação de desempenho efetuados pela Direção do Planeamento (DP), que tem a função de:

- Coordenar tecnicamente a elaboração, acompanhamento e avaliação dos programas setoriais e transversais, garantindo o respetivo enquadramento estratégico global;
- Conceber a metodologia de preparação e avaliação dos projetos de investimentos público, e executar o seguimento e avaliação dos mesmos.

A **execução financeira** será efetuada pelas Direções Administrativas e Financeiras dos respetivos ministérios e o serviço central do orçamento, que tem por missão propor e executar a estratégia orçamental nacional, elaborar o Orçamento do Estado, coordenar e acompanhar a sua gestão.

A **fiscalização e controlo orçamentais**, da responsabilidade da Inspeção Geral das Finanças, do Tribunal de Contas e da Assembleia Nacional serão efetuadas com mais eficiência, em decorrência da implementação do plano de reforma da gestão das finanças públicas.

Ao nível setorial, as **Direções Setoriais do Planeamento** (DSP) ou órgãos equivalentes são responsáveis por coordenar a elaboração e controlar a execução relativamente à gestão física e financeira dos instrumentos de planeamento de longo, médio e curto prazo, bem como o seguimento e a avaliação setoriais.

Além disso, em cada setor existem os **Gestores dos Programas** que, juntamente com as Direções Setoriais do Planeamento, são responsáveis pela coordenação de todo o processo de definição e atualização dos quadros lógicos dos programas, particularmente, seus indicadores de impacto, integração e coerência global dos indicadores definidos, garantindo o alinhamento dos objetivos de projetos/unidades com resultados dos programas em que se integram. Por conseguinte, os Gestores dos Programas são os principais responsáveis pela implementação dos projetos de cada programa sob a sua responsabilidade.

Para o seguimento e avaliação, os gestores dos programas devem acompanhar e avaliar a execução do conjunto de projetos e unidades, em sincronia com os gestores de projetos e das unidades. Isso favorece a coordenação das atividades-chave para a realização dos produtos a serem entregues pelos projetos e unidades, evitando a duplicação de esforços e atividades, assegurando que os objetivos do programa sejam alcançados.

Os Gestores de Programas e as DSP serão apoiados tecnicamente por um **Agente de Seguimento e Avaliação**, designado pelo Ministério das Finanças para as áreas de seguimento e

DRAFT

avaliação dos programas, projetos e unidades. O Agente de S&A colabora também com a Direção do Planeamento e o Sistema Estatístico Nacional (SEN) na recolha de dados dos indicadores dos respetivos setores. As informações serão sistematizadas no Módulo de Seguimento e Avaliação (MSA), assentes no Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), contribuindo para maior eficiência na gestão dos escassos recursos nacionais, monitorizados e avaliados pela sua eficiência e eficácia.

6.2.3. Mecanismo de Seguimento e Avaliação

O Governo vai assegurar a implementação do Sistema Nacional de Planeamento em todas as estruturas, reforçando o sistema de seguimento e avaliação, no sentido de guiar a ação dos atores implicados na estratégia do desenvolvimento sustentável.

O seguimento e a avaliação abrangem um contínuo e sistemático acompanhamento da execução física e financeira dos programas, projetos e unidades; dos instrumentos de planeamento, designadamente, da sua relevância, eficiência, eficácia, efetividade e impacto. A finalidade é identificar os progressos e fragilidades, e recomendar medidas corretivas para a otimização dos resultados.

Um mecanismo de seguimento e avaliação é essencial para medir e avaliar o desempenho das ações planeadas no PNDS. Para garantir sua eficácia, o PNDS concebe esse mecanismo como uma estrutura institucional, reunindo diferentes partes interessadas, utilizando técnicas (métodos, procedimentos e ferramentas), para monitorar e avaliar ações setoriais ou temáticas do PND em diferentes níveis administrativos.

O mecanismo em referência operacionaliza-se através dos componentes a seguir indicados e descritos:

6.2.3.1. Abordagem do desempenho

As reformas, programas e projetos do PNDS visam obter impactos sobre o nível de vida (dimensão económica), estilo de vida (dimensão social) e ambiente de vida (dimensão ambiental) das populações. No entanto, para a implementação dessas ações serão necessários recursos financeiros, materiais, humanos e institucionais a serem utilizados na produção de bens e serviços destinados ao consumo dos beneficiários das reformas, programas e projetos em referência. As mudanças nas condições de vida das populações e os impactos, serão medidos em função das metas de desenvolvimento estabelecidos no PNDS.

6.2.3.2. Componente técnico do seguimento

Numa base contínua, o componente de seguimento técnico tem como objetivo coletar e analisar dados que evidenciam o progresso na implementação das reformas e programas, bem como dos resultados alcançados. O seguimento da implementação do PNDS (das reformas, programas e projetos) compreende três fases importantes:

A primeira fase é a do **controlo de despesas**. Consiste no seguimento mensal da evolução das despesas em relação às previsões, garantindo a disponibilidade de recursos e o cumprimento dos prazos de desembolso.

A segunda fase é a relativa ao **seguimento da execução financeira** dos programas. O objetivo é garantir o uso adequado dos recursos para as atividades do programa, assegurar que esses recursos sejam realmente utilizados para realizar as atividades para as quais foram destinados.

DRAFT

A terceira fase diz respeito ao **seguimento da execução técnica** dos programas. Tem como objeto garantir a boa execução das atividades do programa e assegurar que (i) as atividades a serem realizadas sejam efetivamente concluídas; (ii) os produtos esperados dessas atividades sejam realizados; e (iii) o nível de execução das atividades em andamento esteja a progredir conforme o planeado.

6.2.3.3. Componente técnico da avaliação

O componente técnico da avaliação do PNDS tem como objetivo fazer uma avaliação episódica e objetiva das reformas e dos programas, de sua conceção, implementação e resultados obtidos. Compreende (i) a auditoria do desempenho dos programas e (ii) as avaliações de impacto.

Auditoria do desempenho é efetivamente uma auditoria da boa gestão financeira. Por conseguinte, analisa até que ponto os Ministérios e outras entidades governamentais auditadas utilizaram os recursos financeiros alocados de acordo com os princípios de economia, eficiência e eficácia (3E).

Avaliação de impacto: dois tipos de avaliação estão previstos no quadro do PNDS: uma avaliação intercalar e avaliação final. A **avaliação intercalar** possibilita a elaboração de um relatório de progresso do PNDS, com o objetivo de influenciar ou reorientar a implementação das reformas, programas e projetos inscritos no Plano. Consiste numa análise do grau de utilização dos recursos, da eficiência e efetividade das ações, de suas consequências socioeconómicas e ambientais. A avaliação intercalar também identifica os fatores que contribuíram para o sucesso ou fracasso da implementação das ações. Pode intervir em meados de 2022.

A avaliação final do PNDS é uma **avaliação *ex post***, pois intervém no final do percurso, possibilitando uma avaliação global do Plano em todos os aspectos de sua implementação. É usado para analisar se os resultados obtidos podem ser considerados positivos no final da execução do Plano.

6.2.3.4. Suportes de desempenho

Os suportes do desempenho do PNDS são as ferramentas e os documentos de seguimento do desempenho.

As ferramentas de seguimento do desempenho: o **quadro de resultados** (QDR) é a ferramenta básica para o seguimento do desempenho do PNDS. Este quadro está articulado em torno de uma cadeia de resultados a dois níveis: resultados intermediários e resultados finais. Neste quadro constam (i) a indicação de cada resultado; (ii) os indicadores de impactos a ele associados; (iii) a fonte (ou fontes) dos dados necessários ao cálculo dos indicadores; (iv) a estrutura responsável pela sua produção; e (v) valores do ano (de referência) base e das metas (intermediários em 2022 e finais em 2024).

Os quadros de medida de desempenho (QMD) do PNDS constituem a segunda ferramenta de seguimento do desempenho. Estão previstos três tipos de QMD correspondentes às dimensões (componentes) do PNDS: (i) um quadro de medida do desempenho do próprio PNDS, o QMD geral; (ii) quatro (4) quadros de medida do desempenho ao nível dos macro-objetivos do PNDS (QMD dos objetivos); e (iii) oito (8) quadros temáticos de medida do desempenho correspondentes a uma ou mais áreas prioritárias do PNDS.

DRAFT

Os QMD são trechos do quadro de resultados (QDR) preenchidos por colunas de realizações anuais. Os QMD temáticos resultam da consolidação dos QMD dos ministérios ou região/distritos, contribuindo para os efeitos/impactos das áreas temáticas. Com vista à preparação oportuna de relatórios anuais de desempenho (RAD), a elaboração de quados de medida de desempenho terá início em Janeiro com QMD ministeriais, regional e distritais. O processo continuará em Fevereiro e Março, respetivamente, com QMD temáticos e QMD dos objetivos, terminando em Abril com o QMD geral.

6.2.3.5. Documentos de seguimento do desempenho

Para as necessidades de seguimento e avaliação do PNDS estão previstos dois tipos de documentos: os documentos anuais de programação (DAP) e os relatórios anuais do desempenho (RAD), aos quais se acrescentam os relatórios de avaliação (auditoria de desempenho, avaliação intercalar e avaliação *ex post*).

O DAP do ano n inclui ações extraídas da síntese das ações prioritárias (SAP) para esse ano, bem como as ações do ano anterior (ano n-1) em execução. De acordo com a prática administrativa corrente, os DAP ministeriais, regional e distritais são conhecidos como planos de ação ou planos de atividades.

O DAP geral apresenta, para cada ano, as ações a serem realizadas no âmbito do Plano para o ano em questão, as implicações orçamentárias dessas ações e os indicadores de desempenho a ele associados, em função dos componentes do PNDS, da hierarquia de objetivos e da cadeia de resultados.

Os DAP são elaborados por objetivos, tendo os planos de ação ministeriais, regional e distritais como documentos de base. Os DAP temáticos, os DAP dos objetivos e o DAP geral são produzidos por consolidação progressiva. A elaboração do DAP estende-se de Fevereiro a Maio, para que a primeira revisão semestral do PNDS possa ser realizada no início de Junho. Estes são DAP iniciais que deverão ser refinados durante o mês de Dezembro, após a segunda revisão semestral do PNDS.

O **relatório anual de desempenho (RAD) de um ano** permite extrair no ano n, as lições da implementação do DAP do ano n-1, com vista à preparação do DAP do ano n+1. RAD responde às exigências dos relatórios de prestação de contas e de retroação (*feedback*), um dos princípios orientadores do PNDS.

O relatório anual do desempenho segue um formato análogo ao documento anual de programação, excetuando o fato daquele colocar mais ênfase nos resultados obtidos. RAD descreve as ações realizadas durante o ano em análise, como num relatório de implementação tradicional. Em seguida, interpreta e apresenta os resultados em termos de desempenho, com base no seguimento dos indicadores contidos no DAP e possivelmente noutros elementos.

Assim como os documentos anuais de programação (DAP), os relatórios anuais de desempenho (RAD) são elaborados por fases, a partir dos relatórios anuais de desempenho ministeriais, regional e distritais visando a obtenção do relatório anual de desempenho global, através dos RAD temáticas e dos RAD dos objetivos. A produção do documento anual de programação inicia em Julho, após a primeira revisão semestral do PNDS e termina em Outubro, a fim de permitir a realização da segunda revisão semestral do PNDS em Novembro.

Os **relatórios de avaliação** são de três tipos: (i) relatórios de auditoria do desempenho, (ii) relatórios de avaliação intermediária e (iii) relatórios de avaliação *ex post*.

6.2.3.6. Sistema de informação para seguimento do desempenho

Os dados que alimentam o seguimento de desempenho provêm de um sistema de informações. Este observa a realidade e depois a traduz em dados que, por sua vez, são

DRAFT

coletados, verificados, sintetizados, transmitidos e apresentados nos moldes que reflitam melhor os produtos e resultados da ação pública em questão.

O estabelecimento de um sistema de informação específico para o seguimento do desempenho das reformas, programas e projetos nos ministérios deve ser apoiado por estruturas competentes ao nível do Gabinete da Chefia do Governo e do Ministério das Finanças, em estreita colaboração com o Instituto Nacional de Estatística.

Para o seguimento e avaliação do PNDS, os dados necessários para informar os indicadores de desempenho, incluindo os relacionados ao seguimento dos ODS, serão identificados e classificados de acordo com sua fonte. Uma vez identificadas as necessidades, o segundo passo é garantir a disponibilidade dos dados. Três fontes de dados devem ser consideradas: o censo, inquéritos e dados administrativos (estatísticas correntes). O INE é a estrutura com poderes para garantir a disponibilidade de dados dos censos e inquéritos. Por seu turno, a produção de dados de fontes administrativas depende da organização do sistema estatístico ao nível dos ministérios, região e distritos.

Com o sistema de seguimento e avaliação do PNDS, o Governo pretende assegurar os seguintes componentes:

- **Seguimento da execução dos programas, projetos e unidades relacionados com os objetivos do PNDS, observando os seguintes procedimentos:**
  - O seguimento será feito principalmente aos programas e respetivos projetos e unidades;
  - Os Programas de Gestão e Apoio sujeitarão a um seguimento financeiro básico;
- **No início de cada ano orçamental, a Direção de Planeamento definirá, com os ministérios setoriais, projetos e atividades prioritários para um acompanhamento especial e sistemático durante o ano visando:**
  - Acompanhar a afetação de recursos orçamentais às atividades das unidades e projetos prioritários dos programas finalísticos e de investimentos;
  - Analisar as relações entre os *inputs* utilizados e os *outputs* produzidos nas unidades e projetos prioritários dos programas do PNDS;
- **Avaliar o impacto das políticas e programas setoriais que contribuem para o alcance dos objetivos do PNDS:**
  - Avaliação anual, centrada na análise dos objetivos estratégicos do PNDS, seus programas e respetivos objetivos;
  - Avaliação necessariamente aplicada a todos os programas de investimento e finalísticos.
- **Os relatórios das avaliações anuais dos programas deverão obrigatoriamente destacar os seguintes aspectos:**
  - Desempenho do programa até ao ano anterior: resultados intermédios alcançados;
  - Análise dos objetivos originais comparando-os com o cenário atual;
  - Principais condicionantes ao cumprimento dos objetivos do programa;
  - Recomendações para ultrapassar os condicionantes.

6.2.3.7. Revisões de Desempenho

Para ser eficaz, o seguimento do desempenho deve ser baseado num mecanismo de revisão.

Definição e finalidade: o PNDS concebe a revisão como uma reunião ou série de reuniões formais entre atores nos diferentes níveis da sua implementação. Reúne o nível de tomada de decisão, o nível técnico e o nível operacional. As revisões visam (i) avaliar o progresso do PNDS; (ii) discutir seus resultados marcantes; (iii) infletir certas escolhas estratégicas; (iv) tomar medidas corretivas; e (v) adotar os documentos de programação.

DRAFT

Dois tipos de revisões ordinárias estão previstos no PNDS: as revisões de implementação e as revisões de programação. As revisões do PNDS devem estar alinhadas com o calendário do ciclo orçamentário. A frequência das revisões é, portanto, semestralmente, com revisões de implementação no primeiro semestre e revisões de programação no segundo semestre.

As revisões semestrais da implementação serão realizadas de Março a Junho do ano n, de modo a impactar a adoção das hipóteses macroeconómicas (Abril, ano n) e elaboração de novos quadro orçamental de médio prazo (QOMP) e quadro de despesas de médio prazo (QDMP) (Maio, ano n), se for o caso.

Formato das revisões: dependendo dos níveis de composição do PNDS, quatro tipos de revisão são previstas: (i) revisões ministeriais, regional e distrital; (ii) revisões temáticas; (iii) revisões técnicas; e (iv) revisões plenárias. Estas revisões podem ser ordinárias ou extraordinárias. Qualquer que seja o nível, as revisões ordinárias são semestrais e estão organizadas por etapas. Assim, as revisões ministeriais, regional e distritais serão realizadas em Março (e Agosto respetivamente), para alimentar as revisões temáticas em Abril (e Setembro respetivamente), que servirão as revisões técnicas em Maio (e Outubro respetivamente) para preparar as revisões plenárias de Junho (respetivamente Novembro).

As revisões extraordinárias são organizadas em diferentes níveis, se necessário. Serão os casos: (i) da revisão de relatórios de auditoria do desempenhos ministeriais ou relatórios de avaliação do impacto de ações-padrão, ou (ii) da revisão de relatórios da avaliação intercalar ou final do percurso. Além disso, estudos específicos realizados no âmbito do PNDS também podem levar à organização de revisões extraordinárias.

A agenda de revisões ordinárias será elaborada de acordo com a especificidade de cada revisão semestral. Assim, as revisões do primeiro semestre do ano n devem concentrar-se (i) no exame dos relatórios de desempenho do ano n-1; e (ii) na análise das alocações orçamentais contidas na lei orçamental inicial do ano n. As revisões do segundo semestre do ano n dizem respeito: (i) ao exame dos documentos de programação anual para o ano n+1; e (ii) aos objetivos do desempenho e opções orçamentais relacionadas.

6.2.4. Plano de Seguimento

Recomenda-se a utilização do Quadro Lógico (QL), o instrumento de programação, representado por uma matriz que vincule o custo das atividades, os produtos entregues no âmbito da execução dos projetos e das unidades e os objetivos dos programas. Os quadros lógicos dos programas, projetos e unidades devem ser inseridos no Módulo Informático de Seguimento e Avaliação (MSA).

Os gestores dos projetos e das unidades finalísticas devem atualizar mensalmente, as informações referentes à execução física, para conhecimento da evolução dos indicadores dos produtos, proporcionando a comparação da evolução dos valores observados com as metas anuais dos mesmos indicadores, alinhados com o nível da execução financeira.

6.2.5. Plano de Avaliação

Está provado que é inócuo recolher, processar e analisar informação que não seja acessível, validada e utilizada pelos decisores na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento e disponibilizada ao público em geral.

A avaliação do instrumento de planeamento, a longo prazo, deve ser efetuada com frequência anual e encaminhada à DP. A avaliação sistemática setorial e global será feita com recurso à revisão da despesa pública (RDP). Os relatórios da RDP setoriais e globais são submetidos aos ministérios setoriais e ao Ministério das Finanças para apreciação e eventuais medidas de correção.

DRAFT

6.2.6. Dispositivo Institucional de Seguimento e Avaliação

6.2.6.1. Missão do dispositivo

A **principal missão** do dispositivo institucional de seguimento e avaliação (DISA) é a formalização e facilitação do diálogo entre todas as partes interessadas no desempenho das ações de desenvolvimento do PNDS, de acordo com os princípios diretores do Plano tais como: liderança nacional; solidariedade e parceria; gestão baseada em resultados; coordenação proativa; equidade e redução de desigualdades. Assim, dois objetivos são atribuídos à esse dispositivo: i) reportar as partes interessadas sobre a implementação do PNDS; e ii) recomendar os reajustes, revisões, atualizações ao Plano.

O primeiro objetivo permite ao Governo respeitar as obrigações de prestação de contas impostas pelos princípios de boa governança, particularmente em matéria de gestão do desenvolvimento. Enquadram-se no escopo dessas obrigações a apresentação ao Parlamento e ao Tribunal de Contas do (i) relatório sobre os resultados da ação pública; (ii) o respeito pelo princípio da responsabilidade mútua (de acordo com a letra e o espírito da Declaração de Paris), segundo o qual os governos e doadores são obrigados a se reportarem (mutuamente); e (iii) o respeito pela responsabilidade social que obriga o Governo a relatar suas ações aos cidadãos e aos atores da sociedade civil.

Com o segundo objetivo, o Governo procura a flexibilidade na condução do PNDS para uma melhor gestão do *feedback* (comentário) exigido pelas conclusões das análises de desempenho do Plano. O objetivo é permitir que o Governo, mantendo a direção estabelecida pela visão e o objetivo geral do Plano, capitalize as lições aprendidas à medida que a implementação prossegue e, com isso, (i) reorientar as prioridades estratégicas do Plano; (ii) alterar o ritmo da mudança nas reformas, programas e projetos; iii) realocar recursos financeiros; ou (iv) rever as metas dos indicadores.

6.2.6.2. Os órgãos

Dois princípios sustentam a escolha dos órgãos do DISA: (i) a capitalização do existente; e (ii) a responsabilidade mútua. O primeiro princípio recomenda que a implementação do PNDS não deve criar novos órgãos, mas sim basear-se naqueles já existentes e cujas capacidades são consideradas suficientes para animar o dispositivo. O segundo princípio compromete o Governo e seus parceiros a serem responsáveis pelos resultados obtidos na implementação do PNDS. Isso significa que ambas as partes devem ser mutuamente responsáveis para melhorar a gestão da assistência (ajuda) prestada no quadro da implementação do PNDS.

Com base nesses princípios, os órgãos para o seguimento e avaliação dos programas, projetos e unidades são:

- Quadro de Concertação e Coordenação (QCC) (existente ou a ser criado pelo Primeiro-ministro) entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento;
- Comissão Técnica de Seguimento (CTS), composto pelas estruturas competentes da administração económico-financeira (do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul);
- Grupos Temáticos de Diálogo;
- Gabinete de Estudos e Planeamento dos ministérios (ou estrutura equivalente);
- Comissões de Seguimento e Avaliação Regional e Distritais.

DRAFT

O Quadro de Concertação e Coordenação

O Quadro de Concertação e Coordenação (QCC) será o corpo diretivo do PNDS, sob a supervisão do Primeiro-ministro, com a missão de facilitar e fortalecer o concertação e a coordenação entre o Governo, os parceiros bilaterais, os parceiros multilaterais e as ONG. Dentre outras atribuições do QCC destacam-se: (i) organização do seguimento e avaliação das ações de desenvolvimento de acordo com as diretrizes do PNDS; (ii) estabelecimento de um diálogo permanente com as várias partes interessadas sobre os resultados do PNDS; (iii) dinamização do mecanismo de revisão do PNDS e de coordenação da implementação das recomendações resultantes do mesmo. A composição do QCC precisa de ser a mais ampla possível, devendo incluir todos os membros do Governo, organizações da sociedade civil, organizações do setor privado e associação dos governos locais. Além disso, os grupos temáticos do QCC precisarão de estar alinhados com as prioridades do PNDS.

O QCC facilita e dinamiza o diálogo sobre o desempenho do PNDS através de duas revisões plenárias semestrais, em Junho e Novembro. A revisão de Junho incide sobre a implementação do PNDS. Nesta oportunidade, o QCC analisa e valida o projeto do relatório anual de desempenho geral do ano n-1, fazendo recomendações ao Governo. Essa revisão é precedida pela revisão técnica semestral da implementação da Comissão Técnica de Seguimento. A revisão de Novembro tem como objeto a programação, sendo apoiado pelo documento anual de programação geral e visa ratificar as opções de orçamento e o projeto de desempenho para o ano n+1.

Comissão Técnica de Seguimento

A Comissão Técnica de Seguimento (CTS) é o órgão técnico para seguimento da implementação do PNDS, com as seguintes responsabilidades:

- Coordenar as atividades de seguimento e avaliação das ações do PNDS;
- Garantir uma boa comunicação horizontal e vertical;
- Produzir, com base nos insumos fornecidos pelos Grupos Temáticos de Dialogo (GTD) e pelas Comissões Regional e Distritais, todos os documentos/relatórios a serem submetidos ao QCC para análise e tomada de decisão;
- Apresentar propostas ao QCC para melhorar o processo de implementação do PNDS;
- Organizar, em estreita colaboração com os GTD, as diversas revisões técnicas ou temáticas. Para isso, a CTS é incumbido de definir métodos e ferramentas de seguimento e avaliação, em torno de dois eixos: um funcional e outro operacional.

O **eixo funcional** do trabalho da CTS é a organização do DISA em torno das funções-chave de seguimento e avaliação, tais como: (i) a função estatística; (ii) a função de análise e avaliação; e (iii) a função de suporte à decisão. Através da função estatística, o CTS deve garantir a produção oportuna e regular de indicadores confiáveis, capazes de relatar o desempenho do PNDS. A função de análise e avaliação requer que o CTS vá além do estágio de descrição das tendências dos indicadores para entender, por meio de análises causais e contextuais, o que elas refletem em termos da evolução da situação económica, social e ambiental. A função de apoio à decisão consiste em CTS capitalizar as análises e avaliações através dos suportes de desempenho do PNDS para esclarecer a decisão do QCC.

O **eixo operacional** do trabalho da CTS consiste, inicialmente, na estruturação do DISA em três componentes técnicos e interdependentes de seguimento: (i) um componente de seguimento de indicadores agregados de gestão macroeconómica e reformas estruturais; (ii) um componente de seguimento da implementação de programas e projetos; (iii) um componente das condições de vida e dos ODS.

DRAFT

Numa segunda etapa, o trabalho da CTS consiste em tornar funcional o DISA, através de: (i) uma rede de atores cujo núcleo é constituído pelo Instituto Nacional de Estatística, Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP) dos ministérios, Comissão Regional de Seguimento e Avaliação e Comissões Distritais de Seguimento e Avaliação; (ii) uma bateria de ferramentas de seguimento do desempenho; e (iii) uma plataforma automatizada de gestão dos programas e projetos de investimento.

A **CTS estrutura-se** em três unidades funcionais de seguimento: (i) uma unidade funcional para seguir a gestão macroeconómica e as reformas estruturais (UFS Macro); (ii) uma unidade funcional para seguir a implementação de programas e projetos (UFS Programas); (iii) uma unidade funcional para seguir as condições de vida e os ODS (UFS ODS). As atividades das unidades funcionais são coordenadas por um Secretariado Técnico (ST/PNDS). O ST do PNDS também assegura a ligação entre o QCC e os GTD. É responsável particularmente: (i) pela síntese, por programa, do PNDS e dos documentos de seguimento do desempenho; (ii) pela elaboração do quadro de medida do desempenho, pelo relatório anual de programação, e pelo documento anual de programação (iii) pela elaboração e implementação do programa de avaliação; e (iv) pela organização das revisões técnicas e plenários.

O **CTS está sob a supervisão** do Ministério do Planeamento. É presidido pelo Secretário-Geral (ou função equivalente), assistido por um secretário executivo responsável pelo ST/PNDS. A CTS é composta por representantes do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (designadamente, a Direção do Planeamento, o Instituto Nacional de Estatística, a Direção de Contabilidade, a Direção do Orçamento, Direção de Investimento Público (ou equivalente), entre outras.) e do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Na CTS, a Direção do Planeamento é responsável pela UFS Macro, a Direção de Investimento Público responsável pelos UFS Programas e o INE responsável pelo UFS ODS.

A CTS facilita e dinamiza o diálogo sobre o desempenho dos programas do PNDS através de duas revisões técnicas semestrais. A revisão técnica semestral de maio do ano n é dedicada à revisão e validação dos projetos de Relatório Anual de Desempenho dos Programas. A revisão técnica semestral de Outubro é dedicada à aprovação dos projetos do Documento Anual de Programação dos programas para o ano n+1.

Grupos Temáticos de Diálogo

Visando estabelecer um mecanismo eficaz de seguimento e avaliação, as áreas prioritárias do PNDS foram agrupadas em temas. Um número de oito temas foram selecionados. Assim, os GTD trabalharão nos seguintes temas:

- Governança democrática;
- Governança económica e ambiental;
- Agricultura e segurança alimentar;
- Indústria, infraestrutura, pesquisa e inovação;
- Comércio, turismo, hotelaria, artesanato e cultura;
- Demografia e setores sociais;
- Emprego e inclusão social;
- Meio ambiente, ambiente (meio) de vida e mudanças climáticas.

Cada GTD constitui o quadro de coordenação ao nível do tema em questão. Para esse fim, é responsável por (i) produzir, com base nas contribuições dos ministérios membros, relatórios/documentos sobre os desempenhos temáticos a serem transmitidos ao CTS e (ii) dinamizar o diálogo sobre o desempenho por meio de duas revisões temáticas semestrais de implementação (em Abril do ano n) e de programação (em Setembro do ano n+1). Os GTD são co-presididos pelo Secretário-geral do Ministério designado nessa qualidade e pelo líder dos

DRAFT

parceiros que trabalha no tema. Para um funcionamento eficiente do dispositivo institucional, cada grupo temático terá que reagrupar os Gabinetes de Estudos e Planeamento (GEP) dos ministérios envolvidos pela temática, pelo menos um representante do ministério responsável pelo plano, bem como representantes do setor privado, da sociedade civil e dos parceiros técnicos e financeiro. O secretariado técnico de cada GTD é assegurado pelo GEP do ministério que exerce sua presidência, com o apoio técnico do ministério responsável pelo plano.

Gabinete de Estudos e Planeamento dos Ministérios

Os GEP (ou órgãos equivalentes) são os pilares do seguimento e avaliação ao nível dos ministérios. A missão dos GEP é garantir a coordenação de todas as atividades relacionadas à conceção, elaboração, implementação e seguimento da política de desenvolvimento de seus respetivos ministérios. Especificamente, eles são responsáveis nomeadamente por:

- Coordenar a elaboração da política e da estratégia de desenvolvimento do Ministério, em conexão com as diretivas técnicas e com o Ministério do Planeamento;
- Definir os objetivos, estratégias setoriais em matéria de desenvolvimento e preparação de relatórios de desempenho semestrais e anuais dos componentes setoriais do PNDS e dos Programas de Investimentos;
- Coordenar as atividades das diferentes estruturas de seu departamento nos domínios de estatística, planeamento, programação, seguimento e avaliação;
- Assegurar a programação, controle e seguimento de projetos de investimento setorial.

Assim, o PNDS incumbe os GEP de garantir o diálogo com os principais intervenientes dos seus ministérios sobre o desempenho das ações inscritas nos planos setoriais, tais como: (i) as direções técnicas; (ii) as unidades de execução dos projetos; (iii) os PTF dos ministérios; (iv) o setor privado; e (v) organizações da sociedade civil que operam em domínios da competência dos ministérios.

Os GEP são, portanto, incumbidos, na estrutura específica de animação do DISA, de (i) elaborar o quadro de medida de desempenho do seu ministério; (ii) coordenar a produção dos projetos do plano de ação e do relatório anual de desempenho setorial; (iii) organizar a revisão do desempenho ministerial; (iv) assegurar a ligação com a Comissão Técnica de Seguimento; e (v) representar seu ministério no Grupos Temáticos (GTD).

Comissões Regional e Distritais de Seguimento e Avaliação.

No nível da Região e dos Distritos as unidades de seguimento e avaliação regional e distritais (CRSA e CDSA) constituem os quadros de consulta dos atores regionais e distritais. Essas Comissões são presididas pelos diretores dos gabinetes do Presidente do Governo Regional e dos Presidentes das Câmaras Distritais e apoiados tecnicamente pelo diretor regional e distritais de planeamento (ou órgãos equivalentes). A vice-presidência é assegurada por um representante da sociedade civil. As Comissões em referência reúnem os diretores/delegados dos ministérios, região e distritos, os coordenadores dos programas e projetos ao nível local, os representantes da sociedade civil local e os eleitos locais.

No quadro da dinamização do DISA, estas Comissões são responsáveis por (i) elaboração do quadro de medida de desempenho da respetiva região e distritos; (ii) coordenação da produção de projetos de plano de ação e relatório anual de desempenho da região e dos distritos; (iii) organização das revisões do desempenho regional e distritais; (iv) estabelecimento da ligação com a CTS e os GTD.

DRAFT

6.2.7. Sistema Estatístico Nacional

O Sistema Estatístico Nacional (SEN) é um conjunto orgânico integrado pelas entidades públicas e privadas envolvidas no exercício da atividade estatística oficial de interesse nacional.

A implementação da ENDE 2018-2021 será um referencial importante para estabelecimento das prioridades do SEN e também uma oportunidade para o reforço sua capacidade visando a produção e disponibilidade de informação estatística de qualidade, ou seja, o Governo empenhar-se-á na criação de condições institucionais propícias ao desenvolvimento da atividade estatística nacional.

O SEN deve fornecer informações, através de um cronograma previamente estabelecido, que atendam as necessidades dos produtores e utilizadores de estatísticas oficiais para o seguimento e avaliação dos planos estratégico-setoriais e dos programas do PNDS.

Assim, a capacidade de produção de dados dos setores da administração governamental e do Sistema Estatístico Nacional precisa desenvolver-se substancialmente para responder às necessidades de produção de dados estatísticos específicos para o S&A da implementação dos ODS e Roteiro de Samoa, designadamente, nas vertentes da qualidade; quantidade; frequência; desagregação; distribuição; disponibilidade; acessibilidade; integração sistemática dos dados nas políticas; implementação e sistematização de S&A em toda a administração pública; e utilização sistemática do S&A para avaliar o desempenho e os impactos.

No período do PNDS e no quadro da ENDE 2018-2021, serão analisadas e supridas as vulnerabilidades institucionais e organizacionais dos Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística, necessidades de reforço de capacidades e de alteração do próprio modelo, senão dos mecanismos de gestão do SEN e melhoria das condições de trabalho.

O capital humano é um dos recursos mais importantes para a produção estatística. Sua disponibilidade, em número e a qualidade, é uma prioridade para que o SEN cumpra sua missão atribuída pelo Estado.

Será priorizado o reforço dos seus principais pilares, designadamente os Censos e Ficheiros de Unidades Estatísticas, as Contas Nacionais e a independência. O Censo 2022 deverá reforçar a qualidade e a utilidade das estatísticas e bases de dados censitários e atender, em especial, às necessidades de dados para o planeamento e gestão aos níveis local e regional, balizado nos ODS.

Será dada especial atenção às contas nacionais, instrumento de síntese económica com o aprofundamento da reforma em curso, em diálogo com o Ministério das Finanças e o Banco Central, aumentando, assim, a sua utilidade e reforçando a credibilidade do INE e o diálogo e a cooperação com o Fundo Monetário Internacional.

O alinhamento da ENDE com o atual ciclo de planeamento deve também traduzir-se no efetivo autogoverno do Sistema Estatístico Nacional, garantido pelo Conselho Nacional de Estatística, afirmando-se os interesses dos utilizadores na fixação das prioridades, selecionando as melhores práticas e, sobretudo, centrando o compromisso com a ciência e a comunidade utilizadora.

DRAFT

Neste ciclo será priorizada a implementação de novas metodologias de medição do mercado de trabalho, com base nas Recomendações da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET) de 2013, a conformação do quadro metodológico das estatísticas oficiais às melhores práticas internacionais e a aprovação pelo CNEST, do essencial das metodologias estatísticas, enquanto garante da independência e do consenso alargado da comunidade científica e utilizadora de informação estatística.

Ciente de que os investimentos e os avanços que São Tomé e Príncipe conheceu nos últimos anos no domínio das TIC e, em especial, da governação eletrónica criam um grande potencial para a produção de estatísticas oficiais. Será dada especial atenção à valorização das fontes administrativas que qualificarão as estatísticas económicas e sociais em diversidade, pertinência e qualidade, com a racionalização dos custos de produção.

DRAFT

7. ANÁLISE DE RISCO

As economias em desenvolvimento têm-se caraterizado, ao longo das últimas décadas, por instabilidades cíclicas no seu processo de crescimento económico, sobretudo nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID). Assim sendo, eficácia na gestão das políticas económicas depende da compreensão da natureza dos choques que afetam a economia e das suas interações económicas, como é o caso do setor externo, principalmente para os PEID como STP, caraterizado por elevado grau de abertura económica e integração financeira, derivado do regime cambial existente e demais particularidades nacionais.

Nestas circunstâncias, a monitorização das economias parceiras do País, nomeadamente da Zona Euro, do Reino Unido e dos Estados Unidos, faz-se necessária para o melhor enquadramento macroeconómico do País, na medida em que influenciam a evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), do turismo, das exportações, das remessas externas e da ajuda orçamental.

No que concerne ao PNDS, sua implementação bem-sucedida poderá ser frustrada pela ocorrência desses e de outros fatores de risco endógenos ou exógenos. Esses fatores incluem: instabilidade sociopolítica; fraca liderança nacional; fraca mobilização de recursos endógenos; défice de capacidade persistente; conjuntura sub-regional e ou internacional desfavorável; riscos climáticos e emergências humanitárias em decorrência de surto de epidemias.

Risco político, inerente à toda democracia e, particularmente em STP, reside na mudança das prioridades de políticas e estratégicas do desenvolvimento, resultante da alternância política e governativa, agravada caso o Governo não disponha de uma maioria parlamentar ou na ausência de coabitação entre o Governo e o Presidente da República.

A ocorrência e persistência dessas situações podem resultar na desaceleração e interrupção das atividades económicas, dificultar uma adequada apropriação do PNDS e da Agenda de Transformação do País no horizonte 2030, bem como atrasar ou mesmo inviabilizar a implementação das reformas propostas pelo PNDS para sustentar o desenvolvimento sustentável e inclusivo de STP.

Esse risco poderia ser mitigado pela convergência dos seguintes fatores:

- Vontade clara dos atores sociopolíticos em construir consensos, respeitar as leis do País, os acordos políticos e sociais, bem como manter um ambiente de paz e harmonia;
- Fortalecimento das bases democráticas do País, através do diálogo social, consulta em todos os níveis de tomada de decisões para o desenvolvimento socioeconómico e ambiental.

Risco social são as ameaças que podem comprometer a coesão social e, por conseguinte, a estabilidade do País, caso não sejam realizados rapidamente progressos significativos em termos de satisfação das necessidades e aspirações legítimas da população, em acederem a melhores condições de vida; na eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres; na melhoria da oferta e da qualidade dos serviços públicos; na criação de empregos, nomeadamente, para jovens e mulheres, e na redução significativa da pobreza.

De igual modo, esse risco poderia ser mitigado com uma política pública assertiva na redução das desigualdades socioeconómicas e disparidades regionais, com foco na melhoria do acesso a serviços sociais básicos, melhoria na redistribuição da riqueza, fortalecimento da luta contra a impunidade e a corrupção, e fortalecimento da autoridade do Estado.

Fraqueza da liderança nacional: exacerbação das divisões e conflitos internos mantidos pelos líderes políticos; falta de uma visão compartilhada do futuro do País; fraca capacidade dos líderes de mobilizar, comunicar e manter um diálogo construtivo com os parceiros técnicos e financeiros (PTF) sobre políticas de desenvolvimento seria prejudicial à apropriação e ao sucesso do PNDS.

DRAFT

Para mitigar esse risco, as autoridades nacionais estão determinados em trabalhar visando os seguintes objetivos:

- Inspirar credibilidade e respeito a todos os seus interlocutores, tanto a nível regional como internacional, visando a promoção de uma parceria de confiança que tenha verdadeiramente em conta as profundas aspirações do povo santomense;
- Incorporar uma liderança nacional esclarecida, sólida, unificadora e eficaz, através, designadamente, do fortalecimento da responsabilidade, transparência e prestação de contas, com foco no respeito aos seus papéis em matéria de informação, animação ou orientação;
- Inovar constantemente, contribuindo para fortalecer a resiliência sociopolítica e económica do País;
- Enfrentar grandes desafios, incluindo o cumprimento de acordos, tratados e convenções nacionais e internacionais no interesse do País.

Fraca capacidade de mobilização de recursos endógenos: desde a independência nacional o financiamento dos programas de investimento público continua a depender de recursos externos. Essa tendência ainda pode persistir nos próximos anos na ausência de respostas significativas.

Entre as respostas para mitigar este risco pode-se citar:

- Continuação dos programas de reforma da gestão de finanças públicas, nomeadamente, sua componente interna de mobilização de recursos;
- Realização de progressos importantes na criação do quadro de Parcerias Público-Privadas;
- Implementação de medidas de incentivo para estimular a poupança nacional;
- Estabelecimento de mecanismos inovadores para mobilizar recursos alternativos à assistência oficial ao desenvolvimento;
- Estabelecimento de um mecanismo para mobilizar os recursos da diáspora e canalizar suas transferências para investimentos produtivos, geradores de crescimento e renda.

Défice de capacidade persistente: uma vez adotado, o PNDS deverá ser implementado, seus resultados monitorizados e avaliados. No entanto, as capacidades em matéria de Planeamento, Programação, Orçamentação, Seguimento e Avaliação (PPOSA) nos níveis central, setorial, regional e distrital são limitadas em termos de arranjos institucionais, ferramentas e métodos, bem como em termos de qualificação e número de funcionários. Em última análise, a persistência dessas restrições provavelmente comprometeria:

- O alinhamento de políticas e estratégias setoriais com o PNDS;
- O desenvolvimento de quadros setoriais de despesas de médio prazo;
- A implementação do Plano Regional e Planos Distritais de Desenvolvimento Sustentável, bem como dos programas e projetos incluídos no PIP;
- Seguimento de desempenho;
- Por fim, seria o ritmo de implementação das reformas, das políticas, dos programas e dos projetos incluídos no PNDS que seria retardado, reduzindo assim suas possibilidades de sucesso.

O Governo está ciente do impacto negativo da ocorrência desse risco no desempenho do PNDS. Por essa razão, vai seguramente apoiar a implementação do PNDS com um programa integrado e plurianual de capacitação em matéria de planificação, programação, orçamentação, seguimento e avaliação. Este programa incluirá apoio institucional (dotações em recursos

DRAFT

humanos, materiais e financeiros), treinamento, desenvolvimento de ferramentas e métodos para uma melhor gestão das diferentes funcionalidades do mesmo (programa).

Conjunturas sub-regionais e internacionais desfavoráveis: o desenvolvimento económico e social sustentado e sustentável só é possível num ambiente de paz, estabilidade e segurança. São Tomé e Príncipe é membro de várias organizações sub-regionais, regionais e internacionais, designadamente, CEEAC, UA e a ONU. Naturalmente, o País precisa aproveitar todas as oportunidades económicas, comerciais, intelectuais e de segurança que existem em seu ambiente imediato. Qualquer crise política ou socioeconómica dentro da sub-região seria um risco para o sucesso de sua política de desenvolvimento. A nível internacional, as pressões fiscais nos países doadores e o baixo investimento direto estrangeiro são grandes desafios.

Tendo em conta a abundância dos recursos naturais (petróleo, gás, recursos haliêuticos, e outros) o Golfo da Guiné não está livre de conflitos reais ou potenciais, sub-regionais ou internos num desses Estados vizinhos, que podem ter repercussões nefastas sobre a estabilidade de outros Estados, entre os quais São Tomé e Príncipe. Esse risco é ainda mais evidente quando certos Estados da sub-região enfrentam grupos terroristas instalados, além de já estarem a enfrentar bandos do crime organizado; do tráfico de seres humanos; de armas e de estupefacientes; de assaltos à mão armada, ou mesmo a pirataria marítima; contrafação e branqueamento de capitais.

Fatores atenuantes deste risco incluem principalmente:

- Melhoria das relações externas;
- Promoção da paz e segurança aos níveis sub-regional e regional;
- Conquista dos mercados e das oportunidades económicas oferecidas pela globalização;
- Realização bem-sucedida das reformas estruturais-chave para fortalecer a resiliência do País a choques exógenos (menores preços das matérias-primas, redução dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento);
- Reforço da luta contra a migração ilegal.

Risco climático e emergências humanitárias: São Tomé e Príncipe é um PEID com capacidade limitada de adaptação e resiliência às consequências da mudança climática. O País é simultaneamente montanhoso, florestal e marítimo. As atividades pesqueiras, agrícolas e agropecuárias que ocupam uma parte significativa da população ativa, permanecem altamente dependentes dos efeitos das variações climáticas.

Estes riscos manifestam-se, nomeadamente, na erosão costeira, extração de areia nas praias, deflorestação, alteração de padrões de precipitação que podem provocar inundações, afetando os cidadãos, a atividade produtiva e a economia do País, dado ao seu impacto em setores-chave como turismo, agricultura, pecuária e pesca.

A fragilidade das medidas de mitigação e adaptação nos planos físicos (áreas sensíveis e perigosas) e humanas (populações urbanas e rurais dependentes de condições de vida precárias) é um risco potencial para a implementação bem-sucedida do PNDS.

Os desastres naturais e suas consequências humanitárias também permanecem praticamente imprevisíveis e constituem um grande risco para a continuidade de qualquer dinâmica de desenvolvimento económico e social. O País precisa fortalecer as medidas de adaptação e resiliência integrando as prioridades ambientais no planeamento estratégico e nos orçamentos anuais, alocando-as recursos financeiros substanciais.

No contexto internacional, o desempenho da economia mundial para o período 2017-2021 é marcado por alguns riscos e as taxas de crescimento estão abaixo das médias anteriores à crise de 2008. No caso particular da Zona Euro, apesar das revisões do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Julho de 2017, com projeções de alta para 2017 e 2018, a trajectória do crescimento tem sido descendente, desde 2016, com o crescimento a abrandar de 2%, em 2015, para 1,7%, em 2018.

DRAFT

O final de 2018 e os meses iniciais de 2019 caraterizaram-se por um aumento de incertezas e uma perda de dinamismo da economia mundial. As principais fontes de incerteza são a desaceleração do comércio internacional, em parte, resultante de conflitos comerciais, particularmente, entre os Estados Unidos e China; questões políticas, com destaque para o complexo processo de saída (*Brexit*) do Reino Unido da União Europeia (UE); questões económicas relacionadas ao risco de uma recessão na Europa, especialmente na Alemanha e na Itália e às perspetivas de crescimento nos EUA. Na China, a tendência para uma maior redução do ritmo de crescimento (do que a já embutida nas projeções) permanece como um risco relevante para a economia global, não obstante as medidas fiscais e monetárias de estímulo que vêm sendo adotadas[31].

Na Zona do Euro, de acordo com o FMI, ainda permanecem dois problemas específicos que poderão condicionar o crescimento na região. Primeiramente, em alguns países, os balanços dos bancos reportam fragilidades no que concerne à perspetiva da sua rentabilidade, que podem interagir com riscos políticos mais elevados e reativar os problemas de estabilidade financeira. O segundo diz respeito a um aumento das taxas de juro de longo prazo, que afeta negativamente a dinâmica da dívida pública e, consequentemente, as condições de financiamento.

Nos EUA as projeções de crescimento são condicionadas pela incerteza da política fiscal, apontando que a mesma será menos expansionista no futuro, do que o previsto. Destaca-se ainda, o risco de uma normalização da política monetária do *Federal Reserve System* (FED)[32], mais rápida do que anteriormente esperada, com impactos nos mercados cambiais e de capitais globais.

No entanto, os riscos não são apenas externo. Existem, de igual modo, fontes de riscos internos relacionados, nomeadamente, com as reformas, com o ambiente de negócios, com o setor empresarial do Estado, com a diversificação das fontes de financiamento e com a operacionalização e monitorização dos programas e projetos. A incapacidade ou a inércia em identificar e avaliar corretamente os reais impactos das reformas e dos projetos implementados, tanto pela sua relevância quanto pelo tempo de sua realização, constituem uma falha na gestão do risco e vulnerabilidades no que concerne aos resultados do planeamento, entre os quais macroeconómico e orçamental e, por conseguinte, os relativos à sustentabilidade da dívida pública.

A melhoria radical do ambiente de negócios é fundamental para elevar o nível de investimento privado, gerar o crescimento e emprego, bem como a requalificação do turismo, enquanto fator gerador de escala e núcleo central do processo de desenvolvimento do País. Com a graduação de São Tomé e Príncipe a país de rendimento médio, o Governo tem que projetar novas fontes de financiamento, que passam pelo desenvolvimento do mercado de capitais, criação de fundos de garantia, pelo estabelecimento de Parcerias Público-Privadas e por contratos de concessão.

No que tange à reforma do setor empresarial do Estado, é importante avançar com o programa de parcerias público-privadas e privatizações, principalmente em relação às empresas

[31] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190417_cc_43_economia_mundial.pdf. Acesso em 27 mai 2019.

[32] O *Federal Reserve System*, normalmente referido como o *Federal Reserve* ou simplesmente "FED", é o banco central dos Estados Unidos criado pelo Congresso para fornecer ao País um sistema monetário e financeiro mais seguro, flexível e estável.

públicas-chave, visando dinamizar os setores de atividade onde elas estão inseridas, criando, de forma direta e indireta, novas oportunidades, tanto para o IDE, como para os empresários nacionais.

Neste âmbito, o Governo tem que assegurar, de forma assertiva, a coordenação e a execução dos processos de privatizações e de parcerias público-privadas. Uma proposta de medida para atenuar o risco fiscal e orçamental que o setor empresarial do Estado representa poderia ser a criação de uma entidade de acompanhamento desse setor em apoio ao Ministro das Finanças no exercício da função acionista do Estado e na intervenção junto das empresas participadas do Estado, bem como na liderança e coordenação dos processos de privatizações e de parcerias público-privadas.

No que diz respeito à operacionalização e seguimento dos programas e projetos, precisam criar-se condições necessárias para a maximização dos resultados do PNDS e disponibilizar, a todos os níveis do Governo, Governo Regional e Câmaras Distritais, ferramentas concretas de planeamento, visando uma correta implementação do sistema nacional de planeamento (SNP), seguimento e avaliação, em consonância com os critérios de gestão de excelência pública, baseada em resultados. Nesse sentido, além da garantia de recursos humanos capacitados, exige-se um sistema de informação e estatísticas de qualidade, para que os processos de seguimento e avaliação sejam eficazes.

Por último, é essencial a devida apropriação do PNDS por todos os intervenientes do SNP, enquanto instrumento de orientação estratégica, devendo traduzir-se num efetivo instrumento de trabalho para o setor produtivo e fazer parte da agenda corrente de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

DRAFT

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caraterização das Pescarias Ativas na Zona Sul de São Tomé - Projeto Kike da Mungu, MARAPA/DP/FAPP. Disponível em: https://kikedamungu.weebly.com/uploads/1/0/7/0/107098529/relatorio_pescarias_ativas_final.pdf. Acesso 14 mai 2019.

NASCIMENTO, João Carlos. Gestão de Recursos Pesqueiros em São Tomé e Príncipe. Disponível em: http://jornaltransparencia.st/GESTAODERECURSOSPESQUEIROSEMSAOTOMEPRINCIPE.pdf. Acesso em 14 mai 2019.

BARBADOS: Ministry of Finance and Economic Affairs. The National Strategic Plan of Barbados 2005-2025. June, 2005. Disponível em: http://www.sice.oas.org/ctyindex/BRB/Plan2005-2025.pdf. Acesso em 24 jun 2019.

CABO VERDE. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021. Disponível em: https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf. Acesso em 01 abr 2019.

MACAU. Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau 2016-2020. Disponível em: https://www.cccmtl.gov.mo/files/projecto_plan_pt.pdf. Acesso em: 02 nov 2019.

MADAGASCAR. Plan National de Developpement 2015-2019. Disponível em: http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/mad151060.pdf. Aceso em 25 jun 2019.

MAURICE. Le Programme Gouvernemental 2015-2019: amener le changement pour faire une vraie différence. Disponível em: http://gis.govmu.org/English/Publication/Documents/Govt%20Prog%202015%20Updated.pdf. Acesso em 25 jun 2019.

MAURICE. Banque Africaine de Developpement. Document de Strategie Pays 2014-2018. 2014. Disponível em: www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/2014-2018_-_Maurice_-_Document_de_stratégie_pays.pdf.Acesso em 25 jun 2019.

RÉPUBLIQUE DE GUINÉE. Plan national de développement économique et social 2016-2020. Disponível em http://invest.gov.gn/document/pnds-document-principal. Acesso em 18 mai 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Agenda de Transformação no horizonte - 2030: Conferência Internacional dos Investidores e Parceiros de desenvolvimento São Tomé e Príncipe, Londres, 14-15 de Outubro de 2015. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Centre%20de%20press/undp_st_GLAgenda_Pt.pdf. Acesso em 04 abr 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Carta de Política Educativa São Tomé e Príncipe (visão 2022), primeira versão: maio 2012. Disponível em: file:///C:/Users/jose/Downloads/2012-05-sao-tome-education-sector-plan.pdf. Acesso em 23 mai 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Dividendo Demográfico em São Tomé e Príncipe. 2018.

DRAFT

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente. Estudos de Impacto Ambiental e Social - Relatório Final. INAE, instituto nacional das estradas

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Diagnóstico dos Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. INE, 2018.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IV Recenseamento Geral da População e da Habitação 2012 resultados nacionais. INE, 2012

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Lei n.º 07/2019 Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019, 2019. Disponível em http://www.stp-press.st/file/2019/04/OGE-2019.pdf. Acesso em 10 jun 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação-2012: características económicas da população. INE, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: características e condições de vida das famílias e da habitação. INE, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: população de crianças e adolescentes. INE, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Densidade Populacional 1991-2001-2012, INE, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: características educacionais da população. INE, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: estado e estrutura da população. INE, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Projeções Demográficas de São Tomé e Príncipe: resumo de indicadores demográficos, 2012-2035. INE.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Inquérito Demográfico e Sanitário 2008-2009. INE, 2010.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014 - Relatório Final. INE, 2016.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: Migrações, INE, 2014.

DRAFT

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: mulheres em São Tomé e Príncipe. INE, 2014.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: nupcialidade em são Tomé e Príncipe. INE, 2014.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: população portadora de deficiência. INE, 2014.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: população idosa. INE, 2014.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. IVº Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012: população juvenil. INE, 2014.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Strategie Nationale de Developpement de la Statistique 2018-2021. INE, 2017.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação e Ensino Superior. Relatório Análise Estatístico ao Sistema Educativo (Ano Letivo 2014-2015), DEP, 2015.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação e Ensino Superior. Anuário Estatístico 2012-2013. DEP, 2013.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação e Ensino Superior. Boletim Estatístico 2011/2012. DEP, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação e Ensino Superior. Boletim Estatístico 2013-2014. DEP, 2014.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação e Ensino Superior. Relatório Análise Estatístico ao Sistema Educativo 2014-2015. DEP, 2015.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação e Ensino Superior. Boletim Estatístico 2015/2016. DEP, 2016.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério de Emprego e dos Assuntos Sociais. Projeto de Política Nacional de Emprego. 2015.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Saúde. Plano Nacional do Desenvolvimento da Saúde 2017-2021, São Tomé, 2018. Disponível em: http://ms.gov.st/wp-content/uploads/2018/05/PNDS-2018-1.pdf. Acesso em: 24 mai 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021: um crescimento acelerado, redutor da pobreza, equitativo e protector do ambiente.

DRAFT

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. São Tomé e Príncipe 2030 O PAÍS QUE QUEREMOS. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Publication/undp_st_Visaostp2030vfinal.pdf. Acesso em 11 abr 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Lei n.º 6/2017 Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento, 2017.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II, 2012-2016. 2012. Disponível em: https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/STP/ENRP%20II%202012%20-2016B.pdf. Acesso em 03 abr 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Plano-Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento na Óptica de um Desenvolvimento Equitativo, Inclusivo e Sustentável em São Tomé e Príncipe - UNDAF 2017-2021

NAÇÕES UNIDAS. Unicef. Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe em 2015: análise baseada nos Direitos Humanos de acordo com uma abordagem de equidade. 2015.

NASCIMENTO, Sheila. A violência doméstica no ordenamento jurídico-penal são-tomense. 2014. 81 fls. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2014. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15395/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sheila%20final%20-.pdf. Acesso em 26 mai 2019.

SANTOS, Lurdes Maria. A igualdade de género em São Tomé e Príncipe: entre a realidade e a utopia. 2015. 208 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres) Universidade Aberta, Lisboa, 2015.Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4458/1/TMEMU_LurdesSantos.pdf. Acesso em 26 mai 2019.

SOUSA, Maria das Neves. "São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional": Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável. 2017, 322 fls. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2017. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14424/1/Vers%C3%A3o%20Final.pdf. Acesso em 08 abr 2019.

UNIÃO AFRICANA. Roteiro da União Africana sobre o "Aproveitamento do Dividendo Demográfico através de Investimentos na Juventude. Assembleia da União Africana, 2016.

DRAFT